

C2

Valentina Salvi

Valentina Salvi

Nem burocratas nem cruzados: militares argentinos -

Nem burocratas nem cruzados: militares argentinos -

Memórias castrenses sobre a repressão

Memórias castrenses sobre a repressão

Tese de Doutorado
apresentado ao Programa de
Pós-graduação em Ciências
Sociais do Instituto de

Tese de Doutorado apresentado ao
Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas sob orientação do Prof.
Dr. Omar Ribeiro Thomaz.

Este exemplar corresponde a versão final
da Tese defendida e aprovada perante a

Este exemplar corresponde a versão final
de Tese defendida e aprovada perante a
comissão julgadora em 27/02/2008

Banca examinadora:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (Orientador)

Profa. Dra. Maria Lucia Montes (USP)

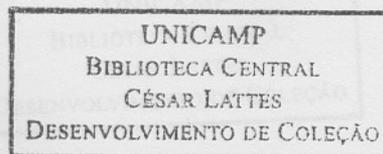
Profa. Dra. Amnérís Maroni (Unicamp)

Prof. Dr. Sérgio Costa (Universidade Livre de Berlim)

Prof. Dr. Piero Leirner (Universidade Federal de São Carlos)

Fevereiro 2008

Fevereiro 2008



**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Sa391n Salvi, Valentina Isolda
**Nem burocratas nem cruzados: militares argentinos.
Memórias castrenses sobre a repressão./ Valentina Isolda Salvi. -
Campinas, SP : [s. n.], 2008.**

**Orientador: Omar Ribeiro Thomaz.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Repressão. 2. Forças Armadas - Argentina. 3.
Memória - História. I. Thomaz, Omar Ribeiro. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.**

crl/ifch

**Título em inglês: Nor bureaucrats neither crusaders: argentine army officers.
Military memories on repression**

Palavras chaves em inglês (keywords) :

**Repression
Armed forces -
Argentine
Memory, history**

Área de Concentração: Ciências Sociais – Cultura e Política

Titulação: Doutorado em Ciências Sociais

**Banca examinadora: Omar Ribeiro Thomaz, Maria Lúcia Montes, Amnéris
Maroni, Sérgio Costa, Piero de Camargo Leirner**

Data da defesa: 27-02-2008

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Índice

Resumo.....	5
Abstrac.....	7
Agradecimentos.....	9
Introdução.....	11
1- A “luta contra a subversão”: memória e comemoração como categorias nativas.....	15
2- Burocratas ou cruzados?.....	19
3- As memórias castrenses.....	22
4- O trabalho de investigação.....	26
5- Plano da tese.....	31
Capítulo I	
<i>De vencedores a vítimas: reconfigurações da memória oficial do exército.....</i>	<i>35</i>
1- Negação e triunfalismo.....	37
2- Autocrítica, arrependimento, <i>sinceramiento</i> : continuidades e descontinuidades no discurso oficial do exército.....	48
3- Os “mortos pela subversão”: a autovitimização do exército	55
4- Construção, desconstrução e reconstrução da memória oficial do Exército	66
Capítulo II	
<i>Entre heróis e traidores: memória e identidade dos oficiais reformados do exército.....</i>	<i>71</i>
1- Os “atos de homenagem”: a luta pelos suportes da memória castrense.....	74
2- Os traidores	84
3- As placas: o conflito pela institucionalização da memória.....	90
4- Os heróis	94
5- A moral militar: o sacrifício.....	99
Capítulo III	
<i>“Vítimas do terrorismo” e “caídos pela pátria”: figuras públicas da memória cívico/militar</i>	<i>105</i>
1- Novos/velhos atores oficiosos da memória militar.....	108
2- “ <i>Memoria, Verdad y Justicia</i> ” no discurso das	

associações de “ <i>Memoria Completa</i> ”.....	118
3- Os “caídos pela pátria”: nacionalização da memória militar.....	134

Capítulo IV

<i>Experiência y narração. Memória militar em “primeira pessoa”</i>	141
1- A memória dos escolhidos: uma couraça protetora.....	145
2- O segredo: as tensões entre o confessável e o inconfessável.....	156
3- Fissuras, fantasmas e deslocamentos da memória subjetiva.....	163
4- Fixação, identidade e relato autobiográfico.....	173

Considerações finais

<i>O futuro da memória militar: Efeitos e conseqüências</i>	177
1- Um passado que não passa.....	180
2- Uma memória intransferível.....	185
3- Memória e justificativa.	190
4- Dívida e reconciliação.....	199

Bibliografia	211
---------------------------	-----

Resumo

Esta tese propõe-se a abordar a memória militar sobre a repressão na Argentina, mais especificamente, a memória do exército, buscando reconhecer as diferenças entre a memória oficial da instituição, as memórias dos oficiais reformados que participaram no *Operativo Independencia* e a memória dos setores civis/militares, assim como assinalar as posições relativas e conflitos que atravessam e conformam essa comunidade de memória. O objetivo geral é, pois, identificar quais e como são não só os sentidos e representações que tanto o exército quanto os oficiais reformados atualizam e elaboram para evocar e justificar a assim chamada “luta contra a subversão”, mas também as práticas comemorativas que encenam junto às famílias e às organizações cívico/militares para homenagear os oficiais “mortos pela subversão”. A memória castrense sobre a repressão responde tanto à continuidade de uma matriz narrativa sobre o passado recente, que reforça a autoavaliação do exército como uma comunidade moral diferenciada da sociedade civil, quanto às transformações e inovações que vão permitindo à instituição e a seus homens posicionar-se frente ao fortalecimento da memória dos desaparecidos e ao discurso dos organismos de Direitos Humanos. Por isso, o interrogante primordial que anima esta tese é como se articulam mudança e continuidade na memória de uma instituição – e dos oficiais que foram contemporâneos dos fatos- para os quais o passado é uma fonte de legitimidade e identidade, mas que, ao mesmo tempo, são energeticamente questionados por uma sociedade que lhes exige respostas pelos crimes cometidos. Atender às continuidades e rupturas da memória do exército permitirá, por sua vez, dar conta de sua dimensão de futuro e, assim, determinar as tendências à elaboração (atravessamento) ou à atuação (repetição compulsiva) dos sentidos de um passado autoritário e violento que tem o exército e seus homens como um de seus principais responsáveis. Daí que esta tese propõe-se também, por um lado, a examinar em que medida, para a comunidade militar, lembrar implica também assumir ou evadir as responsabilidades morais, jurídicas

e políticas sobre o desaparecimento de pessoas, e, por outro lado, compreender como se articulam os argumentos justificatórios e as estratégias políticas com as quais se busca controlar e vigiar a transmissão de sentidos sobre a “luta contra a subversão” às novas gerações. Por último, esta tese propõe-se a indagar como a “luta contra a subversão”, enquanto prática e discurso, incide ao mesmo tempo que se reapropria das significações morais dos oficiais do exército e da doutrina e práticas castrenses, assim como de seus valores, tradições e sentimentos. Para isso, busca investigar as relações entre moralidade, memória e identidade, prestando principal atenção àquilo que une os oficiais; àquilo que os obrigou ou convenceu a atuar de um ou outro modo; aos padrões de normalidade que organizam sua sociabilidade; àquilo que permitem ou proíbem, implícita ou explicitamente, seus códigos comuns; aos critérios de bem e de mal que detentam, enfim, os sentidos e práticas que estimulam e justificam a violência.

Abstract

The aims of this thesis is to analyze the memory of military personnel regarding illegal repression in Argentina, focusing on army's memory. More specifically, it attempts to recognize differences among the official memory of the army as institution, the memory of former staff from *Operativo Independencia* and the memory of the civil sector close to the army, highlighting their relative positions and the conflicts that underlay and inform this community of memory. The general objective is to identify the meanings and representations that, on the one hand: army and former officials produce and actualize in order to evoke and justify the so-called "fight against subversion". And on the other hand, the commemorative practices stage on by relatives of army staff, and civil organizations which supported them (such as NGO's), in order to pay tribute to the "deaths by subversion".

The memory of repression of the army reproduces a narrative matrix on the recent past which tends to reinforce the self-perception of the army institution as a moral community isolated from civil society. But also, this memory highlights the transformations and innovations that allow the institution of the army and its personnel to take position against the increasingly stronger discourse of human rights's NGOs and the memory of relatives of disappeared people.

Therefore, the main question of this thesis is how change and continuity is articulated within the memory of a institution – and in the memory of the officials that have participated in the repression – for whom the past is either a source of legitimacy and identity. But for whom, at the same time, this past history implies a strong criticism from public society and a demand of justice.

To notice the continuities and rupture of army's memory will allow us to take account of the dimensions of future, and therefore, to determine the tendencies to elaboration () or acting (compulsive repetition) of the meanings built on a violent and authoritarian past, from which the army is one of the main responsible.

In this sense, this thesis also propose on the one hand: to analyze to what extend the act of remembering for the military community implies also to assume or to evade moral, juridical, and political responsibilities over the disappearance of people. And, on the other hand to understand how are articulated different vindicative arguments and political strategies in order to control the transmission of meanings over “the fight against subversion” towards new generations.

Lastly, this thesis argues that “the fight against subversion” as discourse and practice affects and gains over the moral sense of the army practices and doctrine, but also of it values, traditions and feelings. Therefore, we try to research the relations between morality, memory and identity, identifying and describing: those relations which link the army officials, those which compels or convince then to act in some way or another, the framework of normality that organizes its sociability, the internal codes of behaviour that explicitly of implicitly allow or forbid some actions, their judgement of good and evil, and the meanings and practices that encourage and justify violence.

Agradecimentos

Esta tese não teria sido possível sem o apoio de muitas pessoas e instituições. Em primeiro lugar, todo o meu agradecimento a Omar Ribeiro Thomaz, que, além de sua mão fraterna e sincera, brindou-me com sua palavra generosa e apaixonada e sua escuta curiosa e inquieta, que me alentaram a avançar em um processo de pesquisa árduo e espinhoso.

Também, quero agradecer ao Professor Enrique Oteiza, que, generosamente, deu-me toda sua ajuda como bolsista do convênio para professores universitários do *Ministerio de Educación* da Argentina com o Conselho de Apoio à Pesquisa do Brasil (CAPES). Sem o apoio de ambas as instituições, esta tese não poderia ter sido escrita.

Quero, muito especialmente, mencionar o estímulo que significou, em meu trabalho, ter sido aceita pelo Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Brasil). Esse fato representou a possibilidade de dispor de uma biblioteca única na América Latina e de desfrutar do estimulante encontro com professores e colegas brasileiros e de outros países. E, certamente, desejo reconhecer a minha dívida pessoal e profissional com a *Universidad de Buenos Aires*, por seu silencioso e permanente apoio à minha carreira e à minha vida.

Do mesmo modo, não quero deixar de salientar a contribuição constante e animosa de professores, colegas e amigos que, em diversos momentos e de diferentes modos, ajudaram-me a realizar a tese que aqui começa. Entre eles, quero mencionar Horacio González, Esteban Vernik, Pablo Rodríguez, Maria Laura Santinelli, Ignacio Aranciaga, Daniel Feierstein, Claudio Lomnitz, Gábor Basch, Nicolás Simone, Gustavo Dalmazzo, Andréa Peres, Naschieli Rangel, Mariano Fressoli, Sergio Tonkonoff, Marta Jardim, Enrique Valiente, Federico Neiburg, Vera Telles, Rossana Guber, Silvia Delfino, Lucia Ariza, Jorgelina Loza, Matias Berger e Cecilia Sosa.

Do mesmo modo, desejo mencionar o dedicado empenho de Laura Denker e Liborio Kummer Júnior na tradução para o português desta tese. Para eles, não

só o meu agradecimento, mas também meu carinho por tantos anos de amizade. Também quero fazer referencia a ajuda que representou a generosa hospitalidade que Bertrand Borgo e Nashieli Rangel brindarem para minha família e para mim a vezes como foi necessário.

Como não agradecer, mais uma vez, às minhas amigas Gabriela, Cecilia, Anabela, Karina, Verona, Laura D, Laura Z, Lucía, Sandra e Ariana, o coro da minha vida!

Também, minhas sinceras palavras de reconhecimento e de amor para a minha família: meus pais Osvaldo e Germina, meu irmão Sergio e sua mulher Patricia, e meus sobrinhos Agustín y Martín.

Por último, quero dedicar esta tese a Pablo e Catalina, porque me permitem sonhar o futuro.

Introdução

“Na verdade, esses mortos não têm outra garantia que aquela que surge da razão dialógica que se manifesta nas confrontações que surgem hoje no presente.”

Horacio González

No dia 23 de agosto de 1962, acontece, em Buenos Aires, um fato inédito, que cobrará seu verdadeiro significado logo após o golpe de estado de 24 de março de 1976. O militante da *Juventud Peronista* e delegado metalúrgico Felipe Vallese foi seqüestrado pela *Policía Bonaerense*. Pela primeira vez, Buenos Aires amanheceu coberta de cartazes, com um título até então desconhecido naquela cidade: *desaparecido*. Apesar das reclamações e da infrutuosa busca, Felipe Vallese nunca apareceu. Com o desaparecimento, o corpo de Vallese evaporou-se, e com ele o delito, posto que não há corpo material que dê testemunho do fato (Duhalde, 1999). Quinze anos mais tarde, essa prática de seqüestro, ocultamento e desaparecimento de pessoas adquirirá na Argentina a forma de um plano sistemático e clandestino levado a cabo pelas Forças Armadas e de Segurança desde o aparato do Estado.

O desaparecimento, cuja definição jurídica é “crime no tempo”, está intimamente ligado a uma vontade de poder que procurou apagar todos os vestígios (Levi, 1990: 1). Como dano, o desaparecimento implica tanto o seqüestro de um corpo como a subtração de um saber procurar definições (Jelin, 1995: 119). Ao desconhecimento sobre o destino dos desaparecidos acrescenta-se a ignorância sobre os procedimentos de desaparecimento, sobre a magnitude dos crimes, sobre a identidade dos executores, sobre os lugares de detenção, execução e desaparecimento das vítimas e sobre as cumplicidades dentro e fora do Estado e das Forças Armadas e de Segurança. Tal como afirma Schmucler (1995: 52), o desaparecimento tenta suprimir todo vestígio, inclusive o da vontade de

suprimir o vestígio. Trata-se de ocultar que na Argentina teve lugar um espaço de desaparecimento.

Apesar dessas tentativas de negar e apagar a magnitude dos crimes cometidos, a principal conseqüência da ditadura militar argentina (1976-1983) é, paradoxalmente, a ativação da memória coletiva e o surgimento de um novo ator social envolvido na defesa dos Direitos humanos e nas causas de *Memoria, Verdad e Justicia*. A importância que a memória coletiva adquiriu no espaço social, assim como o fortalecimento dos debates em torno das causas e responsabilidades pela violência repressiva, é resultado da necessidade de demonstrar a natureza planejada dos crimes, de dar resposta às vítimas, de levar a juízo os culpáveis e de restabelecer o Estado de Direito. Em tal sentido, e em virtude do ciclo democrático na Argentina, a memória coletiva focalizou-se na denúncia da repressão como Terrorismo de Estado.

Embora a memória das vítimas e seu pedido de julgamento e castigo aos responsáveis pelas violações aos Direitos Humanos convertam-se na narrativa hegemônica sobre a repressão no contexto da transição democrática, o estudo sobre a memória coletiva que se propõe a realizar esta tese busca demonstrar que o cenário da memória¹ pós-ditadura na Argentina constitui um espaço atravessado por narrativas novas e em formação, mas também por relatos herdados e repetitivos. Certamente, a memória dos crimes baseada na forma da prova jurídica e a memória dos desaparecidos, familiares e sobreviventes convivem com a memória da “luta contra a subversão” dos setores cívico/militares e a memória dos militantes revolucionários (Vezzetti, 2004: 47). Essas memórias inserem-se em um marco de recuperação que, ancorado no presente, envolve vários atores sociais, os quais se entreveram, por sua vez, em lutas e disputas pelos sentidos e representações sobre o passado recente². O Estado, as vítimas, os organismos de

¹ A noção de “cenário da memória” remete à relação entre memória e representação (Feld, 2001: 103). O uso é para referir-se a um espaço no qual diferentes atores fazem ver e ouvir um relato verossímil sobre o passado, e que, por sua diversidade, está atravessado por sentidos e práticas em disputa, tensão, relação e reflexo que respondem às posições relativas e interesses diferenciados que esses mantêm.

² O termo “passado recente” refere-se ao período de crescente conflitividade sociopolítica que vai da primeira metade da década de 70 até os anos posteriores ao golpe de estado de 24 de março de 1976, que dá início ao Terrorismo de Estado.

Direitos Humanos, as Forças Armadas, a justiça nacional e internacional, os meios de comunicação, as organizações armadas e seus militantes, os partidos políticos e a sociedade civil compõem essa trama complexa de atores sociais, cujas disputas desdobram-se em diversos âmbitos da vida social: a política, a cultura, o direito, a história, a família, a ideologia e a biografia pessoal.

Nesse contexto marcadamente adverso aos legados e heranças da ditadura, a imagem que as Forças Armadas constroem para si mesmas e apresentam à sociedade argentina, assim como as narrativas que elaboram sobre o passado recente, está enquadrada e influenciada por um horizonte de conflitos. De modo tal, que as instituições castrenses não só elaboram narrativas sobre os acontecimentos que as tiveram como principal protagonista, mas também se vêem forçadas a tomar posição frente aos debates que a sociedade civil mantém sobre a violência vivida. Isso revela que a memória militar não está isenta de certa dose de cálculo estratégico determinado pelas conjunturas políticas e jurídicas nem de certa resistência a reconhecer o peso dos crimes na hora de elaborar suas narrativas. No entanto, e apesar do silêncio que rodeia o desaparecimento de pessoas, as Forças Armadas lembram os anos da repressão, isto é, constroem e ensaiam versões sobre o passado recente, ainda que nessas versões produza-se um instável equilíbrio entre lembrança e esquecimento, evocação e negação, seleção e falsificação. Em síntese, trata-se de um ator que tem um papel ativo na construção de suas memórias, e cujas narrativas refletem-se e contrapõem-se, por sua vez, aos sentidos produzidos pelos outros atores da memória pós-ditadura.

Pois bem, esta tese propõe-se a abordar a memória militar sobre a repressão, mais especificamente, a memória do exército argentino, buscando estabelecer um reconhecimento diferenciado entre a memória oficial da instituição, as memórias dos oficiais reformados que participaram no *Operativo Independencia*³ e a memória dos setores civis próximos à instituição, assim como

³ O *Operativo Independencia* começa no dia 5 de fevereiro de 1975, com a assinatura do decreto 265 do governo constitucional de Isabel Martínez de Perón. Esse decreto significou uma mudança na tática e estratégia das Forças Armadas no confronto com o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP). Em 1974, o ERP já se tinha lançado à guerra de guerrilhas, com a “*Compañía Román Rosa Jiménez*”, de 50 a 100 combatentes, à zona selvática do sudoeste da província de Tucumán. Como resposta, as operações militares iniciaram em agosto de 1974, quando o chefe da V brigada, o

identificar as posições relativas e conflitos que atravessam e conformam essa comunidade de memória⁴. O objetivo geral das páginas que aqui começam é identificar quais são e como são não só os sentidos e representações que tanto o exército quanto os oficiais reformados atualizam e elaboram para evocar e justificar sua participação na “luta contra a subversão”, mas também as práticas comemorativas que encenam junto às famílias e às organizações cívico/militares para homenagear os oficiais “mortos pela subversão”.

O interrogante que anima esta tese é, pois, como se articulam mudança e continuidade na memória de uma instituição –e dos oficiais que foram contemporâneos dos fatos- para os quais o passado é uma fonte de legitimidade e identidade, mas que, ao mesmo tempo, são energicamente questionados por uma sociedade que lhes exige respostas pelos crimes cometidos. Prestando principal atenção a esse duplo cruzamento, para dentro da comunidade militar e para fora, em direção à sociedade civil, esta tese procura indagar sobre as narrativas novas, cruzadas e até encontradas que são elaboradas pelo exército e pelos oficiais reformados. Daí que esta investigação pergunte-se: como se reproduzem na memória do exército as representações que possibilitaram sua criminalização e como se diferencia da herança do regime de fato que a precede? Como evoluiu

general de brigada Luciano Benjamín Menéndez, realiza duas incursões no monte tucumano. Logo após a assinatura do decreto, a condução do *Operativo Independencia* ficou em mãos do general Acdel Vilas, que implementou um “Plano Tático” que se baseou no combate direto contra a *Compañía Ramón Rosa Jiménez*, no monte, e apoiou-se na realização de ações clandestinas e ilegais nos povoados da zona e na *Ciudad de Tucumán*. A forma de repressão utilizada em Tucumán, durante o *Operativo Independencia*, constituiu um ensaio do que, a partir de 1976, estender-se-ia para todo o território nacional (Crenzel, 1997: 167).

⁴ O conceito “comunidade de memória” permite-me, primeiro, diferenciar a unidade de análise da unidade de estudo e, segundo, entender a segunda como uma unidade aberta. Por uma parte, a unidade de análise desta tese são as memórias e as práticas comemorativas do exército e dos oficiais reformados que foram contemporâneos da repressão, enquanto que a unidade de estudo é o discurso institucional do exército e a memória e as comemorações dos oficiais que participaram do *Operativo Independencia* em Tucumán. E, por outra parte, a unidade de estudo é concebida como uma unidade aberta em inter-relação com diversos atores que excedem o estritamente corporativo e institucional, por isso, incluem-se dentro da unidade de estudo os familiares e amigos dos “mortos pela subversão” e os setores cívico/militares, e também as relações que essa comunidade de memória mantém com o exterior: Estado, sociedade civil e organismos de Direitos Humanos (Guber, 2004a: 99-125). Cabe esclarecer que as memórias e práticas dos oficiais na ativa do exército não são abordadas nesta tese porque requerem um estudo particular, atendendo a suas diferenças e complexidade: a graduação militar e antiguidade na instituição, a presença de laços familiares e de solidariedade com pais ou tios oficiais, a filiação político-ideológica, as possibilidades de ascensão e melhoramento na carreira militar, entre outras questões.

através dos anos para adaptar-se a novas situações e como manteve os sentidos e representações que conformam sua identidade e tradições? De tal modo, o primordial interesse é compreender como a memória militar sobre a repressão responde tanto à continuidade de uma matriz narrativa sobre o passado recente, que reforça a autovalorização do exército como uma comunidade moral diferenciada da sociedade civil, como às transformações e inovações que vão permitindo à instituição e a seus homens posicionar-se frente ao fortalecimento da memória dos desaparecidos e ao discurso dos organismos de Direitos Humanos na Argentina.

Por último, atender às continuidades e rupturas da memória do exército permitir-me-á abordar a dimensão de futuro que lhe incumbe e, assim, determinar as tendências à elaboração (atravessamento) ou à atuação (repetição compulsiva) (LaCapra, 1998) dos sentidos de um passado autoritário e violento, que tem ao exército e a seus homens como um de seus principais responsáveis. Em tal sentido, esta tese propõe-se, por um lado, a examinar em que medida, para os oficiais reformados, recordar implica também assumir ou evadir as responsabilidades morais, jurídicas e políticas sobre o desaparecimento de pessoas, e, por outro lado, compreender como se articulam em suas memórias argumentos justificativos e estratégias políticas que procuram controlar e vigiar a transmissão de sentidos sobre a “luta contra a subversão” às novas gerações.

1. A “luta contra a subversão”: memória e comemoração como categorias nativas

Por uma parte, em sua qualidade de portador de mitos nacionais e patrióticos (Hershberg y Agüero, 2005: 3), o exército fomenta e premia a sensibilidade histórica de seus homens. Daí que os oficiais estão familiarizados e socializados com as preocupações e interesses dos afazeres da lembrança. E como se trata de uma instituição que se distingue por ser produtora e transmissora do passado como passado memorável, com sua narrativa edificante de heróis e glórias militares, busca reforçar os sentimentos de pertencimento e

autovalorização da instituição, assim como estimular a transmissão com uma forte carga afetiva às novas gerações de militares. Além disso, na vida militar, as lembranças memoráveis são investidas de uma aura simbólica quando ingressam aos rituais comemorativos da instituição. Em efeito, o passado agencia-se na vida cotidiana dos quartéis por meio de atos, celebrações, efemérides e aniversários. Desse modo, para os oficiais, o passado converte-se em tradição quando as memórias são institucionalmente praticadas nos termos e com os suportes proporcionados pelos rituais castrenses e pelos símbolos canônicos da nação. Enfim, recordar as batalhas e homenagear seus heróis são duas práticas habituais da vida dos quartéis.

Por outra parte, existe, entre as filas castrenses, uma narrativa aglutinante e hegemônica sobre o passado recente: a “luta contra a subversão”. Essa concebe a participação do exército nas atividades repressivas como uma ação de guerra na qual se defendeu a pátria dos inimigos internos que a ameaçavam. Com ela, mantém-se viva na memória a moral de combate que convocou o exército, como um chamado da pátria a dar um passo à frente e salvá-la (Vezzetti, 2002; Hershberg Y Agüero, 2005). Tratou-se de um tipo de guerra pela sobrevivência na qual a defesa de certas instituições e crenças torna-se a única garantia de “sobrevivência para a nação”. Frente a essa ameaça à paz e à integridade da pátria, as Forças Armadas em geral e o exército em particular sentiam-se a última reserva moral da Nação perante as agressões de um inimigo moralmente irrecuperável: a “subversão”⁵.

Em suma, a própria tradição memorialista do exército exige que a “luta contra a subversão” seja enquadrada na genealogia das “lutas pela independência” e da “história grande da pátria”, remetida a um momento fundacional, quase mítico, no qual o exército, a nação e a guerra fundam-se na

⁵ Essa definição do inimigo interno adquiriu, com a Doutrina da Segurança Nacional, a forma de uma ideologia suficientemente laxa como para considerar como ato de subversão, e portanto estranho ao ser nacional, “qualquer ação oculta ou aberta, insidiosa ou violenta que tente mudar ou destruir o critério moral e o modo de vida de um povo, com o objetivo de tomar o poder ou impor, ,,desde uma posição de força, um modo de vida baseado em um ordenamento diferente dos valores humanos”, tal como afirmava, em abril de 1977, o então chefe do exército, Roberto Viola, incluindo-se nessa categorização, como parte do espírito subversivo, “uma briga entre pais e filhos,

gesta patriótica. De igual modo, os oficiais “mortos pela subversão” devem ser evocados e homenageados como heróis e mártires com todas as honras militares, posto que se busca seu reconhecimento como soldados que defenderam a nação. Efetivamente, a memória da “luta contra a subversão” e os “atos de homenagem” aos “mortos pela subversão” apresentam-se, nesta tese, como os suportes e veículos da lembrança nos quais, por um lado, misturam-se o presente eterno dos rituais e as estruturas de sentido tradicionais da vida militar, e com os quais, por outro lado, a memória castrense procura objetivar seus sentidos sobre o passado recente.

Embora a noção de “luta contra a subversão” dê conta de um trabalho memorial de ligação, continuidade e articulação entre o passado e o presente de uma comunidade de memória que se sustenta da repetição de suas tradições e rituais, não carece de historicidade. Daí que, nos últimos 30 anos, adquiriu diferentes nomes segundo os contextos nos quais foi evocada: “guerra suja”, “guerra não-convencional”, “guerra anti-revolucionária”, “luta contra o terrorismo”, “guerra fratricida”, “luta entre argentinos”. Com eles, busca-se tomar distância da noção de Terrorismo de Estado com a qual os organismos de Direitos Humanos pretenderam demonstrar o caráter clandestino, criminoso e sistemático da política de desaparecimento. Suas diferenças não são menores e respondem não só aos contextos interpretativos e políticos nos quais o passado é evocado, mas aos interlocutores com os quais se disputam sentidos e ao grupo ao qual se dirige a memória.

Apesar de que a instituição exerce um policiamento sobre a homogeneidade dos relatos, esta tese procura explicar que a memória castrense não constitui um discurso unânime, aceito e reconhecido por toda a comunidade militar, mas que conforma um campo de disputas no qual os sentidos que provêm do passado são selecionados e modificados em função das interações do presente. Isso se dá de tal modo, que busca atender às relações e tensões que a

entre pais e avós”, segundo uma declaração, de abril de 1976, do comandante em chefe das três forças e presidente da nação, Jorge Videla (Duhalde, 1999: 67).

memória do exército estabelece em duas frentes: para a comunidade militar e para a sociedade civil.

Para dentro, as tensões e conflitos em torno do que e do como recordar o passado recente remetem à construção de uma memória edificante que reforça os sentimentos de pertencimento e autovalorização, e que estimula a rememoração e transmissão com uma forte carga afetiva. Como se trata de uma comunidade de memória que vive de suas tradições e valores e para a qual o passado constitui uma fonte de legitimidade, proponho-me, por um lado, a examinar como os conflitos e disputas internas travam-se em torno das tensões entre fidelidade e traição, lealdade e claudicação com respeito aos legados do passado, e, por outro lado, indicar que as disputas internas sobre a representação do passado recente são, ao mesmo tempo, lutas pelas posições de autoridade entre os diferentes atores que compõem a comunidade militar, pela legitimidade de quem toma a palavra e pelo reconhecimento do grupo ao qual se transmite a memória.

Para fora, a memória militar apresenta-se como uma memória em conflito com a memória socialmente consagrada dos desaparecidos e com o discurso dos organismos de Direitos Humanos. Para disputar-lhes o sentido e a verdade sobre o passado recente, a memória castrense procura transcender o marco fortemente corporativo dos quartéis e instalar uma narrativa verossímil sobre o passado recente. Em tal sentido, a tese que aqui começa tem o propósito de indagar como o discurso cívico/militar busca ampliar suas bases de sustentação com apoios mais amplos e integradores para que suas narrativas possam chegar a ser aceitas pela sociedade civil e, assim, posicionar-se como um novo ator no cenário da memória.

Em síntese, para dar conta de como o exército e os oficiais reformados fazem frente às disputas ativas não só com outros discursos, mas sobre o sentido mesmo da memória ao interior da comunidade militar, esta tese pretende analisar o modo pelo qual a memória castrense constrói um relato coerente, verossímil e comunicável sobre o passado recente, assim como enquadrado dentro da identidade narrativa da instituição. Como já foi dito, isso converte à comunidade militar em um ator ativo na produção de sentidos sobre o passado recente, que se

enquadra, também, em um modo legítimo de expressão e comemoração nos “atos de homenagem. Em suma, sobre essas práticas e representações ocupar-se-á a tese que aqui começa.

2. Burocratas ou cruzados?

Para pensar as relações que os grupos sociais restabelecem com a violência de sua história, especialmente com a irrupção de processos genocidas ou assassinatos políticos em massa, é importante dar conta da tensão que existe entre recordar e reconhecer as responsabilidades sobre esse passado. Sobretudo porque a memória, quando reconstrói o passado, explica-o e valoriza-o, mas também elabora uma narrativa sobre a responsabilidade que justifica o sofrimento e atribui culpas. É nesse sentido que me interessa analisar como a memória castrense, ao lidar narrativamente com fatos atrozes e ao reconstruir uma relação retrospectiva sobre a violência, dá conta de como a subjetividade de quem narra e rememora foi também produzida através dessa experiência (Das & Kleinman, 2001: 1). Embora a violência tenha sido promovida no passado, quando é evocada e consumida no presente pelos diferentes atores da comunidade militar, atualiza-se também no mundo de interações sociais que lhe deu origem. Por isso, a trama de justificativas e reivindicações que os oficiais reformados e o exército elaboram sobre os atos cometidos no passado conforma o material a partir do qual resultará possível fazer inteligível a trama de interações sociais que liga os sujeitos a uma coletividade capaz de cometer ações atrozes.

Na literatura sobre os perpetradores de genocídio ou de assassinatos políticos, canonizaram-se duas formas de pensar a trama de relações sociais que ata o indivíduo a uma empreitada genocida. Tanto os estudos sobre o Holocausto⁶

⁶ A memória do Holocausto adquiriu no cenário mundial a força totalizante de um *tropos* universal que, embora coloque em evidência a relação conflitiva entre a Modernidade e a alteridade, costuma ser evocado em situações locais, longínquas em termos históricos e diversas em termos políticos, produzindo a obliteração das formas de violência particulares (Huysen, 2002).

como as investigações locais sobre a violência desaparecedora⁷ tendem a explicar essa relação construindo enunciados que, de algum modo, reproduzem o beco sem saída da oposição entre estrutura e agência⁸ (Lang, 1990), de modo tal, que, no momento de compreender a subjetividade dos repressores argentinos, os pesquisadores reinstalam a já clássica controvérsia entre a figura da banalidade do Mal (Bauman, 1997; Agamben, 1995, 1998a; Feirestein, 2000; Arendt, 2000b; Hilberg, 1981; Browning, 1992; Kogon, 1965; Calveiro, 1998; Schmucler, 1999) e o poder das motivações em um sistema ideológico (Elias, 1999; Friedlander, 1993, 1997; Staub, 1989; Davidowicz, 1986; Goldhagen, 1999; Vezzetti, 2002; García, 1995).

Por um lado, a tese da banalidade do Mal é retomada para sustentar que a maioria dos homens que fizeram funcionar o dispositivo de desaparecimento parece ter-se aproximado do arquétipo do burocrata medíocre, capaz de cumprir qualquer ordem dada na sua qualidade de subordinado (Calveiro, 1998: 149). Não se trata nem de seres maléficos nem predestinados por interesses conscientes de seu papel no jogo social: os militares são vistos como sugados por uma estrutura técnica com insólita solidez que impôs submissão (Schmucler, 1999: 10). Os repressores resultam, desse modo, ser parte de uma maquinária de morte cuja inexorabilidade instiga-os a funcionar para além de qualquer vontade humana e de qualquer limite possível. Como toda máquina, e essa especialmente, cujo fim é o assassinato em grande escala, o caráter objetivo de seu funcionamento produz a completa dissolução do homem em um processo que já não necessita nem do ódio e nem do ressentimento para sua execução. Aqui, o peso das estruturas racional-burocráticas e dos processos crescentes de institucionalização da violência vem a atenuar a figura de um perpetrador forte, convencido e de grande

⁷ Na Argentina, as condições de interlocução no debate intelectual e político, assim como modos de produção e legitimação de conhecimento sobre a violência desaparecedora, estão significativamente influenciadas pelos aparatos conceituais com os quais se explicou, desde a história e desde a sociologia, o Holocausto.

⁸ A oposição agência-estrutura baseia-se na tensão clássica da literatura sobre o Holocausto, segundo a qual a violência genocida pode ser entendida como produto dos processos estruturais típicos da sociedade moderna e racional e do Estado-Nação (Bauman, 1997; Agamben, 1995, 1998a; Feirestein, 2000; Hilberg, 1981) ou como epifenômeno de práticas e crenças historicamente reprimidas por ela e que persistem sob a forma de ideologias atávicas ou pseudoreligiosas (Elias, 1999; Friedlander, 1993, 1997; Davidowicz, 1986; Goldhagen, 1999; LaCapra, 1994, 1998, 1999).

capacidade de execução. Em seu lugar, impõe-se a imagem do burocrata medíocre, carente de convicções e que não tem consciência da natureza criminal de seus atos.

Por outro lado, essa figura do militar obediente e medíocre, despojado de qualquer dimensão moral e preso a uma responsabilidade meramente técnica, é substituída pelo cruzado, provido de uma moral de combate cristã e messiânica, sem a qual é impossível cumprir com a empreitada de morte. As formas de repressão vernáculas só podem ser entendidas se é reconhecido o caráter messiânico da empreitada de extermínio (Vezzetti, 2002). Em tal sentido, a violência repressiva somente é possível ali onde previamente se alterou o código moral e onde se introduziram elementos eticamente dissolventes e intelectualmente degenerativos, tais como a visão messiânica, o fanatismo deformante da realidade, o ódio ao inimigo absoluto- para conseguir que o militar profissional abandone o conceito de ação militar e substitua-o por outro que implique uma devastadora ruína moral (García, 1995: 44). Acrescenta-se aqui um ingrediente fundamental à justificativa da guerra, a saber: a convicção, que animava a muitos de seus chefes (acima de tudo, ao devoto general Videla), de estar deflagrando uma cruzada pela fé católica, que estava, além disso, benzida pela hierarquia da Igreja Argentina (Vezzetti, 2002: 89). Dessa forma, esses autores acentuam a importância da convicção pseudofanática militar, que entendia a matança como uma empreitada redentora. Daí que consideram que o fator religioso deve ser privilegiado na análise do caso argentino, em comparação com as ditaduras dos países vizinhos, de tal modo, que a religião é concebida como uma de suas formas mais dogmáticas e anacrônicas, como fator de grave distorção da realidade política e social, que se torna capaz de degradar as consciências até o extremo de fazer toleráveis as maiores atrocidades (García, 1995: 205).

Com a aspiração de evitar as armações conceituais que espartilham a investigação no debate clássico objetivismo versus subjetivismo das ciências sociais, esta tese propõe-se a indagar como a “luta contra a subversão”, enquanto prática e discurso, incidiu ao mesmo tempo que se reapropriou das significações

morais dos oficiais do exército e da doutrina e práticas castrenses, assim como de seus valores, tradições e sentimentos, e como criou, ademais, um ator que não só a executou, mas que também hoje a relembra e reivindica. Para tanto, este trabalho propõe-se a investigar as relações entre moralidade, memória e identidade, prestando principal atenção àquilo que liga e une os oficiais reformados que relembram a “luta contra a subversão”; àquilo que vincula –em sentido forte de vínculo social- esses oficiais; àquilo que dá coesão e forma ao grupo; àquilo que os obrigou ou convenceu a atuar de um ou outro modo; aos padrões de normalidade que organizam sua sociabilidade; às concepções de natureza humana que atualizam; àquilo que permitem ou proíbem, implícita ou explicitamente, seus códigos comuns; aos critérios de bem e de mal que detentam; aos raciocínios morais que justificam suas ações e resolvem seus dilemas morais; às práticas cotidianas e habituais que naturalizam a violência; aos sistemas classificatórios que ordenam a relação com os “outros”; àquilo que dá sentido aos atos de violência e aos argumentos escusatórios que se formulam *a posteriori* (Howell, 1998).

3. As memórias castrenses

Abordar questões relativas à memória coletiva leva a perguntar-nos, como já foi referido, por suas continuidades e rupturas, mas também por suas dinâmicas e transformações, por suas disputas e tensões e por seus planos e segmentações. Apesar dos processos de objetivação e cristalização da memória em hábitos e narrações, é difícil concebê-la como uma totalidade fechada e aut centrada. Em tal sentido, para este trabalho, resulta mais apropriado pensar a memória militar como memórias no plural, memórias em processo de construção e em luta com outras memórias, que estão atravessadas por disputas internas, sujeitas às sucessões geracionais, influenciadas por conjunturas histórico-políticas e diferenciadas segundo níveis subjetivos e sociais, nacionais e grupais, institucionais e políticos. Assim, uma das premissas que orientam esta tese é que,

apesar dos elementos hegemônicos e aglutinantes que identificam a memória do exército, existe um reconhecimento e uma elaboração diferenciada dos sentidos do passado recente. Daí que resulte fundamental atender a essa diversidade segundo dimensões que possam segmentar a memória da comunidade militar.

Em primeiro lugar, as memórias da “luta contra a subversão” variam em função das elaborações e interações dos diversos atores que compõem a comunidade militar: as sucessivas conduções do exército, os oficiais reformados, os familiares e amigos dos oficiais mortos durante a década de 70 e as organizações cívico/militares de memória. Vejamos detalhadamente as características de cada um desses atores:

Para as autoridades do exército, a evocação da “luta contra a subversão” apresenta-se, por um lado, como fonte de legitimidade de sua autoridade e de transmissão dos valores e práticas que conformam as tradições da instituição, e, por outro, como terreno de conflitos e negociações com o Estado e a sociedade civil. Certamente, as autoridades do exército atuam como uma espécie de dobradiça entre as reivindicações e demandas dos quadros, as políticas e posicionamentos do poder político e as exigências e requerimentos da sociedade civil.

Os oficiais reformados, geracionalmente contemporâneos da repressão e aglutinados na figura de “companheiros de turma”⁹, constroem seu peso simbólico do fato de que se posicionam como portadores de um vínculo privilegiado com o passado. Entre eles, existem fortes laços de amizade e solidariedade que se vêm reforçados e atualizados, por sua vez, pelas redes de ajuda mútua e organização cerimonial que se articulam nas práticas comemorativas que periodicamente realizam. Em tal sentido, sua legitimidade como porta-voz da comunidade militar concretiza-se a partir de uma narrativa de fidelidade à “luta contra a subversão” e aos “mortos pela subversão”.

Os familiares e amigos dos oficiais mortos, que se aglutinam em diferentes associações, constroem sua legitimidade como danificados diretos do “terrorismo

subversivo”. Em sua qualidade de esposas, filhos, sobrinhos, pais e mães de oficiais “mortos pela subversão”, recriam e encenam os laços afetivos da grande família militar, mas tomam a palavra na qualidade de vítimas não-reconhecidas nem recordadas. Os familiares apresentam-se como os guardiães da memória da “luta contra a subversão” e como os principais promotores dos “atos de homenagem aos oficiais mortos”.

Por último, as organizações cívico/militares de memória atuam publicamente na qualidade de atores oficiosos ou porta-vozes civis de setores militares. Elas impulsionam uma ativa ação política, com vários propósitos: desacreditar o discurso dos organismos de Direitos Humanos, melhorar a imagem pública das Forças Armadas, posicionar a memória militar entre a opinião pública e defender os oficiais processados por violações aos Direitos Humanos.

Pela segunda vez, ao longo de 25 anos, a memória do exército foi objeto de transformações e reconfigurações. Se bem que a última Junta Militar, em seu *Documento Final*, pretendeu pautar e controlar sua saída do poder impondo um relato oficial sobre a repressão, as significações e sentidos dos acontecimentos que neste documento narram-se e justificam-se não se cristalizaram definitivamente. Pelo contrário, a memória do exército tem sua dinâmica. As mudanças de contextos sociopolíticos, a aparição de novos atores sociais, o surgimento de relatos e testemunhos desconhecidos, as mudanças na sensibilidade social, a troca geracional e as transformações no cenário judicial produziram modificações na narrativa castrense. Essas se concretizam por meio de um conjunto de mecanismos: a negociação com outros atores sociais, a ressignificação de legados e tradições, a seleção de alguns fatos e sentidos do passado, o resgate de significações latentes ou esquecidas, a falsificação de acontecimentos e datas e a pura e simples negação. Essas variáveis permitirão operacionalizar a dinâmica da memória militar segundo seus elementos dominantes ou hegemônicos, residuais - que provêm de períodos passados mas

⁹ Das turmas do *Colegio Militar*, surge um grupo politicamente ativo, denominado *Unión de Promociones*, com o objetivo de defender e apoiar os “camaradas detidos e suas famílias” por violações aos Direitos Humanos.

mantêm-se ativos e emergentes, que são parte do futuro e em certa medida contraditórios com os elementos dominantes do presente (Williams, 1980).

Para dar conta dessas transformações, esta tese propõe-se a historicizar a memória do exército em três períodos (Rouso, 1990): a difusão do *Documento Final* da última Junta Militar, em 1983, *Mensaje al País* do general do exército Martín Balza, em 1995, e o lema de *Memoria Completa* do general do exército Ricardo Brinzoni, em 2000. O primeiro caracteriza-se por ser um discurso denegatório e triunfalista, segundo o qual os “vencedores da guerra contra a subversão” não têm por que dar explicações a ninguém por suas decisões e desempenhos. O segundo apresenta-se como ato de “*sinceramiento*” com a sociedade argentina, que, embora reconheça a tortura e a desapareição, continua mantendo o pacto de silêncio. E o terceiro representa um giro no discurso público do exército, pois o passado recente resulta re-narrado como uma sucessão de martírios que lhe aconteceram, o que acaba requalificando a violência, delegando-a aos inimigos da nação e recriando os sentidos de uma instituição vitimizada.

Por último, a memória da “luta contra a subversão” divide-se em diversos planos e dimensões que conformam memórias militares paralelas, contraditórias ou em disputa. Certamente, a memória oficial, a memória coletiva, a memória pública, a memória pessoal e as políticas de memória constituem paradas obrigatórias no requerido desta tese. Esse cruzamento permite complexificar o estudo da memória do exército e atender a sua diversidade, pois reconhece que a memória é um objeto plural e relacional.

Primeiramente, a memória oficial é a memória institucionalizada pelo exército. Essa é tanto mais autorizada e reconhecida pelos oficiais quanto mais se ajusta a critérios de enquadramento e formalização, que contribuem para reproduzir a identidade narrativa da instituição ao longo do tempo e para controlar a homogeneidade dos relatos. Para isso, conta com quadros profissionais cuja função é produzir um policiamento sobre os sentidos do passado para dar continuidade e coerência à narrativa militar. Segundo, a memória coletiva é a memória dos quadros do exército que foram contemporâneos dos fatos. Nesse caso, trata-se majoritariamente de oficiais reformados e dos familiares dos

camaradas de armas, mortos durante a década de 70. É uma memória que se encarna nos laços afetivos e de solidariedade do grupo de oficiais e que se exerce como uma prática coletiva de auto-afirmação, isto é, procura reforçar os valores e tradições que conformam a identidade de uma geração. Terceiro, quando falo de memória pública, refiro-me à memória da “luta contra a subversão”, que sai do âmbito fechado dos quartéis e é divulgada no espaço público por grupos civis achegados às Forças Armadas. Essa memória faz uso de símbolos, figuras e linguagens provenientes do âmbito civil, dos organismos de Direitos Humanos e da ideologia e história nacional, com o fim de inaugurar novos lugares de pertencimento e conquistar maiores adesões. Quarto, a dimensão subjetiva da memória militar é reconstruída a partir dos relatos em “primeira pessoa” de oficiais reformados que participaram do *Operativo Independencia*. Trata-se de lembranças, relatos e sentidos que se articulam de maneira singular e única em termos autobiográficos, mas que também se apresentam como vazios, rupturas ou silêncios narrativos. Quinto e último, interessam-me as políticas de memória com as quais os setores cívico/militares procuram influenciar politicamente nos usos da lembrança. Para isso, desenvolvem ações estratégicas orientadas ao futuro para controlar os efeitos e conseqüências do passado. Em outras palavras, as políticas de memória lançam-se ao futuro, moldando o passado em função dos conflitos do presente e intervindo sobre seus efeitos e conseqüências.

4. O trabalho de investigação

Se a memória coletiva é uma prática na qual a experiência do passado socialmente produzida pode ser percebida como um fato objetivo, estudá-la implica desentranhar os sentidos e relações que conformam essa objetividade. Para dar conta das significações e das presenças do passado tal como os atores constroem-nas e transmitem-nas, esta tese fundamenta-se em uma perspectiva metodológica de corte etnográfico que procura compreender as presenças e sentidos do passado desde a perspectiva dos atores (Weber, 1999; Geertz, 1989).

Em tal sentido, os agentes e suas práticas consideram-se informantes privilegiados que podem dar conta do que pensam, sentem, dizem e fazem no presente com respeito aos eventos que os envolveram no passado e que atualizam desde seus marcos de interpretação (Halbswacs, 1994; Geertz, 1989) e seus sistemas classificatórios (Durkheim & Mauss, 1971). Em suma, o conhecimento da memória como campo instituído, reproduzido e transformado socialmente supõe a aplicação do método hermenêutico (Gadamer, 1997) para compreender e interpretar os mundos de vida dos atores, os laços comunitários dos quais participam, as tradições que os atravessam, as disposições adquiridas, as motivações que orientam sua ação e as visões que possuem de si mesmos e sobre as posições que ocupam com relação a outros atores.

Nesse sentido, no trabalho de investigação, propus-me a atravessar as fronteiras materiais e simbólicas que separam a vida militar do mundo civil no contexto pós-ditadura na Argentina, para poder dar conta delas. Embora isso não tenha sido fácil, tampouco foi impossível. Por uma parte, as barreiras foram muitas e mútuas, de ordem burocrática, política, simbólica, cultural, moral, geracional e de gênero; no entanto, algumas delas foram transvasadas ao largo de dois anos de trabalho de investigação. Esse processo exigiu a problematização de minha própria posição subjetiva, mas também exigiu evitar a identificação com a outra posição em jogo, para poder dar conta criticamente do ponto de vista dos oficiais e do exército. Em outras palavras, o desafio foi tratar de superar a rede de relação que impõe a violência e os fatos traumáticos, isto é, perpetrador, vítima, colaborador, espectador ou resistente (LaCapra, 1998: 42) e propor um novo tipo de agência para minha tarefa como investigadora.

Por outra parte, somam-se também os problemas éticos, teóricos e metodológicos que aparecem pelo fato de abordar um fenômeno político e social que é controvertido e conflituoso para o “nós” no qual se reconhece esta tese - refiro-me não só às lutas pela defesa dos Direitos Humanos na Argentina, mas também à produção acadêmica e intelectual.¹⁰ Trata-se das dificuldades que

¹⁰ Esse contexto político e intelectual está textualizado nesta tese, posto que se trata de uma produção acadêmica que está, por sua vez, inscrita na tradição e na linguagem da pesquisa sobre

surgem da confrontação com o ponto de vista de um grupo que cometeu atos atrozes e aberrantes, assim como da reprodução de suas motivações e justificativas no tempo presente. A essas questões agregam-se os problemas e dificuldades que surgem de investigar um grupo não-subalterno, que tem capacidade de gestão sobre sua própria história e seus relatos, e com o qual se reproduzem relações de ordem hierárquica e de poder, pois possui informação e saberes sobre fatos que envolvem a vida de milhares de homens e mulheres. Em tal sentido, o desafio é tornar compreensível o ponto de vista dos oficiais que participaram na repressão, da maneira tão convincente como resulta para eles (Ginsberg, 1998: 186), mas procurando falar disso sem produzir o efeito de um gozo e sem trivializar suas manifestações.¹¹ Por isso, essas reflexões procuram manter uma dialética da falta que não só apele a um gesto sempre incompleto de interpretação histórica, mas também que implique ao leitor e responsabilize-o através da leitura.

Por último, na indagação das memórias castrenses, a auto-reflexão crítica do investigador sobre sua própria posição, suas origens e seus interesses resulta imperiosa (Gagnebin, 2000: 100). O posicionamento teórico de quem toma a palavra incide de múltiplas formas sobre seus enunciados. Esses enunciados não são neutros nem inocentes e devem ser refletidos juntamente com sua enunciação, pois essas contribuições incidem sobre os acontecimentos com o poder de sua própria palavra. Por isso, a abordagem da questão da violência exige a interrogação, por parte do investigador, de sua própria responsabilidade, simultaneamente científica e histórico-social.

Pois bem, para a realização do trabalho de campo, apoiei-me em diversos dispositivos de coleta de informação: observação participante, entrevistas não-diretivas e análise de fontes primárias e secundárias. A observação participante efetuou-se em dois âmbitos: por um lado, nos “atos de homenagem” aos camaradas “mortos pela subversão” que os oficiais reformados e as famílias realizaram entre 2004 e 2006, em clubes militares e igrejas castrenses; e, por

a memória e a violência no Cone Sul, que se vem desenvolvendo na Argentina desde 1983 (Ginsburg, 1998: 192).

¹¹ Sobretudo porque a abordagem fictícia ou testemunhal do horror pode fascinar e atrair.

outro lado, nos atos públicos que as organizações cívico-militares celebraram em praças da cidade de Buenos Aires (2006-2007). Embora se tratou de uma participação com certas limitações, pois as celebrações castrenses são marcadamente protocolares, com lugares e papéis fixos, o fato de ter contato com alguns oficiais reformados permitiu-me participar da “cozinha”¹² desses eventos, de modo tal, que, por meio de um sutil equilíbrio entre participação e observação (Guber, 2001), pude reconstruir não só os ritos e *performances* através dos quais se materializa e encena a memória da “luta contra a subversão”, mas também as lutas e disputas pelos suportes, canais e veículos que podem efetivar a transmissão e divulgação dessa memória.

Em segundo lugar, realizaram-se entrevistas não-diretivas e entrevistas semi-estruturadas a oficiais reformados do exército que participaram no *Operativo Independência*, em Tucumán (1975-1978), entre o grau de capitão e tenente coronel. O caráter não-diretivo e semi-estruturado das entrevistas possibilitou redirecionar a temática segundo os assuntos que resultavam mais significativos para os atores ou que pareciam mais distantes ou semimanifestos (Guber, 2004a). Tratou-se de um total de oito entrevistas, duas das quais foram realizadas a oficiais expulsos da força por participarem em levantamentos *carapintadas*, motivo pelo qual já não possuem o grau de reformados. As entrevistas realizaram-se nos lares dos oficiais, em seus lugares de trabalho –agora ocupações civis, pois são reformados do exército- ou em cafés da cidade de Buenos Aires. A maioria dessas entrevistas foram efetuadas sem gravador, por uma decisão de minha parte, mas muitos oficiais sustentavam não haver problema em serem gravados. Ao passo que, como contrapartida, tive que responder a perguntas sobre a atividade de meus pais, se tinha familiares mortos, se acreditava em Deus, e se sabia sobre acontecimentos considerados relevantes sobre a história dos anos 70: o assassinato de Aramburu e do capitão Viola; a anistia aos “terroristas”, outorgada por Campora, no dia 25 de maio de 1973; sobre diversas tomas a unidades militares pelas organizações armadas etc. Em termos gerais, os oficiais

¹² Refiro-me aos debates que estimularam a realização dos atos e às ressonâncias que provocaram dentro da comunidade militar.

mostravam um grande conhecimento sobre história universal, filosofia política antiga, história bélica do século XX, história da guerra fria, e marcavam permanentemente meu suposto desconhecimento sobre questões militares - por minha condição de civil e mulher jovem, não poderia, de modo algum, saber sobre tais questões.

Para minha surpresa, o efeito “bola de neve”, que me conduzia de um oficial reformado a outro, produziu-se sem maiores dificuldades. No entanto, nesse percurso, todos os oficiais reformados aos quais tinha acesso haviam estado na província de Tucumán. Se partimos do suposto de que os relatos que obtive nas entrevistas não podem ser entendidos fora de seu contexto de produção, incluindo as dimensões políticas que rodeiam o acontecimento, devemos perguntar-nos por que os oficiais reformados que participaram do *Operativo Independencia* aceitaram ser entrevistados e falaram sobre a repressão em Tucumán. A esse respeito, posso provisoriamente afirmar que a evocação do *Operativo Independencia* serve aos oficiais reformados para fortalecer sua imagem como “forças legais”, que defenderam os “poderes constituídos” contra o “terrorismo”. O relato dos oficiais ampara-se no decreto 261, promulgado pela presidenta Maria Estela Martínez de Perón, no dia 5 de fevereiro de 1975¹³, que ordenava a repressão na província de Tucumán. Com isso, procura-se destacar não só que a ordem de “aniquilar a subversão” foi uma ordem legal ditada pelas autoridades democraticamente eleitas, mas também que elas estavam em total conhecimento e, inclusive, consentiam com o modo pelo qual ia ser levada a cabo a repressão.

Além disso, a realização de entrevistas permitiu-me reconstruir a dimensão pessoal da memória militar; identificar os efeitos subjetivos da violência e estabelecer o mundo de valores e práticas cotidianas que a sustentam; explorar os limites entre o confessável e o inconfessável sobre o passado recente; conhecer as contradições, *lapsus* e fantasmas que atravessam seus relatos e examinar os dispositivos que autorizam ou interditam a revelação de informação. Em suma, ver como a memória da “luta contra a subversão” é mais que um conjunto de

¹³ O decreto ordenava: “(...) executar as operações militares que sejam necessárias para efeito de neutralizar e/ou aniquilar o acionar dos elementos subversivos que atuam na província de Tucumán”.

argumentos justificatórios e que se encarna em desejos, expectativas, escolhas, preferências e sentimentos subjetivamente vivenciados, mas coletivamente aceitos e estimulados.

Em terceiro lugar, a informação coletada nas entrevistas e na observação participante foi cruzada com os dados obtidos a partir de fontes primárias e secundárias: redes de correios eletrônicos, revistas, livros, páginas webs, discursos, panfletos, comunicações, manuais, documentos oficiais etc. Esse entrecruzamento permitiu-me, finalmente, atender ao caráter relacional, plural e dinâmico das memórias castrenses. Por uma parte, a partir do trabalho sobre documentos, discursos, revistas e livros do exército, foi possível reconstruir os ciclos de memória oficial da instituição desde 1983 até o presente, identificando suas linhas de continuidade e suas rupturas com o discurso do regime militar, e as negociações e conflitos que mantém com o relato dos organismos de Direitos Humanos. Além disso, a pesquisa permitiu-me identificar os mecanismos e dispositivos de policiamento sobre os relatos e sentidos que a condução do exército, através de profissionais da lembrança, exerce sobre o conjunto da comunidade militar, assim como o conjunto de justificativas e reivindicações sobre a “luta contra a subversão”, que busca difundir para além dos quartéis. Por outra parte, a indagação em revistas, comunicados, panfletos, páginas webs e discursos emitidos e publicados pelas associações cívico-militares possibilitou reconstruir as figuras públicas com as quais a memória castrense procura posicionar seu relato entre a opinião pública. De modo tal, que o cruzamento de toda a informação ajudou-me a recompor a trama de relações sociais, dentro e fora da comunidade militar na qual a memória da “luta contra a subversão” insere-se, apóia-se ou entra em disputa.

5. Plano da tese

Esta tese está organizada em cinco capítulos que mostram como os diferentes atores que compõem a comunidade militar relembram a “luta contra a

subversão” e homenageiam os oficiais “mortos pela subversão”. Essas páginas recorrem a um período da história argentina que, se bem parte das últimas ações de governo do *Proceso de Reorganización Nacional*, envolve a transição democrática, o governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), passando pelos anos de impunidade, o governo de Carlos Menem e da *Alianza* (1989-2002), até o reinício dos julgamentos aos oficiais acusados por violações aos Direitos Humanos, no governo de Néstor Kirchner (2002-2007). No entanto, os capítulos não seguem uma ordem cronológica, mas abordam a memória castrense desde o posicionamento de seus diversos atores e dos diferentes planos e dimensões que a compõem, tentando dar conta, tal como o indica o título da tese: *Nem burocratas nem cruzados: militares argentinos - Memórias castrenses sobre a repressão*, dos sentidos e das lutas paralelas e em conflito que atravessam tais memórias.

O primeiro capítulo - *De vencedores a vítimas: reconfigurações da memória oficial do exército* - ocupa-se dos ciclos de desconstrução e reconstrução da memória oficial do exército sobre a repressão ilegal. Daí que se propõe a realizar uma periodização em três momentos que retratam essas transformações: a difusão do *Documento Final* da última Junta Militar, em 1983, o *Mensaje al País* do general do exército Martín Balza, em 1995, e o lema *Memoria Completa*, do general do exército Ricardo Brinzoni, em 2000. A partir da análise desses discursos, esse capítulo busca dilucidar os seguintes interrogantes: quais são os sentidos e verdades que pugnam por serem legitimados em cada um desses momentos? Afirmam-se continuidades ou rupturas com relação às tradições e legados do passado? Quais são os agentes encarregados de estabelecer e difundir a memória oficial, e que suportes utilizam para isso? Com que atores sociais enfrenta-se a memória do exército? Como influenciam os contextos políticos e históricos e os marcos ideológicos no enquadramento da memória militar?

O segundo capítulo - *Entre heróis e traidores: memória e identidade dos oficiais reformados do exército* - propõe-se a dar conta, por um lado, da memória dos oficiais reformados do exército, os quais se reconhecem como parte de uma geração que tem um vínculo privilegiado com o passado recente pelo fato de

terem sido contemporâneos dos acontecimentos, e, por outro lado, das práticas comemorativas nas quais, ao recordarem e homenagearem os camaradas de armas mortas na década de 70, os oficiais reformados ensaiam os conflitos que mantêm com a política comemorativa da atual condução do exército. Em termos gerais, esse capítulo tem o objetivo de indagar sobre os sentidos e significados atribuídos e expressos nos “atos de homenagem” e a relação da memória da “luta contra a subversão” com os valores da comunidade militar. Em tal sentido, nessas páginas, procura-se responder aos seguintes interrogantes: que eventos ou fatos priorizam-se ou ocultam-se nos “atos de homenagem” e na memória da “luta contra a subversão”? Que retóricas e *performances* mobilizam-se e quais caem em desuso? Quais são os personagens ou atores do passado que se reivindicam e quais se esquecem? Quais se convertem em porta-voz autorizados e quais em interlocutores legítimos? Como se redefinem as relações entre memória e identidade, por um lado, e entre passado, presente e futuro, por outro lado?

A partir da indagação das práticas comemorativas e das representações sobre o passado recente das associações cívico-militares, o terceiro capítulo - “*Vítimas do terrorismo*” e “*caídos pela pátria*”: *figuras públicas da memória cívico/militar* – propõe-se a analisar como - fazendo uso dos símbolos, figuras e linguagens provenientes, por um lado, dos organismos de Direitos Humanos, e, por outro, da ideologia e da história nacional - essas associações procuram estabelecer, convencer, transmitir uma narrativa que possa chegar a ser aceita pela sociedade civil e, desse modo, inaugurar um espaço social civil e nacional que lhes permita posicionar-se como um novo ator no cenário da memória, questionar a legitimidade dos organismos de Direitos Humanos, divulgar e popularizar suas reivindicações e demandas entre a opinião pública e avançar na política pela “reconciliação nacional”.

Com a análise e interpretação dos relatos em “primeira pessoa” de oficiais reformados do exército que participaram no *Operativo Independência*, na província de Tucumán, entre 1975 e 1978, obtidos por meio de entrevistas, o quarto capítulo - *Experiência e narração: memória militar em “primeira pessoa”* - propõe-se a indagar sobre a dimensão subjetiva da memória militar. Em outras palavras,

ocupa-se da relação entre o sujeito da experiência e o sujeito da palavra, isto é, da dimensão da memória que se materializa em lembranças, relatos, sentidos e apropriações articuladas de maneira singular e única em termos autobiográficos. A dimensão subjetiva da memória refere-se, pois, à forma em que o vivido inscreve-se em um sujeito, deixando rastros e marcas, mas também ao modo como esse legado é imaginado ou repetido no transcurso de uma biografia que se apresenta sob a forma de um testemunho. Por isso, entre as perguntas que animam esse capítulo, estão as seguintes: o que ocorre quando os que rompem o silêncio, relembram o passado, dizem publicamente sua verdade, enfim, os que testemunham são os mesmos que perpetraram os atos atrozés? Seus relatos contribuem para confirmar e verificar os horrores testemunhados pelas vítimas e significam um questionamento da versão denegatória da violência, ou, pelo contrário, restituem o regime de silêncio que isola e deprecia a palavra dos sobreviventes e favorecem a interpretação escusatória do passado autoritário?

A modo de conclusão, o quinto e último capítulo - *O futuro da memória militar: efeitos e conseqüências* - pretende apresentar uma série de considerações finais que atenda à dimensão de futuro que atravessa a memória militar. Em tal sentido, propõe-se não só a identificar os efeitos da memória da “luta contra a subversão” no plano da identidade militar, mas também a analisar as estratégias aplicadas pelo exército e seus homens para controlar e direcionar as conseqüências dessas memórias no plano histórico, ético e político. Em outras palavras, o objetivo é indagar - em todos os níveis da memória castrense trabalhados nos capítulos precedentes: oficial, coletivo, público e individual - para identificar os legados que se procura transmitir, os ensinamentos que se pretende universalizar, as clausuras que se tenta instalar, as seqüelas que se quer obliterar, as justificativas a que se aspira generalizar e as saídas políticas que se propõe implementar.

Capítulo I

De vencedores a vítimas: reconfigurações da memória oficial do exército

“Se alguém te aponta com uma arma e diz ‘mata o teu amigo ou te mato’, está te tentando, isso é tudo. E uma tentação, quando a vida da gente está em jogo, pode ser uma desculpa legal para o crime, mas não é uma justificativa moral.”

Hannar Arendt

Os ciclos de desconstrução e reconstrução da memória oficial do exército sobre a repressão ilegal são o eixo central deste capítulo. Ao longo dos últimos 30 anos, a imagem que o exército constrói para si e apresenta à sociedade argentina não está isenta de mudanças, negociações e transformações, em função dos diferentes contextos históricos e da sua relação com outros setores sociais, mas tampouco de continuidades e repetições.

Em efeito, e seguindo Pollak (2006), a memória do exército se constrói, desconstrói e reconstrói em referência e relação aos “outros”, nesse caso, os organismos de Direitos Humanos¹⁴ e a sua verdade sobre o passado recente. Daí que neste capítulo procure-se demonstrar, em primeiro lugar, que a memória militar é uma memória em conflito com a memória socialmente consagrada dos desaparecidos; e, em segundo lugar, que pugna por se posicionar no cenário da

¹⁴ Os organismos de Direitos Humanos não constituem um conjunto homogêneo: compõem-se, por um lado, do grupo mais novo dos “afetados”, as *Madres y Abuelas de Plaza de Mayo*, *Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas* e a agrupação *Hijos*; e, por outro lado, dos setores mais antigos e tradicionais na luta pelos Direitos Humanos: *Liga Argentina por los Derechos del Hombre*, *Centro de Estudios Legales y Sociales*, *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos*, *Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos* e o *Servicio de Paz y Justicia*.

lembrança para que a sua narrativa seja reconhecida e aceita pelo Estado e pela sociedade.

Embora Pollak (2006) afirme que, quando a memória da instituição está suficientemente constituída, instituída e conformada, as questões provenientes dos grupos externos não chegam a provocar a necessidade de reconfiguração, a memória do exército, como iremos vendo ao longo deste capítulo, vê-se afetada por problemas de credibilidade, aceitabilidade e organização, que são parte do cenário da memória pós-ditadura na Argentina.

Credibilidade, aceitabilidade e organização tornam-se, nestas páginas, os eixos analíticos que permitem analisar o processo de desconstrução e reconstrução da memória militar nos últimos anos. Primeiramente, o critério de credibilidade refere-se à produção de um relato coerente, verossímil e comunicável sobre o passado recente na luta contra outros discursos. Em seguida, o critério de aceitabilidade permite atender aos dois âmbitos nos quais se desdobra a memória militar: para a própria comunidade militar e para a sociedade civil e o Estado. Para dentro, remete à construção de uma memória edificante que reforça os sentimentos de pertencimento e autovalorização, estimulando a rememoração e a transmissão com uma forte carga afetiva às novas gerações de oficiais. Para fora, dá conta das negociações, modificações, falsificações ou reconstruções que se operam na reconfiguração da memória do exército para questionar a narrativa dos organismos de Direitos Humanos e para posicionar-se, com seu relato, no cenário da memória. E, por último, o critério de organização ocupa-se do trabalho de enquadramento e formalização da memória castrense, que contribui, por um lado, para reproduzir a identidade narrativa da instituição ao longo do tempo e, por outro lado, para controlar a homogeneidade dos relatos.

Para conseguir credibilidade, aceitabilidade e organização, o exército conta com quadros profissionais cujas produções têm a função de selecionar fatos e personagens; solidificar sentidos e representações; esquecer e dissimular acontecimentos e períodos para enquadrá-los nos suportes e linguagens que contribuam para dar continuidade e coerência à narrativa militar. Esses trabalhos

exigem o uso de diferentes recursos retóricos, ideológicos e narrativos, tais como a falsificação ou a renegação do passado, a sua reconstrução política, o esquecimento ou a dissimulação de fatos e sentidos para lidar com o problema da justificativa que diz respeito aos processos históricos que englobam violência e injustiça.

Pois bem, o pressuposto do qual parte este capítulo, tal como sustenta Pollak (2006: 18), não é tratar os fatos do passado como se fossem coisas, mas dar conta do processo pelo qual esses fatos tornaram-se coisas, solidificaram-se e aparecem como dotados de duração e estabilidade. Para isso, este capítulo propõe-se a descrever a construção e reconstrução da memória oficial do exército em três momentos: a difusão do *Documento Final* da última *Junta Militar*, em 1983; *Mensaje al País* do general de exército Martín Balza, em 1995, e o lema *Memoria Completa* do general de exército Ricardo Brinzoni, em 2000. A partir da análise desses discursos, este capítulo visa elucidar as seguintes interrogações: Quais são os sentidos e verdades que pugnam por ser legitimados? Afirmam-se continuidades ou rupturas com relação às tradições e legados do passado? Quais são os agentes encarregados de estabelecer e difundir a memória oficial, e que suportes utilizam para isso? Com que atores sociais enfrenta-se a memória do exército? Como influenciam os contextos políticos e históricos e os marcos ideológicos no enquadramento da memória militar?

1. Negação e triunfalismo

No chamado *Documento Final* (1983), a última *Junta Militar* dá a conhecer “os resultados e conseqüências da guerra contra a subversão e o terrorismo”. Em uma mensagem que foi emitida através de cadeia nacional de rádio e televisão, as Forças Armadas explicam publicamente as causas da sua intervenção na repressão e assentam sua posição sobre a situação dos desaparecidos. Desde essa primeira declaração pública até os dias de hoje, os militares aferram-se à

cena fundante da ditadura: “a nação em guerra”¹⁵. Efetivamente, o *Documento Final* retoma um ponto central da doutrina que alimentou as representações que culminaram na criminalização do Estado. Trata-se de uma guerra pela sobrevivência, na qual a defesa de certas instituições e crenças torna-se a única garantia de “sobrevivência para a nação”.¹⁶ O seguinte parágrafo do citado documento é claro e eloqüente a esse respeito:

“As condições de excepcionalidade que vivia o país durante o período da agressão terrorista fizeram com que os elementos essenciais do Estado fossem afetados em níveis que dificultavam a sua sobrevivência”.

Uma conjuntura considerada “inédita, excepcional e limite”, colocando sob ameaça a paz e a integridade da nação, convertia as Forças Armadas no “último recurso para preservar os valores em perigo” diante das agressões de um inimigo moralmente irrecuperável. Esse argumento sustenta-se, também, na crença inamovível de que as Forças Armadas eram a última reserva moral da Nação: única instituição capaz de “defender o sistema de vida nacional”. Em suma, no *Documento Final*, as Forças Armadas tendem a explicar a violência perpetrada como uma resposta e a sua intervenção direta como um chamado.

Por uma parte, a narrativa militar utiliza o simples recurso de conceber a própria violência como uma resposta, a única possível, nessas circunstâncias, à violência dos outros, às agressões dos inimigos da nação. E, por outra parte, a participação das Forças Armadas na repressão tende a ser apresentada como um destino obrigado. Desse modo, recria-se uma dinâmica institucional pela qual as Forças Armadas acabam realizando a tarefa para a qual estão moral e historicamente determinadas, ainda que sempre em um marco de ação não buscado nem querido por elas.

¹⁵ A investigação da CONADEP (*Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*) e o *Juicio a las Juntas* descartaram que o acionar das organizações guerrilheiras tivesse uma envergadura suficiente como para se assemelhar a uma situação de guerra (Vezzetti, 2002: 69).

¹⁶ Na ideologia da segurança nacional, a guerra contra-revolucionária é concebida como uma guerra pela sobrevivência até a destruição total do inimigo. Essa é a sua meta final (Comblin, 1977: 35-36).

Do mesmo modo, com o *Documento Final*, as Forças Armadas pretendem resolver dois problemas que se avizinham: a imputação penal e a condenação moral. Inicialmente, as Forças Armadas procuram rejeitar a imputação de responsabilidade criminal pelo desaparecimento de pessoas, porquanto nenhuma ação individual será objeto de investigação penal quando se define “o acionar dos integrantes das Forças Armadas nas operações relacionadas [como] atos de serviço”.¹⁷ Isto é, como ações de caráter militar, exercidas no contexto de uma guerra “em cumprimento de um mandato emergente do Governo Nacional”.¹⁸ Esse argumento mobiliza os mesmos valores e crenças que impulsionaram a tomada do poder e a repressão clandestina, já que reproduz uma matriz de sentido pela qual a dimensão ética dos atos fica subordinada à lógica da guerra e aos seus resultados militares. Tal como se assinala no seguinte parágrafo:

“As ações assim desenvolvidas foram a consequência de apreciações que deveriam efetuar-se em plena luta, com a cota de paixão que o combate e a defesa da própria vida geram, em um ambiente manchado diariamente de sangue inocente, de destruição e perante uma sociedade na qual o pânico reinava”.

Em segundo lugar, as Forças Armadas pretendem evitar a condenação moral da opinião pública. Com o argumento da “guerra não-convencional” prolongam-se os efeitos perversos da repressão ao pretenderem reintroduzir, no cenário democrático, a condição fundamental do gesto de desaparecimento: a negação da realidade repressiva. A retórica da “guerra não-convencional”, por uma parte, reenvia a responsabilidade pelas ações das Forças Armadas às

¹⁷ Duas semanas antes das eleições de outubro de 1983, a *Junta Militar* sanciona a *Ley de Pacificación Nacional* (auto-anistia), que foi, logo em seguida, revogada pelo presidente Raúl Alfonsín.

¹⁸ O *Documento Final* refere-se ao Decreto Nº 261, de 5 de fevereiro de 1975, que ordenava: “... executar as operações militares que sejam necessárias a efeitos de neutralizar e/ou aniquilar o acionar dos elementos subversivos que atuam na província de Tucumán”; e ao Decreto Nº 2772, de 6 de outubro de 1975, que ordenava: “... executar as operações militares e de segurança que sejam necessárias, com o intuito de aniquilar o acionar dos elementos subversivos em todo o território do país”.

vítimas da repressão ilegal, e, por outra parte, introduz uma falsa distinção entre “métodos injustos” e “fins justos”, e entre “mortos” e “mortes inocentes”.

No primeiro caso, inverte-se a estrutura relacional do mal, na qual o dano cometido por um encontra a sua réplica na dor padecida por outro (Ricoeur, 1997: 201). Com o objetivo de converter as vítimas em responsáveis pelo que lhes aconteceu e, desse modo, diluir a responsabilidade que cabe ao vitimário pelo que fez, o dano explica-se como uma contingência atribuível à desordem de suas vidas. E assim, como assinala Veena Das (1995), colhido na linguagem da responsabilidade, o discurso militar conclui que a dor é igual ao castigo e que a irresponsabilidade pode ser redimida pelo sofrimento. O seguinte parágrafo do *Documento Final* explica bem essa situação:

“A experiência vivida permite afirmar que muitos dos desaparecimentos são uma conseqüência da forma de operar dos terroristas. Eles trocam seus autênticos nomes e sobrenomes, se conhecem entre si pelo que denominam “nome de guerra” e dispõem de abundante documentação pessoal fraudada. Os mesmos estão vinculados com o que se denomina a “passagem para a clandestinidade”; aqueles que decidem incorporar-se a organizações terroristas fazem-no de forma sub-reptícia, abandonando seu meio familiar, profissional e social. É o caso mais típico: os familiares denunciam um desaparecimento cuja causa não explicam, ou, conhecendo a causa, não a querem explicar”.

No segundo caso, o *Documento Final* reproduz um ponto central da Doutrina da Guerra Contra-insurgente¹⁹, segundo o qual os movimentos revolucionários formulam uma guerra generalizada até a aniquilação, e implementada por um inimigo indefinido que usa “meios injustos”. Exercidos sistematicamente, porém na mais estrita clandestinidade, o seqüestro e a tortura estariam justificados porque são as armas de combate impostas por um inimigo

¹⁹ Os militares argentinos recebem a influência da Doutrina da Guerra Contra-insurgente que o exército francês tinha aplicado nos anos cinquenta contra o Viet-Minh, na Indochina, e contra o FNL, na Argélia. Nesse último caso, a tortura foi uma prática habitual para “obter informação” dos prisioneiros.

definido como terrorista. Desse modo, a retórica militar, ao referir-se à tortura como um meio para realizar um fim, torna-a natural e a faz ingressar no âmbito do possível.²⁰ Essa rotinização da violência fica justificada em um apartado intitulado “os princípios e os procedimentos”, pela natureza terrorista do inimigo:

“A natureza e as características próprias dessa forma de ataque surpresa, sistemático e permanente obrigaram a adotar procedimentos inéditos na guerra enfrentada; deveu-se impor o mais restrito segredo sobre a informação relacionada com as ações militares, suas conquistas, as operações em desenvolvimento e as descobertas realizadas”.

Por último, a distinção entre os “mortos” e as “mortes inocentes” surge da própria justiça da guerra. Ao considerar os desaparecidos como mortos em enfrentamentos, dilui-se a ação clandestina e estatal no terreno da operação militar. Esses “mortos” tornam-se “mortes inevitáveis” e, de certo modo, necessárias, enquanto as outras, as “mortes inocentes”, explicam-se pela contingência de uma luta não querida na qual “podem ter sido cometidos erros” e sobre a qual unicamente “o julgamento histórico poderá determinar com exatidão a quem corresponde a responsabilidade direta”. Vejamos essas idéias no próprio *Documento Final*:

“As Forças Armadas, de segurança e policiais atuaram em defesa da comunidade nacional, cujos direitos essenciais não estavam assegurados, e, diferente do acionar subversivo, não utilizaram diretamente seu poder contra terceiros inocentes, inclusive quando, indiretamente, esses pudessem ter sofrido as suas conseqüências”.

“Nesse marco de referência, não desejado pelas Forças Armadas e ao que foram impelidas para defender o sistema de vida nacional, unicamente o julgamento histórico poderá determinar com exatidão a quem corresponde a responsabilidade direta de métodos injustos ou mortes inocentes”.

²⁰ Trata-se de um tipo de valorização que dissocia meios de fins; assim, os dispositivos erigidos

Em suma, as primeiras considerações públicas dos militares sobre a repressão ilegal caracterizaram-se pelo seu tom denegatório e triunfalista. Por primeiro, negou-se o caráter clandestino e sistemático do processo de desaparecimento de pessoas e a existência mesma dos desaparecidos:

“Fala-se, do mesmo modo, de pessoas “desaparecidas” que se encontrariam detidas pelo governo argentino nos mais ignotos lugares do país. Tudo isso não é senão uma falsidade utilizada com fins políticos, já que na República não existem lugares secretos de detenção, nem há nos estabelecimentos carcerários pessoas detidas clandestinamente”.

E, depois, desde uma lógica dos resultados, os militares apresentaram, no rádio e na televisão, um discurso eufemista e vitorioso acerca do acontecido, sob a forma de “uma mensagem de fé e reconhecimento à luta pela liberdade, pela justiça e pelo direito à vida” para quem “suportou, com estóica conduta, as seqüelas de uma agressão que não provocaram nem mereceram”.

Diante dessa tentativa denegatória do passado, os organismos de Direitos Humanos e os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção concentraram-se na construção de um discurso verossímil sobre o passado que disputasse a política militar de falsificar e ocultar os fatos. Sobretudo, porque a negação da existência de seqüestros e prisioneiros produzia um estado de incredulidade generalizado pelo qual se perpetuava o ocultamento. Em tal sentido, a luta pela verdade é o terreno desde o qual os organismos de Direitos Humanos travam uma disputa contra as narrativas hegemônicas em relação à repressão. Daí que a noção de Terrorismo de Estado opõe-se à retórica da guerra.

Com isso, procura-se dar conta não apenas do caráter sistemático, porém oculto da política de aniquilação, mas também se procura demonstrar a utilização dos órgãos de violência do Estado em forma clandestina. No novo cenário da memória, os depoimentos dos sobreviventes são progressivamente reconhecidos

para provocar sofrimento e morte são concebidos como meios para alcançar um fim.

pela sociedade civil como lugar legítimo da enunciação da verdade, e seu discurso é capaz de exigir pelos direitos das vítimas e pela reparação dos danos, à medida que conseguem conformar uma nova cena mítica que desarticula outras identidades passadas, construídas à luz das práticas militantes.

Recém-entrada a democracia, após a investigação realizada pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP)²¹ e pelo *Juicio a las Juntas*²², o *ethos* dos Direitos Humanos converte-se na bandeira da transição democrática (Przeworski, 1995: 13) e consolida-se como princípio universalista ligado à Lei e ao Estado de Direito. Em efeito, o imperativo de lembrança permanente que se concretiza com o “*Nunca Más*” e a autoridade que impõe o “*Juicio a las Juntas*” sentam as bases para uma nova origem desde a qual se relembra o passado na Argentina (Landi et al, 1995). Isso significa a ruptura definitiva com o discurso que, vigente desde a década de 70, entendia a repressão como a continuação de uma guerra.

Assim que perde valor social o discurso da guerra, a retórica militar das “mortes merecidas” e das “mortes inocentes” se desvanece, e restam apenas vítimas e vitimários. Dada a deslegitimação que sofre, naqueles anos, a narrativa militar da agressão comunista, a violência perpetrada pelas Forças Armadas e de Segurança acaba sendo percebida como um desvio de todos os códigos jurídicos, morais e culturais. Sobretudo porque, ao não entregarem os corpos, ao apagarem

²¹ O presidente Alfonsín convocou um conjunto de personalidades para conformar uma comissão encarregada de investigar o desaparecimento de pessoas. Essa comissão elaborou um Relatório que, nas mãos do Poder Executivo, funcionou como instrução sumária para o *Juicio a las Juntas* e culminou com a publicação do livro “*Nunca más*” e a emissão do programa de televisão homônimo.

²² O poder executivo, a cargo de Raúl Alfonsín, constrói as bases jurídico-políticas para levar as *Juntas Militares* aos estrados civis. Desde o início, o governo desestima o julgamento estendido a todos os militares e cúmplices que participaram nas violações aos Direitos Humanos. Porém, assenta os lineamentos para o julgamento dos Ex-Comandantes, segundo três graus de responsabilidade. A primeira categoria incluía aqueles que haviam tido capacidade de decisão e planejamento, incluindo todos os membros das *Juntas Militares* e todos os que tinham comandado unidades operativas. A segunda categoria correspondia a toda a hierarquia média e baixa das Forças Armadas e de Segurança que tinha cumprido ordens, mas que, ao fazê-lo, tinha agido de forma tão cruel e perversa, que nenhuma pessoa razoável podia acreditar que uma ordem que permitia os piores tormentos pudesse ser uma ordem legítima. E a terceira categoria deixava fora da imputação penal os setores médios e baixos que estavam sob a norma da oediência devida. Essa política judicial constrói a condenação dos ex-comandantes na qualidade de autores mediatos, isto é, responsáveis de gabinete ou por omissão dos excessos irracionais cometidos nas escalas inferiores da hierarquia militar (Nino, 1997: 117).

a identidade, os militares aparecem como transgressores de todos os ritos da cultura. Desse modo, não só é reconhecida publicamente a metodologia de desaparecimento de pessoas implementada durante a ditadura, mas também se generaliza a condenação às Forças Armadas (González Bombal, 1995). Apesar das tentativas denegatórias da repressão ilegal, a presença dos desaparecidos na história argentina nunca mais será negada.²³

Nesse clima adverso à narrativa militar, desencadeou-se, entre os dias 15 e 19 de abril de 1987, “a rebelião de Semana Santa” –assim denominada pela sua coincidência com a Páscoa, sob o comando do tenente coronel do exército Aldo Rico. Os rebeldes, conhecidos como “*carapintadas*”, pois pintavam os seus rostos com betume para se diferenciarem, pela sua condição de oficiais combatentes, dos generais considerados “*carablanca*s” ou militares de gabinete, eram, na sua maioria, oficiais inculcados por violações aos Direitos Humanos, mas também havia oficiais de unidades de Infantaria de Córdoba, Tucumán, Misiones, Neuquén e Santa Cruz, e, de maior peso interno, oficiais pertencentes à especialidade de “*comandos*” de Campo de Mayo²⁴. A rebelião “*carapintada*” recebeu o nome de “*Operativo Dignidad*”, porquanto buscava devolver a dignidade a um exército entregue “à vingança pública orquestrada por aqueles que, na sua oportunidade, foram derrotados”. Entre os postulados da rebelião, destacam-se os seguintes:

“1º- Consideram-se extintas as esperanças de que a atual condução da Força ponha fim às injustiças e humilhações que pesam sobre as Forças Armadas;

2º- O feroz e interminável ataque gerou o grau de indisciplina, desprezo e opróbrío em que se encontram as Forças Armadas. Esse é tal, que a sua

²³ A identificação com a vítima de parte de uma sociedade igualmente inocente fortaleceu uma auto-imagem da sociedade complacente de si mesma. A sociedade argentina aparece como espectadora de um horror que aconteceu em outro lugar. Esse estar alheio, expresso na idéia de um despertar tardio para a magnitude dos fatos, produz um deslocamento do horror para fora da sociedade e lança a violência política para um espaço extra-social.

²⁴ Os “*comandos*” são grupos de elite formados pela *Escuela Superior de Guerra de Campo de Mayo*.

existência vê-se comprometida se seus homens não erguem a cabeça e dizem basta;

3º- Exigimos a solução política que corresponde a um fato político como é a guerra contra a subversão(...).²⁵

A principal demanda da rebelião era evitar que fossem julgados “mais camaradas detidos e escarnecidos só por terem combatido e triunfado em uma guerra justa e necessária, graças à qual o regime (democrático) tinha cabida”. Essa visão triunfalista do passado afirma-se na crença de que a sobrevivência das instituições democráticas deve-se a que os militares venceram em “uma guerra justa e necessária contra a subversão”.²⁶ Além de deter o ajuizamento dos quadros médios do exército, acusados de violações aos Direitos Humanos, os rebeldes procuravam o fim de uma suposta “campanha de desprestígio levada a cabo pelos meios de comunicação”, a substituição da cúpula da arma e o reconhecimento, pela sociedade, da legitimidade da “luta contra a subversão”. Após várias jornadas de conflito, o governo nacional satisfaz a principal demanda dos rebeldes: deter o julgamento dos oficiais acusados de violar os Direitos Humanos. No dia 4 de junho de 1987, promulga-se a lei de *Obediencia Debida*, pela qual se estabelece que oficiais chefes, oficiais subalternos, suboficiais e pessoal de tropa das Forças Armadas, de Segurança, policiais e penitenciárias não são puníveis de delitos contra os Direitos Humanos, pois presume-se que agiram em virtude da obediência devida.²⁷

²⁵ Proclama da rebelião “*carapintada*”, 17 de abril de 1987.

²⁶ Essa crença foi exposta à opinião pública pelo ex –almirante da marinha, Emilio Massera, na sua alegação de defesa durante o *Juicio a las Juntas*: “Não vim para me defender. Ninguém tem que se defender por ter ganho uma guerra justa. E a guerra contra o terrorismo foi uma guerra justa. Se a tivéssemos perdido, não estaríamos aqui – nem vocês nem nós - porque faz tempo que os altos juízes desta câmara teriam sido substituídos por turbulentos tribunais do povo, e uma Argentina feroz e irreconhecível teria substituído a velha Pátria”.

²⁷ As leis de *Punto Final* e de *Obediencia Debida* mostram o interesse do governo de Alfonsín de reduzir o número de acusados por violações aos Direitos Humanos devido às crescentes pressões das Forças Armadas. Com a lei de *Punto Final*, procurou-se pôr uma data-limite -sessenta dias após a publicação da lei, cuja aprovação foi no dia 23 de dezembro de 1986- até a qual as Câmaras Federais podiam tomar depoimento aos acusados de violações. Mas a lei teve um efeito inesperado, já que se produziu uma avalanche de processos em todo o país. A lei de *Obediencia*

Se bem as insurreições posteriores, “*Monte Caseros*” em janeiro de 1988²⁸, “*Villa Martelli*” em novembro do mesmo ano²⁹ e o levantamento de 1990³⁰ – estes dois últimos sob o comando do coronel Mohamed Alí Seineldín, iniciaram-se como conseqüência da desconformidade dos setores “*carapintadas*” pelos castigos e baixas sofridas pelas insurreições anteriores, nos três casos, manteve-se como principal demanda dos rebeldes que o Estado reconhecesse a legitimidade da “luta contra a subversão” (Acuña & Smulovitz, 1995: 67). Desde a perspectiva “*carapintada*”, o fato de ter ganhado a guerra constituía razão suficiente para exigir o reconhecimento político do papel desempenhado pelo exército.

Não obstante, os “vencedores” no terreno militar sentiam-se vencidos no terreno da memória. Essa postura triunfalista sobre o passado repressivo não era uma bandeira levantada exclusivamente pelos rebeldes, mas refletia as reclamações de amplos setores leais do exército, inclusive dos comandos superiores. Sobretudo, porque os “vencedores” não podiam admitir que seus comandantes estivessem presos por sentença de um tribunal civil, por isso consideravam imprescindível a anistia, tal como o demonstra o discurso do Dia do Exército, do então comandante em chefe, o general do exército José Caridi:

“O exército, convencido de que foi imprescindível deflagrar a guerra contra a subversão, pede que se instrumentem as medidas políticas que façam possível uma definição positiva das suas conseqüências... Essa vitória custou à Força um alto preço: vários anos de luta contra um inimigo insidioso, astuto e cruel, seus méritos e mártires; a agressão e indiferença de alguns

Debida, aprovada no dia 13 de maio de 1987, vai encerrar de forma definitiva a questão desses novos processos.

²⁸ O disparador do levantamento foi a prisão preventiva do tenente-coronel Aldo Rico, o líder “*carapintada*”.

²⁹ Essa rebelião, a cargo do considerado líder moral do movimento “*carapintada*”, o coronel Mohamed Alí Seineldín, deveu-se à decisão de impedir a ascensão dos oficiais alinhados.

³⁰ Ainda que os rebeldes afirmassem que o levantamento não excedia o terreno de uma interna militar contra o Estado Maior, o presidente Menem não duvidou em qualificá-lo de tentativa de golpe de Estado, pelo qual foi militarmente reprimido (Acuña & Smulovitz, 1995: 86-87).

concidadãos; a condenação de seus comandantes e, finalmente, a submissão ao julgamento de numerosos camaradas”.³¹

Apesar de que o governo de Raúl Alfonsín não estava disposto a outorgar nenhum reconhecimento, nem aceitar uma reivindicação do terrorismo de Estado, e que o julgamento moral e político da sociedade civil sobre o acontecido durante a ditadura continuava impugnando as Forças Armadas -tal como ficou evidente no massivo repúdio às rebeliões e nas mobilizações populares, ocorreu um fato que acabou refortalecendo o discurso da guerra. No dia 23 de janeiro de 1989, um grupo que fazia parte do *Movimiento Todos por la Patria* (MTD) e ligado ao *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) tomou o *Regimiento de Infantería de La Tablada*. Os enfrentamentos produzidos na tomada de uma unidade militar refortaleciam o discurso da guerra em um duplo sentido: por um lado, o perigo da agressão subversiva retornava, agora oculto por trás dos organismos de Direitos Humanos³²; e, por outro lado, a repressão militar reaparecia como a única resposta possível para salvar a nação. Em suma, após a tomada do *Regimiento de La Tablada*, a concepção aglutinante e hegemônica do exército, que concebia a sua participação em atividades repressivas como um ato de defesa da pátria contra os inimigos internos que a ameaçavam, saía novamente fortalecida.

Ainda que essa primeira década da transição argentina se encerre com os indultos aos ex-comandantes³³, o exército e as Forças Armadas, de qualquer forma, vêem-se impelidos pela sociedade civil a responder pelos desaparecidos. Em tal sentido, não só alguns de seus oficiais tiveram que afrontar os estrados judiciais, mas também a instituição teve que ouvir duras acusações sobre o roubo de bebês e reiteradas denúncias sobre a existência dos lugares de detenção em guarnições militares, e sobre a identidade e trajetória dos oficiais-repressores. Os

³¹ Discurso do Dia do Exército, 29 de maio de 1987.

³² O fato de que algumas pessoas vinculadas com a toma fossem membros das organizações de Direitos Humanos fortaleceu essa crença.

³³ No dia 23 de dezembro de 1990, o presidente Carlos Menem dá curso à sua anunciada vontade de indultar os ex-comandantes; os generais: Camps, Suárez Masson e Richieri; o dirigente montonero Mario Firmenich e outros civis, apesar de que a sociedade civil não respaldava essa medida.

militares perceberam essa conjuntura de acusações e reproches como o retorno da guerra, que, nesse novo contexto, já não se deflagrava no plano militar, mas no plano ideológico. A essas imputações, os militares responderam ratificando-se como os verdadeiros defensores das instituições democráticas diante da ameaça marxista. Em efeito, consideram-se os verdadeiros defensores da nação que, embora tivessem vencido na guerra das armas, não estavam conseguindo vencer na guerra psicológica, posto que o reconhecimento da sociedade e do Estado demorava a chegar. Pelo contrário, as Forças Armadas converteram-se na instituição mais desacreditada.

2. Autocrítica, arrependimento, *sinceramiento*³⁴: continuidades e descontinuidades no discurso oficial do exército

No dia 25 de abril de 1995, um dia depois que o ex-suboficial do exército, Víctor Ibáñez³⁵, declara, na televisão, que pessoas que foram seqüestradas no centro clandestino de detenção “*El Campito*”, de Campo de Mayo, eram jogadas vivas ao mar, o comandante em chefe do exército, general de exército Martín Balza, pronuncia um discurso institucional perante a audiência do programa de televisão *Tiempo Nuevo*. Fazendo uso de todos os recursos que outorga a linguagem da tela -o primeiro plano, o olhar para a câmera, as pausas e silêncios- (Feld, 1998a: 61), o pronunciamento público do general de exército Balza procura melhorar a posição e a imagem do exército em relação a duas frentes: a externa e a interna. Para a sociedade civil, apresenta-se dirigindo uma “mensagem (...) à comunidade Argentina, [com quem] busca iniciar um diálogo doloroso sobre o passado que nunca foi sustentado”. O uso dos recursos cênicos da televisão deu

³⁴ “*Sinceramiento*” deriva do verbo “*sincerarse*”, e refere-se a uma explicação de uma pessoa a outra de certa coisa na qual acredita ter alguma responsabilidade ou supõe que outros acreditam que a tem, para se justificar ou para aliviar a consciência. Em virtude de não existir uma palavra na língua portuguesa que expresse o sentido exato deste vocablo, foi mantida a palavra no idioma original, o espanhol.

³⁵ Essas declarações confirmam as do ex-marinheiro Adolfo Sciligno sobre os “*vuelos de la muerte*” que partiam da *Escuela de Mecánica de la Armada* rumo ao Rio da Prata (Verbitsky, 1995).

ao discurso do chefe do exército um forte tom emotivo e intimista, de acordo com o “mínimo de *sinceramiento*” que se propunha a tornar público. E, para o interior da Força, o pronunciamento tenta melhorar a imagem de descrédito e desgaste que atingia os oficiais do exército e a instituição em seu conjunto.

O pronunciamento público do chefe do exército, do qual nos ocuparemos nesta seção, mostra certas discontinuidades com o discurso oficial do exército sobre o passado repressivo. Mas quais são essas discontinuidades? Diferente da narrativa militar, que, desde o *Documento Final* até aquele momento, reproduzia uma posição denegatória dos fatos, o *Mensaje al País* do general Balza introduz uma mudança nesse contínuo narrativo. Ainda que essas declarações não estejam isentas de eufemismos, tais como “obtenção de informação por métodos ilegítimos” ou “supressão da vida”, admitem, perante as câmeras de televisão, a tortura e o assassinato perpetrados por oficiais do exército. Tal como está expresso na seguinte passagem do discurso:

“O Exército, instruído e adestrado para a guerra clássica, não soube como enfrentar, desde a lei plena, o terrorismo demencial. Esse erro levou a privilegiar a individualização do adversário, a sua posição por cima da dignidade mediante a obtenção, em alguns casos, dessa informação por métodos ilegítimos, chegando, inclusive, à supressão da vida, confundindo o caminho que leva a todo fim justo, e que passa pelo uso de meios justos”.

Em uma conjuntura política caracterizada por um forte reconhecimento social à verdade jurídica que estabeleceu o *Juicio a las Juntas*, o discurso de Balza procura obter credibilidade e aceitabilidade por parte da opinião pública. Para isso, não só toma distância do discurso denegatório do desaparecimento de pessoas e admite a ilegitimidade dos atos perpetrados, mas também se afasta da interpretação castrense, que concebe o tema dos Direitos Humanos como uma campanha instrumentalizada pelos subversivos derrotados e montada desde a imprensa para desacreditar a instituição. Ademais, para conseguir aceitabilidade

entre os oficiais e suboficiais do exército, o discurso de Balza procura recortar e focalizar a responsabilidade pela violência cometida na condução do operativo repressivo e impugnar o argumento que popularizaram os comandantes da ditadura, segundo o qual os casos de tortura e assassinato foram excessos cometidos pelos subordinados, tal como afirma na passagem de sua alocução:

“Alguns, muito poucos, usaram as armas para seu proveito pessoal. Seria simples encontrar as causas que explicaram esses e outros erros de condução, porque sempre o responsável é quem conduz, mas acredito, com sinceridade, que esse momento passou, e é hora de assumir as responsabilidades que correspondam”.

Porém, o parágrafo que mais cativou os jornalistas, membros de alguns organismos de Direitos Humanos, dirigentes políticos de diversos setores e a opinião pública em geral -e que levou esses diversos atores a considerarem que o discurso de Balza foi uma “autocrítica do exército pela repressão ilegal”³⁶, foi aquele no qual se afirma:

“Sem eufemismos, digo claramente: Delinqüe quem vulnera a Constituição Nacional. Delinqüe quem dá ordens imorais. Delinqüe quem cumpre ordens imorais. Delinqüe quem, para cumprir um fim que acredita justo, emprega meios injustos, imorais”.

Nesse parágrafo, o general de exército Balza apresenta um exército que se reconhece subordinado à Constituição Nacional e aos poderes civis. Com o ato performativo de acusar de delinqüentes os oficiais que vulnerem a Constituição Nacional, o discurso de Balza pretende romper com o contínuo narrativo justificador dos golpes de estado. Desse modo, procura afastar a instituição que

³⁶ Manchete do Jornal *Clarín*, de 26 de abril de 1995.

dirige do legado do *Proceso de Reorganización Nacional* e, portanto, separar os oficiais democráticos de hoje, os quais “aceitam o dissenso e respeitam a vontade soberana” dos comandantes golpistas de ontem. Os oficiais do exército já não são apresentados como vencedores de uma guerra para salvar a nação e para defender a democracia, mas como oficiais capazes de respeitar a Constituição e a lei:

“A compreensão desses aspectos essenciais faz a vida republicana de um Estado, e quando esse Estado periga, não é o Exército a única reserva da Pátria, palavras ditas aos ouvidos militares por muitos, muitas vezes (...) Compreender isso, abandonar definitivamente a visão apocalíptica, a soberba, aceitar o dissenso e respeitar a vontade soberana, é o primeiro passo que estamos transitando há anos, para deixar para trás o passado, para ajudar a construir a Argentina do futuro, uma Argentina amadurecida na dor, que possa chegar, algum dia, ao abraço fraterno”.

Com o propósito de melhorar a imagem socialmente desacreditada do exército, o discurso de Balza avança na crítica da obediência cega como prática comum e reiterada entre os oficiais do exército. Com isso, procura-se difundir a idéia de que os oficiais de hoje são capazes de distinguir entre uma ordem que se ajusta às leis e à Constituição e uma ordem que as quebranta, reforçando, desse modo, a imagem dos oficiais do exército como homens com discernimento moral.³⁷ Do mesmo modo, o *Mensaje al País* pretende atenuar a sensação de que, no exército, todos os oficiais que estiveram em atividade durante a ditadura são suspeitos e de que as seguintes gerações também o são, à medida que são herdeiras de tradições antidemocráticas. Esse propósito fica evidente em outro parágrafo do discurso:

³⁷ “Quando um superior manda, o faz com um sustento de legitimidade e legalidade. Quando é colocado em funções, especifica-se, claramente, que seus subordinados têm que ‘lhe obedecer em tudo o que mandar, em cumprimento das leis e regulamentos militares’. Fique pois bem claro que quando as ordens entranhem a execução de atos que manifestamente sejam contrários às leis,

“O fato de que alguns de seus integrantes desonrassem um uniforme que eram indignos de vestir não invalida o desempenho, abnegado e silencioso, dos homens e das mulheres do Exército de então”.

Mas cabe esclarecer que a maioria dos elogios ao discurso de Balza centraram-se na frase “o fim não justifica os meios”, que foi repetida nos meios de comunicação e retomada nos discursos pelos funcionários do governo. Essa frase mantém uma forte filiação com seu antônimo: “o fim justifica os meios”, consagrada pelos ideólogos da “luta contra a subversão”. Tal como sustenta Feld (1998a: 61), a frase “o fim não justifica os meios” naturaliza a repressão, posto que, ao considerar a tortura, o seqüestro e o assassinato como meios que perseguem um fim e não como o aberrante em si mesmo, acaba reproduzindo, no plano simbólico, o mesmo pensamento instrumental que torna possível o horror. Em outras palavras, longe de impugná-lo, justifica-o.

Apesar de que esses parágrafos foram repetidos até o cansaço pela opinião pública, não constituem a totalidade do discurso de Balza. Por isso, cabe perguntar-se: quais são as continuidades que o *Mensaje al País* mantém com a narrativa até esse momento oficial no exército? Apesar do “balanço positivo” que diferentes setores fizeram do discurso de Balza, esse mantém certa continuidade narrativa com a retórica da “luta contra a subversão”. Por uma parte, a violência repressiva resulta concebida como uma resposta à violência “iniciada pelo terrorismo demencial” –observemos que se substitui a palavra subversão pelo termo mais tolerável de terrorismo³⁸, que fez “perigar o Estado e a vida da República”:

“Nosso país viveu uma década, a de setenta, marcada pela violência, pelo messianismo e pela ideologia. Uma violência que se iniciou no terrorismo,

usos da guerra ou constituam delitos, em particular contra a Constituição Nacional, nenhum militar estará obrigado a obedecê-las. (...) A obediência cega é inaceitável” (Balza, 2001: 217).

que não se deteve sequer na democracia que vivemos entre 1973 e 1976, e que desatou uma repressão que hoje estremece”.

Por outra parte, e apesar de que não se utiliza o termo guerra, a violência repressiva é conceitualizada como uma “luta entre argentinos”. Desse modo, o *Mensaje al País* faz a sua contribuição aos diferentes nomes: “luta contra a subversão”, “guerra suja”, “guerra não-convencional”, “guerra anti-revolucionária”, “luta contra o terrorismo”, “guerra fratricida”, “luta entre argentinos”, com os quais, segundo os contextos, a repressão foi evocada pela memória militar para distanciar-se do conceito de Terrorismo de Estado. Com a noção “luta entre argentinos”, reproduz-se a afirmação generalizada entre as filas do exército de que a década de 70’ esteve marcada pelo enfrentamento entre dois lados inimigos que sofreram a violência e perderam vidas humanas. Em suma, o discurso de Balza iguala ambos “os lados”³⁹ e assemelha a violência, e, portanto, equipara os mortos de “uns e outros” para instalar, no cenário da memória dos desaparecidos, o reconhecimento para os oficiais mortos pelas organizações armadas durante a década de 70’. Assim se declara no seguinte parágrafo:

“Respeito por todos os mortos, deixar de acompanhá-los com os adjetivos que arrastaram, uns e outros, durante tanto tempo. Todos eles já prestaram suas contas, ali onde só conta a verdade”.

Se, por um lado, o discurso de Balza procura, como já se mencionou, recortar e focalizar a responsabilidade criminal na condução do operativo repressivo, por outro lado, pretende dissimular a responsabilidade política da instituição com o argumento da culpa coletiva. Em efeito, a atribuição de responsabilidade coletiva tenta diluir a diferença de natureza entre a violência exercida pelos homens do exército e as práticas e crenças golpistas e antidemocráticas de amplos setores da sociedade argentina, como é afirmado no seguinte parágrafo:

³⁸ Voltaremos a esse ponto no capítulo III.

“Sendo justos, olharemos e nos olharemos; sendo justos, reconheceremos os seus erros e os nossos erros. Sendo justos, veremos que do enfrentamento entre argentinos somos quase todos culpados, por ação ou omissão, por ausência ou por excesso, por anuência ou por conselho.

(...) a culpa de fundo está no inconsciente coletivo da Nação toda, mesmo que resulte fácil depositá-la entre uns poucos, para nos livrarmos dela”.

Em tal sentido, a equiparação entre a violência perpetrada pelos oficiais do exército e a cumplicidade de amplos setores da sociedade tenta apagar as diferenças morais entre os graus de participação na empresa criminal e transforma os diversos grupos sociais em co-responsáveis. Nesse sentido, é que o conceito de “responsabilidade dos povos” reproduz um argumento explicativo pelo qual se equipara a violência repressiva a uma única matriz autoritária generalizada e compartilhada por todos os argentinos. Desse modo, todos se tornam igualmente imorais e autoritários, esfumando-se, assim, qualquer diferença ou matiz entre o perpetrador e o homem comum.

Ambos ficam, pois, nivelados em suas convicções autoritárias, pelo fato de pertencerem ao mesmo “inconsciente coletivo”. A atribuição de responsabilidade coletiva nasce, paradoxalmente, mais da necessidade de esquecimento do passado do que de um discernimento das culpas e da necessidade de reparação. Em outras palavras, longe de introduzir o debate sobre a atuação de cada um dos atores sociais durante os processos de violência, o discurso da culpa coletiva vem atribuir uma cumplicidade universal. Desse modo, é possível usar as palavras já clássicas de Hannah Arendt, “onde todos são culpados ninguém o é” (Arendt, 1964: 023268). E, com isso, legitima-se a colocação em prática de anistias ou reconciliações que se justificam por fora do Direito, mas através da estrutura política do Estado:

³⁹ A retórica dos lados enfrentados será analisada nas conclusões desta tese.

“Este passo não tem mais pretensão que iniciar um longo caminho, é apenas uma contribuição menor de uma obra que só pode ser construída entre todos. Uma obra que, algum dia, culmine com a reconciliação entre os argentinos”.

O pronunciamento emitido no programa de televisão *Tiempo Nuevo* pela maior autoridade do exército é, pois, a resultante dos debates públicos sobre os Direitos Humanos. Suas alterações e descontinuidades revelam como o exército vê-se obrigado pela sociedade civil a dar respostas sobre o acontecido. Em boa medida, o discurso emitido perante as câmeras de televisão é fruto tanto das negociações quanto das confrontações que a narrativa militar manteve com os organismos de Direitos Humanos e com a memória dos desaparecidos na Argentina.

Apesar das políticas de encerramento e esquecimento que propiciaram, primeiro, o *Proceso de Reorganización Nacional*, e, depois, os sucessivos governos democráticos com a suas leis de anistia e perdão, persistiu, na Argentina, um obstinado ciclo da memória (Groppo, 2001: 43). O debate público acerca do passado manteve-se vivo, incluindo as demandas e práticas de novas gerações. O lema “*Nunca Más*”, que cristalizou e divulgou a convicção de que a lembrança permanente do acontecido é a garantia contra a repetição de atrocidades semelhantes (Jelin, 1995: 136), ajudou, também, a criar a idéia de que o futuro deriva-se do passado. E nessa luta permanente contra o esquecimento, a lembrança viva construiu um cenário ativo, público e coletivo da memória sobre as violações aos Direitos Humanos. Em tal sentido, o tão questionado quanto elogiado discurso institucional de Balza é uma reconfiguração do caráter denegatório do relato militar sobre a repressão ilegal, que se insere em um cenário deliberativo da memória pós-ditadura, caracterizado pela demanda de justiça e pelo imperativo de lembrança.

3. Os “mortos pela subversão”: a autovitimização do exército

Durante a década de 90, por uma parte, os organismos de Direitos Humanos constituíram-se no principal promotor da lembrança na Argentina. Entre as iniciativas destinadas a rememorar o crime e a violência, destacam-se: atos de homenagem, comemorações, exposições de arte, shows, livros e publicações, documentários, concursos, avisos jornalísticos, atos institucionais etc., que vêm encher o vazio deixado pela falta de sanções penais. Como esse imperativo de Memória não está separado da necessidade de Verdade e Justiça, no plano legal, os organismos de Direitos Humanos promoveram as “*Causas por el Derecho a la Verdad*”, que procuraram brindar uma resposta sobre o destino de cada desaparecido, e propiciaram os processos sobre os “roubos de bebês” a repressores beneficiados pelas leis de impunidade. Além disso, impulsionaram o julgamento de militares argentinos em tribunais internacionais, como Espanha, França e Itália.

Desse modo, os organismos de Direitos Humanos estimularam políticas de preservação da memória conjuntamente com o âmbito oficial, como a construção do *Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado* e o planejamento do *Museo de la Memoria* na *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA), e de outros memoriais nas cidades de La Plata e Rosario, assim como a criação das *Comisiones sobre la Memoria* em diferentes cidades do país. Também criaram instituições e programas junto ao campo universitário, como a “*Memoria Abierta*” e o “*Archivo por la Identidad*”-que estão dedicados à preservação de arquivos, depoimentos e documentação pública e privada. No plano político, o grupo *HIJOS* impulsionou uma modalidade de denúncia social dos repressores: os “*escraches*”⁴⁰. Com isso, procuravam salientar, publicamente, a presença de repressores impunes no seio da vida social.

⁴⁰ A agrupação *HIJOS* (*Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*) propiciou um modo inédito de protesto contra os ex-repressores. Trata-se de denunciar publicamente, em geral frente ao domicílio onde reside o “*escrachado*”, que o vizinho é um militar ou policial sobre o que pesam acusações por violações aos Direitos Humanos durante a última ditadura. Esta forma de denúncia se estendeu aos casos de funcionários acusados de corrupção durante os protestos de 2001 e 2002.

Por outra parte, com as leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida* e o *Indulto* aos ex-comandantes, concretizou-se, na Argentina, um pacto de governabilidade pelo qual os militares obtiveram impunidade pelas violações aos Direitos Humanos, em troca não só de obedecer às autoridades democráticas, mas também por deixar de fazer declarações ou demonstrações públicas reivindicativas da “luta contra a subversão”. Paradoxalmente, as leis de impunidade funcionaram também como leis-mordaça. Em um giro irônico da história, durante a década de '90, era possível condenar os repressores por suas declarações públicas, mas não pelos atos atrozes que cometeram⁴¹ (Payne, 2006: 24). Nesses anos de ausência de sanção penal, fortaleceu-se, na Argentina, um ciclo de obstinada presença da memória dos desaparecidos, que dificultou o esquecimento que essas leis pretendiam decretar. Nesse contexto de ativação da memória dos desaparecidos e de temeroso silêncio dos oficiais das Forças Armadas e de Segurança, surge e se fortalece, entre as filas castrenses, um imperativo de lembrança e uma nova narrativa sobre o passado.

O lema de *Memória Completa*, que tornou público o chefe do exército, general de exército Ricardo Brinzoni e sucessor do general de exército Martín Balza, numa contradição semântica com o ocultamento sobre a verdade e destino dos desaparecidos por parte do exército, mostra que a memória militar tem uma dinâmica que se constrói em função das interações do presente. Com esse lema, o exército busca posicionar-se publicamente frente ao fortalecimento da memória dos desaparecidos e disputar, com os organismos de Direitos Humanos, a verdade sobre o passado recente.

Embora existam conflitos internos em torno de quem leva adiante com maior compromisso e fidelidade a luta pela *Memória Completa*, o imperativo de recordar torna-se um elemento hegemônico e aglutinante –assim como o é a narrativa sobre a guerra - de toda a comunidade militar. Esse imperativo, que é vivido como um “dever de memória” (Nora, 1993), é levantado por todos os setores da

⁴¹ Alfredo Artiz realizou declarações na revista *Tres Puntos*, Miguel Etchecolaz publicou um livro titulado *La otra campana del Nunca Más* e fez uma aparição pública no programa de televisão *Hora*

comunidade militar: oficiais da reserva, oficiais da ativa, condução do exército, familiares e amigos de oficiais mortos⁴² e associações civis de Memoria Completa⁴³. A memória deixa, pois, de ser uma categoria exclusiva dos organismos de Direitos Humanos para converter-se também em uma categoria nativa dos setores cívico/militares (Jelin, 2002: 17).

Agora, o que é que se propõe completar a memória militar? Desde uma lógica binária que retoma a retórica do enfrentamento entre argentinos, a memória militar considera que a memória hegemônica sobre a década de 70 é “parcial, arbitrária e hemiplégica”, quer dizer, que a memória dos desaparecidos é uma “memória sectária”. Daí que, para o exército, recordar implica completar a memória nacional com uma “verdade que tem sido minimizada, silenciada e escondida” por sucessivos governos democráticos. A *Memoria Completa* é, pois, uma memória especular e reativa que constrói uma versão do passado recente tanto mais verossímil quanto mais se reflete e se contrapõe à memória dos desaparecidos e à luta dos organismos de Direitos Humanos.

A memória do exército retoma os lemas que deram sentido à luta dos organismos de Direitos Humanos durante 30 anos: “*Memoria*”, “*Verdad*” e “*Justicia*” (Jelin, 1995). Embora a reivindicação de Justiça chegue mais tardiamente associada ao processo de oficiais, logo após a derrogação das leis de *Punto Final* e de *Obediencia Debida*, e mais vinculada à idéia de “justiça da história” ou “justiça divina” do que à justiça dos tribunais, os lemas de “Memoria” e “Verdad” surgem mais cedo para dar coerência, acima de tudo, à narrativa institucional sobre o passado recente. “*Memoria y Verdad*” são, por exemplo, as

Clave, e Antonio Pernías e Juan Carlos Rolón enfrentaram audiências públicas no Senado. Além dos já mencionados casos de Victor Ibáñez e Adolfo Scilingo.

⁴² Os familiares e amigos dos oficiais mortos reúnem-se em diferentes agrupações, tais como a *Asociación de la Víctimas del Terrorismo en Argentina* (ATVA), *Familiares y amigos de víctimas del Terrorismo* (FAViTe) e a pioneira, mas com menos atividade hoje em dia, *Familiares y Amigos de los Muertos por la Subversión* (FAMUS).

⁴³ Trata-se de organizações civis, associações sem fins lucrativos e fundações, como *Argentinos por la Memoria Completa*, *Grupos de Amigos por la Verdad Histórica*, *Foro por la Verdad Histórica*, *Jóvenes por la Verdad*, *Verdad sin Rencor*, *Argentinos por la Pacificación Nacional* (ARPANA) e *Asociación Unidad Argentina* (AUNAR), que atuam na qualidade de porta-vozes reconhecidos ou atores oficiosos dos oficiais reformados e das famílias.

palavras que encabeçam uma grande placa de mármore em recordação aos “mortos pela subversão”, que brilha no pátio do *Círculo Militar* de Buenos Aires.

Apesar do silêncio que impunham as leis de impunidade e das alterações ao discurso hegemônico do exército que representou o *Mensaje al País*, com o lema de *Memória Completa* institucionalizou-se a demanda, compartilhada por todos os quadros, de reivindicar a memória da “luta contra a subversão”. Em outras palavras, a lembrança viva do passado torna-se política de memória da instituição castrense. Mas o que é que lembra o exército e seus homens daquele passado de violência? A memória militar concentra-se na lembrança de seus próprios sofrimentos, ignorando os sofrimentos que a repressão ilegal provocou a milhares de homens e mulheres. Tal como busca demonstrar o livro *In Memoriam*, pelo general de divisão (r) Ramón Díaz Bessone⁴⁴, o exército constrói um relato no qual o passado de violência e repressão resulta re-narrado como uma sucessão de martírios que ocorreram aos oficiais e suas famílias. Em tal sentido, procura-se delegar toda a violência ao inimigo para apresentar uma imagem virtuosa, sacralizada e passiva da instituição castrense. Daí que a evocação do passado enuncia-se a partir da lembrança dos “mortos”. Além disso, a memória de “mortos pela subversão” ativa-se, da mesma forma que a memória dos desaparecidos, como uma luta contra o esquecimento:

“Pretendemos que não sejam esquecidos os mártires que verdadeiramente serviram à nossa sociedade, ao preço de suas vidas e do sofrimento que ainda suportam, como os de nossos mutilados ou daqueles que sofreram perdas irreparáveis”.⁴⁵

⁴⁴ Em 1998, a publicação do livro de três volumes *In Memoriam*, dirigido pelo general de divisão (r) Ramón Díaz Bessone, que foi ministro do *Proceso de Reorganización Nacional* –indultado em 1989- e presidente do *Círculo Militar* de Buenos Aires durante a década de 90’, marca um ponto de inflexão na memória militar sobre o passado recente. Díaz Bessone, Ramón (Dir) (1998), *In Memoriam*, Ediciones del *Círculo Militar*, Buenos Aires.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 10.

A figura dos “mortos pela subversão” tem seu antecedente nas missas que a organização política *Familiares y Amigos de Muertos por la Subversión* (FAMUS) convocava durante os primeiros anos de democracia. Essa organização, que era financiada pelo exército (Balza, 2001: 168), organizava missas mensais que contavam com a presença de oficiais e suboficiais, da reserva e em atividade - muitos deles acusados de violações aos Direitos Humanos - e de civis. Essas missas surgiram como uma resposta ao início das causas judiciais a ex-repressores e ao relatório sobre o desaparecimento de pessoas da CONADEP, e procuravam reivindicar o feito na “luta contra a subversão” a partir da imagem dos oficiais e do exército como vítimas da guerrilha.

Com a evocação dos oficiais mortos como mártires da nação, a memória do exército pretende obliterar a repressão ilegal e as ações atrozes que cometeram seus homens para fortalecer uma imagem não-violenta da instituição como vítima de uma agressão terrorista. Em tal sentido, para que o exército imagine-se a si mesmo como uma comunidade de vítimas e para que relate a história recente como uma sucessão de calamidades e sofrimentos, é necessário apagar algumas lembranças e fundar novas. Para inventar essa tradição mnémica, o exército deve construir uma figura ideal do oficial-vítima da subversão. Essa figura tem que ser esvaziada de ambigüidades políticas e morais e purificada ao ponto da inocência para substituir, no panteão dos heróis militares, as figuras imorais e antidemocráticas dos generais do *Proceso de Reorganización Nacional* por vítimas inocentes e anônimas. Tal como afirma Díaz Bessone no prólogo de *In Memoriam*:

“Esta obra tem por finalidade render a homenagem que merecem aqueles que ofereceram suas vidas em defesa da sociedade argentina em uma luta que culminou durante a funesta década dos anos setenta”.⁴⁶

Com uma forte vontade fundacional, a política de memória do exército pretende desterrar das lembranças da instituição e de suas práticas

⁴⁶ *Ibid.*, p. 9.

comemorativas tanto os fatos quanto os oficiais que propiciaram o golpe de estado de 24 de março de 1976. E, desse modo, continuar evocando a “luta contra a subversão”, mas a partir da figura dos “oficiais caídos em defesa das instituições democráticas” antes de 1976. Em outras palavras, o exército procura substituir o discurso triunfalista e glorificante do golpe de Estado, que levou à “vitória na guerra anti-subversiva”, por um discurso dramático do sofrimento e dor dos oficiais e suas famílias, que produziram uma guerra fratricida.

A *Memoria Completa* procura instaurar, pois, um conjunto de práticas evocativas que permitam ao exército manter uma continuidade narrativa com o passado, que reforce, por sua vez, sua auto-estima como comunidade moral que pode ser transmitida às novas gerações. Não obstante, a memória dos “mortos pela subversão” só é possível pela desmemória dos fatos de violência e horror que perpetraram os homens do exército. A cristalização da memória militar na figura das vítimas acaba ressaltando certas características dos oficiais e silenciando outras, para fortalecer a idéia de que os militares não matam para defender a pátria, mas que morrem por ela. Em outras palavras, já não se trata de oficiais que combatem contra os inimigos da nação, mas de oficiais que não se rendem em sua defesa.

A figura ideal do oficial-vítima da subversão ajusta-se ao estereótipo socialmente aceito e reconhecido da vítima inocente. A literatura sobre Holocausto aprofundou-se nessa problemática e demonstrou como a moral dominante tende a construir uma imagem passiva e ingênua das vítimas. A inocentação da vítima a uma condição *cuasi* natural denota não só quanto moralmente tranqüilizadora resulta a passividade, mas também quanto socialmente obrigatório é o sentimento de compaixão por ela, se reúne essas características. Essa figura estereotipada e ideal da vítima termina ocultando sua identidade, sua trajetória ideológica e política, e convertendo-a numa imagem de tipo religiosa:⁴⁷

“A primeira vítima fatal produzida pela ação terrorista das organizações subversivas (...) foi uma menina de apenas 4 anos, filha de um oficial do

Exército Argentino. No atentado terrorista perpetrado contra o domicílio do capitão David Rene Coruna, resulta morta sua filhinha Guillermina, de 4 anos, e com feridas graves seu filho Jerónimo Luis, de 6 anos”.⁴⁸

Como se depreende da citação anterior, na nominata dos “mortos pela subversão”, confeccionada por Díaz Bessone, uma menina de 4 anos ocupa o lugar protagônico que sempre haviam ocupado, na memória militar, o seqüestro e assassinato do general de exército Pedro Eugenio Aramburu.⁴⁹ A figura de Aramburu resulta demasiado contraditória, fortemente conotada pelas disputas entre peronistas e anti-peronistas e muito ligada a uma imagem golpista e antidemocrática do exército para continuar sendo a primeira e mais destacada vítima da “guerra revolucionária”. Mas, nos memoriais do exército, ressalta-se “... a valentia e inteireza”, “a abismal integridade, divindade e inteligência” do alto chefe militar no momento de seu assassinato. Sua figura resulta problemática para construir uma imagem respeitável e virtuosa dos oficiais do exército que “morreram pela pátria”.

Ocorreu o mesmo com as figuras do major Arturo Argentino del Valle Larrabure e do tenente coronel Jorge Ibarzábal, que, logo após os ataques à fábrica militar de Villa Maria e ao regimento de Azul, e após passarem meses seqüestrados, foram assassinados, convertendo-se nos mártires da “luta contra a subversão”. Esses oficiais, que são lembrados como mártires que “caíram em defesa da pátria”, substituíram, entre as figuras memoráveis, os “generais do Processo” como Videla, Viola, Galtieri ou Menéndez, os quais se tornaram um obstáculo simbólico para a construção do exército como vítima inocente da violência “terrorista subversiva”.

⁴⁷ O êxito massivo do *Diario de Ana Frank*, como a vítima emblemática do genocídio nazista, assim o demonstra (Bethelheim, 1979).

⁴⁸ Díaz Bessone, Ramón (Dir) (1998), *In Memoriam, Op. Cit.*, p. 25.

⁴⁹ O general de exército Aramburu, quem leva adiante a chamada “revolução libertadora” que derrocara o general de exército Juan Domingo Perón, em 1955, foi seqüestrado e assassinado pela organização *Montoneros*, em 1970. Esse acontecimento foi de grande transcendência política, não só porque foi o primeiro oficial do exército assassinado por uma organização armada, mas pelo significado simbólico que representou seu assassinato para a resistência peronista.

Embora na re-descrição que o exército faz da figura dos oficiais “mortos pela subversão” destaque-se sua condição de soldados preparados para o combate e para morrer com valor, remarca-se, nessas narrações, particularmente sua condição de esposos e de pais de família, porquanto a feminilização que implica a figura da vítima submissa e passiva contrapõe-se à masculinização que identifica o militar valoroso com o pai e esposo, pilar fundamental da família. Assim está descrito no livro de Díaz Bessone:

“Só 3 missivas foi-lhe permitido fazer chegar a sua família. Nelas tratava de infundir ânimo a sua senhora e filhos e, inclusive, fazia-lhes chegar conselhos de padre impregnados de uma profunda fé católica. Os detalhes que chegam a nós sobre seu martirólogo são os mesmos que ele escreveu em folhas achadas em sua cela durante a batida posterior a sua morte e à fuga de seus captores”.⁵⁰

A evocação de sua paternidade prolonga a linha da vitimização até as novas gerações. Para a memória militar, tratou-se não só de oficiais jovens, mas de pais de 3 ou 4 filhos, segundo o caso, o que “deixa muitas outras vidas alcançadas pela tragédia”. A lógica da filiação reintroduz a figura da vítima passiva, submissa e feminina, agora nos filhos e nas esposas. Além disso, a figura memorável das vítimas ajuda a que as graduações militares, as armas e as facções políticas, ou seja, as hierarquias e as diferenças entre oficiais desvançam-se frente ao idioma do parentesco da grande família militar. Dessa maneira, os oficiais “mortos pela subversão” convertem-se em símbolo da unidade e continuidade do exército em uma conjuntura marcada pelas tensões entre *carapintadas* e *carablanca*s, entre oficiais reformados e oficiais da ativa e entre quadros médios e generalato.

No processo de construção da memória das “vítimas do terrorismo subversivo”, o exército, por um lado, produz uma re-descrição dos eventos de violência perpetrados pelas organizações armadas, e, por outro, apresenta-se no cenário da memória como portador de “outra verdade”, com a qual procura

disputar com os organismos de Direitos Humanos o sentido sobre o passado recente. Enquanto a primeira estratégia exige ao exército concentrar-se, como já mencionei, na evocação dos próprios sofrimentos e no esquecimento dos sofrimentos que causou a milhares de pessoas, a outra o obriga a construir narrativamente a “outra verdade esquecida e dissimulada”. O relato militar apresenta-se discursivamente como um ato revelador das verdades ocultas e nunca ditas sobre a violência terrorista, identificando, desse modo, os fatos de violência de que “não só o exército, mas toda a sociedade” foi objeto. Trata-se de ressaltar e destacar, com forte tom sensacionalista, os seqüestros, ataques a quartéis e regimentos, assassinatos, júris populares e atentados cometidos pelas organizações armadas durante a primeira metade da década de 70:

“As agressões e distorções promovidas, mesmo na atualidade, tanto dentro do nosso território como do estrangeiro, levaram-nos a reviver a memória coletiva de nossos concidadãos e fazer conhecer aos mais jovens as imagens do horror que diariamente suscitavam em nosso país os procedimentos terroristas subversivos: o assassinato como extorsão ideológica, seqüestros e roubos milionários como suporte financeiro, as sombras e a clandestinidade como forma operativa. Em síntese, o clássico método do terror para submeter a uma sociedade”.⁵¹

Esse discurso inscreve-se, pois, no convencimento intransigente de que existe uma equivalência entre a memória que defendem e a verdade que constroem (Pollak, 2006: 26). Essa visão que alcança adereços sagrados faz-se visível, apontando às emoções. Para isso, na encenação da “outra verdade”, a retórica militar desdobra uma dimensão narrativa e outra especular da memória. Essa posta em cena requer linguagens e imagens que representem a polarização entre agressores e agredidos, entre vítimas e vitimários que se procura fazer ver e ouvir.

⁵⁰ Díaz Bessone, Ramón (Dir) (1998), *In Memoriam, Op. Cit.*, p. 123-124.

⁵¹ *Idem.*, p. 11.

Apesar de que a narrativa castrense apresenta-se como “isenta de subjetividades para dar cabida a um rigor histórico”, a linguagem utilizada na descrição dos fatos é a da crônica policial. Os eventos de violência, um por um, incluindo assassinatos, seqüestros, ataques a quartéis, atentados, são descritos de maneira sangrenta, detalhada, sem mediações ou pudores. Essas descrições, de forte conteúdo mórbido, completam-se com imagens fotográficas dos oficiais assassinados, com detalhe de suas feridas e golpes. Em síntese, trata-se da versão militar do “*show del horror*”⁵², cujo tom sensacionalista e de denúncia funciona como uma via de escape ao sentimento de frustração pelo descrédito e desgaste que recaiu sobre o exército.

Como já mencionei, a memória militar construiu-se a si mesma em relação especular com a memória dos desaparecidos. Por isso, na disputa com os organismos de Direitos Humanos, a narrativa militar procura também impor um número que possa competir com o socialmente consagrado de 30.000 desaparecidos. Daí que é comum encontrar, nas publicações, cifras como: “21642 ações subversivas”, “5212 atentados com explosivos, 1052 atentados incendiários, 1311 seqüestros de explosivos, 1748 seqüestros, 1501 assassinatos, 551 roubos de veículos”, etc. Desse modo, a retórica militar descreve a violência das organizações armadas com conceitos similares àqueles com que os militares são acusados.

Assim, a inocentação dos oficiais “vítimas da subversão” completa-se com a demonização dos agressores. O mecanismo de demonização arraiga-se em uma concepção que explica o mal pela natureza pecadora da condição humana. Daí que são recorrentes, nas explicações sobre as motivações do agressor e as referências aos motivos maléficos irracionais ou insanos como característica natural e inata dos “terroristas”. “*Por amor al odio*”, “*matar por matar*” são algumas das frases que resumem o caráter demoníaco dos agressores: uns “verdadeiros chacais”. Esse discurso demoníaco produz uma naturalização da violência, que

⁵² A crônica televisiva sensacionalista dos primeiros meses da transição democrática, em que se mostrava, ao vivo, a exumação de cadáveres NN das fossas comuns, recebeu o nome de “*show del horror*” (Bombal, 1995).

desconhece sua dimensão política e social e oculta a relação que mantém com a sociedade que a produziu.

No exército, a narrativa da vitimização funciona como uma estratégia para esquivar a proscricção que pesava sobre o discurso militar –e com ele fazer uso do direito democrático à livre expressão, para posicionar-se frente à memória dos desaparecidos na Argentina e também para que a memória militar adquira visibilidade entre a sociedade civil. Efetivamente, o exército foi construindo uma estratégia narrativa sobre o passado que lhe permite, por um lado, sair do silêncio e do âmbito fechado da memória corporativa para entrar na cena pública com um discurso verossímil e disputar os sentidos sobre o passado que se cristalizaram nos últimos 30 anos; e, por outro lado, renovar sua imagem deteriorada e deslegitimada com novas justificações sobre o atuado que lhe permitam apontar ao reconhecimento da sociedade e do Estado. Em suma, o exército procura posicionar-se no cenário da memória pós- ditadura como um ator que constrói uma versão sobre o passado recente, que resulta do sentido comum mais crível e aceitável.

4. Construção, desconstrução e reconstrução da memória oficial do exército

Nos ciclos de construção, desconstrução e reconstrução da memória oficial do exército, observam-se tanto continuidades como rupturas narrativas. Uma e outras são fruto das negações e confrontações que a instituição castrense mantém, para dentro, com o relato hegemônico sobre a “luta contra a subversão”; para fora, com o discurso dos organismos de Direitos Humanos e a memória dos desaparecidos. Essas reconfigurações mostram não só que o passado resulta interpretado no contexto das interações do presente, mas que o exército está em permanente inter-relação com outros atores que excedem o estritamente institucional (Guber, 2004a: 102).

Apesar das modificações sobre o sentido do passado recente, existe, no exército, uma narrativa aglutinante e hegemônica que persevera nos três ciclos analisados. É a que concebe a participação do exército em atividades repressivas como uma ação de guerra na qual se defendeu a pátria dos inimigos internos que a ameaçavam. Com isso, mantém-se viva, hoje, aquela moral de combate que convocou o exército, como um chamado da pátria, a dar um passo à frente e salvá-la. A retórica da guerra permite, por sua vez, remarcar o passado recente no ideal das “lutas pela independência” e da “história grande da pátria”, remetendo, desse modo, a um momento fundacional, quase mítico, no qual o exército, a nação e a guerra fundem-se na gesta patriótica.

A retórica da guerra dá conta de um trabalho memorial de ligadura, continuidade e articulação entre o passado e o presente de uma comunidade moral que se sustenta da repetição de suas tradições e rituais, mas não carece de historicidade. Daí que, nos últimos 30 anos, adquiriu diferentes nomes, segundo os contextos nos quais foi evocada: “luta contra a subversão”, “guerra suja”, “guerra não-convencional”, “guerra anti-revolucionária”, “luta contra o terrorismo”, “guerra fratricida”, “luta entre argentinos” ou “luta interna”. Embora todos busquem distanciar-se do conceito de Terrorismo de Estado – com o que se demonstrou o caráter clandestino e sistemático da política de desaparecimento, suas diferenças não são menores e respondem não só aos contextos interpretativos e políticos em que o passado é evocado, mas também aos interlocutores com os que se disputam sentidos e ao grupo ao que se dirige a memória.

Outra concepção persistente e de forte peso institucional é a que concebe a violência repressiva como uma resposta. Com isso, o exército procura definir uma oposição binária que separa agressores de agredidos. A violência repressiva acaba sendo explicada como uma consequência não desejada, mas inevitável frente à agressão subversiva. Essa concepção apóia-se em uma periodização que remonta sua origem histórica a meados da década de 60, momento no qual a Argentina é objeto de agressões do “terrorismo marxista internacional”, que “tentava fazer efetivo um projeto político destinado a subverter os valores morais e éticos compartilhados pela imensa maioria dos argentinos”. Essa interpretação da

história argentina desconhece outros elementos políticos e sociais que contribuíram à explosão da violência, tais como a proscrição do peronismo, a sucessão de governos civis de escasso apoio popular, os reiterados golpes de estado perpetrados pelas Forças Armadas, as políticas repressivas levadas a cabo pelos governos militares etc. Além disso, esse argumento distingue dois tipos de violência: a violência institucionalizada e a violência revolucionária (Bobbio, 1988: 80). De ambas as violências contrapostas, uma estaria justificada por ser contratual, e a outra, ao contrário, estaria não-justificada por ser não-contratual. Desde essa lógica, a violência injustificada é sempre a do outro, a do inimigo do Estado.

Embora a reivindicação de reconhecimento do Estado e da sociedade civil seja uma constante na memória militar desde o *Documento Final* até o lema de *Memoria Completa*, essa reivindicação enuncia-se desde lugares diferentes, articula discursos diversos e justifica-se a partir de argumentos distintos. Em efeito, nos últimos 30 anos, o exército fez pública sua demanda de reconhecimento à “luta contra a subversão”. Enquanto que, num primeiro momento, a legitimidade dessa reivindicação surge do fato de sentirem-se vencedores na “guerra anti-subversiva”, num segundo momento, surge dos gestos dramáticos que rodeiam a figura das vítimas da “luta contra a subversão”. Do mesmo modo, frente às imputações de autoritarismo e às acusações de genocídio, a construção dos oficiais do exército como democratas erige-se em torno de duas figuras. Primeiro, os oficiais são apresentados como salvadores da nação, ou seja, como soldados que combateram um inimigo que ameaça sua integridade. Logo, essa figura, embora sobreviva na memória coletiva dos oficiais reformados⁵³, no discurso oficial é substituída pela imagem dos mártires. Os oficiais convertem-se em mártires que pereceram por não se renderem nem claudicarem em defesa das instituições e valores da nação.

Entre as discontinuidades da memória oficial do exército, a mudança mais notória é a admissão pública de torturas e assassinatos que foram ordenados pela

⁵³ Essa dimensão coletiva da memória dos oficiais reformados é analisada no capítulo II.

condução do exército e executados por seus oficiais. Embora essas afirmações marquem uma distância do discurso renegatório da desapareição de pessoas, apresentam-se como um “mínimo de *sinceramiento*”, que procura culminar com a “reconciliação entre os argentinos”. Num gesto que afasta a verdade da justiça, essa admissão funciona como um ato performativo que pretende oferecer “penas” e “desculpas” pelos “erros históricos cometidos” em troca da reconciliação, esquecimento ou perdão.⁵⁴

A proposta de reconciliação é uma constante no discurso do exército, mas que tem sido enunciada desde diferentes posições. Num primeiro momento, a reconciliação confunde-se com a anistia e ativa-se a partir da necessidade de esquecimento das seqüelas de uma guerra que não foi nem querida nem procurada. O esquecimento tem na narrativa militar uma dimensão produtiva, uma vez que o futuro deriva da proibição de lembrar as desgraças para não dar passo à justiça, que é considerada uma ferramenta de vingança. (Loraux, 1989) Num segundo momento, o discurso da reconciliação ativa-se novamente, mas não já a partir do recurso do esquecimento, senão da memória dos próprios sofrimentos. Fazendo um uso corporativo dos padecimentos, o exército institucionaliza um discurso da vitimização, no qual todos os argentinos resultam irmanados na evocação das dores comuns.

⁵⁴ Na Argentina, diferente da África do Sul, as confissões dos ex-repressores não simbolizam uma forma de arrependimento público que culmina no perdão. Pelo contrario, as confissões, assim como os chamados “*informes de verdad*”, são utilizadas como instrução sumária para a apresentação de cargos por violações aos Direitos Humanos nos estrados judiciais.

Capítulo II

Entre heróis e traidores: memória e identidade dos oficiais reformados do exército

"A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, à medida que é um componente muito importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de grupo na reconstrução de si."

Michel Pollak

No dia 24 de maio de 2006, realizou-se, em frente ao "*Monumento a los Caídos en la Guerra de Malvinas e Islas del Atlántico Sur*", na praça *San Martín*, de *Buenos Aires*⁵⁵, um ato comemorativo aos "mortos pela subversão", no qual cinco oficiais da *Compañía de Comandos 601* do exército que compareceram vestidos de uniforme foram, após 40 dias de detenção, finalmente expulsos da força.⁵⁶ Esse ato foi o primeiro episódio público de uma sucessão de atos comemorativos que, embora sempre realizado dentro de certo entorno íntimo,

⁵⁵ A praça *San Martín* está localizada no bairro portenho de Retiro, a metros do *Círculo Militar* e da *Cancillería*. É uma área muito transitada, já que reúne três terminais ferroviários, várias bocas de metrô e é vizinha do complexo de escritórios e da zona hoteleira mais importante da cidade de Buenos Aires. Desde 24 de junho de 1990, ali se ergue o cenotáfio aos caídos na Guerra de Malvinas. O monumento conta com um muro arredondado, na cor rosado-escuro, de 2 metros de altura por 25 de comprimento, que exhibe 25 placas de mármore negro brilhante. Em cada uma dessas placas, estão inscritos os sobrenomes e nomes dos soldados, sub-oficiais e oficiais das três forças que morreram no conflito armado. Nas colunas, não se menciona a hierarquia nem a força à que pertenciam. O muro rodeia uma esplanada de cimento presidida por um mastro e uma roseta. O cenotáfio, que está erguido no mesmo terreno que o monumento ao *Héroe de la Independencia Argentina y Padre del Ejército*, permitiu tirar as comemorações da "*Guerra de Malvinas*" do âmbito castrense a que estavam relegadas e devolveu aos militares um ponto cêntrico da cidade para realizar seus atos públicos (Guber, 2004b: 144-153).

⁵⁶ O ato propôs-se não só a "homenagear os oficiais mortos pela subversão", mas também a avançar com a convocatória para o dia 5 de outubro como o "dia nacional dos mortos pelo terrorismo subversivo".

mostra as disputas castrenses sobre o passado recente. Nos últimos anos, quando se cumpriam 30 anos da morte de oficiais do exército pelas organizações armadas durante a década de 70, os oficiais da reserva junto a familiares e amigos, aglutinados em “*Comisiones de Homenaje*”, converteram-se nos guardiões do fausto militar dos “mortos pela subversão” frente à política comemorativa dos comandos superiores.

Com exceção do ato em repúdio à toma do quartel de *La Tablada*, que se efetua todos os 23 de janeiro, na praça *San Martín*⁵⁷, e dos atos públicos de maio e outubro de 2006, os “atos de homenagem aos mortos pela subversão” celebram-se de maneira reservada.⁵⁸ Os lugares escolhidos são as dependências de quartéis e regimentos aos quais os oficiais homenageados pertenciam, ou então onde morreram, e as igrejas castrenses onde são celebrados ofícios religiosos em suas memórias. Esses atos realizam-se, segundo cobram os organizadores, “sem evocação alguma por parte do Exército Argentino nem autoridades”⁵⁹, e, em alguns casos, as autoridades a cargo das dependências militares não autorizam a colocação das placas alusivas.

Os oficiais reformados são os principais protagonistas desses atos. Não só os convocam e organizam, mas também são seus oradores, na qualidade de ex-camaradas e companheiros de promoção dos oficiais homenageados. Os oficiais reformados, além de estarem aglutinados em diferentes entidades colegiadas e de camaradagem, como o *Círculo Militar*, o *Centro de Oficiales Retirados de las Fuerzas Armadas* e o *Foro de Generales Retirados*, desde maio de 2005, reúnem-se na *Unión de Promociones*. Trata-se de um grupo politicamente ativo, que surge com o objetivo de defender y apoiar aos “camaradas detidos e suas famílias por violações aos Direitos Humanos”⁶⁰, logo após a derrogação das leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*. Essa entidade está composta por membros das diferentes

⁵⁷ No ato de 23 de janeiro de 2005, homenageou-se também os “caídos pela pátria” –segundo versam as proclamas - no ataque ao quartel da cidade de Azul, realizado pelo ERP (*Ejército Revolucionario del Pueblo*), em 19 de janeiro de 1974.

⁵⁸ Essa prática de realizar os “atos de homenagem” portas adentro tem seu antecedente nas missas que convocava FAMUS nos anos da transição democrática.

⁵⁹ Comunicado do *Grupo de Amigos por la Verdad Histórica*.

camadas do *Colegio Militar de la Nación*, entre os quais existem fortes laços de amizade e solidariedade. Esses laços são reforçados e atualizados, por sua vez, pelas redes de ajuda mútua e organização cerimonial que se articulam com os “atos de homenagem”.

Devido à verticalidade e hierarquia próprias das instituições castrenses, costuma-se pensar que a memória oficial do exército é aceita e reconhecida por todos os oficiais; porém, entre suas filas, proliferam diferentes níveis de discurso, surgem retóricas novas, cruzadas e em tensão, e entreveram-se anunciadores legítimos e autorizados com porta-vozes não-reconhecidos. Daí que os “atos de homenagem” celebrados pelos oficiais reformados a seus camaradas propõem o desafio de compreender as tensões e conflitos, e, torno a dizer, recordar um passado violento que, desde o regresso da democracia, vem determinando a vida política e institucional do exército.

Pois bem, o presente capítulo propõe-se a dar conta, por um lado, da memória dos oficiais reformados do exército, os quais se reconhecem como parte de uma geração que tem um vínculo privilegiado com o passado recente pelo fato de terem sido contemporâneos dos acontecimentos; e, por outro lado, das práticas comemorativas nas quais, ao recordarem e homenagearem os camaradas de armas mortos na década de 70, os oficiais reformados ensaiam os conflitos que mantêm com a política comemorativa da atual condução do exército. Em termos gerais, este capítulo tem o objetivo de indagar os sentidos e significados atribuídos e expressos nos “atos de homenagem”, e sua relação com os valores da comunidade militar.

Em tal sentido, nestas páginas, procura-se responder aos seguintes interrogantes: que eventos ou fatos priorizam-se ou ocultam-se nos “atos de homenagem”? Que retóricas e *performances* mobilizam-se e quais caem em desuso? Quais são os personagens ou atores do passado que se reivindicam e quais se esquecem? Quem se converte em porta-vozes autorizados e quem em interlocutores legítimos? Como se redefinem as relações entre memória e

⁶⁰ Seu presidente, o general (R) Juan Giuliano, encerrou a lista de oradores no ato de 24 de maio,

identidade, por um lado, e entre passado, presente e futuro, por outro lado? Em suma, como se articulam mudança e continuidade na memória dos membros de uma instituição que se alimenta de seu passado e de suas tradições, mas que tem sido fortemente questionada pela sociedade civil devido à violação aos Direitos Humanos durante a última ditadura?

1. Os “atos de homenagem”: a luta pelos suportes da memória castrense

Na vida militar, em suas práticas e representações coletivas, o “fazer história” da instituição, de seus homens, de suas batalhas e de seus mortos é uma prática estimulada e valorizada pelos oficiais. A instituição fomenta e premia a sensibilidade histórica de seus homens. Os oficiais estão familiarizados e sociabilizados com as preocupações e interesses dos afazeres da lembrança. E em sua qualidade de agente produtor e transmissor de sentimento patriótico (Hershberg y Agüero, 2005: 3), interessado em dar continuidade a uma visão tradicional e não-contraditória de seu papel na vida nacional, o exército narra sua própria história desde um dispositivo retórico que define ações heróicas, gestas memoráveis e atos de cavalheiros.

A História, enquanto ciência do Estado, é, para os oficiais reformados, o veículo privilegiado para promover um passado memorável.⁶¹ Como toda narrativa oficial, a história militar é fortemente seletiva e enquadra (Pollak, 2006) o passado da instituição num grande relato coerente e comunicável. Desse modo, a instituição procura construir não só uma memória edificante, que reforce os sentimentos de pertencimento e autovalorização da comunidade militar, mas também uma identidade narrativa, que estimule, por um lado, a transmissão às novas gerações de militares, e, por outro lado, a recordação com uma forte carga

na Praça *San Martín*.

⁶¹ O exército conta com uma *Dirección de Asuntos Históricos*, que reúne três dependências: o *Servicio Histórico*, o *Archivo General* e o *Museo Histórico*. Sua tarefa é vigiar a transmissão regular e contínua do passado militar, para o que conta com agentes profissionalizados.

afetiva por parte dos oficiais. Com esse policiamento, a instituição procura que a história oficial e a memória coletiva não se distingam, ao ponto que a memória historicizada⁶², como diria Pierre Nora (1993), transforme-se na garantia de controle sobre a homogeneidade dos relatos.

O exército e sua história oficial exercem um policiamento sobre as narrativas, os acontecimentos e os personagens que ingressam no cânone, mas também sobre os canais ou veículos através dos quais se efetiva sua transmissão. Em tal sentido, a história da instituição cristaliza-se em objetos materiais legítimos, tais como monumentos, memoriais, bibliotecas, arquivos, museus e efemérides. Além disso, para que o passado não se pulverize no presente, agencia-se na vida cotidiana dos quartéis por meio do ritmo anual e repetitivo dos calendários. Em efeito, a cada novo ano, as narrativas oficiais oferecem às tropas um anuário de datas e adversários para serem recordados e celebrados. Na vida militar, as práticas comemorativas têm a função de outorgar uma aura simbólica às gestas que constituem o passado da instituição.

Desse modo, o passado converte-se em tradição e torna-se objeto de rituais baseados em atos e homenagens, com estritos cronogramas, oradores e discursos, uniformes de gala, desfiles, hasteamento de bandeiras, hinos e marchas militares, formações de tropas, salvas ao ar, entrega de condecorações, descerramento de placas, banda militar e clarim para o minuto de silêncio. A solenidade dos atos castrenses expressa-se no grau de planejamento que alcançam. A prévia organização, a programação estruturada com uma delimitação temporal (definem-se o início e a finalização) e a utilização de um espaço marcado simbolicamente completam-se com a apresentação de expressões artísticas formalizadas (Bauman, 1992).

Se bem que essa rigorosa liturgia encarne o modo oficial de evocação do passado, essas celebrações completam-se com pequenos atos informais, tais

⁶² A memória historicizada não é o mesmo que historicizar a memória. Para Nora (1993), a memória historicizada é a memória que ficou subsumida pela História e que se converteu em memória oficial, em memória canônica. Para Rousso (2000), ao contrário, historicizar a memória é fazer a história da própria memória, da evolução das formas e usos do passado que fazem os diferentes grupos a partir dos conflitos que se produzem no presente.

como alocações pessoais, palavras de agradecimento, aplausos, menções ou reconhecimentos, que constituem uma forma socialmente aceita pelos oficiais de expressão pública de seus sentimentos e emoções (Mauss, 1981) Além disso, nas cerimônias, inclui-se a presença de familiares e amigos. Essas *performances* (Bauman, 1989) coletivas contribuem para reproduzir um regime de memória que permite não só fixar as lembranças em seus portadores como também transmitir e reproduzir as tradições e a identidade militar.

Na perspectiva dos oficiais que homenageiam seus camaradas mortos, a “luta contra a subversão” deve ser institucionalmente evocada nos termos e com os suportes proporcionados pela própria tradição militar (Valensi, 1998). Entrar na história significa que a recordação do passado repressivo deve-se fazer por duas vias complementares: a história das efemérides e o ciclo de suas comemorações:

“A cerimônia de descerramento da placa alusiva propôs-se e acordou-se (...) para o dia 25 de maio, festa pátria que convida à recordação dos heróis das diferentes guerras que forjaram nossa Nação”.⁶³

“(...) ‘porque é a mesma bandeira a que se abraçou o negro Falucho antes de vê-la atada ao carro do inimigo. É a mesma pela qual entregou seu sangue o general Güemes. Olhem bem para ela! Porque é a mesma bandeira pela qual vários soldados levam gravados em seus corpos as feridas recebidas lutando em Manchalá, contra o terrorismo apátrida que pretendia trocá-la por um trapo vermelho’⁶⁴, sustentou o tenente coronel Roberto Vega quando tomava juramento de fidelidade à bandeira aos soldados do *Núcleo de Instrucción Básica no Regimiento de Caballería Blindada General Güemes*”.

Em efeito, a história do exército e a celebração de suas efemérides constituem os suportes mais duradouros da memória militar, posto que, com eles,

⁶³ Comunicado do *Grupo de Amigos por la Verdad Histórica*.

⁶⁴ Comunicado a propósito do 30º aniversário da morte do General de Brigada Arturo Horacio Carpani Costa.

garante-se que os fatos e personagens selecionados sejam periodicamente lembrados e comemorados. Dessa maneira, os oficiais reformados inscrevem o passado recente no ideal abstrato do passado como “história grande da pátria” e exigem que, enquanto tal, esse passado seja rememorado segundo os marcos sociais que a tradição memorialista castrense impõe (Halbwachs, 1994). Os comentários de um tenente coronel (R) mostram como a evocação da “luta contra a subversão” se reconhece nos mesmos suportes materiais com os quais, desde seu nascimento, o exército constrói sua própria tradição mnêmica:

“Mas a luta contra a subversão é importante porque ao cadete no *Colegio Militar* há que se dar-lhe algo, há que se imprimir-lhe caráter, orgulho de ser militar. A última foi a guerra contra Paraguai, foi no século passado, e a campanha ao deserto foi um exército em campanha não em guerra”.⁶⁵

Se bem que na perspectiva dos oficiais reformados o passado recente insira-se numa temporalidade ideal de longa duração, essa inscrição explica-se pelo temor de que, privada de ditos suportes, sua evocação vá-se apagando nas novas gerações de oficiais (Halbwachs, 1994). Daí que as disputas pela representação do passado recente são, ao mesmo tempo, como iremos vendo ao longo deste primeiro ponto, lutas pela apropriação dos suportes que asseguram a transmissão da memória. Em tal sentido, inscrever a memória da “luta contra a subversão” na história das “guerras que forjaram a nação” instala, para os oficiais reformados, a obrigação coletiva de comemorá-la.

Mas, por uma parte, em que datas essas comemorações são reeditadas? E que eventos atualizam-se com elas? A memória da “luta contra a subversão” ativa-se e assume a forma de um ritual compartilhado entre os oficiais reformados nos aniversários dos ataques a unidades militares e atentados contra oficiais do exército por parte das organizações armadas ocorridas durante a década de 70. Em ambos casos, os oficiais reúnem-se para realizar “homenagens aos mortos

⁶⁵ Entrevista a um tenente coronel (R).

pela subversão”, isto é, render honras aos mortos e repudiar a organização armada que assumiu o fato.

E por outra parte, quando começaram essas comemorações? O processo contra oficiais do exército por violações aos Direitos Humanos, logo após a derrogação das leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*, marcou o final de um pacto de governabilidade pelo qual os militares obtiveram impunidade em troca de guardar silêncio. Com o Indulto aos ex-comandantes, as leis de impunidade funcionaram como leis-mordaça. Em função disso, durante as últimas duas décadas, foi possível condenar os repressores por suas declarações públicas, mas não pelos atos de violência que cometeram (Payne, 2006: 24). Com exceção das declarações públicas de alguns repressores, nas quais reivindicavam o atuado durante a repressão, a memória militar manteve-se ativa mas secreta, “portas adentro”, com um marcado caráter corporativo. Desde a década de 70, os oficiais reformados asseguram haver lembrado e comemorado cada ano seus camaradas, “de forma íntima e reservada”, tal como se lembra no discurso pelo 31º aniversário da morte do coronel Jorge Ibarzábal:

“Esta é a crônica da homenagem que seus familiares, amigos e companheiros de turma viemos repetindo, ineludivelmente, nestes 31 anos de sua desapareção física”.⁶⁶

Com a desproteção que implica a derrogação das leis de impunidade, seria esperável que os militares se mantivessem em silêncio. Mas não foi assim. Nos últimos anos, a memória da “luta contra a subversão” adquiriu um caráter mais público e uma convocatória mais ampla. Hoje, assistimos a um refortalecimento da memória coletiva dos oficiais reformados. Trata-se de um ponto de inflexão. A memória atual volta-se sobre a memória passada, e os anos de cômodo silêncio e programada “austeridade” nas comemorações são reinterpretados como anos de

⁶⁶ Fragmento do discurso pronunciado pelo presidente da Turma de 80 do *Colegio Militar* por ocasião do 31º aniversário da morte do coronel Jorge Ibarzábal.

“ostracismo”, silenciamento e falta de compromisso que teve os próprios homenageados entre suas principais vítimas. Esse clima de acusações mútuas revive-se nos “atos de homenagem” que se realizam fora dos regimentos, no *Círculo Militar*⁶⁷ e na Igreja castrense *Nuestro Señora de Stella Maris*⁶⁸, dado que o exército não quer atribuir entidade oficial a esses atos:

“Ao longo dos últimos 29 anos, sua viúva, seus filhos e seus companheiros de armas, que integraram a notável Turma de 76 do *Colegio Militar de la Nación*, recordamos cada aniversário em forma íntima e reservada, com exceção do ano 1985, única oportunidade em que se realizou a homenagem merecida na sede do Batalhão em cuja defesa empenhara a vida”.⁶⁹

No *Círculo Militar*, as cerimônias são abertas, não requerem convite, duram apenas uma hora e estão cuidadosamente planejadas. O espaço para o ato dispõe-se caprichosamente, com lugares reservados segundo o papel que se desempenha na cerimônia. Sobre o cenário, localiza-se um púlpito para os oradores, escoltado por um mastro com a bandeira Argentina, precisamente em frente às filas de cadeiras que conformam uma platéia. O presidente e os companheiros de turma do oficial homenageado formam-se sobre o cenário ao lado do púlpito, os familiares e autoridades do *Círculo Militar* sentam-se na primeira fila, e o público senta-se ou permanece em pé por trás. Em geral, aos “atos de homenagem” comparecem, em sua maioria, oficiais reformados. Não se observam oficiais jovens, cadetes, oficiais uniformizados nem autoridades do

⁶⁷ Trata-se de um Clube Militar que adotou a figura de “*Asociación Civil con Personería Jurídica*” e que se criou em meados de 1880, com o fim de estreitar laços de solidariedade entre os oficiais. Estima-se que 60 % dos oficiais reformados e em atividade são sócios, mas há também muitos civis entre seus associados (Balza, 2001: 207).

⁶⁸ No dia 28 de junho de 1957, por um convênio entre a Santa Sé e o governo de fato do general Aramburu, criou-se o vicariato castrense. Trata-se de uma diocese na qual os capelães têm grau militar e status de oficiais, com seus correspondentes salários e promoções, e os paroquianos são os militares e suas famílias (Mignone, 1999) A Igreja *Nuestra Señora de Stella Maris* é a sede do vicariato castrense.

⁶⁹ Comunicado a propósito do 30º aniversário da morte do General de Brigada Arturo Horacio Carpani Costa.

exército. A maioria de mulheres que comparecem fazem-no acompanhadas de seus esposos – em sua maioria, oficiais reformados. Quase não se vêem mulheres sós ou mulheres jovens.

Os atos começam pontualmente com uma breve apresentação a cargo do maestro ou maestra de cerimônia, que dirigirá os passos protocolares do ato. Imediatamente depois, os presentes entoam as estrofes do hino nacional, quadrando-se em posição de firmes e expressando-se com voz altissonante. O maestro de cerimônia lê a lista de adesões ao ato e evoca, citando periódicos da época ou das próprias organizações armadas, as circunstâncias nas quais se produziu o ataque ou o atentado. Os oradores principais são, primeiro, o presidente da turma do *Colegio Militar* à que pertencia o oficial homenageado e, segundo, um companheiro ou amigo próximo da turma ou da Arma. A cerimônia alcança seu momento de maior solenidade quando os familiares recebem dos oficiais reformados uma placa recordatória. Finalmente, encerra-se o ato com um minuto de silêncio, com clarim, no caso de haver. E, por último, os participantes gritam o clássico “¡Viva la Patria!”, e escutam-se vivas e aplausos como resposta.

Diferente dos ritos seculares dos clubes de camaradagem castrense, as missas em memória dos oficiais mortos ajustam-se à liturgia e horários dos ofícios religiosos tradicionais. A composição dos presentes é similar à dos atos do *Círculo Militar*, mas se observa a presença isolada de oficiais em atividade com uniforme⁷⁰. Logo que chegam, os presentes recebem um programa com o repertório de canções que serão entoadas na missa. Após a homilia do capelão e de ele celebrar a comunhão, dá-se por finalizada a cerimônia religiosa. Essa costuma terminar com “uma canção que todos conhecemos”, como diz o capelão, e que se entoa com entusiasmo. Trata-se de “Cristo Jesus”, também conhecida como “*Salva al pueblo argentino*”⁷¹, uma canção de campanha do exército

⁷⁰ Os oficiais da ativa não podem ser advertidos por comparecerem à missa com uniforme.

⁷¹ “Cristo Jesús en Ti la Patria espera/ Gloria buscando con intenso ardor/ Guíala Tu, bendice tu Bandera/ Dando a su faz magnífico esplendor/(Coro) ¡Salve divino foco de amor!/ Salva al pueblo argentino/ Escucha su clamor/ ¡Salva al Pueblo Argentino/ Sagrado Corazón!/ ¡Oh Corazón, de caridad venero!/ Lejos de Ti, no espera Salvación;/ Salva su honor, arroja a sus senderos/ Luz inmortal, destello de tu amor/ (Coro) Dulce Jesús: poblados y desiertos/ Piden al par Tu santa bendición:/ Duermen en paz nuestros queridos muertos/Salva al Hogar, la Patria, Religión”.

argentino com a qual se costumava terminar as missas de FAMUS durante o governo de Alfonsín.

Após a missa, convida-se os presentes a participarem de um pequeno ato nas escadarias da igreja. Ali se improvisa um “ato de homenagem” similar ao descrito anteriormente, mas em um clima mais íntimo e pessoal. Primeiro, um oficial reformado, companheiro de turma do *Colegio Militar*, lê um discurso, logo todos os presentes cantam o hino nacional e os organizadores entregam uma placa recordatória à família do oficial homenageado, e, finalmente, faz-se um minuto de silêncio e escuta-se o grito de “¡Viva la Patria!” e os aplausos finais. Em ambos os casos, muitos dos presentes aproximam-se para cumprimentar pessoalmente os familiares.

Nas missas convocadas por FAMUS durante os primeiros anos de democracia, rendia-se homenagem às “vítimas da subversão”, em termos religiosos e patrióticos. Ainda que a liturgia semicastrense e religiosa que caracteriza os atos no *Círculo Militar* e as missas na Igreja *Stella Maris*, respectivamente, evite a exibição de conotações políticas, os discursos pronunciados pelos oradores inscrevem-se num contexto de tensões e conflitos com a atual condução do exército.

Os “atos de homenagem” são *performances* que aludem à memória corporativa da “luta contra a subversão”, mas que atualizam experiências coletivas e familiares sobre esse passado. Por isso, funcionam como atos de comunicação e expressão pública de sentimentos e emoções, ao mesmo tempo pessoais e coletivas (Bauman, 1989). Nos “atos de homenagem”, relembra-se o aniversário da morte dos oficiais do exército, os quais, ainda que sejam evocados como vítimas individuais com nome e sobrenome, apresentam as características ideais da categoria de pessoa que a instituição construiu para eles (Goffman, 2004). De que categoria de pessoa se trata e como se atualiza nos “atos de homenagem”? Os oficiais “mortos pela subversão” são lembrados pelo seu duplo pertencimento social: por um lado, ao exército; por outro lado, à família. Como oficiais-camaradas de exército, são evocados “com orgulho”, e como esposos-pais de família, “com

afeto”. As palavras de um tenente coronel mostram esse duplo pertencimento do oficial “morto pela subversão”:

“Eu não vou falar de todos os homens que morreram, porque não os conheço (...) prefiro referir-me a um fato do qual fui ator e testemunha preferencial e a um homem que vi morrer heroicamente em combate a meu lado. (...) um homem apaixonado por sua profissão e sua mulher, a quem se referia com freqüência. Os homens que amam algo, por isso só já merecem respeito, mas nos próximos dias ele daria motivos para que o respeitasse muito mais (...)”.⁷²

A primeira categoria alude ao exército como uma grande família que reúne os oficiais na horizontalidade de uma confraternidade de camaradas. Nos discursos, costuma-se substituir a típica expressão castrense “meu coronel” ou “meu tenente coronel”, que se usa para dirigir-se a um superior e manter as hierarquias militares, pelo enunciado “nosso Ibarzábal”, “nosso Larrabure” ou “nosso Lucioni”, para denotar e remarcar os laços de fraternidade que unem os que compartilham uma memória em comum. A base da fraternidade é a vida compartilhada, o fato de haverem se formado, de haverem lutado, trabalhado e convivido todos juntos como uma família em momentos de adversidade. Desse modo, a memória encarna-se nos laços de uma comunidade afetiva. A segunda categoria destaca as virtudes do oficial como pai e esposo de família. Ante o fato irremediável da desapareção física, o exército apresenta-se como uma família substituta para os parentes através dos camaradas, brindando apoio e compreensão e recriando os termos de uma família tradicional. Os filhos dos oficiais mortos, os quais são chamados pelo diminutivo: “Anita (Lucioni)”, “Arturito (Larrabure)”, “Robertito (Ibarzábal)”, ocupam, ao mesmo tempo, o lugar de vítimas e de subalternos.

Por uma parte, é sabido que nos ritos fúnebres fala-se mais dos vivos do que dos mortos. Trata-se de um modo de afirmação da perdurabilidade do grupo

social, de seus valores e práticas (Álvarez, 2004: 124). Nos ritos de recordação aos “mortos pela subversão”, diz-se mais dos oficiais reformados que hoje os evocam do que das próprias mortes e de suas circunstâncias. Por outra parte, nas instituições totais, afirma Goffman (2004), e o exército é uma delas, a pessoa dos internados, sua autonomia e liberdade de escolha e de pensamento são mortificadas ao ponto de as identidades individuais converterem-se na categoria ideal de pessoa da instituição. Para isso, a instituição tem que redirecionar e organizar os sentimentos pessoais dos internos para as práticas e representações coletivas. Em suma, nos “atos de homenagem”, a dor e o sofrimento dos camaradas e familiares são re-socializados para que adquiram uma dimensão social. E à medida que se expressam publicamente na linguagem da grande família castrense, os sentimentos de dor reforçam e reproduzem os valores aceitos e normalizados pela instituição: a família patriarcal e a grande família do exército. A linguagem da família é, pois, o *pathos* de um conjunto de valores socialmente compartilhados pelos oficiais.

Cabe perguntar-se, então, como pode lamentar-se publicamente uma morte pessoal quando a pessoa mesma já foi mortificada pela instituição? Nos “atos de homenagem”, não se lamenta nem se compadece dos familiares e amigos pela perda de um indivíduo particular, mas pela perda de uma categoria de pessoa: o pai e o oficial do exército. Por isso, resulta o *locus* privilegiado no qual os oficiais reformados reforçam seus valores e suas experiências. Em outras palavras, os oficiais reformados encenam seus sentimentos de dor por um camarada morto, porém não o fazem como uma dor pessoal, mas como um sentimento compartilhado que reflete e reproduz os valores morais legítimos da instituição e o estereótipo do “bom oficial”. E, desse modo, a descontinuidade e o caos que representa a morte para a vida de um grupo adquire, finalmente, uma força afirmativa de coesão social:

⁷² Fragmento de um discurso pronunciado por um Tenente Coronel (R) ao cumprirem-se 30 anos do *Combate del Río Pueblo Viejo (Operativo Independencia)*.

“A de Ibarzábal foi a pequena chama de um fósforo que pode iniciar um grande fogo. Não porque ele tenha sido importante, mas porque o fogo de sua vocação de soldado argentino foi e seguirá sendo infinito. (...) E que essa significativa circunstância que nos aproxima de vocês sirva para consolidar a união total dos integrantes do exército argentino, sem distinção de hierarquias nem situação de revista”⁷³

2. Os traidores

A obsessão e o cuidado pelos legados do passado resultam contraditórios com a política de esquecimento que o exército e seus homens vêm mantendo frente a uma sociedade que lhes reclama a verdade sobre o destino dos desaparecidos. Apesar do silêncio que envolve a desapareição de pessoas, os oficiais reformados relembram os anos da repressão ilegal, recriando versões sobre suas experiências. Mesmo que essas versões sejam ressignificadas –no plano coletivo– de acordo com as circunstâncias e o cenário político no qual a instituição desdobra suas estratégias e projetos (Jelin, 2002b: 2), cabe esclarecer que estão inscritas dentro de uma política de esquecimento, silêncio e destruição dos rastros do passado que pretende relembrar. Daí a seletividade dos fatos da memória, que, como ponto cego das entrevistas que realizei, denota a força vinculante que tem o segredo como forma de coesão entre os oficiais reformados. O primeiro benefício do segredo é a confiança mútua entre seus detentores, uma vez que da capacidade de calar-se deriva uma sensação de proteção. Trata-se de um tipo de confiança sob a qual se possa colocar qualquer tipo de conteúdo da vida em comum (Simmel, 1939). Por isso, o segredo parece depender menos da obediência do que daquilo que tem que calar. E, desse modo, institui um mecanismo pelo qual se produz automaticamente o silêncio esperado em cada um dos entrevistados.

⁷³ Discurso da Turma 80 do *Colegio Militar de la Nación* no 31º aniversário da morte do Coronel Ibarzábal.

O lema “Soldado no pidas perdón por haber defendido a tu Patria...”⁷⁴, com o qual a *Unión de Promociones* convocou ao ato na praça *San Martín*, no dia 24 de maio de 2006, tem que ser entendido como parte de um horizonte de significação da vida militar pós-ditadura que se inaugura, segundo a percepção dos oficiais entrevistados, com o *Mensaje al País* do tenente Martín Balza⁷⁵. No dia 25 de abril de 1995, um dia depois que o ex-repressor Víctor Ibáñez reconheceu, na televisão, que se atiravam pessoas vivas ao mar, inaugura-se um período de tensões e descontentamentos entre a oficialidade e os mandos superiores que chega até a atualidade. E esse descontentamento não se deve às declarações de Ibáñez, mas a que, essa noite, o chefe do Exército leu, no programa de televisão *Tiempo Nuevo*, um discurso no qual afirmou:

“... quero lhes dizer, como Chefe do Exército, que, assegurando sua continuidade histórica como instituição da Nação, assumo nossa parte da responsabilidade dos erros desta luta entre argentinos que hoje nos volta a comover”.⁷⁶

Embora essa proclamada “autocrítica institucional” não tenha sido recebida satisfatoriamente pelos organismos de Direitos Humanos, os quais não admitiram a inexistência de listas de desaparecidos em mãos do exército⁷⁷; isso é compreendido pelos oficiais reformados como um ato de traição. Em uma entrevista, um tenente não duvidou em chamar o general Balza de “general genuflexo”. O fastídio que o *Mensaje al País* desatou entre a oficialidade do exército⁷⁸ põe em questão sua legitimidade e autoridade pública.

⁷⁴ *La Prensa*, 25 de maio de 2006.

⁷⁵ O general do exército Martín Balza foi Chefe do Estado Maior do Exército Argentino de novembro de 1991 até dezembro de 1999.

⁷⁶ *Clarín*, 26 de abril de 1995.

⁷⁷ “As listas de desaparecidos não existem na força que comando; se é verdade que existiram no passado, não chegaram aos nossos dias. Nenhuma lista trará à mesa vazia de cada família o rosto querido, nenhuma lista permitirá enterrar os mortos que não estão nem ajudar seus parentes a encontrar um lugar onde lhes render uma homenagem.”

⁷⁸ No dia seguinte à entrega do comando do exército, o tenente Balza foi expulso do *Círculo Militar*, presidido pelo General de Divisão (R) Ramón Genero Díaz Bessone, ex Ministro da Ditadura.

Nas instituições hierárquicas e com fortes estruturas de mando, o poder performativo da palavra deriva da autoridade de quem a enuncia, posto que o chefe é, além disso, um porta-voz que está investido do poder de nomear e de comunicar por delegação. Não obstante, a repulsa que o *Mensaje al País* desatou entre os oficiais reformados mostra que o poder performativo da palavra que evoca o passado não deriva somente da autoridade de quem a enuncia, mas converte-se em uma palavra autorizada quando obtém o reconhecimento do grupo ao qual está dirigida a memória⁷⁹ (Bourdieu, 1999). Os insultos de que são objeto tanto o general do exército Balza quanto a atual condução do exército a cargo do general do exército Roberto Bendini, embora tenham uma eficácia simbólica muito reduzida, posto que só comprometem seu autor, constituem um ato de destituição no sentido de que um indivíduo, atuando em nome de um grupo, lembra ao chefe que não se comporta de acordo com a essência que lhe foi socialmente reservada (Bourdieu, 1999: 65-66).

O fastídio que provocaram as declarações do tenente Balza põe em evidência que a autocrítica que realiza o porta-voz autorizado carece, aos olhos dos oficiais reformados, das características retóricas e narrativas que a instituição lhe delegou. Por isso, não é um discurso reconhecido por seus camaradas, e, mais ainda, é considerado uma traição. Um discurso é eficaz, isto é, reconhecido, quando coincidem as propriedades do discurso, as propriedades de quem o pronuncia e as propriedades da instituição que autoriza a pronunciá-lo (Bourdieu, 1999: 71). Por isso, a traição que significa o ato de “render contas”, de “pedir perdão”, mostra que essa narrativa carece das características retóricas e morais que os oficiais reformados esperam. Em suma, as disputas pela representação do passado recente são, ao mesmo tempo, lutas pelas posições de autoridade, pela legitimidade de quem toma a palavra e pelo reconhecimento do grupo ao qual se transmite a memória.

⁷⁹ A autoridade que funda a eficácia performativa do discurso é um *percepi*, um ser conhecido e reconhecido, que permite impor um *percipere*, ou, melhor ainda, que permite impor-se oficialmente como imponente, vale dizer, frente a todos e em nome de todos, do consenso com respeito ao sentido do mundo social que funda o sentido comum (Bourdieu, 1999: 66).

O descontentamento com as autoridades de um exército “*donde el honor es Bendido por unas monedas*”⁸⁰ –como anuncia um comunicado do *Grupo de Amigos por la Verdad Histórica*- acrescentou-se consideravelmente depois da retirada das fotografias de Videla e Bignone, membros das *Juntas Militares* e diretores do *Colegio Militar*, as quais adornavam as paredes dessa instituição. Considerando que o general do exército Bendini⁸¹ retirara esses quadros frente a 27 generais e 5 coronéis maiores, e com 700 estudantes formados nos pátios do *Colegio Militar*, quatro generais solicitaram seu afastamento⁸². A retirada dos quadros converteu-se em um fato de grande peso simbólico entre os oficiais reformados, posto que representa outro ato de claudicação e debilidade dos generais que “não velam pela honra do exército”. Não se trata de uma reivindicação dos “*Generales del Proceso*”, os quais são parte também de uma casta de generais traidores por haverem aceitado os indultos e por não haverem assumido pessoalmente as responsabilidades pelo “atuado na luta contra a subversão”. A retirada dos quadros pelo general do exército Bendini significa o refortalecimento –entre os oficiais reformados - de velhos sentimentos de escárnio e vergonha aos que se sentiram reiteradamente submetidos em diferentes momentos da história política da instituição. Tal como descrevem dois oficiais a *Diario Perfil*:

“E... obrigar-lhe a retirar do *Colegio Militar* os quadros de Videla e Bignone, diante de todos os cadetes, não é um bom modelo para os futuros oficiais. Esses quadros estavam ali por uma tradição que se segue e porque foram diretores do *Colegio Militar*...”⁸³

⁸⁰ Comunicado a propósito do 30º aniversário da morte do General de Brigada Arturo Horacio Carpani Costa. Por instrução de María Josefina Iturrioz Vda. de Carpani Costa, Arturo Adolfo, María Josefina, Fernando e María de la Paz Carpani Costa, assina o Dr. Juan Martín Carpani Costa. (Bendido com B é uma referência ao sobrenome do chefe do exército, general do exército Roberto Bendini e trata-se de um trocadilho com a palavra vendido, em espanhol, que dá a idéia de uma pessoa subornada ou traidora. N.T.)

⁸¹ O general do exército Roberto Bendini é Chefe do Estado Maior do Exército desde maio de 2003.

⁸² *Clarín*, 24 e 25 de março de 2004.

“Veja você como manejou esse mesmo tema a Marinha. Ao Almirante Godoy também foi pedido o mesmo com os quadros dos chefes que estão no *Edificio Libertad*. Como ele resolveu? Um dia, disse ao seu secretário que alcançara ao seu gabinete o quadro de Massera. Dois dias depois, como sempre na última hora e quando já quase não restava ninguém, pediu-lhe o outro quadro...”⁸⁴

Das citações anteriores, depreende-se que, por uma parte, na vida militar, resulta importante delimitar a fronteira que separa o público do secreto, o confidencial associado aos atos de serviço. As celebrações, atos e comemorações pertencem ao âmbito dos ritos públicos de manifestação da autoridade, frente a todos e em nome de todos, e sua eficácia e validade derivam do sistema litúrgico: agentes, instrumentos, momentos e lugares. A atuação pública tem um poder de consagração ou, nesse caso, de destituição. Em outras palavras, consegue incidir nas representações que os agentes fazem da pessoa consagrada ou destituída e, inclusive, influi nos comportamentos que se adotam a respeito dela. Nos discursos públicos, o indicativo tem um poder imperativo (Bourdieu, 1999: 81) e, se consegue reconhecimento, pode dar existência a isso que enuncia. Como as celebrações castrenses são atos de comunicação e de consagração, atuar na última hora, quando já não resta ninguém, assegura discricção. A discricção é uma das qualidades do secreto, a qual, embora permita ausentar o ato no tempo e no espaço, não pode negar sua existência (Simmel, 1939: 365). Por isso, o serviço que presta “fazer as coisas em segredo” é que, apesar de todos saberem sobre a destituição, isso nunca assume a forma de uma acusação pública.

Por outra parte, a discricção que assegura o secreto reproduz a idéia de que a traição é tolerável quando se oculta. A oposição consagrada pelo sentido comum entre o traidor secreto e o herói público -duas caras da mesma moeda⁸⁵- tem uma função social complexa. A traição é, primeiro, uma suspeita, e, logo, uma

⁸³ *Perfil*, 4 de junho de 2006.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ Borges mostra, no conspirador irlandês do XIX, Kilpatrick, que a figura do herói e do traidor são indissociáveis (Borges, 1995).

acusação contra a pureza ou contaminação da conduta e valores que detêm os membros de um grupo. Supõe, além disso, uma férrea escala de valores e um controle rigoroso sobre os comportamentos humanos. Trata-se de mais uma forma da dicotomia amigo/inimigo, que se encarna, nesse caso, em um nós que se mantém leal ao passado. Essa lealdade não só impede, como afirma um ex – oficial de inteligência do exército, qualquer tipo de raciocínio moral ou autocrítica, mas também estimula a realização de atos heróicos que confirmem a sujeição dos oficiais à escala de valores compartilhada:

“Hoje estamos vivendo uma claudicação. Não há respeito a toda uma geração que viveu duas guerras. Tudo é crítica ou autocrítica, é inaudito. Os atuais generais são maus generais e estão nos diminuindo profissionalmente. Nos questionam do exterior. Mas as novas gerações de militares saem bem, saem bem, apesar de tudo, com raiva. Dizem que só os filhos de militares têm solidariedade com as gerações mais velhas, mas não é assim, olha o caso do Pando. Não é de família militar e como arriscou a carreira. Se sentem realmente agradecidos no fundo, mas não o podem dizer. Porque o que querem é meter medo, porque você tem que ter medo, isso dizem”.⁸⁶

Por último, a traição e claudicação de que é acusada a condução do general do exército Bendini expressa-se, segundo os oficiais reformados, nas reiteradas ameaças de dispensa e nas dispensas e detenções efetivas que se aplicam a oficiais em atividade que comparecem com uniforme aos “atos de homenagem”, ou que fazem declarações reivindicatórias da “luta contra a subversão”⁸⁷. Na narrativa dos oficiais reformados, essas sanções não são vistas como advertências por indisciplina, mas como uma tentativa de amedrontamento dos “atos de homenagem”.

⁸⁶ Entrevista a um ex-oficial de inteligência e ex-carapintada.

⁸⁷ Em junho de 2005, o chefe do *Grupo de Artillería de Salta*, tenente coronel Roberto Vega, recebeu 15 dias de detenção porque, ao tomar juramento aos soldados no *Día de la Bandera*, na localidade de Campo Castañares, sustentou: ‘É a mesma bandeira pela qual vários soldados levam gravadas, em seus corpos, as feridas recebidas lutando em Manchalá contra o terrorismo apátrida que pretendia trocá-la por um trapo vermelho’.

3. As placas: o conflito pela institucionalização da memória

A recusa a “pedir perdão” e a negativa a “prestar contas” pelo desaparecimento de pessoas perante a sociedade civil enraízam-se em uma representação muito generalizada na memória do exército. Na perspectiva dos atores que hoje homenageiam seus camaradas de armas mortas na década de 70, a participação do exército nas atividades repressivas é interpretada como uma ação de guerra. Apesar dos conflitos e tensões sobre o sentido do passado recente, a guerra constitui uma narrativa aglutinante e hegemônica no exército. Mesmo que à retórica da guerra a sociedade civil oponha a noção de Terrorismo de Estado com a qual se procurou demonstrar a condição clandestina e o caráter sistemático e planejado da política de aniquilação, os militares continuam evocando o passado repressivo desde a narrativa da “luta contra a subversão”. Contudo, para os oficiais, tratou-se de uma luta na qual se defendeu a pátria dos inimigos internos que a ameaçavam. E, desse modo, mantém-se hoje viva aquela moral de combate que os convocou, como um chamado da pátria a dar um passo à frente e salvá-la (Hershberg y Agüero, 2005: 20).

Nos últimos anos, e com maior intensidade nos aniversários de datas redondas, os “atos de homenagem” transformaram-se no âmbito no qual se evoca e se comemora a repressão como “luta contra a subversão”. Como já mencionei no início do capítulo, os oficiais reformados –junto às famílias- realizavam os “atos de homenagem” de forma reservada.⁸⁸ Os lugares escolhidos eram as dependências de quartéis e regimentos e as igrejas castrenses. Esses atos realizavam-se sem a participação das autoridades do exército, e, em alguns casos, as autoridades a cargo das dependências militares não autorizavam que se pendurassem as placas alusivas. As marcas no tempo que representam os aniversários completam-se, para os

⁸⁸ Essa prática de realizar os atos de homenagem portas adentro tem seu antecedente nas missas que convocavam *Familiares y Amigos de los Muertos por la Subversión* (FAMUS).

organizadores, se elas convertem-se em marcas no espaço. As placas recordatórias são o símbolo que permite inscrever territorialmente os acontecimentos que se quer evocar, ao mesmo tempo que se apresentam como a garantia do reconhecimento oficial da memória que os organizadores procuram institucionalizar:

“Agora temos conhecimento -sem surpresa para nós- de que o chefe do *Estado Mayor General del Ejército* não autorizava a cerimônia nem a colocação da placa, cuja comprometedor legenda expunha-os ao escárnio: ‘Assassinado pela subversão’”.⁸⁹

Embora a placa, como suporte da lembrança, procure transmitir uma memória que transcenda o tempo presente, posto que a escritura em ferro é expressão de uma vontade de permanência e eternidade, a solidez do material contradiz-se com a carência da localização. Apesar disso, a cerimônia de entrega de placas recordatórias aos familiares tem um forte conteúdo simbólico para os oficiais reformados, já que se trata de um rito comum da liturgia castrense e de um símbolo legítimo de sua tradição memorialista. Porém, a falta de uma morada definitiva para as placas põe em evidência o exíguo reconhecimento que esses atos têm por parte das autoridades do exército ou do próprio Estado, os quais têm o poder consagrado de monumentalizar ou de inscrever na pedra as ações militares⁹⁰. A materialização da memória em monumentos ou memoriais encerra um perigo: a mumificação. Apesar de torná-la invisível, a objetivação da memória em placas e memoriais procura construir pontos de referência para transmiti-la às novas gerações.

Por isso, as placas recordatórias funcionam, para os oficiais reformados, ao mesmo tempo como veículo legítimo e alternativo de comemoração. “Se coloquem

⁸⁹ *Idem.*

⁹⁰ O monumento moderno adquiriu, com o surgimento dos Estados-Nação, a dupla função de celebração histórica e figura de triunfo (Hyussen, 2002; Anderson, 2006).

onde se coloquem, leia quem as leia”⁹¹, as placas se converteram, apesar do ausente reconhecimento oficial, no suporte de uma prática coletiva de autoafirmação e autocelebração, e inclusive como um rito para reforçar a identidade de uma geração. Em efeito, os oficiais reformados aglutinam-se e adquirem visibilidade pública, posto que se reconhecem como parte de uma geração que, além de ter um passado em comum, sente-se não “respeitada nem reconhecida na luta”, nem pelo exército nem pela sociedade. “Hoje não há nenhum respeito por uma geração que viveu duas guerras”⁹², afirma um ex oficial de inteligência. Ao mesmo tempo que nos atos celebram-se e reavivam-se os valores “eternos e imutáveis que impulsionaram os oficiais à luta e que os seguem impulsionando hoje”⁹³. Em suma, a condição itinerante das placas recordatórias expressa, para os oficiais reformados, a “imortalidade da luta contra os inimigos de sempre”⁹⁴, que se materializa em um novo campo de batalha no qual se combate por posições de autoridade dentro da comunidade militar. E, assim, o passado repressivo, nas práticas comemorativas dos oficiais reformados, cristaliza-se, ao mesmo tempo, como herança e destino, como passado e como futuro da comunidade.

Com os monumentos, placas ou memoriais, procura-se marcar um antes e um depois, pois se pretende inscrever um sentido unívoco e claro do passado “no bronze inalterável dos tempos”. Por isso, as lutas pela memória são também lutas pelas inscrições nos lugares de memória (Jelin y Langland, 2003). Nesses lugares, fixa-se o passado ao nomeá-lo. Nas placas recordatórias que os companheiros de promoção entregam às famílias, em geral, descreve-se o oficial como um militar valente que morreu pela pátria, mas, sobretudo, menciona-se o nome de seus assassinos: “a subversão” ou “o terrorismo subversivo”. Além do nome do oficial e do número da promoção que o homenageia, nas placas assenta-se a data e o local onde foi assassinado. Desse modo, as inscrições das placas reproduzem uma lógica de enfrentamentos que reconstrói um “nós” tanto mais puro quanto mais claramente se define o inimigo. A violência consumada resulta nos atos

⁹¹ Alocução de um companheiro de promoção do coronel Jorge Ibarzábal na escadaria da igreja castrense Stella Maris, no ato de entrega da placa a sua viúva e filhos.

⁹² Entrevista a um ex-oficial de inteligência e *ex-carapintada*.

⁹³ Entrevista a um Capitão Reformado.

comemorativos, novamente consumida, constituindo-se na memória militar o cenário onde se reproduz um espiral de violência. Trata-se, pois, de uma memória belicosa, uma memória da guerra que se vive como uma guerra:

“ Citam-se os camaradas, mas não o fato histórico. Não há uma verdade completa. Usam-se eufemismos, enrola-se mas não se dizem as coisas como foram. É um ‘grupo de delatores’, o dos generais. Não dizem quem e como os assassinaram, parece que morreram de uma infecção. São um bando de covardes. Isso é uma ofensa à honra dos caídos, uma ofensa ao coronel Larrabure, que esteve um ano em uma ‘*cárcel del pueblo*’ e morreu cantando o hino. Quando falou um coronel em um ato, não falou de tudo isso, de seu sofrimento, de seu cativo. Não claudicar significa dizer tanto que morreram defendendo a pátria como também dizer quem os matou. Fazem atos porque se vêem obrigados pelo governo, mas não os fazem de coração. Há uma pugna. Eles não reconhecem que houve terrorismo, inventam a história”.⁹⁵

Esse comentário reproduz a imagem tanto dos oficiais que “combateram” no passado quanto dos que hoje os lembram, como “soldados leais à pátria e ao exército”. Nessa identificação entre ontem e hoje, as experiências passadas superpõem-se, ou bem, impregnam as experiências do presente (Koselleck, 1993: 341). Os “combatentes” no terreno militar confundem-se com os “combatentes” no terreno da memória. E ambos apóiam-se na convicção de que “defender a pátria” exige um sacrifício voluntário pessoal. Em efeito, a retórica da “luta contra a subversão” como moral de combate reintroduz no cenário da memória a questão dos valores que conformam a identidade legítima de um oficial.

Nos relatos dos oficiais entrevistados, a identificação entre o passado e o presente radica na vontade pessoal de alistar-se em uma “guerra para eliminar subversivos e assim defender a Nação”. A lealdade ao exército e à Nação materializa-se sob a forma de um sacrifício voluntário pessoal. Desse modo,

⁹⁴ Entrevista a um Tenente Coronel Reformado.

⁹⁵ Entrevista a um ex- oficial de inteligência e *ex-carapintada*.

sustenta e reivindica a figura do militar combatente quem, à diferença do militar de gabinete, “...está comprometido com a luta, sente-se parte da luta, de corpo e alma”. A distância moral entre um militar combatente e um militar de gabinete explica, para os oficiais que homenageiam seus camaradas, o desacordo com as atuais autoridades do exército.

De igual modo, no processo de construção de suas memórias, os oficiais reformados estabelecem uma associação entre os generais de gabinete de ontem e os generais de gabinete de hoje. Essa associação entre os comandantes de ontem e os generais de hoje explica-se porque os oficiais esperam proteção e apoio de parte dos comandos superiores. Tal como afirmou publicamente o ex-marinheiro Adolfo Scilingo⁹⁶, os comandantes de ontem deveriam assumir todas as responsabilidades pela repressão ilegal e, certamente, não aceitar os indultos. Do mesmo modo, os generais de hoje devem impedir que se julgue os oficiais envolvidos nas violações aos Direitos Humanos:

“Porque o tenente Bedini não cumpre com a sua função. Um chefe do Exército deve ser como um pai para seus subordinados. Tem que conter e conduzir. Mas, sobretudo, tem que ser leal”.⁹⁷

4. Os heróis

Diferente das autoridades do exército, que evitam dar entidade oficial aos “atos de homenagem”, as famílias e os companheiros de promoção exigem que se recorde os oficiais mortos como “...homens de honra” , com o ...pessoal uniformizado e um clarim para o toque de silêncio”⁹⁸. Nessas comemorações, o

⁹⁶ Lembremos que o capitão de corveta (R), Adolfo Scilingo, realizou suas declarações públicas depois que os comandantes das *Juntas Militares* receberam o indulto e porque –a seu critério- foi o silêncio oficial sobre a repressão ilegal o que impediu a promoção a oficiais como Pernías e Rolón (Verbitsky, 1995).

⁹⁷ *Perfil*, 4 de junho de 2006.

⁹⁸ Comunicação do *Grupo de Amigos por la Verdad Histórica*.

passado parece misturar-se com o presente eterno dos rituais castrenses. A rotina das *performances* ritualizadas consegue que os acontecimentos evocados sejam inscritos em estruturas de sentido preexistentes (Jelin, 2002a: 24). E é dessa forma que a repetição performática confunde-se com uma repetição interpretativa que remete a um momento fundacional, quase mítico, no qual o exército, a nação e a guerra fundem-se na retórica da gesta patriótica:

“Nós sentimos e estamos convencidos de que todos são Heróis da Nação e deveriam ser honrados não só em um ponto no tempo, mas de forma permanente, aprendendo sobre suas vidas, seus atos heróicos, suas batalhas.

Ou acaso quando estamos parados nas cerimônias de homenagem aos nossos mortos, quando hasteamos a bandeira, em 25 de maio, 9 de julho ou no dia de nossa querida insígnia, não deveríamos ver em nossas mentes os Rostos do Valor que viveram, trabalharam, lutaram e morreram por essa bandeira e para que estejamos ali parados?”.⁹⁹

Os “atos de homenagem” são comemorações que, ao fazerem ingressar a memória no presente eterno dos rituais castrenses, pretendem objetivar narrativas e sentidos sobre o passado, materializando-o em práticas compartilhadas entre os oficiais reformados. Trata-se de dispositivos de enquadramento da memória à medida que constituem suportes legítimos da memória militar. Daí que os oficiais reformados exigem que “os caídos pelo terrorismo subversivo” sejam evocados nos termos e com os suportes que a tradição militar impõe: a História das gestas pátrias e nas celebrações castrenses.

Do mesmo modo, o discurso da guerra requer que a memória pratique-se sob a narrativa dos heróis e dos mártires. Por isso é que os oficiais reformados reconhecem os desaparecidos, mas “como mortos de uma guerra não-convencional”, e somente nesses termos aceitam a dor de seus familiares e amigos. Desde essa lógica de “bandos enfrentados”, os companheiros de turma e

⁹⁹ Texto de boas-vindas à página web da *Comisión de Homenaje Permanente a los Muertos por la Subversión*, em www.pornuestrosheroes.com

das famílias reclamam que os militares mortos converteram-se, nos últimos anos, em vítimas não-reconhecidas pela sociedade, mas, sobre todas as coisas, em heróis não-homenageados devidamente pelo próprio exército. Uma sociedade que se nega a ouvir “a outra parte da verdade” e um exército que deixa de homenagear, com todas as honras, os oficiais mortos como “heróis que defenderam a sua pátria”.

Os “atos de homenagem” transformaram-se, pois, no âmbito no qual não só se evoca aos “mortos pela subversão”, mas no qual se ensaiam tensões entre a política de memória dos mandos superiores e as práticas comemorativas dos companheiros de promoção e dos parentes. Nessas cerimônias, os oficiais reformados e as famílias dos oficiais mortos apresentam-se como os guardiões da memória da “luta contra a subversão,” enfrentados ao controle da instituição. Esses atores procuram institucionalizar os “atos de homenagem” como a performática sobre o passado oficial e legítimo do exército:

“Bendini sabia (...) acerca do ato. É evidente que Bendini tem uma política diferente daquilo que eu conhecia como política do Exército’, afirma Ana Lucioni, filha do tenente coronel homenageado Oscar Lucioni e organizadora do *Acto de homenaje a los muertos por la subversión* de 24 de maio de 2006”.¹⁰⁰

Para os oficiais reformados, reconhecer a catástrofe que representou o desaparecimento sistemático de milhares de pessoas implicaria um efeito de ruptura. Tratar-se-ia de um corte no trabalho memorial de ligadura, continuidade e articulação entre o passado e o presente de uma comunidade moral que se sustenta da repetição de suas tradições e rituais (Jelin, 2002b: 11). E, assim, a construção de uma memória de heróis e dos mártires garante um relato unidimensional que opaca outras ações possíveis, posto que ao ressaltar certas características como sinais do heroísmo exige silenciar outros, especialmente os

¹⁰⁰ *Perfil*, 4 de junho de 2006.

maus atos. Desse modo, a memória da “luta contra a subversão” procura ocultar a figura controvertida dos “*Generales del Proceso*” e fortalecer a idéia de que os militares não matam para defender a pátria, mas que morrem por ela. Por isso, os oficiais reformados têm que mostrar a morte de seus camaradas como a morte heróica dos oficiais “que não deixaram cair as suas bandeiras, e se caíram, caíram com elas” para salvaguardar a sua pureza moral. Em síntese, a violência do passado recente resulta re-narrada como uma sucessão de martírios que aconteceu com o exército. Desse modo, procura-se requalificar a violência, delegá-la aos “inimigos da nação” e recriar os sentidos de uma comunidade sob ameaça.

Na memória dos oficiais que homenageiam seus camaradas, revivem-se cenas, expressões, rituais da “guerra anti-subversiva” à medida que condensam sentidos e valores que servem para reforçar uma identidade que se sente em xeque e ameaçada pela recuperação e a consolidação pública da memória dos desaparecidos na Argentina. Os períodos de crise ou ameaças externas constituem conjunturas de ativação da memória que podem estimular aos grupos a reinterpretar seu próprio legado memorial e questionar a sua identidade coletiva, isto é, a realizar uma volta reflexiva sobre seu passado; no entanto, no caso que nos ocupa, tende-se a cristalizar sentidos e a fortalecer posições que se negam a qualquer revisão.

Ali onde as vítimas da repressão persistem como mortos do bando subversivo e os repressores como patriotas heróicos, procura-se resistir à vigilância memorial de uma instituição obrigada pela sociedade civil e pelo Estado de Direito a gerir sua democratização.¹⁰¹ Em efeito, a evocação heróica da repressão ilegal é uma *performance* coletiva que procura restaurar a dignidade do exército como guardião da pátria, ao mesmo tempo que resguarda os indivíduos de qualquer autocrítica possível.

¹⁰¹ O fracasso da *Guerra de Malvinas*, as violações aos Direitos Humanos, as intentonas golpistas das décadas de 80 e 90, a morte de um soldado por maus-tratos durante o serviço militar aumentaram o descrédito de uma instituição que teve que enfrentar um processo de mudanças institucionais.

Por uma parte, a figura do herói permite que o passado em comum encarne-se na biografia de uma categoria ideal de pessoa. Embora a morte trágica do herói arranque o soldado do anonimato que a tropa impõe, sua canonização o faz renascer como símbolo da comunidade. O herói morre na vida e renasce simbolicamente no lugar designado pelo grupo. Em seu sofrimento e em seu sacrifício, há sempre uma lição imperecedoura e eterna (Echeverría Molloy, 2001). Sua morte é um sacrifício altruísta. O herói não só se sacrifica para salvar a comunidade, mas o faz para perpetuar seus valores e seu modo de vida, tal como se afirma em um “ato de homenagem”:

“Hoje nos congregamos aqui, na rotunda, solitária, senhorial e austera estrutura de nosso velho e querido *Círculo Militar*, para perpetuar o exemplo de Ibarzábal no bronze inalterável dos tempos. Deu sua vida mesma para que a pátria viva. E com isso consegue que os soldados sejam esquecidos e injuriados, depois de dar seu sangue generosamente para que vivam suas crenças, sua fé e o amor à pátria”.¹⁰²

Por outra parte, no culto ao herói, cada um de seus atos e ações cotidianas aparece como surgido de sua vontade e de seu caráter pessoal. A metafísica da moralidade institucional é sua força moral e espiritual pessoal. O ideal de “bom oficial” aparece, pois, naturalizado no caráter do herói – em seu valor, suas virtudes, sua inteireza, suas convicções. E, desse modo, os oficiais reformados identificam-se com o ideal de “bom oficial” que representa a figura canonizada dos camaradas “mortos pela subversão”. E a morte do herói tem um poder regenerativo para a comunidade militar, posto que coincide com a categoria de pessoa que “enaltece a profissão e o exército”:

¹⁰² Discurso da turma 80 do *Colegio Militar de la Nación*, no 31º aniversário da morte do coronel Ibarzábal.

“...nos ensinou, em tamanhas circunstâncias, que não se deve estar disposto a reptar ou a vegetar. Manteve ineludível sua fé em Deus e na pátria. Com tal paixão que ainda custa acreditar. Imensurável. Tudo isso é o que nos faz tremer de admiração perante o valor desse soldado frente aos infortúnios e perturbações. (...) Quando os espíritos não são, nem sequer representam uma dupla paixão e somente se deixam levar à deriva, os povos alçam seus olhos a Deus e procuram os soldados de alma e vocação como ele o foi. Como o fez nosso Ibarzábal, atuando como os velhos fidalgos argentinos, com fortaleza, tenacidade e perseverança. Com prudência e diligência. Sem ostentações nem vanglórias. Com valentia e com benevolência. Com todo isso e com a sua morte, marcou-nos o caminho a seguir. Hoje integra a plêiade esclarecida daqueles cuja curta vida foi um exemplo ativo. E o presente que vivemos está necessitado desses exemplos. Passou entre nós com a serena porfia de sua relevância, com sua viril obediência e sua leal subordinação, com sua serenidade perante a morte. Deixou-nos sua lição”.¹⁰³

5. A moral militar: o sacrifício

A evocação da “luta contra a subversão” como uma retórica de combate inscreve-se em um debate mais amplo sobre os valores legítimos que devem conformar a identidade militar tradicional. Em uma conjuntura política de transformação institucional, os oficiais reformados tendem a reafirmar a continuidade dos valores militares tradicionais. Entre eles, o mais relevante é o sacrifício que aparece associado à figura do combatente. Trata-se de um valor moral fundamental da vida militar como diferenciada da vida civil. Desde seu precoce ingresso ao *Colegio Militar de la Nación*, os futuros oficiais são socializados em tradições militares enraizadas em valores como a lealdade, a abnegação, a resistência, a entrega e o sacrifício. Ser militar exige muito mais que

¹⁰³ *Idem.*

adscrever a ditos valores morais, senão que eles são inscritos no corpo e na subjetividade dos oficiais¹⁰⁴.

O sacrifício não é ato extraordinário, mas ordinário. É comum e esperável “deixar tudo pelo exército”. Sacrificar-se é, pois, identificar-se plenamente, sem resistências e sem distância crítica, primeiro, com a instituição castrense, depois com a profissão militar e, por último, com o “combate”. Como valor moral, o sacrifício é a matéria significante através da qual a identidade coletiva encarna-se em sentimentos, preferências e eleições pessoais. E, por isso, assume a forma de sentimentos normalizados e ritualizados, obrigatórios e legítimos de serem expressos publicamente em atos comemorativos.

A moralidade de um militar comprometido com a “luta contra a subversão” é mais que um conjunto de argumentos justificatórios, senão que se encarna em desejos, expectativas, eleições, preferências e sentimentos subjetivamente vivenciados e coletivamente aceitos e estimulados. De tal modo que o mundo pessoal-afetivo do sujeito e o mundo militar-moral do oficial superpõem-se e complementam-se ali onde a identidade militar constitui-se no “militar combatente”. E, assim, o dever de militar vivencia-se subjetivamente, como uma virtude pessoal. Somente nesse terreno afetivo onde a sensação de obrigação parece perder seu caráter meramente coercitivo é possível que surja o heroísmo moral do sacrifício como um comportamento individual e coletivamente valorado. E assim como afirma Durkheim (1970: 51), para ser agente moral do ato tem que interessar à sensibilidade, tem que ser desejável sob algum aspecto, como o descreve um tenente coronel (R):

“Não por regulamento, mas por convicção, por alma, porque por aí pode ocorrer que alguém seja de intendência e, em determinadas circunstâncias, esteja tão metido, tão enfrascado na luta, que é um combatente mesmo que

¹⁰⁴ É impossível que cumpramos um ato simplesmente porque nos é ordenado. Para que possamos ser um agente, é preciso que o ato interesse, de alguma maneira, à nossa sensibilidade, que nos apareça desejável desde algum ponto de vista (Durkheim, 1970: 51).

não lhe toque empunhar um fuzil, está comprometido com a luta, sente-se parte da luta, de corpo e alma”.¹⁰⁵

Na memória dos militares, o sacrifício apresenta-se como algo mais que uma figura retórica. Trata-se do modo legítimo de ser oficial, mais ainda quando se retrotraem a uma época na qual “o militar” e suas instituições e tradições eram considerados “ameaças pela anarquia dos valores”. A identidade militar concebe-se a si mesma como um mundo de valores morais frente ao mundo civil, que se entende como carente deles. Nesse sentido, os membros das organizações armadas eram vistos como

“... esses jovens díscolos que desprezavam toda ordem, sujeição, lealdade, puseram um verniz ideológico para justificar outra coisa, para justificar a rejeição a todo compromisso”.¹⁰⁶

Essa oposição reforça a auto-imagem militar na qual os oficiais reformados convertem-se em militares plenos, legítimos, em militares “que não deixam cair suas bandeiras, e se caem terão que cair com elas”, enquanto atuam e se reconhecem como “homens de ação”, como “combatentes”.

A identidade militar tradicional aparece aqui resguardada mais pelos oficiais reformados e pelas famílias do que pela mesma instituição e suas autoridades. Por isso, as disputas com as autoridades do exército em torno dos “atos de homenagem” são percebidas pelos oficiais como uma mostra da crise de valores e de costumes que está atravessando a instituição:

“Nessas condições, e tendo-se comprovado o escasso grau de compromisso, de respeito à honra militar, de inteireza e de valentia que portam os atuais condutores do exército’...”¹⁰⁷

¹⁰⁵ Entrevista a um Tenente Coronel (R).

¹⁰⁶ *Idem.*

Nos atos comemorativos, à medida que se evocam, de maneira acrítica, os valores e as crenças que fomentaram o desaparecimento de pessoas na Argentina, procura-se reforçar a identidade militar ligada a tradições institucionais. Em um contexto no qual o exército está obrigado a posicionar-se frente aos debates que a sociedade mantém sobre as violentas experiências do passado e a gerir sua própria transformação institucional, a evocação da “luta contra a subversão” dos oficiais reformados reforça uma lógica identitária que opõe o “nós” aos “outros”, por um lado; e garante a continuidade da identidade militar tradicional, por outro lado.

Em efeito, essas memórias repetitivas servem para definir e reforçar sentimentos de pertencimento, apontam a manter a coesão social e a defender as fronteiras simbólicas. No entanto, essa identificação grupal tradicional que assegura a fixação ao passado reproduz mecanismos de diferenciação da alteridade generalizados na vida militar. A construção simbólica da identidade militar apóia-se em uma distinção do mundo civil. Precocemente, os oficiais incorporam um sistema classificatório que essencializa a vida militar como o mundo dos valores eternos e a vida civil como carente deles. Essas polarizações reificam-se em classificações binárias tais como ordem-caos, lealdade-traição, coragem-covardia, amigo-inimigo, pátria-estrangeiro, etc. Desse modo, a ritualização da memória da “luta contra a subversão” nos “atos de homenagem” funciona como um instrumento privilegiado para a reprodução do mundo simbólico ao qual pertence o oficial. E assim se reforça a identidade tradicional do exército.

O contexto atual é visto como um cenário de conflito que reproduz a violência dos anos 70. No entanto, as lutas do presente apresentam-se como combates pela memória. Além disso, a linguagem com a qual se evoca a “luta contra a subversão” está repleta de referências ao discurso dos organismos de Direitos Humanos. A luta pela memória resulta, pois, representada como *continuum* das lutas que o exército teve que dar para preservar a ordem social. Desse modo, o

¹⁰⁷ Comunicação do *Grupo de Amigos por la Verdad Historica*.

presente é interpretado desde eventos não-atuais. A memória constrói-se desde uma forte oposição entre um aspecto positivo, o que “nós” somos, e outro aspecto negativo, o que são nossos inimigos. O “nós” adquire sua forma em oposição à alteridade (Das, 1995: 121):

“Frente a eles, nós... os ingênuos, os que ainda acreditamos que existem valores eternos, que há pátria para sempre, instituições para sempre e também um exército para sempre”.¹⁰⁸

Em tal sentido, o passado é evocado como insígnia ou emblema para esgrimir legitimidade no marco de conflitos que se vêm produzindo no interior do exército, posto que condensa os valores morais tradicionais da identidade militar. A “luta contra a subversão”, em boca dos oficiais reformados, é tanto uma trama memorial como uma moral de combate. Essa identificação entre os “combatentes” no terreno militar e os “combatentes” no terreno da memória, que serve de ancoragem à identidade militar tradicional, fixa o presente ao passado de um modo que impede qualquer tipo de re-elaboração, autocrítica ou transformação. A fixação ao passado implica reiterações ritualizadas nas quais as re-elaborações críticas são percebidas como uma traição à memória do acontecido (Jelin, 2002a: 69):

“... a palavra eternidade serve para definir as partes do conflito que envolveu o exército e que o envolve também hoje”.¹⁰⁹

Pois bem, o que significa lembrar para um oficial retirado do exército argentino? Evocar a “luta contra a subversão” implica fixar-se ao passado, fortalecer a identidade tradicional e salvaguardar o caráter corporativo da coesão

¹⁰⁸ Fragmento de um discurso pronunciado por um Tenente Coronel (R) ao se cumprirem 30 anos do Combate de *Río Pueblo Viejo (Operativo Independencia)*.

¹⁰⁹ *Idem*.

militar. Trata-se de uma matriz narrativa através da qual os oficiais reformados recuperam o passado em comum, mas que reforça os limites do significável e pensável por eles sobre esse passado. Essa construção do passado não é possível sem um ocultamento sistemático e voluntário. Esse ocultamento está relacionado com a separação da comunidade militar da violência que produziu. A memória de “luta contra a subversão” reproduz um nós excludente, fechado em si mesmo, que permite aos oficiais salvaguardarem-se como uma comunidade moral diferenciada frente a uma sociedade que lhes exige mudanças.

Capítulo III

“Vítimas do terrorismo” e “caídos pela pátria”: figuras públicas da memória cívico/militar

"... não é, de modo algum, tão somente um passivo não-poder-voltar-a-se libertar da impressão gravada uma vez, não é tão somente a indigestão de uma palavra empenhada uma vez, da qual a gente não se desembaraça, mas que é um ativo não-querer-voltar-a-se libertar, um seguir e seguir querendo o querido uma vez..."

Friedrich Nietzsche

No dia de outubro de 2006, realizou-se, na praça *San Martín*, de Buenos Aires, um ato comemorativo que se propôs não somente a “homenagear os oficiais mortos” na toma do *Regimiento de Infantería de Monte 29*, na província de Formosa, por parte da *Organización Montoneros*, mas também a declarar essa data como o “dia nacional dos mortos/vítimas pela subversão/terrorismo”¹¹⁰. Diferente do ato de homenagem do dia 24 de maio de 2006, que se realizou em frente ao “*Monumento a los Caídos en la Guerra de Malvinas e Islas del Atlántico Sur*”, essa nova convocatória celebrou-se ao pé do *Monumento al Héroe de la Independencia y Padre del Ejército General José de San Martín*, que se localiza na mesma praça.

Ambos monumentos localizam-se em um espaço da cidade de Buenos Aires que foi o campo de glória das invasões inglesas em 1807, assento original

¹¹⁰ Em alguns panfletos, aparece como “*día nacional de los muertos por el terrorismo*”; nos discursos, como “*día nacional de los muertos por la subversión*”, e nas crônicas posteriores publicadas pelos organizadores como “*día nacional de los muertos por el terrorismo subversivo*”. Também aparecem muitas menções ao “*día nacional de las víctimas del terrorismo en Argentina*”.

do *Regimiento de Granaderos* e ponto de exercícios militares durante o século XIX. O Cenotáfio da “Guerra de Malvinas” tem um importante valor simbólico para o exército e para as Forças Armadas em geral, posto que constitui o lugar público onde os militares mantêm certa visibilidade social quando, a cada 2 de abril, comemoram a “gesta de Malvinas”. Apesar disso, e da curta distância que separa um monumento do outro, cabe perguntar-se por que as associações de “*Memoria Completa*”¹¹¹, convocadoras do ato do dia 5 de outubro, preferiram se deslocar do monumento civil, por excelência da liturgia militar fora dos quartéis (Guber, 2004b) – e escolhido para o ato realizado uns meses antes- para o monumento do Pai da Pátria. Essa mudança de cenário não é casual e responde à estratégia política de setores civis comprometidos com o lema de “*Memoria Completa*” de transcender o marco fortemente corporativo dos quartéis, instalando sua demanda de reconhecimento social e sua narrativa sobre o passado recente como causas com dimensões nacionais.

Pois bem, a partir da indagação nas práticas comemorativas e das representações das associações de “*Memoria Completa*”, este terceiro capítulo propõe-se a analisar como –fazendo uso dos símbolos, figuras e linguagens provenientes, por um lado, das organizações de Direitos Humanos, e, por outro, da ideologia e da história nacional- essas associações procuram estabelecer, convencer, transmitir uma narrativa sobre o passado recente que possa chegar a ser aceita pela sociedade civil (Jelin, 2002a: 40), inaugurando, desse modo, um espaço social civil e nacional que lhes permite posicionar-se como um novo ator no cenário da memória, questionar a legitimidade das organizações de Direitos Humanos, divulgar e popularizar suas reivindicações e demandas entre a opinião pública e avançar na política pela “reconciliação nacional”.

Ainda que uma narrativa sobre o passado, para alcançar o status de memória nacional, precise entrar para o cânone da história oficial, ser transmitida pela educação formal e celebrada pela liturgia estatal, a narrativa construída e divulgada por um grupo particular pode sustentar uma visão nacional dos

¹¹¹ Daqui em diante, denominarei essas associações de associações de “*Memoria Completa*”, pois tornam público o lema de “*Memoria Completa*” proposto pelo ex chefe do exército, tenente Ricardo Brinzoni.

acontecimentos do passado. Em outras palavras, pode-se apresentar publicamente, ressignificando diversos elementos que caracterizam as tradições nacionais, tais como a oposição interno/externo, o valor da soberania territorial, os laços de fraternidade entre conterrâneos, o amor à pátria, o apego aos valores e costumes vernáculos, a filiação com os “*padres fundadores*”, entre outros. E, desse modo, pode arraigar suas narrativas em espaços territoriais, sociais e culturais mais amplos e anteriores a seu surgimento, e provocar apegos coletivos mais profundos e vastos (Anderson, 2006).

Logo após a derrogação das leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*¹¹², em uma conjuntura política de reativação dos julgamentos a militares acusados de violações aos Direitos Humanos, por um lado, e, por outro, diante da recusa do atual chefe do exército, tenente Roberto Bendini, de institucionalizar os “atos de homenagem” e de reivindicar oficialmente a “luta contra a subversão”, a atividade das associações de “*Memoria Completa*” acrescenta-se na procura de maior visibilidade no espaço público.

Embora as preocupações conjunturais constituam um importante elemento para a estruturação de sua memória, essa memória adquire maior potência e envergadura quando se completa com a integração e a ressignificação de narrativas mais abarcadoras, como as nacionais e a dos Direitos Humanos. Em tal sentido, no desdobre de uma estratégia que procura resgatar às organizações de Direitos Humanos o sentido e a verdade sobre o passado recente, as associações de “*Memoria Completa*” constroem uma memória especular e reativa que se contrapõe tanto quanto se reflete na memória dos desaparecidos. Daí que na sua retórica misturem-se as representações que tornaram possível a criminilização das Forças Armadas com a banalização dos lemas que deram sentido à luta das organizações de Direitos Humanos durante 30 anos: *Memoria, Verdad e Justicia*.

Isso posto, pode-se perguntar: quem são as associações de “*Memoria Completa*”? O que procuram? O que as motiva? Para a dilucidação desses interrogantes, é necessário levar em conta a relação entre passado, presente e

¹¹² Em junho de 2005, a *Corte Suprema de Justicia de la Nación* declarou a inconstitucionalidade das leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*. Com essa sentença, a Corte deu aval à lei 25.779, mediante a qual o Congresso derogou as chamadas normas de impunidade em 2003.

futuro que conflui na construção de toda memória. Os sentidos e interpretações sobre o passado recente das associações de “*Memoria Completa*”, que se propõe a analisar este capítulo, não são um registro espontâneo do passado, mas, em primeiro lugar, integram e recriam significativamente um *habitus* cultural específico; em segundo lugar, inserem-se em um marco de recuperação que supõe o conjunto de interações do presente, e, por último, articulam um horizonte de expectativas para o futuro.

1. Novos/velhos atores officiosos da memória militar

O ato pelo “dia nacional dos mortos/vítimas pela subversão/terrorismo” foi convocado pela *Comisión de Homenaje Permanente a los Muertos por la Subversión*¹¹³, que reúne, entre seus ativos participantes, diversos agentes que se aglutinam em torno do lema de “*Memoria Completa*”. Primeiramente, os familiares e amigos dos oficiais mortos conformam diversas agrupações, como a *Asociación de Víctimas del Terrorismo en Argentina* (ATV) e *Familiares y Amigos de Víctimas del Terrorismo* (FAViTe), ambas herdeiras da originária mas hoje inativa *Familiares y Amigos de los Muertos por la Subversión* (FAMUS). A legitimidade desses grupos provém do fato de que se apresentam como danificados diretos do terrorismo, como esposas, filhos, sobrinhos, pais e mães de oficiais “mortos pela subversão”, e tomam a palavra na qualidade de vítimas não-reconhecidas nem lembradas.

Em segundo lugar, os “representantes da sociedade civil” - tal como se definem- são organizações civis, associações sem fins luvrativos e fundações como *Argentinos por la Memoria Completa*, *Grupos de Amigos por la Verdad Histórica*, *Foro por la Verdad Histórica*, *Jóvenes por la Verdad*, *Verdad sin Rencor*, *Argentinos por la Pacificación Nacional* (ARPANA), *Asociación Unidad Argentina* (AUNAR) e um partido político de corte nacionalista, *Movimiento por la Recuperación de la Argentina* (MORERA). Esses grupos apresentam-se

¹¹³ A presidente da *Comisión de Homenaje Permanente a los Muertos por la Subversión* é uma mulher de 30 anos, Ana Lucioni, filha do tenente Oscar Lucioni, morto no dia 30 de outubro de 1976.

encarando uma “luta pela memória, verdade e reconciliação dos argentinos”, e contra a “humilhação, fustigação e perseguição das instituições fundamentais da Pátria”. Para levar adiante essa tarefa, têm uma ativa política de difusão, baseada na edição de livros e documentos, apresentação de conferências, confecção de informes sobre a história recente¹¹⁴ e circulação de páginas webs e fóruns de discussão sobre “a guerra revolucionária na Argentina”. Existe também uma organização civil, com ativa participação, que se apresenta como defensora dos militares presos por violações aos Direitos Humanos: *Asociación de Familiares y Amigos de los Presos Políticos Argentinos*.

Por último, a nominata de organizadores e aderentes ao ato pelo “dia nacional dos mortos/vítimas pela subversão/terrorismo” completa-se com a atividade de diversos órgãos de imprensa, como a revista *B1 Vitamina para la Memoria*, as publicações eletrônicas *ladécadadel70* e *Servicio Privado de Información* (Seprin) e as agências de notícias *El Tábano* e *Notiar*. Todos eles ocupam-se de difundir notícias, informes ou editoriais referentes à situação dos oficiais presos ou processados; às atividades relacionadas com sua defesa; às comemorações, efemérides e aniversários relativos à “luta contra a subversão”; à evocação das atividades das organizações de esquerda revolucionária na Argentina e à atualidade de assuntos de defesa nacional e das Forças Armadas.

As associações de familiares, as organizações de memória e os órgãos de imprensa atuam publicamente na qualidade de atores oficiosos (Marchesi, 2005: 177) ou porta-vozes civis de setores militares. No seu papel de atores oficiosos, essas associações não são novas, têm seu antecedente nas missas de recordação aos “mortos pela subversão”, convocadas pelo já lendário FAMUS. Embora as ex-presidentas de FAMUS, Leonor Barceló e Eve Solari de Berdina, afirmem que a associação não tinha “uma finalidade política”, mas que os “unia a lembrança dos familiares caídos na defesa da integridade da nação”, a sua atividade pública mostra uma parábola temporal estreitamente vinculada à agenda político/militar da primeira década da transição democrática argentina.

¹¹⁴ Esses informes apresentam-se como trabalhos de investigação que se assemelham ao gênero de relatórios oficiais sobre o desaparecimento de pessoas, como o da CONADEP. Por exemplo, o relatório *Verdad sobre el robo de niños* do *Foro por la Verdad Histórica*.

FAMUS surge em 1984, como resposta aos trabalhos de investigação sobre o desaparecimento de pessoas da CONADEP. Naqueles anos, e diante da onda de acusações pela violação aos Direitos Humanos, FAMUS propunha-se a melhorar a imagem pública das Forças Armadas e relativizar o prestígio social das *Madres de Plaza de Mayo*, expondo o drama dos militares e policiais –e de suas famílias, atacadas pelas organizações armadas. Não obstante esse tom vitimizador, o discurso de FAMUS completava-se não só com um estilo fortemente belicoso em direção às organizações de Direitos Humanos, mas também com um caráter marcadamente reivindicativo do atuado pelos generais da ditadura (Marchesi, 2005: 179). Finalmente, FAMUS desativa-se em 1991, pelos motivos que expressa sua ex presidenta, Leonor Barceló:

"Depois dos indultos e das leis de *Obediencia Debida* e de *Punto Final*, que também beneficiaram aos terroristas, consideramos que deveríamos nos somar à pacificação nacional e deixamos de fazer as cerimônias públicas".¹¹⁵

Com efeito, após a promulgação das leis de impunidade e recordação dos oficiais “mortos pela subversão”, bem como a reivindicação do atuado durante a repressão ilegal, reingressa-se no âmbito fechado das dependências militares. Ao se iniciar a década de 90, as Forças Armadas sentem-se refortalecidas, depois do desprestígio no qual tinham caído, graças à recuperação de seu poder de intervenção em conflitos internos e de segurança interior, com a criação do *Consejo Nacional de Seguridad* (CONASE)¹¹⁶, logo após a toma do quartel de *La Tablada* pelo *Movimiento Todos por la Patria* (MTD) e graças à política de “pacificação nacional” iniciada pelo novo presidente, Carlos Menem.

Depois de alguns anos de silêncio estratégico, as novas associações de “*Memoria Completa*” ingressam na cena pública. Isso ocorre em meados da década de 90, quando a impunidade obtida pelos setores militares começa a se

¹¹⁵ Jornal *La Nación*, 30 de abril de 2002.

¹¹⁶ CONASE foi criado em 1989 pelo presidente Raul Alfonsín e estava conformado pelo *Ministerio de Defensa*, *Ministerio del Interior* e *Ministerio de Relaciones Exteriores*, pela *Secretaría de Informaciones del Estado* (SIDE), pelos chefes das três armas e chefes do *Estado Mayor Conjunto*,

rachar devido à reativação dos julgamentos aos ex-comandantes e oficiais acusados pela apropriação de bebês¹¹⁷ e à promoção das “Causas pelo Direito à Verdade” nos tribunais federais¹¹⁸. Como já se mencionou no capítulo I, nesses anos de ausência de sanção penal, fortaleceu-se, na Argentina, um ciclo de obstinada presença da memória, que se expressou publicamente na comemoração do vigésimo aniversário do golpe de estado, no dia 24 de março de 1996. A massiva participação nos diferentes eventos ao longo de 30 dias e sua repercussão nos meios de comunicação, que se converteram em porta-vozes do repúdio à repressão ilegal, bem como o maior compromisso das instituições estatais com as políticas de memória, são sinais que manifestam a instalação societal de temas que tinham sido originariamente sustentados pelas organizações de Direitos Humanos (Lorenz, 2002: 89-90).

A memória da “luta contra a subversão”, que se reativa nesses anos, sofre um processo de aceleração que chega até a atualidade. Uma sucessão de acontecimentos contribui com isso: em 1998, a Câmara de Deputados aprova um projeto para a derrogação das leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*; nesse mesmo ano, o Legislativo da Capital vota por levantar um “*Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado*” frente ao Rio da Prata (Vichioli, 2001); também em 1998, a Câmara Federal de La Plata inicia as audiências dos “*Juicios por la Verdad*”, que seguiram depois em Rosario, Bahía Blanca, Mar del Plata, Mendoza, Jujuy e Chaco. Em 1999, decreta-se a prisão de ex-comandantes e generais acusados por sua vinculação com os seqüestros de menores; em 2001, o juiz federal Cavallo dita uma sentença que estabelece “a inconstitucionalidade e nulidade” das leis de impunidade; nesse mesmo ano, cem mil pessoas assistem

com o fim de assessorar o governo em matéria de “ação antissubversiva” (Acuña & Smulovitz, 1995: 75).

¹¹⁷ Após as leis de impunidade, a demanda de justiça das organizações de Direitos Humanos concentrou-se nos processos de apropriação e troca de identidade de crianças seqüestradas ou nascidas em cativeiro, delitos que não estavam amparados pelas leis de impunidade.

¹¹⁸ Em meados dos anos 90, amparados no direito à verdade, que já tinha desenvolvimento jurisprudencial no Sistema Latino-americano de Proteção aos Direitos Humanos, os familiares de desaparecidos pedem às Câmaras Federais que solicitem relatórios às Forças Armadas e de Segurança para conhecerem o destino de seus parentes. Em abril de 1998, a Câmara Federal da cidade de *La Plata* acolheu o pedido. E, com isso, iniciaram-se os *Juicios por la Verdad*, que brindaram uma enorme quantidade de informação para novos processos penais.

ao ato comemorativo do vigésimo-quinto aniversário do golpe de estado; em 2003, extraditam o repressor Domingo Cavallo do México para a Espanha, para ser julgado pelo juiz Baltasar Garzón; ainda nesse ano, a Câmara de Senadores vota a anulação das leis de *Obediencia Debida* e *Punto Final*; e em 2004, a ESMA é declarada oficialmente “*Museo de la Memoria*”.

Nesse contexto adverso, as associações de “*Memoria Completa*” iniciam sua atividade pública para se perfilarem como um novo ator da memória na Argentina. Elas se definem não só pelo seu interesse e capacidade para renarrar o passado recente em tensão e reflexo com o relato das organizações de Direitos Humanos, mas também, como propõe Vezzetti(2002), pela persistência de matrizes de percepção e sentido que, provenientes do passado, marcam os limites do significável e pensável sobre o passado recente. Embora as associações de “*Memoria Completa*” apresentem-se como uma reunião de “argentinos com memória”, propõem uma memória beligerante que edifica tanto mais firmemente sua narrativa sobre o passado recente quanto mais nitidamente definem seus inimigos. A lógica da guerra, núcleo duro da memória militar, persiste e personifica-se, hoje, sob a forma de novos enfrentamentos. No discurso das associações, atualiza-se esquematicamente a oposição amigo-inimigo, que, ao descrever o cenário atual da memória e de seus ativistas, procura naturalizar e eternizar enfrentamentos que provêm do passado recente. Enfim, a guerra apresenta-se não só como uma extraordinária simplificação da violência perpetrada pelas Forças Armadas, mas também como uma resposta a tudo, como a última palavra que explica o que aconteceu ontem e o que acontece hoje.

Os defensores da “*Memoria Completa*” invertem a fórmula de Clausewitz (1984), do mesmo modo que o fizeram os ideólogos da “guerra antissubversiva”. E, dessa maneira, o cenário da memória na Argentina é retratado como “a prolongação da guerra por outros meios”. Na tese central de Clausewitz, a guerra está sempre subsumida à política, já que são os objetivos políticos das nações os que a limitam. Ao inverter essa fórmula, a guerra converte-se em uma guerra absoluta que escapa à condução política, que tem em si mesma seu próprio fim e, portanto, é uma guerra sem limites, sem fora nem controle.

Esse conceito de guerra sem limites tem suas origens nos escritos do pangermanista e general prussiano Ludendorf¹¹⁹, cujas conceitualizações adquiririam, com o nazismo, a forma de uma guerra pela sobrevivência de uma raça ao preço da necessária eliminação de outras. A guerra absoluta excede o meramente militar e invade todas as esferas sociais: psicológica, política, ideológica, econômica, entre outras. Daí que as disputas pela memória ingressem também em especulações de tipo bélico. E, desse modo, o cenário da memória na Argentina é considerado a manifestação de uma “guerra silenciosa”, formulada por um inimigo que, do mesmo modo que o inimigo subversivo, procura “(...) apoderar-se da educação, da cultura e dos meios de comunicação social para, desde ali, apoderar-se do Poder Político e com ele dominar a sociedade civil”.¹²⁰

Certamente, a caracterização de um inimigo que dá batalha em âmbitos extramilitares, como a economia, a política ou a cultura, é suficientemente vaga, como para poder incluir, na mesma nominata, uma grande variedade de adversários. Entre eles, o maior e mais injuriado grupo adversário está composto pelos “ativistas subversivos sobreviventes” e os “autodenominados defensores dos Direitos Humanos”, os quais promovem uma campanha revanchista motivada pelo “ódio e pela vingança contra as Forças Armadas”. Seguindo uma linha de continuidade que emparenta os inimigos do passado com os adversários do presente, as *Madres y Abuelas de Plaza de Mayo* tornam-se parte de “uma corporação defensora, difusora e militante do terrorismo local e internacional”.¹²¹ O grupo dos “defensores dos Direitos Humanos” agrupa, ademais, “ativistas internacionais” que, como *Amnesty Internacional* ou *Justicia Penal Internacional*, interferem nas “leis argentinas” e “em uma guerra alheia a suas pátrias”.

O “poder político, apoderado da educação, da cultura e da justiça”, constitui um segundo grupo rival. Os partidos políticos, desde o advento da democracia,

¹¹⁹ Em 1975, traduz-se e publica-se, na Argentina, “*Antología Geopolítica*”, com textos de Ludendorf, Ratsel, Kjellen, Haushofer, entre outros, todos eles pangermanistas e criadores de concepções político-militares biologicistas e expansionistas.

¹²⁰ Essa frase de Antonio Gramsci repete-se em diversas publicações para descrever o cenário da memória. Entre elas: AUNAR, (2005) “*Prólogo a la Primera Edición*”, em *Subversión. La historia olvidada*, Buenos Aires, p. 14; Márquez, N.,(2004) *La otra parte de la verdad*, Buenos Aires, *Argentinos por la Memoria Completa*, p. 119.

¹²¹ Márquez, N., (2004) *La otra parte de la verdad*, *Op. Cit.*, p. 137.

propõem, desde a perspectiva das associações de “*Memoria Completa*”, uma “guerra cultural” baseada na “sistemática tergiversação dos fatos” e na “agressão e desprestígio das Forças Armadas”. Vejamos, pois, como é definida a atividade dos partidos políticos no âmbito dos Direitos Humanos por Aunar:

“A partir de então, um bando de ativistas subversivos, sobreviventes que galgaram fatores de poder, especialmente o governamental, comprometidos internacionalmente em uma reivindicação que pisoteia soberanias e dignidades, ‘capitaneia’ vastos setores de opinião, pretendendo apresentar a vitória das armas legais como desonrosa derrota nacional, com ‘gravísimos’ efeitos aos Direitos Humanos”.¹²²

Como se infere da citação anterior, trata-se de uma “guerra cultural” ou “psicológica”, deflagrada através da justiça, da educação e da cultura. Seus novos combatentes são os dirigentes políticos, os quais, na qualidade de “infiltrados”, “ocultam o que são e o que pensam” para “conseguirem outras finalidades”. A chamada “política de agressão psicológica” começou no primeiro governo democrático, quando o presidente Raúl Alfonsín assinou os decretos para a criação da CONADEP e para dar a partida ao *Juicio a las Juntas*. As associações de “*Memoria Completa*” objetam a idoneidade dos membros da CONADEP e a probidade do tribunal civil, afirmando que, no primeiro caso, os membros e os declarantes “havia estado alistados nas fileiras ideológicas de um dos bandos”, e, no segundo caso, porque se trata de uma “manobra jurídica” na qual, “(...) em lugar de julgar os fatos à luz dos procedimentos e formas previstas para tempos de guerra (isto é, sob a contemplação dos códigos da Justiça Militar), aplicou-se a normativa destinada a reger em tempos de paz, ou seja, a justiça civil”.¹²³ Exceto a política de “pacificação nacional” do presidente Carlos Menem, a política de Direitos Humanos do governo transicional de Raúl Alfonsín e do atual governo de Néstor Kirchner é duramente questionada, por ser uma “despiedada ofensiva contra as Forças Armadas”. Sobre esse último governo, afirmam:

¹²² AUNAR, (2005) “*Prólogo a la Primera Edición*”, em *Subversión. Op. Cit.*, p. 14.

¹²³ Márquez, N., (2004) *La otra parte de la verdad, Op. Cit.*, p. 129.

“Com a posse do Dr. Kirchner ao governo no nosso país, no ano de 2003, aconteceu um fato inédito que não lembramos tenha se repetido na história de outra nação. Os terroristas subversivos, que há três décadas ensangüentaram o país, na sua pretensão de instalar uma república marxista-comunista ao estilo do castrismo cubano, e que foram completamente vencidos no terreno militar, conseguiram galgar no poder governamental através de outros meios”.¹²⁴

O terceiro grupo adversário está constituído pelos meios de comunicação, os quais fomentam, desde a década de 80, a “mentira” e a “desinformação” da opinião pública. Com uma linguagem belicista, que estabelece uma linha de continuidade entre passado e presente, a atividade jornalística é definida como “um bombardeio ideológico”, que procura impor “um pensamento único”, que, inclusive, “proíbe e castiga aqueles que pensam diferente a respeito da guerra” e “defende e reivindica o terrorismo derrotado, fustigando os que o combateram”. Essa descrição de uma “guerra silenciosa” levada adiante pelos “manipuladores de informação, opinólogos e recolhedores de votos” completa-se com o papel passivo atribuído á sociedade civil. Essa última é definida como uma “massa (...) funcional à causa dos digitadores de opinião e informação”. A partir de uma narrativa que estimula o retorno das representações que possibilitaram e justificaram a “luta antissubversiva”, em uma publicação de *“Argentinos por la Memoria Completa”*, afirma-se:

“É essa uma modalidade de revolução que, desapercibidamente, apodera-se das superestruturas para desde ali introduzir uma mudança psíquica e uma subversão de valores, criando, para isso, um clima de despreocupação e distensão que, tonteando os sentidos e o pleno juízo, anula a reação cidadã e os possíveis obstáculos. Vislumbramos que a revolução

¹²⁴ AUNAR, (2005) “Prólogo a la Tercera Edición”, em *Subversión. Op. Cit.*, p. 4.

pode variar seu movimento segundo as conjunturas sem deter sua finalidade ou avanço”.¹²⁵

A retórica das associações de “*Memoria Completa*” retoma aqui um ponto central da Doutrina da Guerra Contrainsurgente Francesa. Essa concebe a sociedade civil meramente como população, alvo do controle das forças inimigas em uma guerra que se deflagra no plano das idéias.¹²⁶ Em tal sentido, a ampla circulação de relatos e vozes sobre o passado recente e a veloz reinformação e elaboração da violência repressiva que foram possibilitadas pelo debate democrático a partir de 1983 (Landi & Bombal, 1995: 154-156) são percebidas pelos setores cívico/militares como o terreno de uma batalha psicológica na qual se combate para obter o apoio da opinião pública. Assim o afirmam no seguinte parágrafo:

“Um dado não menor é que o livro *Nunca Más* (cujas edições sempre são financiadas pelo Estado) é leitura obrigatória em várias escolas de primeiro grau. Conseqüentemente, as crianças, já desde sua incipiente formação humana, são bombardeadas com ideologismos impregnados pelo ódio de uma revolução desencadeada e perdida, que elas não só não vivenciaram, mas que nem sequer lhes brinda a possibilidade de discernir se lhes mostrassem as duas versões do fato histórico”.¹²⁷

Mesmo que a derrogação das leis de Punto Final e Obediencia Debida tenha provocado mudanças consideráveis nas relações entre as Forças Armadas e a sociedade civil, paradoxalmente, os oficiais reformados com os quais conversei tendem a desvalorizar o papel da sociedade como alvo de suas reclamações ou como interlocutor de suas evocações. Esse desprezo observa-se nas palavras de um tenente coronel (R):

¹²⁵ Márquez, N., (2004) *La otra parte de la verdad, Op. Cit.*, p. 112.

¹²⁶ Os generais franceses Trinquier e Beaufre consideram que a guerra atual é uma luta pelo controle da população. Ver Trinquier, R. 1961, *La guerre moderne*, e Beaufre, J. 1966, *Stratégie de l'action*.

¹²⁷ Márquez, N., (2004) *La otra parte de la verdad, Op. Cit.* p. 123.

“Reconhecimento da sociedade argentina, isso se consegue fácil com uma campanha de imprensa. Eu estive em comunicações, é fácil com uma campanha em que estão todos na rua agitando as bandeirinhas. Isso não é reconhecimento, e de que serve esse tipo de reconhecimento? Não me interessa o reconhecimento”.¹²⁸

Pois bem, na narrativa das associações de “Memoria Completa”, a reconstrução do passado e a descrição do presente são coincidentes. De modo tal, que o segundo é uma continuação do primeiro, à medida que ambos estão emparentados por uma trama em comum: a luta entre “dois bandos enfrentados”. Enquanto no passado o terreno dessa luta foi a “guerra não convencional”, no presente trata-se de uma “guerra psicológica” que se deflagra no cenário da memória. Daí que o velho enfrentamento entre a “conspiração” marxista subversiva e os exércitos “salvadores” da nação repita-se hoje entre os “deformadores da verdade” e aqueles que pretendem desmascará-los. Desse modo, a identidade dos contendentes no cenário da memória apresenta-se como a repetição das imagens dos bandos que se enfrentaram na “guerra não-convencional”.

Em suma, na memória das associações cívico/militares, o presente encontra-se submetido ao passado. Esse último resulta atualizado esquematicamente, ao ponto que se repetem imagens, sentidos, linguagens e símbolos que fizeram possível a criminalização das Forças Armadas. A lógica da guerra divide o cenário da memória em “dois bandos”. Um é o bando da “mentira oficial”, que “constrói uma versão parcializada do acontecido, que manipula a história recente, ocultando maliciosamente a verdade completa”.¹²⁹ Outro é o bando que se propõe à difusão da “Verdade” sobre “a guerra interna desatada pelas organizações terroristas” durante a década de 70, que foi “ocultada, silenciada e dissimulada” desde o começo dos anos 80. Os partidários da “*Memoria Completa*” enquadram pois sua atividade em uma luta pela “verdade”

¹²⁸ Entrevista a um tenente coronel (R).

¹²⁹ B1 *Vitamina para la Memoria*, Ano 1, Nº 1, p. 2.

contra a “mentira”. Em outras palavras, os “memoriosos” enfrentam-se com os “esquecediços” e “mentirosos”, tal como se afirma em diversos discursos, publicações e páginas webs:

“ PODE-SE SER DE ESQUERDA OU DE DIREITA, O QUE NÃO SE PODE SER É MENTIROSO”, “estamos frente aos deformadores da verdade”, “os que ocultaram e deformaram a verdade histórica sobre a década de 70”, “...os que esquecem e até negam a existência da guerra contra a subversão”, “utilizam todo o aparato estatal para tergiversar a verdade histórica”; “nestes tempos de contradições, mentiras e confusões, é necessário que se diga a verdade”.

A “mentira” surge, por um lado, dos sentimentos de revanche e ódio daqueles que “perderam a guerra das armas”; por outro lado, da ideologia que levou à violência e ao terrorismo na Argentina. Ao contrário, a “outra verdade”, a “verdade objetiva”, surge da “realidade”, da “força dos fatos”, da “história”. Por isso é que as associações de “*Memoria Completa*” apresentam-se na cena pública como porta-vozes de uma verdade tanto mais inquestionável quanto mais abordam as disputas sobre o passado recente como “uma guerra deflagrada por outros meios”. Essa reiteração compulsiva do passado tem efeitos sobre o cenário da memória, pois tende a eternizar e naturalizar o discurso da guerra.

2. “*Memoria, Verdad y Justicia*” no discurso das associações de “*Memoria Completa*”

Em suas práticas comemorativas como em suas interpretações sobre o passado recente, as associações de “*Memoria Completa*” agrupam-se sob o lema proposto pelo ex chefe do exército, o tenente Ricardo Brinzoni. Como já se mencionou no capítulo I, trata-se de um “dever de memória” (Nora, 1993), com o qual se procura disputar – especialmente com as organizações de Direitos Humanos- a verdade sobre o passado recente. Esse lema contribuiu para a construção de uma memória especular e reativa que não só se reflete, mas que

também se contrapõe à memória dos desaparecidos e à luta das organizações de Direitos Humanos. Por conseqüência, essa memória cívico/militar assume a forma de uma réplica no duplo sentido proposto por Deleuze(1994: 157- 206): como efeito e como acusação. Em sua qualidade de efeito, apropria-se dos lemas que deram sentido à luta das organizações de Direitos Humanos durante 30 anos: “*Memoria*”, “*Verdad*” e “*Justicia*”, para posicionar-se publicamente no cenário da memória e ampliar a legitimidade de um discurso que está fortemente desprestigiado na opinião pública. E em sua qualidade de acusação, ressignifica os sentidos socialmente consagrados pelas organizações de Direitos Humanos para desacreditar e questionar sua verdade e sua luta. Assim o demonstra este fragmento de Ana Lucioni, Presidenta da *Comisión de Homenaje Permanente a los Muertos por la Subversión*, no ato do dia 5 de outubro de 2006, na praça *San Martín*, de Buenos Aires:

“(...) ninguém tem o direito de arrogar a si a propriedade exclusiva do sofrimento, da verdade absoluta, da memória ou da justiça, ainda mais quando a verdade é pela metade e a justiça é parcial”.

Feita essa breve introdução, vejamos cada uma dessas questões detalhadamente. Em primeiro lugar, a “*Memoria Completa*” apresenta-se, do mesmo modo que o fazem as organizações de Direitos Humanos, em franca luta contra o esquecimento. Mas ambas as memórias resistem a esquecer um passado diferente. As associações de “*Memoria Completa*” negam-se a esquecer que na Argentina houve uma “guerra interna” propiciada pelo marxismo internacional. A partir de uma minuciosa seleção de fatos e personagens do passado, as associações de “*Memoria Completa*” reconstróem um relato fortemente dramático, que busca estabelecer uma cuidadosa distinção entre agressores e agredidos. Trata-se de uma memória que se concentra na evocação de uma ofensa e do sofrimento que essa ofensa causou. Por isso, ressalta e destaca os seqüestros, ataques a quartéis e regimentos, assassinatos, júris populares e atentados cometidos pelas organizações armadas durante a primeira

metade da década de 70, ao tempo que, por um lado, oculta e minimiza a violência perpetrada pelas Forças Armadas, e, por outro lado, dedica-se à construção das “vítimas do terrorismo”, em reflexo e tensão às vítimas do *Terrorismo de Estado*.

A partir de uma lógica relacional que identifica e contrapõe a memória cívico/militar à memória dos desaparecidos, a caracterização dos agressores como “subversivos” resulta progressivamente substituída pela de “terroristas”. Em outras palavras, a figura de “mortos pela subversão” é alternativamente substituída pela de “vítimas do terrorismo”. Apropriando-se dos sentidos e representações com os quais, primeiro, as organizações de Direitos Humanos, e, em seguida, os tribunais civis descreveram o *modus operandi* do *Terrorismo de Estado*, nos discursos públicos das associações de “*Memoria Completa*”, redescreve-se a violência cometida pelas organizações armadas como parte de um “plano sistemático”: os seqüestros como “desaparição forçada de pessoas”, os assassinatos como “crimes de lesa humanidade” e os guerrilheiros como “donos da vida e da morte”¹³⁰. Tal como fica demonstrado neste fragmento do discurso de Ana Lucioni, no ato do dia 5 de outubro,

“(…) as organizações terroristas atacaram à sociedade argentina sem respeitar regras nem códigos, vulnerando os mais elementares direitos humanos de todos seus integrantes”.

Com semelhante uso arbitrário e obstinado, acaba-se descontextualizando e reutilizando a linguagem dos Direitos Humanos até convertê-la em um mero clichê cheio de frases feitas. Produz-se, dessa maneira, um efeito de trivialização pelo qual, como afirma Arendt (1992), o que nasceu para nomear algo que não era nem comum nem ordinário –o mal sistematicamente perpetrado nunca pode ser algo ordinário- acaba ocupando o lugar do comum, do cotidiano, do ordinário. Desse modo, as associações de “*Memoria Completa*” posicionam-se tanto melhor

¹³⁰ No relato dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção, é reiterada essa imagem para descrever a conduta e a personalidade dos torturadores.

no debate público sobre o passado recente quanto mais banalizam o discurso de seus adversários no terreno da memória.

Junto com o recurso à trivialização, na “*Memoria Completa*”, persistem as representações e crenças que possibilitaram a repressão ilegal, entre elas, a demonização do inimigo. Originalmente, a demonização dos “subversivos” possibilitou a construção de uma alteridade negativa que concretizou a expulsão de milhares de cidadãos ao espaço exterior da nação, os quais resultou legítimo matar. A natureza demoníaca do “inimigo subversivo” é um sentido auto-evidente para as associações de “*Memoria Completa*”, pois funciona como o ponto cego desde o qual reconstroem o passado recente. Daí que os atos de violência cometidos pelas organizações armadas têm sua origem nas motivações malvadas dos “terroristas”. Uma vontade perversa e maligna própria da estrutura de suas personalidades impõe-se para além dos atos mesmos, pois supõe-se que existe um ser essencial e inato que determina os atos que cometem (Todorov, 1993: 141). Em conseqüência, os agressores são descritos como “psicopatas” e “dementes” impulsados por sentimentos de ódio e ressentimento a “matar por matar”. Os “terroristas” tornam-se “portadores de um ódio interior incalculável”.

Uma memória que teima em restituir no presente o ódio de seus agressores é uma memória dispéptica que se deleita na impossibilidade de se subtrair à impressão mnémica, uma vez que foi recebida (Nietzsche, 1987: 66). Trata-se de uma memória prodigiosa, que se fixa no rastro doloroso e mantém viva a afronta e a humilhação para que sejam diretamente proporcionais à acusação que se formula. Mas, como é formulada essa acusação e que conseqüências pode provocar? Com a restituição permanente do ódio do agressor como causa de todos os males, busca-se tirar algum proveito das calamidades que se relembram e se denunciam. Com a caracterização do agressor como portador de uma vontade maligna de matar, introduz-se nos trabalhos da memória um paralogismo pelo qual se afirma: “se tu és mal, logo eu sou bom” (Deleuze, 1994: 168). Em efeito, a memória cívico/militar parte de uma negação para chegar a uma afirmação autocomplacente: os adversários são maus, por isso, nós somos bons. Em palavras de Nietzsche (1987), a reação, e não a ação, é o horizonte a partir do

qual a memória cívico/militar constrói a glorificação de si mesma e justifica moralmente as ações imorais que defende.¹³¹

A “*Memoria Completa*” apóia-se numa rigorosa lógica dualista pela qual as características negativas do outro determinam as características positivas do nós. A interpretação do passado, e a demonização dos agressores de ontem, é parte do processo de construção da identidade positiva das associações da “*Memoria Completa*” e da identidade negativa de seus adversários no terreno da memória. Desse modo, mantém-se viva a acusação, que, ainda que nasça como denúncia dos agressores de ontem, transfere-se aos adversários de hoje. Os ódios e ressentimentos passados revivem hoje sob a forma de uma política vingativa de escárnio e desprestígio para com as Forças Armadas. Assim, a “*Memoria Completa*” conserva a agressividade e perpetua a ofensa não só para fortalecer a cumplicidade e a solidariedade ao interior da comunidade militar, mas também para naturalizar e eternizar o discurso da guerra. Assim o expressa o tenente coronel (R) Emilio Nanni:

“Tudo isso não faz mais que demonstrar que, para os promotores do crime, o rancor e o ódio, a guerra continua, o que fica materializado na mentira, no ressentimento e na vingança”.¹³²

Essa memória da ofensa completa-se com uma memória do sofrimento. Acusações e lamentações alimentam-se reciprocamente na narrativa da “*Memoria Completa*”, com o propósito de dar existência social às “vítimas do terrorismo”. Em sua luta por questionar o discurso dos Direitos Humanos e posicionar-se frente à memória dos desaparecidos, as associações de “*Memoria Completa*” dão forma à figura das “vítimas do terrorismo”, em reflexo e tensão com a categoria socialmente legitimada de vítimas do *Terrorismo de Estado*. Esse giro em direção à memória das vítimas pode ser entendido, por um lado, como sintoma de uma época na qual a fundação da identidade coletiva num fato traumático representa

¹³¹ A literatura sobre o Holocausto mostra a resistência que têm os sobreviventes a recordar os ódios e ressentimentos daqueles dos quais foram objeto (Ansart, 2002: 31).

uma base suficiente para impulsionar reivindicações e disputar sentidos no espaço público (LaCapra, 1998: 15); e, por outro lado, como parte de uma memória lutuosa que produz um ativo efeito de unidade e adesão a partir de uma lembrança dolorosa em comum (Brossat, 2006; Renan, 2000).

Os esforços empreendidos pelas associações de “*Memoria Completa*” para conseguirem atenção social e reconhecimento político para as “vítimas do terrorismo” mostram que não há uma relação imediata e natural entre a morte de uma pessoa e sua qualificação de vítima (Vecchioli, 2001: 85). Pelo contrário, a existência social da figura de vítima é o resultado de um processo complexo de construção, no qual têm um papel fundamental não só os agentes que se comprometem com sua lembrança, mas também as tensões e disputas nas quais essa construção enquadra-se.

Isso posto, quais são os critérios que definem a qualidade de “vítima do terrorismo”? Em princípio, existe um sentido evidente e aglutinante desde o qual as associações da “*Memoria Completa*” evocam e constroem essa categoria social. Ainda que sejam consideradas vítimas tanto os civis quanto os militares que morreram em atentados, em ataques a quartéis e em enfrentamentos, a figura paradigmática da “vítima do terrorismo” é o oficial assassinado após meses de seqüestro. Focalizar nos militares seqüestrados não é casual e responde, por um lado, à necessidade de rivalizar com a figura do “detido-desaparecido”, e, por outro lado, ao propósito de sacralizar a imagem dos oficiais. A figura da “vítima do terrorismo” apóia-se na redescrição tanto dos sucessos dramáticos como da personalidade dos oficiais que foram seqüestrados e assassinados pelas organizações armadas durante a primeira metade da década de 70.

Tanto a vida quanto a morte dos oficiais são reconstruídas segundo a ótica da “*Memoria Completa*”, pela qual adquirem um significado além de si mesmas, mas através do emaranhado de relações culturais e sociais que as reconstrói (Álvarez, 2004: 138). A “*Memoria Completa*” relembra os fatos relativos ao seqüestro e ao assassinato dos oficiais das Forças Armadas, de modo que a

¹³² Discurso pronunciado no ato de homenagem aos caídos no ataque ao Quartel de *Azul* e na toma do Quartel de *La Tablada*, no dia 23 de janeiro de 2007.

evocação da violência e do sofrimento contribua para melhorar a imagem pública das instituições castrenses. Em outras palavras, evocam-se os padecimentos físicos dos oficiais – assim como a dor ante a perda do ser querido- para transformá-los em pesares suscetíveis de serem socialmente compartilhados. A partir de uma cuidadosa renarração dos fatos, a “*Memoria Completa*” procura demonstrar que os pesares e padecimentos dos oficiais “vítimas do terrorismo” foram mais intensos que os sofrimentos suportados por seus adversários. Mas, como se constrói e justifica semelhante diferença de grau? A diferença surge da natureza moral dos indivíduos. Os “terroristas” são vistos como demônios motivados por um “ódio” que os leva compulsivamente a matar, enquanto os oficiais como “homens de honra”. Enquanto os primeiros, carentes de valores espirituais e morais, são propensos à “traição” e à “covardia”, os segundos são “homens de honra” que enfrentaram com integridade moral os tormentos aos quais foram submetidos:

“Embora os terroristas não tivessem receios na hora de matar, seqüestrar ou colocar um aparato explosivo, uma vez que eram detidos pelas forças legais, o grau de claudicação, delação e traição entre si era muito significativo”.¹³³

Para criar a noção de um eu honrável e heróico que assegure a perdurabilidade dos valores de honra, abnegação e sacrifício, tão caros à comunidade militar, a “*Memoria Completa*” superpõe a figura da vítima-passiva com a figura do mártir-ativo. Desse modo, a “*Memoria Completa*” procura transformar os sofrimentos individuais em pesares coletivos, e as biografias individuais em biografias exemplares. Nos meses de cativo, o oficial-vítima é objeto do ódio e do ressentimento de seu agressor, mas a figura do oficial-mártir tira-o dessa passividade e devolve-lhe certa capacidade de ação. Enquanto o primeiro padece passivamente a injustiça de um sofrimento que é imerecido, o segundo enfrenta como um herói a adversidade das circunstâncias, apesar de que

¹³³ Márquez, N., (2004) *La otra parte de la verdad*, Op. Cit., p. 77.

é consciente dos custos que isso pode provocar. Embora a vítima sofra, o mártir sofre mais, pois sofre ativamente ao antecipar-se e não se curvar ante a morte por vir. Tal como se depreende da caracterização feita por Veena Das (1999: 20), o martirólogo supõe a ação de um sujeito que se enfrenta com a desagradável verdade de que a morte está por vir, mas, ainda que lhe cause enorme sofrimento, procura persegui-la e enfrentá-la, mesmo em condições adversas. Enquanto o oficial-vítima é cruelmente assassinado, o oficial-mártir morre nobremente pois sobrevive “com inteireza” ao não trair seus valores.

Sobre o seqüestro do tenente-coronel Roberto Ibarzábal:

“Torturas físicas e psicológicas, doutrinação partidário e todo tipo de humilhações não puderam quebrantar seu sólido patriotismo, sua fé e seu apego, seus irrenunciáveis princípios. Seu legado foi um exemplo, seu valor, seu sacrifício e honra”.¹³⁴

Sobre o seqüestro do general Pedro Aramburu:

“ (...) o julgamento ao que foi submetido, a sentença que lhe decretaram e sua posterior morte reconhecem (...) a valentia e a inteireza com que se conduziu o alto chefe militar”.¹³⁵

Sobre o seqüestro do Major Arturo del Valle Larrabure:

“(...) sua inteira alma conservou”.¹³⁶

“Larrabure esteve um ano em uma *cárcel del pueblo* e morreu cantando o hino”.¹³⁷

¹³⁴ B1 *Vitamina para la Memoria*, Ano 1, Nº 2, p. 10.

¹³⁵ Díaz Bessone, Ramon (Dir), 1998, *In Memoriam*, Ediciones del Círculo Militar, Buenos Aires, p. 30.

¹³⁶ B1 *Vitamina para la Memoria*, Ano 1, Nº 1, p. 7.

¹³⁷ Entrevista a um ex-capitão do exército.

Em suas personalidades e em seus sacrifícios, sobrevive a comunidade moral à qual pertencem. A memória das vítimas e a evocação do sofrimento que padeceram têm a função social de reproduzir a moral da comunidade cívico/militar como meio para legitimar-se e posicionar-se no cenário da memória. E, desse modo, a dor sofrida individualmente revive-se em um relato que não só dá testemunho da “inteireza moral” dos oficiais, mas também da perdurabilidade dos valores que denotam o pertencimento a uma comunidade moral como diferenciada do resto da sociedade.

Certamente, a retórica dos sofrimentos e dos sacrifícios sobrevive no atual cenário da memória. Trata-se da auto-identificação das associações de “*Memoria Completa*” como vítimas de uma política revanchista de silêncio e esquecimento de parte do oficialismo e da esquerda, ambos “opinólogos da vingança”. A ausência de reconhecimento por parte do Estado ou da sociedade civil agrega-lhe dramatismo às lutas pela memória e à narrativa sobre o passado recente, posto que autolegitima tanto mais o discurso das associações de “*Memoria Completa*” quanto mais recebe críticas e questionamentos com os quais se enfrentar:

“ Refiro-me às vítimas do terrorismo, que não só têm sido apartadas à hora de serem reivindicadas, mas que são presa das mais cruéis de todas as ações: a desqualificação, o esquecimento e o menosprezo”.¹³⁸

Nesse contexto de “desqualificação” e “menosprezo”, as associações de “*Memoria Completa*” tendem a cultivar e aprofundar uma visão de si mesmas como portadoras de uma “verdade” que foi “silenciada” pela “mentira oficial”. Resignificando o lema que promoveram as organizações de Direitos Humanos em sua luta por conhecer o destino de cada desaparecido, as associações cívico/militares retomam o imperativo de “Verdade” e apresentam a sua participação no cenário da memória como um ato heróico de “revelação” e “desmascaramento”. Em luta contra a política de “deformação”, a “manipulação” e a “propaganda”, a produção testemunhal, jornalística e de difusão da “Verdad

Completa” seleciona e focaliza alguns fatos e datas do passado recente, e dissimula outros tantos, para apresentar a sua verdade como um reflexo positivo da realidade.

Isso posto, como imaginam o passado recente as narrações que constrói a “*Memoria Completa*”? Qual é o papel que se atribui às Forças Armadas nessas construções narrativas? Quais são os atores sociais que acabam envolvidos nos fatos que se relatam? Que períodos, datas, personagens, acontecimentos e sentidos destacam-se, e quais se dissimulam? E, por último: desde que posição enunciativa e a partir de que símbolos se expõem essas narrações? Com a intenção de estabelecer e transmitir uma narrativa sobre o passado que possa ser aceita no contexto político pós-ditadura, no qual acabam crescentemente valorizadas as instituições democráticas e fortemente questionadas as práticas golpistas e autoritárias, a “*Verdad Completa*” procura fortalecer a imagem das Forças Armadas e de Segurança como “forças legais” que defenderam os “poderes constituídos” contra o “terrorismo”.

A partir da identificação da “agressão terrorista” com uma ofensiva desestabilizadora dos “poderes constituídos” e da “reação militar”, com um respaldo à “ordem constituída”, fomenta-se um tipo de substituição simbólica pelo qual a “guerrilha” é requalificada de “golpista” e as Forças Armadas de “democráticas”. Com a utilização arbitrária da linguagem e representações que são parte do sentido comum pós-ditadura na Argentina, a memória cívico/militar acaba incriminando as organizações armadas pelos mesmos atos pelos quais têm sido acusadas as Forças Armadas desde a derrocada do presidente Hipólito Irigoyen, na década de 30:

“Num princípio, podia-se aceitar, pecando por ingênuo, a argúcia que utilizavam os subversivos para justificar suas atrocidades, dizendo que pretendiam “*liberar-se da horrível ditadura*” ou que lutavam na busca do “*regresso de Perón*”. Se damos por válidas as artimanhas semânticas que esgrimiam os defensores do terrorismo, deveríamos supor que com o advento

¹³⁸ Discurso do tenente (R) Emilio Nanni, pronunciado no ato de homenagem aos caídos no ataque ao Quartel de *Azul* e na toma do Quartel de *La Tablada*, no dia 23 de janeiro de 2007.

da democracia se acabariam *ipso jure et facto* todas as atividades guerrilheiras. Por isso, nunca conveio ao terrorismo nacional que existissem governos legítimos (...), o que ele pretendia [era] mudar o governo (legítimo ou não) para substituí-lo por um governo totalitário de caráter perpétuo, circunstância convincentemente provada quando, uma vez retornando à democracia, o acionar subversivo, longe de diminuir, multiplicou-se largamente, a tal ponto que foi alvo durante o período “democrático” de maio de 1973 a março de 1976, quando os terroristas marxistas cometeram 52% da totalidade de seus crimes”.¹³⁹

Esse tipo de revisionismo histórico, que reconstrói o passado recente a partir de uma série de inversões teimosas entre golpistas e democráticos, forças legais e ilegais e poderes constituídos e poderes dissolventes, reforça uma linha interpretativa que emparenta os “poderes constituídos” com as “forças legais”, isto é, o governo constitucional com as Forças Armadas, que “se comprometeram em sua defesa”. Essa interpretação, embora repita a figura clássica da memória militar, que concebe as Forças Armadas como “salvadoras da nação”, apresenta-se como uma estratégia renovada que permite à “*Memoria Completa*” transcender as diferenças que separam os setores civis dos quadros militares e apresentar-se com um discurso verossímil e *aggiornado* perante a opinião pública.

A estratégia de posicionamento democrático das Forças Armadas apóia-se, também, na re-narração dos fatos e acontecimentos históricos que as tiveram como uma das principais protagonistas. Entre eles, existe um acontecimento altamente significativo cuja interpretação permite apresentar a intervenção militar na “guerra anti-subversiva” como um “ato de serviço” em “defesa da ordem constitucional”. Para sustentar essa imagem de subordinação das Forças Armadas à Constituição Nacional, a “*Verdad Completa*” procura destacar não só que a ordem de “aniquilar a subversão” foi uma ordem legal, ditada pelas autoridades democraticamente eleitas, mas também que essas estavam em total conhecimento, e inclusive consentiam com o modo como ia ser levada a cabo a repressão.

¹³⁹ Márquez, N., (2004) *La otra parte de la verdad, Op. Cit.*, p. 34.

A lei na qual se ampara a memória cívico/militar para justificar e legitimar a intervenção das Forças Armadas na repressão foi a lei promulgada em 1975¹⁴⁰, pelo mesmo governo que derogou, em 1973, a lei ditada pela anterior ditadura militar para “combater o terrorismo”¹⁴¹. Esse giro de cento e oitenta graus na política interna da presidenta Maria Estela Martínez de Perón é interpretado pela “*Memoria Completa*”, por um lado, como um reconhecimento do estado de guerra e de ameaça de dissolução que prognosticaram as Forças Armadas, e, por outro lado, como um consentimento de parte das autoridades democráticas à implementação da Doutrina da Guerra Contrainsurgente. Nesse sentido, o período que vai desde a derrogação da lei 19.053, em 1973, até a promulgação do decreto 261, em 1975, período no qual o governo democrático evitou qualquer tipo de intervenção militar em assuntos internos, acaba descrito como uma manifestação do vazio legal em que foram deixadas não só as Forças Armadas e de Segurança, mas toda a sociedade indefesa frente ao “terrorismo aziago”:

“Durante o período 1973/74/75, se as forças de segurança detiam algum guerrilheiro, não tinham muitas opções, pois tanto por falta de apoio legal quanto por medo às represálias, era deixado em liberdade”.¹⁴²

Com essa reelaboração do passado recente, a “*Memoria Completa*” procura desviar a principal acusação que recai sobre as Forças Armadas: a responsabilidade pela execução do *Terrorismo de Estado*. Em primeiro lugar, ao amparar-se nos decretos 261 e 2.772, de 1975, a “*Memoria Completa*” pretende legalizar a repressão, reforçando a idéia de que a intervenção das Forças Armadas em assuntos internos foi um “ato de serviço” e que as instituições

¹⁴⁰ Referem-se ao Decreto Nº 261, de 5 de fevereiro de 1975, que ordenava “... executar as operações militares que sejam necessárias para neutralizar e/ou aniquilar o acionar dos elementos subversivos que atuam na província de Tucumán”, e ao Decreto Nº 2772, de 6 de outubro de 1975, que ordenava “... executar as operações militares e de segurança que sejam necessárias para aniquilar o acionar dos elementos subversivos em todo o território do país”.

¹⁴¹ Nesse segundo caso, refere-se à lei 19053, promulgada pela ditadura anterior ao 28 de maio de 1971, pela qual se criou a Câmara Federal Penal para julgar, em instância única e julgamento oral, as ações consideradas subversivas. Essa e outras leis repressivas foram derogadas dias depois que assumiu o governo democrático, junto com a promulgação da lei de anistia para todos os presos políticos.

castrenses “defenderam a Pátria” em cumprimento do “juramento de dar a vida por ela”. Além de sustentar que a repressão foi legalmente ordenada, a “*Verdad Completa*” procura demonstrar que as autoridades democraticamente eleitas estavam em total conhecimento da forma pela qual ela foi executada:

“(…) abriu-se outra [frente] na cidade de *Tucumán*, a respeito da qual há uma frase muito eloqüente do general Vilas, que, quando assumiu o comando do *Operativo Independência*, disse: ‘Juro que os exterminaremos com métodos não convencionais’. Isso ocorreu no mês de fevereiro de 1975, em pleno governo constitucional, e não houve uma só autoridade de nenhum dos três poderes do estado que tenha levantado a voz por isso. Os desaparecidos começam em *Tucumán*. (...) Quatro foram as alternativas apresentadas pelo general Videla. As duas mais extremas foram as seguintes: uma incluía um sistema operacional sumamente controlado, que tinha como inconveniente o longo tempo que ia levar o controle do terrorismo. A outra estava baseada na descentralização, outorgando grande capacidade operativa aos níveis inferiores. Essa tinha o risco de debilitamento do controle nesses níveis operativos, mas em um ano e meio o terrorismo seria controlado. Isso foi o que se aceitou. O ministro de Justiça quis intervir, mas o Dr. Luder interrompeu-o, dizendo-lhe: ‘Senhor ministro, a decisão foi tomada’. No dia seguinte, foram convocados todos os governadores, criou-se o *Consejo de Seguridad* e começou-se a operar em todo o país. Começaram-se a produzir as desapareições: a partir de novembro de 1975, foram uns 35; em dezembro, 90; em janeiro seguinte, 155; em fevereiro, 84, e em março, 130. Que estava dizendo tudo isso? Que havia uma doutrina militar em vigência, na qual se encontrava envolvido muito pessoal militar, e que esses eram os procedimentos a seguir, mas também se sabia que havia o risco de converter-lhes em ilegais. Isso as autoridades legais sabiam-no, mas ninguém levantou a voz”.¹⁴³

¹⁴² Márquez, N., (2004) *La otra parte de la verdad*, Op. Cit. p. 33.

¹⁴³ Conferência do Dr. Florencia Varela na fundação AUNAR, no dia 30 de setembro de 2003.

Além de reconhecer que a repressão realizou-se com uma “doutrina militar” que se propunha a “aniquilar” a subversão, a “*Verdad Completa*” procura demonstrar que as autoridades constitucionais estavam em conhecimento disso. Junto com esse argumento, tenta-se instalar pelo menos quatro verdades sobre o passado recente. Primeiro, que as autoridades constitucionais são responsáveis tanto pela decisão quanto pela forma em que se implementou a repressão. Segundo, que as Forças Armadas foram “chamadas a combate” pelo governo constitucional, e que essas responderam “em cumprimento do dever”, contando com o apoio dos “partidos políticos, da igreja, dos setores empresariais e sindicais, dos meios de comunicação e da cidadania em geral”. Terceiro, que a repressão haveria começado durante o governo constitucional e não depois do golpe de estado de 24 de março de 1976. E, por último, que não é apropriado chamar *Terrorismo de Estado* à “resposta implementada pelos poderes constituídos contra o terrorismo”.

Desse modo, a “*Memoria Completa*” procura estabelecer uma continuidade entre o antes e o depois do golpe de estado de 24 de março, que, em vez de reivindicar-lhe, tende a minimizar seu impacto político e seu peso histórico. Para dissimular sua importância, afirma-se que o golpe de estado não representou uma quebra na “ordem institucional”, posto que essa já havia sido quebrantada anteriormente pelo “avanço terrorista” e pela “inoperância da classe política”. Mais ainda, a tomada do poder pelas Forças Armadas é renarrada como o único modo de restituir a “ordem institucional” frente ao caos e a anarquia que a antecederam:

“Com efeito, não se tratava de quebrantar o ‘*estado de derecho*’, mas de recompor o ‘*estado de desecho*’”.¹⁴⁴

Junto com os lemas de *Memoria e Verdad*, as associações cívico/militares impulsionam também a demanda de Justiça. Essa última surge tardiamente, logo

¹⁴⁴ Márquez, N., (2004) *La otra parte de la verdad*, Op. Cit., p. 62 (N.T. Trata-se de um trocadilho em que a palavra *derecho*, que em português significa “direito”, assemelha-se, na pronúncia, com a palavra *desecho*, que em português significa “dejeito”).

após a reativação dos processos a oficiais, com a derrogação das leis de *Punto Final* e de *Obediencia Debida*. Longe de defender uma concepção de Justiça que busque na condenação judicial a reparação do dano sofrido, tradicionalmente, a narrativa cívico/militar apóia-se na noção extra jurídica de “justiça da história” ou de “justiça divina”. Não obstante, as associações de “*Memoria Completa*” incorporam, entre suas reclamações, o lema de “*Justicia Completa*”. Trata-se de uma concepção beligerante que explica os recentes processos a oficiais acusados por violações aos Direitos Humanos como parte de uma política de vingança. Daí que a demanda de “*Justicia Completa*” apresenta-se no cenário da memória como um reclamo de “igualdade ante a lei”.

Agora, como se materializa esse pedido de igual tratamento ante a lei? Por uma parte, a cara mais visível da desconformidade das associações cívico/militares aglutina-se em torno das leis de anistia. Para denunciar o desigual tratamento do qual são objeto “os argentinos que combateram nas forças legais”, as associações de “*Memoria Completa*” realizam uma contabilização pormenorizada dos indultos e anistias que receberam os “combatentes de um e de outro lado”:

“Desde 1973 até a data, os terroristas têm sido beneficiados com seis leis de anistia ou indultos; no mesmo período, os uniformizados que os combateram beneficiaram-se com três instrumentos constitucionais dessa natureza, estes últimos, hoje, todos derogados e anulados”.¹⁴⁵

Se bem que, no cenário da memória pós-ditadura argentina, o indulto e a anistia¹⁴⁶, enquanto recursos do poder político para fazer como se nada houvesse acontecido (Loraux, 1989: 33), ao suspender a potestade dos tribunais ou ao condonar as condenas judiciais, ficaram socialmente vinculados à produção de impunidade, as associações cívico/militares enquadraram essa possível isenção das

¹⁴⁵ *B1 Vitamina para la Memoria*, Ano 1, Nº 2, p. 6.

¹⁴⁶ Ricouer (2003: 587) distingue o indulto da anistia. O primeiro é direito do chefe de Estado, resíduo de um direito *cuasi* divino, vinculado à soberania subjetiva do príncipe. A segunda põe fim a processos de violência que operam como espécie de prescrição seletiva e pontual para impor o esquecimento.

responsabilidades penais dentro do conjunto das reivindicações de “*Justicia Completa*”. Essa inversão, pela qual a ausência de sanção penal converte-se em um ato de justiça, apóia-se numa concepção que iguala a Justiça à vindita. Desde essa perspectiva, o lema de *Juicio y Castigo*, popularizado pelas organizações de Direitos Humanos, é interpretado como a reiteração de um ressentimento que se nega a depor seu desejo de vingança.

Nesse sentido, a anistia ou o indulto para os oficiais processados ou condenados por violações aos Direitos Humanos são entendidos tanto mais como um ato de equiparação e equilíbrio justo quanto mais se apresentam a seus beneficiários como realizadores de um gesto de renúncia. Mas a que renunciariam as associações de “*Memoria Completa*” para que os oficiais processados ou condenados recebessem o “justo” benefício da anistia ou do indulto? À vingança das afrontas e humilhações que padeceram as “vítimas do terrorismo”. Por isso, resultaria justo que os “terroristas” de ontem e de hoje depusessem seus desejos de vingança e outorgassem àqueles que lhes perdoam o benefício da anistia.¹⁴⁷ Esse argumento auto-escusatório apóia-se em uma igualação entre o sofrimento das “vítimas do terrorismo” e a situação dos oficiais presos por violações aos Direitos Humanos.

Por outra parte, a cara menos visível da desconformidade cívico/militar desdobra-se em torno da denúncia da impunidade de que gozam os ex-terroristas. As associações que defendem os oficiais presos, entre elas, a *Asociación Familiares y Amigos de los Presos Políticos de Argentina*, reclamam, tal como o fazem as organizações de Direitos Humanos, “*Juicio y Castigo*”, mas, nesse caso, aos “terroristas dos anos 70”. Para dar credibilidade e fundamento jurídico às reivindicações de “*Justicia Completa*”, apóiam-se no princípio jurídico de “crimes de lesa humanidade”. Além do debate sobre a natureza jurídica dos crimes, que excede aos objetivos deste trabalho, a retórica das associações de “*Memoria Completa*” apropria-se da e descontextualiza a linguagem dos Direitos Humanos e da Justiça Retrospectiva para outorgar-lhe maior legitimidade a suas reivindicações:

¹⁴⁷ Esse tema está desenvolvido no capítulo V.

“A esse respeito, partindo da definição estabelecida no Estatuto de Roma, demonstrou como o acionar dos montoneros, erpianos e, em geral, de todas as organizações revolucionárias que apelaram ao terror na década de 70 deveria ser catalogado pela justiça como delito de lesa humanidade. Porque assassinaram, seqüestraram, tomaram reféns e perseguiram grupos humanos com identidade própria, tais como as forças de segurança, os empresários e os sindicalistas. Com respeito ao critério arbitrário seguido pela justiça Argentina, exigindo a participação de um estado para que um crime seja catalogado como de lesa humanidade, o expositor manifestou que, não obstante não compartilhar esse condicionamento, também nesse caso o acionar terrorista fica enquadrado nessa conduta, porque é popularmente conhecido que as organizações vernáculas contaram com o apoio irrestrito de distintos estados e organizações do exterior”.¹⁴⁸

3. Os “caídos pela pátria”: nacionalização da memória militar

Com o propósito de divulgar e popularizar suas representações e sentidos sobre o passado recente entre a opinião pública, as associações de “*Memoria Completa*” desdobram uma narrativa que se define por seu pertencimento nacional. Em termos gerais, as associações cívico/militares não só sustentam uma visão nacional dos acontecimentos do passado, mas também atualizam símbolos e figuras tradicionais da nação para legitimar sua luta como uma causa nacional. No entanto, como se constrói esse sentido de pertencimento nacional?

Tanto na evocação do passado recente quanto nas práticas comemorativas da comunidade militar, a figura dos “mortos pela subversão” ocupa um lugar central, pois vem a reforçar sua identidade corporativa. Apesar disso, a “*Memoria Completa*” procura transcender o marco fortemente corporativo que pesa sobre a imagem castrense dos oficiais das Forças Armadas assassinados durante a

¹⁴⁸ Síntese da conferência “*El terrorismo también es un Crimen de Lesa Humanidad*”, a cargo do Dr. Federico Young, ministrada no dia 11 de abril de 2007. Disponível em www.politicaydesarrollo.com.ar

década de 70 e projetar suas mortes a um espaço simbólico maior, a um “nós” mais amplo e integrador. Em outras palavras, trata de ressignificar o sentido socialmente associado à figura dos “mortos pela subversão” e lembrar e comemorar os oficiais mortos como “caídos pela pátria”.

Na narrativa cívico/militar, a figura dos “caídos pela pátria” aparece como portadora de uma verdade em si mesma, através da qual fala a voz da pátria. Embora as memórias nacionais utilizem uma narrativa dos sacrifícios e sacrificados para sentar as bases de sua integração e unificação, esse vínculo não tem nada de natural, mas tem que ser produzido simbolicamente e materialmente (Renan, 2000; Anderson, 2006). É nesse sentido que a memória cívico/militar reutiliza os mecanismos ideológicos através dos quais a tradição nacional afronta e manufatura coletivamente a morte de seus conterrâneos. Com a força de uma teodicéia, as associações de “*Memoria Completa*” procuram transformar o evento fatal da morte de oficiais das Forças Armadas, durante a década de 70, em um acontecimento que possa ser coletivamente compartilhado:

“Os homens do exército e da polícia (...) perderam a vida por nós; fizeram-no com sua vocação pela qual a lei os convocava a defender a pátria e com seu juramento de seguir constantemente a bandeira argentina para defender as instituições e a liberdade de que hoje desfrutamos”.¹⁴⁹

Os “caídos pela pátria” apresentam-se como um símbolo de continuidade histórica, não só do papel das Forças Armadas como defensoras da nação, mas também da comunidade nacional frente às ameaças dos inimigos externos. Na narrativa cívico/militar, a metáfora da integração e da unificação nacional apóia-se sobre a tarefa mais nobre possível, segundo a ideologia dos modernos Estados-Nação: o ato honorífico de servir à Pátria e de dar a vida por ela. A partir de um discurso patriótico que funciona como um mecanismo de reativação de sentimentos coletivos de amor e sacrifício (Balibar, 1991: 147), o destino ocorrido aos oficiais das Forças Armadas é interpretado como um gesto de entrega. Não se

trata simplesmente de um oficial ou um suboficial, mas de “um pai”, de “um irmão”, de “um filho” ou “um esposo”, os quais sacrificaram seu corpo individual em prol do corpo social, os quais deram sua vida pela Nação:

“Os que conformam a longa lista de heróis e mártires da pátria porque não vacilaram em dar sua vida por nós, porque quando o clarim da pátria chama, até o gemer da mãe cala”.¹⁵⁰

Com o propósito de estabelecer e transmitir uma narrativa sobre o passado recente que possa chegar a ser aceita pela sociedade civil, as associações de “*Memoria Completa*” tentam transferir e sociabilizar as “feridas da guerra antissubversiva” –mesmo que não os assim chamados triunfos e vitórias- posto que, como propõe Renan (2000: 65), o sofrimento em comum une mais que o gozo, e valem mais os lutos do que os triunfos. Em outras palavras, procura-se que as perdas humanas e as feridas da “luta contra a subversão” alcancem a todos, que concernem a todo o “povo argentino”. Desse modo, a “guerra interna” resulta interpretada como um amplo tecido de laços de parentesco amputados, que incorpora a nação toda como vítima:

“Todos perdemos um ser amado, todos sofremos a ausência de um pai, de um filho, de um irmão, de um esposo ou de um amigo”.¹⁵¹

Desde a perspectiva de uma memória que procura construir a base de sua legitimidade irmanando a todos os argentinos na dor “por aqueles que deram sua vida pela pátria”, resulta primordial lembrar que não só as Forças Armadas, mas “todos os argentinos” foram objeto da violência terrorista. Nesse sentido, a cristalização da memória cívico/militar na figura da nação como vítima apóia-se na lembrança dos “homens das Forças Armadas e de Segurança” junto com os “empresários, estudantes, trabalhadores, dirigentes sindicais, crianças, donas de

¹⁴⁹ Discurso de Ana Lucioni, presidenta da *Comisión de Homenaje Permanente a los Muertos por la Subversión*, no ato do dia 5 de outubro de 2006, na praça *San Martín*, de Buenos Aires.

¹⁵⁰ *Idem*.

casa”, que “fizeram a sua contribuição de sangue”. “A Nação toda foi lacerada”, afirmava-se no ato do “dia nacional dos/das mortos/vítimas de subversão/terrorismo”.

Para se posicionar como um novo ator no cenário da memória, as associações de “*Memoria Completa*” procuram enraizar sua interpretação sobre o passado em espaços simbólicos que possam provocar apegos coletivos mais profundos e amplos. Por isso, apelam à linguagem do parentesco e da filiação com a qual o discurso patriótico denota os vínculos que unem a todos os conterrâneos com a sua pátria. Essa linguagem refere-se a um tipo de laços ao qual se está naturalmente atado (Anderson, 2006: 202). Do mesmo modo que a imagem primária da família, a pátria representa o domínio do amor, dos vínculos afetivos desinteressados que unem pais com filhos, filhos com pais e irmãos entre si. Nessa linguagem dos sentimentos, que indica a gratidão e a lembrança obrigada que une os vivos com aqueles que desinteressadamente se sacrificaram pela pátria, os soldados recrutas “caídos” são lembrados acima de qualquer outra forma de vínculo, como “filhos de todos”, como “filhos do povo argentino”:

“A *Memoria Completa* é uma construção. É necessário gerar fatos que tornem possível essa memória. Alguma coisa vai acontecer, porque os soldadinhos que morreram em *Formosa* são filhos do povo argentino. O problema é a legitimidade, não é legítima a pressão sobre os mortos, não é legítimo calar a verdade da história”.¹⁵²

Mesmo que os vínculos familiares não suprimam as diferenças entre as categorias militares dos mortos, sobretudo entre oficiais, suboficiais e soldados recrutas, os quais são evocados na sua condição de pais, irmãos ou filhos, segundo corresponda, essas diferenças relativizam-se e subordinam-se a uma diferença simbólica que se apresenta como irreduzível entre “nós” e “os estrangeiros” (Balibar, 1991: 147). Com isso, as fronteiras externas convertem-se em fronteiras internas que permitem distinguir entre diferentes qualidades de

¹⁵¹ *Idem.*

¹⁵² Entrevista a um capitão do exército.

mortos: “os que perderam a vida para defender a pátria” e “os que, consciente ou inconscientemente, foram ferramentas sangrentas de interesses que nada tiveram a ver com os da pátria”.¹⁵³ Por uma parte, essa cuidadosa separação apóia-se no sentido socialmente consagrado de que “morrer pela pátria” supõe uma grandeza moral da qual carece o fato de morrer por um político ou por qualquer outra organização (Anderson, 2006: 203). Por outra parte, ao retomar o valor nacional da soberania, não só sob a figura clássica de propriedade territorial, mas também como a projeção de uma identidade nacional – uma forma de si próprio que tem que permanecer inalterada- procura elevar o desempenho das Forças Armadas à categoria de causa nacional. Em suma, os ataques a quartéis por parte das organizações armadas são evocados como gestas heróicas em defesa da soberania territorial e da identidade nacional.

Para reposicionar a imagem das Forças Armadas como uma força legal e democrática que lutou contra o “terrorismo aziago”, “*Memoria Completa*” destaca e seleciona os fatos e episódios do passado recente que lhe permitem evocar a “luta contra a subversão” como uma “guerra convencional”. Em outras palavras, nacionalizar a memória militar, fazê-la ingressar como gesta patriótica à história nacional, requer, de algum modo, limpar a “guerra suja”. Para levar adiante essa tarefa, a narrativa das associações cívico/militares focaliza-se na lembrança dos ataques e tomas a quartéis e regimentos por parte das organizações armadas durante o governo democrático. Isto é, destaca os fatos de violência que aparecem retratados nos jornais da época. Desse modo, a “*Memoria Completa*” recria um teatro de operações bélicas no qual o desempenho das Forças Armadas ocupa-se da defesa ou da recuperação dos destacamentos atacados ou tomados:

“A heróica defesa do quartel por parte do pessoal de guarda e a participação daqueles que se encontravam nas proximidades junto com a decidida ação da polícia de *Formosa* possibilitaram a rápida recuperação da unidade, evitando o roubo do armamento”.¹⁵⁴

¹⁵³ Discurso de Ana Lucioni, Presidenta da *Comisión de Homenaje Permanente a los Muertos por la Subversión*, no ato do dia 5 de outubro de 2006, na praça *San Martín*, de Buenos Aires.

¹⁵⁴ *Idem*.

Essa retórica das gestas patrióticas pela defesa nacional materializa-se na liturgia das práticas comemorativas aos “caídos pela pátria”. Na maioria das cerimônias públicas, a memória cívico/militar retoma o ritual oficial do luto aos caídos. Por uma parte, o clarim para o minuto de silêncio, a entonação do hino nacional, a entrega de uma placa recordatória, a bênção de um ministro da Igreja constituem ações simbólicas que procuram emparentar os oficiais mortos com os “heróis da pátria”. Por outra parte, a recordação da heroicidade dos caídos pretende destacar o patriotismo esperável dos oficiais das Forças Armadas. Desde uma lógica discursiva que divide os episódios da história nacional em gloriosos ou humilhantes, entre os que merecem celebração ou execração (Ricoeur, 2003: 112), a “*Memoria Completa*” renarra os fatos do passado recente de um modo que enaltece a bravura e o valor dos oficiais com o propósito de fazê-los ingressar canonizados ao calendário de recordações da Nação.

Apesar de suas diferenças, as figuras de “vítima do terrorismo” e “caído pela pátria” representam mutações na existência social da memória da “luta contra a subversão”, com as quais as Forças Armadas procuram divulgar e popularizar suas reivindicações e demandas entre a opinião pública. Trata-se de figuras públicas e civis que apelam para a mobilização de sentimentos de solidariedade e compaixão mais amplos e mais profundos. A memória cívico/militar procura apresentar sua narrativa sobre o passado e suas demandas para o futuro como símbolos de uma comunidade nacional irmanada pela dor em comum e pelo amor à pátria. Em efeito, a legitimidade da política de “reconciliação nacional” apóia-se sobre a idéia de unidade simbólica da nação. Mas sobre esse ponto avançaremos no último capítulo.

Capítulo IV

Experiência e narração: memória militar em “primeira pessoa”

“A experiência condutora, nesses assuntos, é evidentemente a amizade, e não a individualidade: antes de conversar consigo mesmo, converso com os outros, examinando qualquer que seja o assunto de conversa: e então descubro que eu posso conduzir um diálogo não apenas com os outros, mas também comigo mesmo.”

Hannah Arendt

Depois de Auschwitz, tem-se escrito muito sobre a impossibilidade de testemunhar o horror que ali se viveu, mas também sobre a necessidade de fazê-lo, a tal ponto, que essa tensão entre impossibilidade e necessidade converteu-se no pano de fundo não só do testemunho pessoal dos sobreviventes, mas também das ciências humanas que procuram compreender essa e outras experiências traumáticas. “Horror e representação”, “catástrofe e linguagem”, “guerra e narração”, “trauma e memória”, “silêncio e testemunho” são expressões que têm servido de amparo frente ao desamparo que esses acontecimentos provocam. No entanto, do Mal é preciso falar, escrever e refletir, como diz Primo Levi (1990), “sempre mesmo que nos custe”, apesar do temor de que ninguém esteja disposto a escutar (Pollak, 2006) ou da suspeita de que as palavras traíam-nos. Falar, elaborar, representar, compreender o passado recente argentino torna-se também objeto das mesmas vicissitudes.

Embora a literatura sobre o testemunho (Benjamín, 1970; Levi, 1990, 2003; Semprún, 1997; Agamben, 1998; Pollak, 2006; LaCapra, 1994; Caruth, 1995) assinala as dificuldades e obstáculos na capacidade de narrar aquilo que os sobreviventes viram ou viveram nos campos de concentração, também reconhece que o ato de testemunhar pode assegurar ou verificar a existência de fatos atrozos

frente a uma vontade totalitária que procurou negar todos os vestígios. Apesar dos impedimentos para sobrelevar os efeitos traumáticos da violência que pesa sobre os sobreviventes, para integrar narrativamente as vivências dolorosas passadas e, inclusive, para recriar as condições sociais e culturais de uma escuta coletiva, o valor do testemunho reside em que contribui nos trabalhos da memória social com uma narrativa que surge da experiência vivida em “carne própria” (Jelin, 2002: 33). Onde homens e mulheres morreram em silêncio, e com suas vidas subtraiu-se a palavra que poderia devir em testemunho, o relato dos sobreviventes veicula a possibilidade de desvendar, com certo grau de certeza, o que foi que aconteceu e como isso foi levado a cabo, e, portanto, de construir um discurso verossímil que dispute o ocultamento dos fatos no novo cenário da memória.

Se, por uma parte, o valor do testemunho aparece socialmente vinculado ao conhecimento sobre passado que pode chegar a proporcionar o relato em “primeira pessoa” frente ao estado de incredulidade e descrença que provocam a magnitude e a natureza do massacre (Levi, 1990: 1), por outra parte, o poder do testemunho, quando se criam as condições sociais de uma escuta coletiva, surge da possibilidade de romper com os tabus da versão oficial da memória precedente. Certamente, quebrar o silenciamento através da reconstrução da experiência autobiográfica acarreta a presença de um desacordo na memória coletiva, o que possibilita trazer à luz o encoberto e, inclusive, levar paz e consolo às vítimas.¹⁵⁵ Em suma, a literatura sobre o tema coincide em que, quando um testemunho é produzido e escutado, libera-se o mudo de seu esquecimento (Sarlo, 2005: 29) e uma nova verdade sobre o passado pode nascer (Jelin, 2002: 84).

Agora, o que acontece quando os que rompem o silêncio, relembram o passado, dizem publicamente sua verdade, enfim, os que testemunham são os mesmos que perpetraram os atos atrozos? Seus relatos contribuem para confirmar e verificar os horrores testemunhados pelas vítimas e significam um

¹⁵⁵ A atribuição de um poder curativo ao testemunho é uma concepção muito difundida na literatura sobre o testemunho. Essa concepção apóia-se na idéia de que os direitos esquecidos e negados da testemunha-vítima podem liberar-se e encontrar na escuta e na enunciação de sua verdade a

questionamento da versão denegatória da violência, ou, pelo contrário, restituem o regime de silêncio que isola e deprecia a palavra dos sobreviventes e favorecem a interpretação escusatória do passado autoritário? Embora a produção testemunhal sobre a repressão na Argentina tenha nascido das vítimas e dos afetados diretos, ao longo da década de 90, em diversas circunstâncias e sob diferentes requerimentos, alguns homens das Forças Armadas e de Segurança falaram publicamente sobre o que haviam vivido.¹⁵⁶

Terminada a ditadura, os segredos sobre a repressão transformaram-se em um silêncio corporativo mantido como um “pacto de sangue” pelos oficiais e suboficiais das Forças Armadas e de Segurança frente às reivindicações de verdade dos organismos de Direitos Humanos e da sociedade civil. Anos mais tarde, uma vez conquistada a impunidade com as leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida* e o perdão com o Indulto aos Ex-Comandantes, os militares romperam o silêncio e dispuseram-se a evocar o passado. Em virtude disso, produziu-se uma seqüência de declarações públicas de oficiais e suboficiais, os quais, de forma isolada e a título pessoal, colocaram-se no lugar da enunciação de uma verdade e, a modo de confissão, interviram no cenário da memória. Os casos mais destacados e de maior ressonância pública foram as declarações mediáticas do ex-sargento Víctor Ibáñez, em abril de 1995¹⁵⁷. Nesse mesmo ano, produziram-se as manifestações do ex-capitão de corveta Adolfo Scilingo¹⁵⁸ e a participação televisiva do ex-policial Julio Simón¹⁵⁹, as expressões do ex-delegado Miguel Etchecolaz, em agosto de 1997¹⁶⁰, e as afirmações do ex-capitão de fragata

possibilidade de sua afirmação como sujeito para curar-se da coisificação imposta pelo silêncio (Sarlo, 2005: 51).

¹⁵⁶ Como assinala Pollak (2006: 62), os modos nos quais os testemunhos são solicitados e realizados não são alheios aos resultados que se obtêm. Por isso, as declarações públicas dos militares argentinos podem ser classificadas segundo os modos em que foram solicitadas e produzidas: exposição judicial, declarações mediáticas, obras autobiográficas, entrevistas jornalísticas ou acadêmicas. Cada uma dessas modalidades de expressão caracteriza-se por ter diferentes graus de espontaneidade, diversas configurações da pessoa com sua própria identidade e múltiplas funções ou propósitos no ato de “fazer uso da palavra”, além de dirigir-se a públicos diferentes.

¹⁵⁷ No programa televisivo *Hadad & Longobardi*, dia 24 de abril de 1995.

¹⁵⁸ Apareceu no programa de televisão *Hora Clave*, em 2 de março de 1995. Ver: Verbitsky, H. (1995). *El vuelo*. Planeta. Buenos Aires.

¹⁵⁹ Participou no programa *Telenoche Investiga*, em maio de 1995.

¹⁶⁰ No programa de televisão *Hora Clave*, de 25 de agosto de 1997.

Alfredo Astiz, em janeiro de 1998¹⁶¹. Com essa explosão de declarações mediáticas, não só se rompeu o silêncio castrense que pesava sobre o passado repressivo, mas também se procurou limpar a imagem pública das Forças Armadas e preparar a cena televisiva do “arrependimento”¹⁶².

A partir da análise e interpretação dos relatos em “primeira pessoa” de oficiais reformados do exército que participaram no *Operativo Independência*, na província de Tucumán, entre 1975 e 1978 – obtidos por meio de entrevistas¹⁶³, este capítulo propõe-se a indagar sobre a dimensão subjetiva da memória militar. Em efeito, o presente capítulo ocupa-se do sujeito da experiência e da palavra, isto é, da dimensão da memória que se materializa em lembranças, relatos, sentidos e apropriações, articulados de maneira singular e única em termos autobiográficos (Jelin & Kaufman, 2006: 9). A dimensão subjetiva da memória refere-se, pois, à forma como o vivido inscreve-se em um sujeito, deixando rastros e marcas, mas também ao modo como esse legado é imaginado ou repetido no transcurso de uma biografia.

A abordagem desses relatos mostra que em sua trama entrelaçam-se diversos planos narrativos: por um lado, os que se referem à coexistência de múltiplas memórias em paralelo, e, por outro lado, os que dizem respeito à tensão entre o confessável e o inconfessável sobre o passado recente. No primeiro caso, os relatos dos oficiais reformados apresentam-se sob a forma de lembranças, que se enquadram em diferentes marcos sociais: a memória coletiva, que se define pelas redes afetivas de camaradagem entre oficiais; a memória corporativa, que se caracteriza pelo discurso instituído corporativamente para responder a questões relativas à repressão ilegal; a memória oficial, que se refere ao relato formalizado e institucionalizado pelo exército, e, por último, a memória subjetiva,

¹⁶¹ Revista *Tres Puntos*, janeiro de 1998.

¹⁶² Para que o arrependimento seja levado a cabo, é necessário o reconhecimento da própria culpabilidade e a confissão dos danos. Tal como sustenta Feld (1998b: 63-66), em suas declarações mediáticas, os repressores não se arrependeram de nada, mas, antes, tratou-se de uma cena de falsas confissões e eufemismos, ao vivo e em direto, montada por e para a televisão.

¹⁶³ Tratou-se de 8 entrevistas não-diretivas (Guber, 2001) a oficiais reformados do exército – dois deles expulsos da força por participarem em rebeliões *carapintadas*, pelo qual já não detentam o grau de reformados- entre o grau de capitão e o de tenente coronel.

que agrupa lembranças que estão guardadas, como afirma Pollak (2006), em estruturas informais de comunicação e transmissão.

No segundo caso, nas narrativas dos oficiais reformados, entrelaçam-se o funcionamento repetitivo de um discurso habitual e a presença ambígua mas deliberada de um segredo (Simmel, 1939). Ambos elementos assinalam a linha que separa o dizível do indizível, o público do oculto sobre a repressão ilegal. Junto à retórica patriótica dos heróis e dos salvadores da nação, e dos eufemismos do tipo técnico/militar que tendem a naturalizar e justificar a violência perpetrada, produzem-se *lapsus*, deslocamentos, subentendidos ou anedotas nos relatos em “primeira pessoa” dos oficiais reformados, que funcionam como vazios e interrupções não só na narrativa canônica corporativa, mas também no próprio relato biográfico autocentrado. Em tal sentido, o passado torna-se subjetivamente apropriado sob a forma de narrações e silenciamentos, palavras e esquecimentos, transmissões e segredos.

1. A memória dos escolhidos: uma couraça protetora

Os relatos em “primeira pessoa” dos oficiais reformados do exército que participaram no *Operativo Independência*, no monte tucumano, são tomados neste capítulo como reveladores das estratégias desdobradas para afrontar e elaborar a atuação pessoal na repressão, e não só como evidências de ordem fática com uma mera função informativa. Como se conclui das primeiras páginas, o desacordo entre os conceitos de experiência, memória e narração é o eixo analítico a partir do qual é possível compreender como a recordação da própria experiência em situações-limite – ou, como diria Primo Levi (1990: 10), a lembrança do trauma infringido - tem conseqüências no plano da identidade pessoal como imagem de si.¹⁶⁴

A literatura acadêmica (Pollak, 2006; Da Silva Catela, 2001) sobre a produção social de identidades em situações-limite, que se ocupa principalmente

¹⁶⁴ Ainda que a noção de trauma na literatura sobre genocídio refira-se principalmente às vítimas, os eventos traumáticos têm efeitos também sobre quem tenha contato com ele: perpetradores, colaboradores, espectadores, resistentes ou até quem nasceu depois (LaCapra, 1998: 9).

da experiência dos sobreviventes dos campos de concentração, sustenta que, quando é quebrada a ordem natural da vida cotidiana, aquilo que era evidente e familiar de si mesmo, e, portanto, espontâneo, irreflexivo e automático em situações “normais”, torna-se objeto de reestruturações, recomposições e adaptações depois da ruptura traumática. Portanto, as histórias individuais apresentam-se neste capítulo como o território privilegiado para uma observação sociológica que se propõe a indagar os esforços desdobrados pelos atores para reconstruir/manter suas identidades como imagem de si, para si mesmos e para os outros, ali onde o trauma coloca-os em ruptura com seu mundo habitual (Pollak, 2006: 54). Em tal sentido, as narrações autobiográficas, com as quais os oficiais reformados do exército evocam a experiência de haverem-se envolvido no *Operativo Independencia*, apresentam-se, nestas páginas, como a trama significativa que permite observar quais são as estratégias desenvolvidas para manter/reconstruir uma imagem de si, frente, por um lado, aos questionamentos da sociedade civil pelas atrocidades perpetradas pelos quadros das Forças Armadas, e, por outro lado, às lembranças invasoras e perturbadoras que retornam do passado.

Diferente das dificuldades que os sobreviventes de campos de concentração encontram para preservar seus sentimentos de pertencimento e sua identidade, posto que esses homens e mulheres foram obrigados a afrontar circunstâncias extremas para as quais não estavam preparados, socializados nem iniciados, os oficiais reformados vêm-se a si mesmos fortalecidos pelos acontecimentos cotidianos de violência que viveram. Tal como afirma, em uma entrevista, um ex-tenente coronel,

“os militares se fortalecem quando acontecem coisas trágicas, como a guerra. E ressentem-se pelo político, que é o que está acontecendo agora”.

Longe de enfrentar o fato traumático de ter que reconstruir ou recompor suas vidas, os oficiais reformados que participaram do *Operativo Independencia* sentem-se mais fortes. Embora na narrativa dos oficiais não se desconheça a dor

e o sofrimento que as “guerras” podem provocar, minimizam-se seus padecimentos. Apesar de tudo, os oficiais reformados mantêm sua inteireza e integridade, como se a experiência extrema da qual foram parte não os afetasse.¹⁶⁵ Em suma, sua subjetividade e identidade pessoal resultam inquebrantáveis:

“Quebrar-se é que a morte afeta-me de tal maneira, que me paralisa, me inibe, me diminui. Mas não, nunca aconteceu algo assim. Doeu, mas não impedia que deixasse de atuar. Não, para nada”.¹⁶⁶

Os oficiais reformados apresentam-se como seres excepcionais, porque são capazes de responder normalmente em circunstâncias para as quais as disposições e habilidades cotidianas com as quais conta a maioria das pessoas resultam precárias, limitadas e insuficientes. Essa imagem de si mesmos reforça-se com o imaginário da “vocação de soldado”, que conforma o *habitus* dos oficiais do exército. Como já foi dito no capítulo II, na moralidade de um oficial comprometido com a “luta contra a subversão”, entrelaçam-se sentimentos, desejos e valores que são coletivamente aceitos e estimulados, mas subjetivamente vivenciados. Ambos os mundos, o subjetivo-pessoal e o militar-moral, superpõem-se e integram-se no sentimento de excepcionalidade que alimenta a “vocação de soldado”. Graças a isso, os deveres e exigências que a instituição impõe objetivamente a cada oficial, mas também o “combate”, vivenciam-se subjetivamente como capacidades, atributos e virtudes de ordem pessoal:

“Eu quis ser militar porque queria entrar em combate, porque tinha a vocação de entrar em combate, de combater. Assim como na Idade Média, um

¹⁶⁵ Sem ânimo de estabelecer uma comparação nem uma igualação, existe um sugestivo discurso de Himmler dirigido aos oficiais superiores das SS, no qual afirma: “A maioria de vocês sabe o que significa ver cem cadáveres um ao lado do outro, ou quinhentos ou mil. Por haveremos enfrentado isso e, deixando de lado algumas debilidades humanas, haveremos permanecido íntegros, tornamo-nos fortes. (...) e não sofremos nenhum dano no nosso eu interior, em nossa alma e em nosso caráter” (Vezzetti, 2002: 92).

¹⁶⁶ Entrevista a um tenente coronel (R).

cara colocava-se um elmo, uma espada, e era um cavaleiro porque queria ir combater. Eu sou militar porque queria entrar em combate e consegui entrar. Era o máximo que eu queria”.¹⁶⁷

“Fomos a Tucumán por convicção. Eu me sentia um escolhido. Por mais que me obrigassem, eu queria ir, sim”.¹⁶⁸

Desse modo, a participação direta no “combate” contribui para transformar em motivo de orgulho pessoal o pertencimento à comunidade militar, tanto mais veementemente quanto mais os oficiais reconhecem-se como membros dos grupos de “comandos que tiveram o privilégio de ir combater a subversão em Tucumán”. Esses sentimentos de pertencimento arraigam-se em uma moralidade pessoal que tem o benefício de separar o indivíduo da preocupação existencial sobre sua identidade, justamente ali onde o extremo das circunstâncias vividas e os questionamentos sociais posteriores podem fazê-la cambalear. Assim, a carreira dos oficiais-combatentes adquire o estatuto de representante do grupo e modelo de seus valores morais, ao tempo que as biografias pessoais adquirem um valor social e, inclusive, tornam-se exemplares, comunicáveis e transmissíveis.

Nas narrativas em “primeira pessoa” dos oficiais reformados, ambos os mundos, o pessoal-afetivo e o militar-moral, resultam inseparáveis, pois referem-se ao sentimento de experiência interior de cada oficial na medida que incluem sua posição em um campo de relações sociais e institucionais (Das & Kleinman, 2001: 1). Vejamos, então, detalhadamente, como se interrelacionam os assuntos subjetivos tão íntimos, como a imagem do eu, com os assuntos públicos tal como a posição formal em um complexo institucional e hierárquico (Goffman, 2004: 133).

Primeiro, em uma instituição na qual as ações individuais estão determinadas por um estrito regime de obediência, paradoxalmente, os oficiais não se sentem obrigados a nada. Os comportamentos socialmente desejáveis e esperáveis de um oficial não aparecem, nos relatos, como se fossem impostos ou

¹⁶⁷ *Idem.*

¹⁶⁸ Entrevista a um tenente coronel (R).

obrigados pela instituição, mas como se surgissem da vontade pessoal (Goffman, 2004: 95). Efetivamente, ali onde os oficiais estão constrangidos a obedecer, suas ações vivenciam-se como uma escolha individual. Assim o assinala um tenente coronel (R):

“Eu participei na luta contra a subversão em Tucumán. E participei –no pouco tempo que estive- participei intensamente, mas eu fui a Tucumán. Não porque me mandaram; sim, é verdade que me mandaram, houve uma formalidade em que me mandaram, deram-me uma ordem. Desde que eu saí do *Colegio Militar*, ou, melhor dito, desde que eu entrei no *Colegio Militar*, fiz tudo o que havia que fazer para que onde houvesse uma ação militar, uma guerra, nesse caso uma guerrinha, eu pudesse atuar”.¹⁶⁹

Segundo, as ações e comportamentos individuais, que se destacam e mencionam na narrativa dos oficiais reformados, são atribuídos, por sua vez, a certos supostos prévios sobre o caráter e a natureza humana que definem aos militares como separados dos civis. Como sustenta Goffman (2004: 96), as instituições totais produzem uma imagem estereotipada e essencialista de seus membros, a partir da qual definem e classificam tanto a qualidade quanto o valor dos comportamentos que esses realizam. No caso castrense, trata-se de uma crença fortemente arraigada, segundo a qual os cadetes do *Colegio Militar* que conseguem converter-se em oficiais do exército contam com uma disposição natural para afrontar todos os desafios, exigências e sacrifícios que a vida militar exige-lhes. Em outras palavras, só chega ao grau de oficial quem está naturalmente predeterminado para isso. E, certamente, sua incorporação como membro não faz mais que demonstrar que já contava com a força de espírito, a abnegação, o valor, o sacrifício, a coragem e a fortaleza necessários para suportar e atravessar as duras provas e escolhos que impõe a carreira militar:

“A vida militar é genética (...) A vocação militar é de ser, da ontologia. Isso é ser soldado. Soldado se nasce, se nasce com a vocação de soldado.

(...) Nos anos de cadete no *Colegio Militar*, eu vivia maldizendo todo o dia. A vida civil era para farrear; ao contrário, na vida militar, entrávamos numa rotina muito exigente. Camaradagem, esportes, ação, estudo e tradição. A vida militar não é para qualquer um”.¹⁷⁰

Como se conclui da citação anterior, as trajetórias pessoais comprovam, por sua exemplaridade, que os oficiais chegam finalmente a ser o que estavam preparados para ser. Definitivamente, que são parte do mundo para o qual contavam com qualidades análogas (Goffman, 2004: 190). E, em tal sentido, o simples pertencimento ao grupo demonstra que os oficiais correspondem a um tipo humano que se diferencia do resto por sua qualidade social e por sua qualidade moral. Essa imagem de si mesmos fortalece uma identificação fechada de casta por cima e separada da sociedade que caracteriza as Forças Armadas em geral, e que, no caso argentino, alimenta a auto-imagem militar como a última reserva moral da Nação contra quem pretenda dissolvê-la. Nos trabalhos recentes de Vezzetti (2002) e García (1995), a pureza inalterável dos oficiais argentinos como elite e o compromisso inquebrantável com o dever, que os distinguem como escolhidos, destacam-se como um dos elementos principais que, por um lado, possibilitaram o pacto corporativo para a ação ilegal, e que, por outro lado, alimentam hoje o convencimento militar de que não tem que prestar contas nem perante a lei nem perante a sociedade.

Terceiro, a diferença de natureza entre militares e civis deve-se, como já foi mencionado no capítulo II, ao fato de que a vida militar concebe a si mesma como um mundo de valores morais frente ao mundo civil carente deles. Essa diferenciação expressa-se, por sua vez, no plano das motivações para a ação. Nos relatos dos oficiais reformados, a carreira militar destaca-se por suas diferenças em relação às profissões e atividades civis. Enquanto essas últimas estão subordinadas aos imperativos do mercado - dinheiro, preço e salário -, a profissão militar rege-se por princípios espirituais e eternos. Um tenente coronel (R) afirma a respeito disso:

¹⁶⁹ *Idem.*

“Ser militar não é uma categoria administrativa. Não é como as profissões liberais, é como um sacerdócio. Se é militar por amor à profissão e à vocação”.¹⁷¹

Para marcar e fortalecer as fronteiras que os separam do mundo civil, os militares definem a si mesmos como uma comunidade afetiva que escolhe cumprir com suas obrigações por amor à profissão e à pátria. Vivida como um sacerdócio, no imaginário castrense, não há nada mais maravilhoso do que a vocação militar. Ela é percebida como uma profissão tanto mais importante quanto maior é o compromisso pessoal que cada oficial estabelece com suas obrigações. Na maioria dos relatos pessoais, os oficiais reformados identificam-se com a figura do militar comprometido com os deveres e obrigações que lhes impõe a instituição, a profissão e o combate. Sobre a base dessa moralidade pessoal, que entrelaça valores coletivos diferenciados com sentimentos compartilhados bem coesos, apóia-se a percepção do caráter sublime e da natureza nobre das tarefas encomendadas pela instituição e exigidas em combate. Entre elas, a mais nobre e excelsa é a tarefa de “salvar a Nação de seus inimigos”:

“O militar não lida com questões abstratas, a democracia é uma questão abstrata. Por isso, quando pretendem que o militar jure pela constituição ou pela democracia, é algo de que ele não gosta. O militar gosta de lutar pelo seu país, pelo seu povo, pelo seu território, pelas coisas que são palpáveis. Quando alguém fala da democracia, da Constituição, formam, sim, parte dos valores da República, mas é um dos tantos valores. Mas salvo que tenhamos uma concepção jurídica do que é um país, um país não é uma lei. Não, o país é povo”.¹⁷²

Quarto e último, o estreito vínculo que a vocação militar estabelece entre o pessoal e o institucional, entre a imagem de si e a posição formal na instituição

¹⁷⁰ Entrevista a um ex-tenente coronel.

¹⁷¹ *Idem.*

¹⁷² Entrevista a um tenente coronel (R).

cristaliza-se no plano do compromisso e da adesão com a empresa repressiva. As instituições castrenses são produtoras de motivações coletivas para as tarefas que têm que ser levadas adiante por seus membros. Por isso, o requerimento objetivo de participar na operação repressiva em Tucumán é vivenciado pelos oficiais como um desejo íntimo e pessoal. Os oficiais reformados relembram a exigência militar de “entrar em combate” com um conjunto de imagens que se refere a um “chamado do destino”, uma “oportunidade única”, um “sonho feito realidade”. Ali onde a trajetória individual é percebida como um destino pessoal e o trabalho coletivo como uma empresa histórica, os oficiais reformados sentem um profundo compromisso com as tarefas para as quais já estavam pessoal e moralmente predeterminados:

“Em 75, lança-se o *Operativo Independencia*. Eu queria ir. Botaram-me para correr. Obviamente que eu invejava aquele que foi. E voltam a pedir dois para ir. E me inscrevi. Mas há uma má notícia: ‘já há mais dois inscritos’, dizem-me. Depois vão apagar esses dois oficiais da lista, eram demasiado peronistas. Convém-me porque fico eu sozinho. Os caras muito honráveis depois me disseram: ‘deveríamos ter ido’, arrependeram-se toda a vida. Quando cheguei a minha casa, minha mulher disse-me: ‘você vai a Tucumán’, porque sabia como era importante para mim. E fui a Tucumán. Estive em 75, em 76, em 77 e em 78”.¹⁷³

Embora a participação na empresa repressiva requeira um forte pacto de silêncio e cumplicidade entre os membros da corporação militar, nas biografias pessoais, a participação direta na “luta contra a subversão” é vivida como uma possibilidade para o “despertar do eu”, como um modo de recuperar o nome próprio. Como membros de uma instituição que busca a “mortificação do eu” até conseguir a “morte civil” de cada um dos oficiais por meio de uma série de degradações, humilhações e profanações a sua pessoa (Goffman, 2004: 27), ingressar no grupo seletivo dos escolhidos para uma tarefa que consideram histórica representa a possibilidade de destacar-se individualmente por sobre a

massa de oficiais. Efetivamente, o fato de pertencer a uma pequena confraria de escolhidos/eleitos, separada dos quadros e da tropa, tira do anonimato os oficiais-combatentes para serem reconhecidos como exemplo entre seus camaradas. Não obstante isso, no imaginário dos oficiais, esse reconhecimento não implica ser um a mais, mas ser o melhor, ser um exemplo de disciplina, hombridade, abnegação, sacrifício e coragem, isto é, ser um exemplo dos valores militares que são socialmente aceitos e valorizados por todos.¹⁷⁴ Nessa dialética entre destacar-se e nivelar-se, tanto a instituição quanto a comunidade militar cumprem a função de consagrar as diferenças de natureza de seus homens por meio de um esquema de honras e reconhecimentos. E, desse modo, a pessoa individual reconstrói-se através do marco de seus privilégios:

“O caráter de algo quem o dá sempre é o grupo; se é o grupo que se impõe, é ele que quer brigar, o caráter de toda essa força é de brigar. E o resto, para não ser menos, acompanha, é assim em todas as ordens da vida. Isso é o que dizem das revoluções. São a massa espontânea que se levanta. Mentira. Não há uma só revolução no mundo que quem a faça seja a massa. A revolução russa não foi feita pela massa, quem a fez foi uma minoria de intelectuais que nem sequer eram proletários. Então, quando um grupo consegue impor seu caráter ao resto, a generalidade faz isso”.¹⁷⁵

“Não digo que Vilas estava no monte com a brigada, mas Vilas estava com todo mundo. Onde havia uma força de tarefas, Vilas ia e controlava, não ia com uma grande custódia nem nada. Vilas estava em todos os lados: estive nas salas de cirurgia, estive quando me operaram. Estava em todos os lados, nós gostávamos muito dele. E mais ainda: queremos condecorá-lo - como o exército e a pátria não o condecoraram, os que combatemos em Tucumán temos muita vontade de condecorar Vilas à força. Nós o queremos muito e o reconhecemos como nosso chefe e uma das principais figuras às

¹⁷³ Entrevista a um capitão (R).

¹⁷⁴ Lembremos as declarações do ex-capitão de fragata Alfredo Astiz à revista *Tres Puntos*: “Eu sou o homem melhor preparado neste país para matar um político ou um jornalista”.

¹⁷⁵ Entrevista a um capitão (R).

quais o exército deve o trunfo em Tucumán sobre a guerrilha. Nós queremos condecorar Vilas, reunir os que combateram ali em Tucumán e dizer:

‘General, nós o condecoramos, nós o reconhecemos como nosso General’. Além disso, ele foi muito inteligente, ele se deu conta de como operava a guerrilha. Mas, por que se deu conta? Porque ele estava enfrascado no tema, não era um cara preguiçoso, estava enfrascado, estudou o problema, estava inquieto, não perdia tempo, e descobriu como vinha a coisa, como operava a guerrilha, onde estava o mais forte da guerrilha”.¹⁷⁶

Em seus relatos sobre o passado recente, os oficiais reformados vêem a si mesmos e a seus atos. Embora as memórias em “primeira pessoa” remetam às vivências diretas, imediatas e subjetivamente experimentadas, uma reflexão sobre o conceito de experiência, que está por trás da noção da memória subjetiva, indica que ambas, memória e experiência, não dependem diretamente do evento ou acontecimento, mas que estão mediadas pelo marco interpretativo no qual se vive, se pensa, se age e se lembra (Jelin, 2002: 34). Efetivamente, as narrações pessoais com as quais os oficiais reformados reconstroem sua própria subjetividade de “combatentes na luta contra a subversão” são individuais, mas também sociais.

As memórias subjetivas inserem-se, pois, em sistemas discursivos, remetem a mundos de sentido e estão permeadas por imaginários que sustentam identidades, reforçam sentimentos de pertencimento e implicam critérios de autoridade e de reconhecimento legítimos. Apesar de que as experiências são vividas subjetivamente, estão mediadas por mecanismos sociais de apropriação, recordação e transmissão. Daí que as narrativas dos oficiais reformados mostrem que eles vêem a si mesmos e a seus próprios atos por trás da couraça protetora de um discurso socialmente construído. Em outras palavras, os oficiais são parte de uma comunidade de discurso que se afirma a partir da identificação com a figura dos escolhidos que estão naturalmente determinados a cumprir com um destino.

Trata-se de uma imagem retrospectiva de predestinação, que opera como uma teodicéia secular e que tem uma função prática e cotidiana na memória subjetiva, pois serve como dispositivo de auto-exoneração (Herzfeld, 1992: 127). Mas como é possível que a identificação com uma comunidade de escolhidos funcione como uma couraça protetora frente aos questionamentos e críticas da sociedade? A memória em “primeira pessoa” dos oficiais reformados apóia-se na parte da história castrense que consiste na construção coerente de imagens e eventos que contribuem com as gestas militares e patrióticas (Payne, 1998: 7). Ao verem a si mesmos como leais, honráveis e disciplinados “combatentes”, os oficiais reformados ajustam suas trajetórias pessoais aos requerimentos de uma instituição que exige obediência irrestrita. Mas essa moralidade do sacrifício pessoal excede o meramente formal da obediência, a tal ponto, que os oficiais não necessitam examinar mais os termos nos quais se lhes demanda obediência.

Desse modo, os oficiais reinscrevem suas experiências pessoais em um horizonte simbólico temporal e espacialmente maior que o imediato de suas ações. Ali onde se alimenta uma imagem de si que glorifica o heroísmo, a valentia e a abnegação, subjaz uma teodicéia secular que entende os atos individuais como representando uma ordem predeterminada. Desse modo, os oficiais reformados reconhecem-se como um grupo auto-ungido de escolhidos, naturalmente predestinados para levar a cabo a empresa histórica de salvar a nação. Por isso, não há lugar para a autorecriminação (Herzfeld, 1992: 7-9).

Começamos este ponto perguntando-nos pelas estratégias desdobradas por atores sociais que atravessam situações traumáticas – trate-se do trauma sofrido ou infringido- para reestruturar, recompor ou adaptar suas identidades, logo que a ordem natural da vida cotidiana quebrou-se. Por uma parte, a “memória dos escolhidos” restabelece uma linha de continuidade entre antes e depois do operativo repressivo em Tucumán, porquanto procura manter uma coerência narrativa tanto para o indivíduo quanto para o grupo. Em efeito, conserva a

¹⁷⁶ Entrevista a um tenente coronel (R). O general de brigada Acdel Vilas esteve a cargo do *Operativo Independencia*, desde 5 de fevereiro até 18 de dezembro de 1975, quando foi relevado pelo general Antonio Bussi.

imagem de si e as estruturas de sentimento (Williams, 1980) que conformam a subjetividade do oficial-combatente. E, desse modo, a identidade pessoal dos oficiais reformados aparece como dotada de continuidade e coerência (Pollak, 2006: 112). Por outra parte, longe de ajudar os oficiais a descarregar catarticamente as lembranças traumáticas¹⁷⁷, a “memória dos escolhidos” ajuda a proteger os oficiais das críticas externas. Frente aos questionamentos da sociedade civil, os oficiais reformados evocam-se e imaginam a si mesmos e a seus atos desde uma couraça narrativa autoprotetora com a qual procuram lidar com os efeitos que provoca a violência perpetrada.

2. O segredo: tensões entre o confessável e o inconfessável

Diferente da memória homogeneizada e enquadrada no discurso oficial do exército, a memória subjetiva dos oficiais reformados tem que fazer frente aos traços simbólicos e materiais que vêm do passado e invadem o presente (Ricoeur, 2003; Proust, 1954).¹⁷⁸ Devido à distância e ao desacordo que pode existir entre as lembranças e o tempo presente, compreender a dimensão subjetiva da memória requer contrapor o sujeito da palavra ao sujeito da experiência, isto é, ligar o sujeito com seu passado, especialmente em casos traumáticos, para observar como se afronta a presença de um passado que reaparece e mete-se como um intruso no presente. Daí que a inquietude que anima esse segundo ponto é identificar os mecanismos desenvolvidos pelos oficiais reformados para enfrentar as contrariedades que as lembranças inconfessáveis podem acarretar para a imagem de si, para si mesmos e para os outros.

A seletividade e o ocultamento dos fatos do passado recente são uma constante nos relatos autobiográficos dos oficiais reformados que foram parte do

¹⁷⁷ Leigh Payne (1998: 2-8) considera que as declarações públicas do ex-capitão de corveta Adolfo Scilingo, nas quais reconhece que se atiravam pessoas vivas ao Rio da Prata, é uma confissão catártica e voluntária, pois não só rompe com o silêncio corporativo, mas busca, como a confissão religiosa, algum tipo de purificação ou escusação.

Operativo Independencia. O ato de infiltrar, excluir e ocultar o conteúdo do que é transmitido e comunicado sobre suas próprias experiências denota a presença do segredo como dispositivo de proteção. A sombra que o segredo projeta sobre a memória subjetiva delimita a fronteira que separa o confessável e o inconfessável, o dizível e o indizível sobre a repressão em Tucumán. Porque, tal como afirma Simmel (1939), como dispositivo de proteção, o segredo põe em prática um conjunto de meios que favorece psicologicamente a discrição: o juramento, a ameaça de morte ou castigo e a aprendizagem de silêncio. Esse último resulta particularmente importante, ali onde, com a ruptura radical de todas as veleidades morais, o perigo da indiscrição é mais considerável.

Pois bem, qual é a relação que o segredo estabelece com as lembranças que vêm do passado, com o espaço do dizível no presente e com a coerência e estabilidade da imagem de si para o futuro? Vejamos essas questões detalhadamente. Em primeira instância, o segredo tem a função de pôr a distância e sem risco as lembranças vergonhosas, pois, como afirma Simmel (1939: 351), se o segredo não está em conexão com o mal, o mal está em conexão com o segredo, não só porque o imoral oculta-se, mas também porque, como o cínico, ninguém é tão mau que ainda por cima queira parecê-lo. Não obstante essa deliberada vontade de ocultamento e mascaramento, o segredo vai unido ao sentimento de que pode ser traído. Daí o contraste que se produz entre ambos interesses: a capacidade ou inclinação do sujeito para guardar um segredo, ou sua resistência ou debilidade frente à tentação de traí-lo (Simmel, 1939: 354).

Em primeiro lugar, nessa condição ambivalente do segredo, entre esconder e descobrir, pendulam as posições subjetivas dos oficiais reformados com respeito ao confessável e ao inconfessável sobre a repressão em Tucumán. Maioritariamente, os oficiais reformados admitem que as Forças Armadas guardam um segredo que a sociedade civil demanda conhecer. Embora se trate de uma verdade que nenhum dos oficiais entrevistados reconhece saber

¹⁷⁸ “(...) então, por um momento, os nomes retomam sua antiga significação, os seres seu antigo rosto, nós nossa ala de então, e sentimos (...) os problemas há muito tempo insolúveis que tanto nos angustiavam” (Proust, 1954).

pessoalmente nem estar em condições de revelar, sustentam que foi um erro “não confeccionar as listas dos mortos”:

“A má condução da guerra são os erros que cometeu o *Proceso*. Tornaram-se políticos, não militares. Os que pisam o tapete vermelho necessitam pisar pasto. Logo após veio a reação política. Tinham que haver dado as listas dos mortos, e não teríamos os problemas que hoje temos”.¹⁷⁹

“A batalha foi ganha, mas houve uma incapacidade dos militares de levá-la adiante, ao plano político. Teriam que haver legalizado a guerra, feito conhecer os nomes dos desaparecidos. Mas, também, desaparecidos existiram sempre, em todas as guerras”.¹⁸⁰

A força vinculante do segredo como forma de socialização ou, como diria Arendt (2000), a experiência de praticar um ritual segredo não permite que desapareça a consciência clara e acentuada de que os oficiais constituem uma associação. Por isso, e apesar de que os oficiais reformados consideram que se teria que haver entregue “as listas dos mortos”, nenhum deles estaria disposto a fazê-lo, e, inclusive, é algo que, em todo caso, teriam que haver feito os generais do *Proceso de Reorganización Nacional* para evitar problemas políticos e judiciais. A recusa a admitir que os “mortos” são desaparecidos sistematicamente assassinados pelas Forças Armadas, logo após serem seqüestrados e torturados, mostra a proteção em que aportam por, um lado, dizerem apenas o evidente, e, por outro, inverterem a direção das considerações morais.

Primeiramente, ao dizerem o evidente, os oficiais reformados mantêm a comunicação com o entorno, mas negando-se a reconhecer as implicâncias e as conseqüências que tem o que comunicam. Não obstante, isso lhes permite manter uma imagem coerente de si mesmos e de seus atos frente a uma sociedade que lhes exige respostas. Segundo, inverter a direção das considerações morais (Arendt, 1999: 161) permite aos oficiais autovitimizarem-se pelos erros cometidos

¹⁷⁹ Entrevista a um capitão (R).

¹⁸⁰ Entrevista a um ex – tenente coronel.

pelos generais do *Proceso de Reorganización Nacional*. Efetivamente, o fato de não haver entregue “as listas dos mortos” é um erro que prejudica principalmente os quadros que participaram na repressão, pois põe de manifesto “a incapacidade dos generais para resolver politicamente as seqüelas da luta contra a subversão”.

Em suma, essa sorte de oscilação entre desvendar e ocultar tem conseqüências no plano da subjetividade. O segredo, diferente do esquecimento, funciona como um modo de gestão da imagem de si em um contexto adverso e de fortes questionamentos. Os oficiais reformados encontram, nesse mecanismo de sinalizar sem desvendar, uma estratégia para fazer coincidir as lembranças inconfessáveis para si e as lembranças confessáveis para os outros, isto é, o que confessam a si mesmos e o que podem transmitir aos demais. De fato, a memória subjetiva dos oficiais reformados procura deslocar a autorecriminação, mas mostrando certos níveis de autocrítica. Desse modo, trata-se de harmonizar a imagem que os oficiais têm de si mesmos com a imagem que querem apresentar a uma sociedade que não só os impugna, mas que também lhes exige respostas:

“Um dia desses, perguntavam-me pela profissão, e respondi-lhes: sou torturador, genocida, assassino. Isso é ser militar hoje”.¹⁸¹

“Porque estamos pagando os desastres do *Proceso* e os 9000 desaparecidos. Querem meter em cana os que naquele momento eram cabos, tenentes, esses não decidiam nada. Esse foi o erro de Menem: dar os indultos aos comandantes está bem, mas daí para baixo *Punto Final* e *Obediencia Debida*”.¹⁸²

“(...) as seqüelas dessa luta armada, leia-se: os desaparecidos, os milhares de desaparecidos é um modo da penetração cultural da esquerda e, sobretudo, de buscar o desprestígio das instituições, e, em especial, das instituições armadas”.¹⁸³

¹⁸¹ Entrevista a um ex-capitão.

¹⁸² Entrevista a um tenente coronel (R).

¹⁸³ *Idem*.

Em segundo lugar, tal como afirma Simmel em sua sociologia (1939: 364), quando um grupo toma o segredo como sua forma de existência, esse não só o envolve como uma parede para além da qual só há coisas opostas, mas determina as relações internas entre aqueles que o possuem. Para dentro, o maior benefício do segredo é a confiança mútua entre seus detentores, já que da capacidade de calar deriva uma sensação de proteção. Trata-se de um tipo de confiança sob a qual se possa colocar qualquer tipo de conteúdo da vida em comum. Devido ao “ritual das mãos sujas”, que envolveu de maneira homogênea grande quantidade de quadros do exército durante a repressão ilegal, os oficiais aprenderam a viver em silêncio, ao ponto que a qualidade humana e espiritual dos oficiais depende mais da capacidade de calar do que do conteúdo inconfessável do que ocultam.

Para fora, o segredo serve para desviar a atenção, pois institui um mecanismo pelo qual se produz, automaticamente, o cinismo naturalizado em cada um dos oficiais. O caráter e valor do que se oculta perde importância, torna-se cada vez mais indiferente e fica reduzido a manifestações meramente formais. Desse modo, nos relatos em “primeira pessoa”, repete-se uma série de fórmulas confessionais que resguardam a imagem tanto individual como coletiva dos oficiais. Primeiro, os oficiais não negam a existência de tortura, mas não dão detalhes dela para não parecerem torturadores (Payne, 1998: 7). Segundo, minimizam e menosprezam a natureza e a extensão da tortura sistematicamente perpetrada, porquanto é atribuída a excessos individuais que não puderam ser controlados. Terceiro, podem questionar formalmente a tortura, mas consentem sua utilização e justificam-na pelo caráter clandestino do inimigo:

“Dá-me raiva tudo o que se ocultou, eu não digo não reconhecer as coisas ruins que foram feitas, porque nós não somos uns monstros. O ex-chefe do ERP reconheceu que o ERP torturava, já sabemos que na guerra existem barbaridades. E que houve inocentes mortos é inegável, mas que foi toda uma geração e a população civil é mentira”.¹⁸⁴

¹⁸⁴ Entrevista a um capitão (R).

Além disso, o sentido interno e externo do segredo põe em prática um sistema de classificações que permite aos oficiais avaliar como leais os oficiais discretos e como traidores os oficiais que romperam o pacto de silêncio. Como o segredo impõe um conjunto de restrições e censuras sobre o que pode ser publicamente contado, o posicionamento dos oficiais, como leais ou traidores, institui-se em cada ato de fala. Por isso, as entrevistas, reportagens ou declarações judiciais com civis são vividas pelos oficiais como o espaço onde se colocam em jogo os signos de reconhecimento por meio dos quais legitimam seu pertencimento ao grupo dos oficiais leais, enquanto o grupo de traidores fica excluído do círculo de camaradagem:¹⁸⁵

“O espírito diminui, a alma diminui. Hoje em dia, a luta segue colocada enquanto ao exército, mas não através da luta armada e sim através de uma arma eficaz, que é tirar a alma ao exército. Criar um perfil de militar anódino. Criar um perfil militar inclinado, mais do que ao combate, à autocrítica, ao arrependimento; adotar formas civis, fazer o que não é”.¹⁸⁶

“O fustigamento ideológico por meio da lavagem de cérebros, de técnicas grupais, seitas. Esses são os meios com os quais atuam. E depois temos militares justificando-se, complexados, que pedem perdão”.¹⁸⁷

Por último, as sombras e obscuridades do segredo interpõem-se nas relações recíprocas que se entretecem entre quem o possui e quem não o possui. Essa condição desigual do segredo influi também nas atitudes e comportamentos que “os iniciados” mantêm com “os não iniciados”, nesse caso, os entrevistados com seus entrevistadores. Nas entrevistas que realizei, a discrição e a sedução resultaram as atitudes mais freqüentes. Tanto a discrição quanto a sedução constituem estratégias desenvolvidas pelos oficiais reformados para influir na relação com os desconhecidos, assim como para configurar o espaço da fala e as

¹⁸⁵ A figura paradigmática do oficial traidor é a do ex –capitão de corveta Adolfo Scilingo.

¹⁸⁶ Entrevista a um tenente coronel (R).

condições da escuta no contexto das entrevistas. Enquanto que com a primeira mantêm-se as aparências e reforçam-se as distâncias, com a segunda procura-se cumplicidade e busca-se identificação. Em outras palavras, a discrição e a sedução conformam as maneiras nas quais os oficiais reformados apresentaram, nas sucessivas entrevistas que realizei, suas autobiografias. Trata-se de *performances* com as quais os oficiais reformados, apelando à distância ou à identificação para influenciar nas percepções de seus interlocutores, configuram o horizonte do dizível e as condições de sua escuta.

As entrevistas de tipo acadêmicas constituem situações de escuta alheias aos canais internos de transmissão da memória militar, pois introduzem a presença de uma alteridade com a figura do entrevistador. Enquanto no interior da comunidade militar os testemunhos dos oficiais que participaram na “luta contra a subversão” representam maioritariamente uma repetição ritualizada dos sentidos corporativamente compartilhados, nas entrevistas, os relatos militares vêm-se desafiados pela situação de diálogo com um estranho. Efetivamente, esse contexto específico de produção influiu nos graus de espontaneidade, no modo de “tomar a palavra” e no tipo de informação que os oficiais reformados apresentaram nas entrevistas que mantive (Pollak, 2006: 61).

Se bem que a discrição constitua uma reação temerosa e precavida ante o encontro com os desconhecidos, é também uma estratégia de enunciação dos relatos pessoais no contexto das entrevistas. Com seus segredos, os oficiais ocupavam-se uma e outra vez de excluir-me do seu círculo íntimo, afirmando permanentemente uma distância. A meticulosa vigilância sobre um conjunto de lembranças “comprometedoras” expressava o temor dos oficiais de enfrentar, em condições desfavoráveis, uma escuta questionadora e incriminadora. Mas também essa zelosa discrição sobre o que confessavam nas entrevistas permitiu-lhes apresentar certa coerência entre a imagem que têm de si mesmos e a que apresentam nas entrevistas. Enfim, a presença “do que não se fala” nas entrevistas que realizei mostra não só as coações estruturais que impedem os

¹⁸⁷ Entrevista a um tenente coronel (R).

oficiais de falar publicamente sobre a repressão ilegal, mas também a renúncia das Forças Armadas de render contas perante a lei ou perante a sociedade.

Diferente da distância que provoca o temor e a desconfiança, a sedução surge de certa vontade de aproximação com o interlocutor. A sedução é, pois, uma estratégia para ganhar adeptos e para que os investigadores adotem as interpretações militares sobre o passado recente (Robben, 1995: 83). Através da elaboração de uma estratégia enunciativa que buscava gerar confiabilidade e proximidade na situação de entrevista, os oficiais reformados convidavam-me a participar e coincidir com suas afirmações para gerar intimidade e despertar cumplicidade. Sob a forma de confusas revelações e confidências, os oficiais tentavam apagar a alteridade de minha posição de entrevistadora e controlar as condições da escuta apelando à identificação acrítica com seus relatos. Para isso, eles apresentavam, nas entrevistas que realizei, uma espécie de retórica de revelação de segredos que, apesar de não representar informação nova nem relevante, incluía-me em um “nós” acrítico e complacente por meio de um conjunto de subentendidos em comum.

Pois bem, ambas as atitudes que rodeiam o segredo, a discrição e a sedução, são mecanismos com os quais os oficiais reformados enfrentam as lembranças inconfessáveis que invadem o presente, e que, além disso, podem fazer cambalear a coerência e estabilidade que construíram entre o que confessam a si mesmos e o que confessam aos demais. Na dimensão subjetiva da memória, opera o ocultamento seletivo, instrumentalizado e manipulado tanto mais categoricamente quanto maior é o perigo de que as vivências passadas reapareçam e desafiem a imagem de si, para si mesmos e para os outros. Em síntese, o segredo e o ocultamento são produto da vontade de impedir que os rastros do passado sejam recuperados em memórias futuras.

3. Fissuras, fantasmas e deslocamentos da memória subjetiva

Além da dimensão narrativa da memória subjetiva, que procura encontrar e construir sentidos do passado que possam ser transmissíveis e comunicáveis corporativamente; da memória habitual, que está constituída por rotinas repetidas e inquestionadas, e da vontade de ocultamento, que tenta filtrar, selecionar e esconder os rastros do passado que não coincidam com a imagem desejável de um oficial do exército, na memória individual, persistem restos e rastros do passado que, guardados passivamente, podem reaparecer de diversas maneiras. Em efeito, a relação entre o sujeito da experiência e o sujeito da palavra da qual se ocupa este capítulo não se esgota nem nos sentidos da memória narrativa e nem no ocultamento deliberado e rotinizado. Pelo contrário, o vivido em “carne própria” deixa rastros e marcas que produzem fendas, sem-sentidos e fantasmas no funcionamento da memória habitual. Trata-se de um passado que retorna, que não passou e que continua ativo e atual, mas cuja presença acarreta fissuras, fantasias e deslocamentos que têm que ser interpretados (Jelin, 2002: 28).

Por meio de formas indiretas de expressão, *lapsus* ou deslocamentos, por um lado, e de emoções, fantasias e fantasmas, por outro lado, que irrompem no contínuo do relato patriótico dos escolhidos e excedem os controles e censuras do segredo corporativo, os vestígios de um passado inconfessável e não-sublimado invadem permanentemente o presente das narrativas.¹⁸⁸ As expressões indiretas e as fantasias, que povoam os relatos pessoais dos oficiais reformados que entrevistei, podem ser pensadas como sintomas que evidenciam a tensão entre o que se pode e o que não se pode dizer, o que tem e o que não tem sentido, tanto para quem conta como para quem escuta. Em outras palavras, tornar evidente a tensão entre a vontade de apresentar um discurso heróico e as dificuldades para fazê-lo, quando se trata de justificar a tortura e o desaparecimento de pessoas. Certamente, as dificuldades para fazer coincidir os sentidos pessoais atribuídos às experiências vividas durante a repressão e a significação política e social que esses acontecimentos adquiriram no cenário pós-ditadura argentina expressam-se

¹⁸⁸ A figura de retorno do reprimido é freqüentemente utilizada na literatura sobre memória e história do Holocausto (LaCapra, 1994, 1998; Friedlander, 1992, 1993, 1997). Desde essa perspectiva, o tempo histórico está atravessado por eventos traumáticos que, embora possam não

em um conjunto de incongruências tanto semânticas quanto narrativas, que alteram as formulações autocentradas da memória e da identidade militar.

Nos relatos dos oficiais que participaram do *Operativo Independencia* em Tucumán, confundem-se e enredam-se as pessoas narrativas. Seus relatos deslocam-se intermitentemente das “primeiras” para as “terceiras pessoas” e confundem-se entre diferentes pronomes impessoais: do “eu” ou do “nós” para o “ele”, “eles” ou o “militar”, “os militares” e para o “se”. Isso lhes permite posicionar-se subjetivamente ou objetivamente a respeito das experiências pessoais narradas. Nesse ponto, resultam esclarecedoras as considerações de Benveniste (1986) sobre a diferença entre o sujeito empírico (o autor do enunciado) e o sujeito da enunciação (o eu que aparece na enunciação). Essa relação permite estabelecer a posição do sujeito que se desvenda na enunciação, isto é, na palavra.

Nas entrevistas que realizei, a “primeira pessoa” do singular costuma ser utilizada retoricamente para referir-se ao compromisso pessoal que cada oficial sente com o caráter heróico e patriótico do “combate” contra os inimigos da nação, tal como vimos no primeiro ponto deste capítulo. Com o uso do “nós”, os oficiais tendem a assinalar o seu pertencimento à comunidade militar e ao exército, mas isso também lhes permite identificar-se como parte de um coletivo que foi vitimizado pela “agressão subversiva”. Desse modo, os oficiais reformados mostram a tendência a inscrever a evocação dos padecimentos e temores individualmente experimentados no espaço maior de uma afronta coletiva:

“Uma vez fomos ao cinema, combinamos com as mulheres e com os suboficiais e suas mulheres. Sentamo-nos todos juntos. Porque tínhamos medo de que nos dessem um tiro. Outra vez, quando encontramos uma *cárcel del pueblo*, apareceu uma foto da minha mulher no supermercado e de meu filho no jardim de infância. Imagina como nos sentíamos naquela época”.¹⁸⁹

ser registrados no momento de seu acontecimento, depois de um período de latência durante o qual se encontram reprimidos ou negados, podem acordar compulsivamente.

¹⁸⁹ Entrevista a um capitão (R).

Além disso, a utilização das “terceiras pessoas”, “o militar” ou “os militares”, costuma indicar as vivências gerais dos oficiais em situação de “combate”. Para evocar suas sensações e emoções, os oficiais entrevistados abandonam o “eu” e referem-se a questões dramáticas através da categoria abstrata do “militar”:

“Os militares conhecem os dramas da guerra, os militares se fortalecem quando passam coisas trágicas como a guerra; às vezes, têm gengivite de trincheira, uma doença somática produto da trincheira, uma doença como a fadiga de combate”.

Por último, os pronomes impessoais são geralmente utilizados pelos oficiais reformados para evocar a repressão ilegal. Trata-se da repetição de frases prontas ou de clichês - como diria Arendt (1999: 97)- com os quais os oficiais reformados referem-se ao seqüestro, à tortura e ao desaparecimento de pessoas como “excessos” e “erros” que “puderam ter-se cometido”. O uso do pronome “se” é um mecanismo de despersonalização dos enunciados, porquanto ressalta o predicado, mas ofusca o sujeito da enunciação. Desse modo, os oficiais reformados fazem uso do ditado: “te digo o pecado, mas não o pecador”. Em outras palavras, as estruturas impessoais denotam um sujeito exposto e indefinido que se distancia da mensagem e resguarda sua responsabilidade perante o que diz e para quem o diz. Essa adesão a fórmulas de expressão convencionais e estandarizadas tem a função de proteger os oficiais da confrontação com a realidade (Arendt, 2002: 146), pois ajuda a livrá-los dos problemas de consciência:

“Sobre os seqüestros. Cometeram-se muitos erros, por exemplo, tocava-se a campainha em uma casa, dizia-se: ‘tem 10 minutos para sair’. A guerra não-convencional não tem leis escritas. Fez-se o mesmo, antes e durante o *Proceso*”.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Entrevista a um ex capitão. Esse fragmento é bastante sugestivo, mas particularmente ambíguo. Por uma parte, o oficial afirma que o erro foi, no caso de seqüestros, dar aos seqüestrados 10 minutos para saírem, o que falta com a verdade porquanto está demonstrado que

“(...) essa luta, ao não ser feita sobre certas regras legais, combateu-se legal e ilegalmente; as seqüelas dessa luta armada, leia-se: os desaparecidos, os milhares de desaparecidos é um modo da penetração cultural da esquerda e, sobretudo, de buscar o desprestígio das instituições, especialmente das instituições armadas”.¹⁹¹

O uso do pronome impessoal “se” na narrativa dos oficiais reformados mostra as tensões e contrariedades que se produzem entre o sujeito da experiência e o sujeito da palavra. Efetivamente, a ausência de sujeito nos enunciados evidencia a indiferença e o distanciamento moral através dos quais a memória subjetiva dos oficiais reformados aborda as ações e os atos do passado. Trata-se de uma posição semântica que lhes permite permanecer a distância, manter-se no anonimato, descontar-se subjetivamente das implicâncias morais do narrado e abordar suas experiências com certa dose de estranhamento.

Em síntese, o trânsito por diferentes formas narrativas é o reflexo das dificuldades dos oficiais reformados não só de testemunhar sobre a existência de determinados fatos, mas também de se posicionar subjetivamente em relação à experiência vivida e sua narração. Trata-se das manifestações de uma subjetividade ambígua, que não pode situar-se em nenhuma das posições oferecidas pelo marco interpretativo habitual: sujeito ativo ou objeto passivo, ator ou objeto das circunstâncias.

Apesar dos mecanismos de silenciamento e ocultamento e dos deslocamentos entre diversas posições actanciais (Benveniste, 1986), nas narrativas pessoais dos oficiais reformados, persistem certos sentidos e visões sobre o passado que encontram um marco informal de comunicação e transmissão. Nas fissuras e rupturas do discurso heróico e patriótico, filtra-se uma “memória dos ressentimentos e das hostilidades” (Ansart, 2002: 30). Na maioria das entrevistas que realizei, os oficiais reformados aferram-se à lembrança dos

os grupos de tarefas assaltavam as casas durante a noite, sem nenhum aviso e de forma clandestina (CONADEP, 1985).

¹⁹¹ Entrevista a um tenente coronel (R).

episódios de violência dos quais foram parte. Ainda que a recordação do clima de euforia seja cuidadosamente evitada na memória pública e oficial do exército, persiste na dimensão subjetiva da memória militar. Trata-se de um conjunto de indícios esquivos do passado que compõe um registro não tão público, mas íntimo da memória castrense.

Certamente, uma imagem de si mesmos emerge e manifesta-se a partir das fendas e rupturas no discurso habitual dos oficiais, nessas manifestações esquivas da memória pessoal. Embora se trate de um conjunto de experiências que não são publicamente proclamadas, referem uma subjetividade que é intimamente evocada e coletivamente reconhecida e valorada entre os oficiais. Nos relatos dos oficiais que se envolveram no *Operativo Independência*, em Tucumán, relembra-se não só o clima de medo e paranóia que foi freqüentemente retratado pela memória oficial do exército, mas também o compromisso com a radicalização da violência que esses medos e temores propiciaram ontem e justificam hoje:

“Primeiro, você tem medo e temor; depois, ansiedade por pegar o autor disso. Quando você o pega, é como ganhar na loteria. Quando vi os mortos deles, fiquei feliz, pelo ódio que me tinham inculcado. Quando era encarregado do *Liceo*, mandaram uma caminhonete para fazer um atentado e queimaram-na. Quando aconteceu isso, senti que esses caras fizeram algo contra mim”.¹⁹²

No plano individual, os ataques promovidos pelas organizações armadas, e que tiveram as Forças Armadas como um de seus principais alvos, são evocados para justificar o compromisso pessoal com a violência repressiva. A recordação direta das vivências dramáticas funcionou discursivamente para justificar o fato de que os oficiais do exército aderissem e se involucrassem na empresa repressiva. Com a justaposição de ambos os relatos, as evocações das injustiças e humilhações das quais os oficiais sentiram-se objeto, e as predisposições e

¹⁹² Entrevista a um capitão (R).

inclinações a deixar de lado as inibições e diferenças para aceitar a participação na repressão, a memória pessoal dos oficiais reconstrói uma imagem de si mesmos como sujeitos com capacidade de ação e dotados de justificativas para atuar na tarefa repressiva. Em seus trabalhos, Vezzetti (2002: 86) afirma que a adesão ao aparato de desaparecimento entre os quadros médios selava-se a partir da manipulação dos sentimentos corporativos de revanche, repulsa e pureza. A predisposição a participar na repressão como um dever e uma opção pessoal frente ao sangue dos companheiros caídos converte-se, no relato dos oficiais reformados, como o único modo possível de terminar com a agressão e a hostilidade. Desse modo, a participação pessoal na violência repressiva é vivenciada subjetivamente como uma resposta frente à raiva e à impotência:

“Mas Santucho ordenou que se matassem 17 oficiais do Exército: Paiva, Lopez, Ganbardí. Foi um por dia. Em 1º de dezembro, matam o capitão Viola, que era companheiro meu, e sua filha Maria Cristina. Fui ao velório e tive que discursar. Vivemos juntos no *Colegio Militar* pelo fato de sermos do norte do país, eu o conhecia mais que outros. Ver o caixão dele e o caixãozinho pequenininho. A mulher estava arrasada. Ele com um tiro, e a outra filha com um tiro na cabeça. Assim foi que se disse: chega, chega já”.¹⁹³

Nas fissuras e rupturas da memória heróica dos oficiais, torna-se evidente o compromisso que os oficiais mantiveram com o dia-a-dia da violência, a tal ponto que, em seus relatos, a noção de cotidiano confunde-se com o lugar do ordinário e do corrente que acaba naturalizando o exercício da violência (Das & Kleinman, 2000: 2). Com a recordação dos episódios violentos nos quais os oficiais reformados reconhecem ter participado, revivem-se as estruturas de sentimento (Williams, 1980) que sustentaram e fomentaram o compromisso e a radicalização da violência. Em seus relatos, os oficiais reformados mostram que a prática cotidiana e rotinizada da violência da qual foram parte orientava as normas, delimitava a normalidade, assinalava a cosmologia do correto e do incorreto e

¹⁹³ Entrevista a um tenente coronel (R).

terminava naturalizando a agressão como uma conduta social válida susceptível de ser acriticamente evocada¹⁹⁴ (Howell, 1998: 1):

“Eu, ao contrário, em um mês me reformo. Mas a verdade é que quero levar comigo um cara desses para o túmulo. Estava muito compenetrado, isso é imiscuir-se, assumir, internalizar a realidade que te cabe viver, sem distração”.¹⁹⁵

Não se trata de retratar os oficiais como um montão de loucos fanatizados por suas crenças ou ressentimentos nem reduzir seus atos à intenção propiciatória de uma vontade de matar, mas de evidenciar que, em suas memórias, os oficiais reformados retratam banalmente a violência da qual foram parte. Em outras palavras, os oficiais reformados evocam com termos ordinários e correntes a experiência que viveram. Essas memórias rotinizadas e mundanas confirmam a hipótese de Primo Levi (1990) de que a normalidade constitui o verdadeiro horror da violência:

“No dia 2 de agosto, tinham atacado uma base nossa. Nós éramos 12. Mas nós matamos dois caras deles. E montamos uma série de emboscadas de 30 Km. Depois disso, vimos que um deles estava morto, havia ‘um cheiro de sujeira’. ‘Se for o sargento Lyn, pago-lhe uma comida’, disse-me Vilas. E pagou-me uma comida”.¹⁹⁶

¹⁹⁴ A literatura sobre a figura do perpetrador (Habermas, 1999; Golghagen, 1999; Vezzetti, 2002) tende a destacar o peso das crenças e da ideologia como base normativa e simbólica que motiva suas ações. Em outras palavras, costuma transladar mecanicamente os valores morais e os componentes ideológicos para a ação social, relativizando o papel das interações sociais. Em referência ao Holocausto, o “anti-semitismo” como “uma força intangível e autônoma que determina o curso da história” costuma converter-se no fator principal para explicar os motivos do extermínio. Essa controvérsia, que forma parte do debate historiográfico sobre o Holocausto, é retomada no caso argentino. Para Vezzetti (2002, 154), o desaparecimento como modalidade vernácula do extermínio não é uma mera técnica política de administração da morte recomendada pelos manuais franceses e americanos da “guerra contra-insurgente”, mas surge da intervenção de uma vontade e uma visão política alimentada pela representação da guerra e pela passagem ao ato de uma vingança social.

¹⁹⁵ Entrevista a um ex-tenente coronel.

¹⁹⁶ Entrevista a um capitão (R).

Tanto a vivência quanto o relato, o sujeito da experiência como o sujeito da palavra mostram que a violência é parte dos padrões normais e cotidianos de sociabilidade dos oficiais reformados. Mas também dão conta de que a audiência que escuta e reproduz essas narrações mundanas e banais sobre a violência são os mesmos camaradas. Na transmissão informal de suas memórias pessoais, os oficiais reformados consomem diariamente suas próprias *performances* sobre a “luta contra a subversão”, alimentando, desse modo, o espiral de violência (Payne, 1998: 10).

Por último, nas narrações dos oficiais reformados que participaram no *Operativo Independência*, reaparece um conjunto de sentidos e práticas sobre o passado recente que também circula por canais informais de transmissão e comunicação. Na maioria das entrevistas que realizei, coam-se e filtram-se indícios do passado que remetem a uma dimensão técnico-operativa da repressão. Trata-se de uma “memória dos resultados militares” que se apresenta orgulhosa das conquistas e vitórias do exército em “luta contra a subversão” no monte tucumano. O desempenho do exército é evocado, reivindicado e valorado pelos oficiais reformados desde uma racionalidade prática na qual se sopesam os objetivos traçados, os resultados obtidos e os “meios” empregados desde um critério de eficácia no “terreno de combate” (Weber, 1999: 145).

A “memória dos resultados” é uma memória triunfalista que lida com o problema de legitimidade da ação militar por fora das “convenções e procedimentos” da “doutrina militar clássica”. Os oficiais reformados evocam seus próprios atos como parte de “um estado de ordem prática” que lhes permite obviar os “obstáculos procedimentais para alcançar os objetivos impostos”. Desde a legitimidade de um conjunto de saberes práticos, nas memórias pessoais dos oficiais que participaram do *Operativo Independência*, rompe-se o segredo e a couraça de proteção e filtram-se menções e lembranças sobre a repressão ilegal:

“Vilas sabia o que tinha que ser feito. O cara deu-se conta. Não podíamos ganhar a guerra no monte, se não se atuava também na Cidade de Tucumán, mas fazia-se inteligência, infiltrava-se o inimigo, era rastreado em

Tucumán. Daí saía o apoio e os homens para a guerrilha no monte. Havia que trabalhar bem em Tucumán”.¹⁹⁷

Esse tipo de comentários, de uma forma geral, surgia quando se apagava o gravador - nos poucos casos nos quais o utilizei- ou quando acabava o contexto formal da entrevista, no elevador ou na porta do café, geralmente no momento da despedida. Embora essas evocações impliquem o uso de eufemismos como expressões atenuadas e alteradas sobre fatos e episódios aos quais os oficiais reformados só podem referir-se de maneira ambígua (Agamben, 1999: 28; Levi, 1990: 10), essa “memória dos resultados” permite aos oficiais reformados não só transformar uma lembrança inconfessável em uma narrativa confessável, mas também afrontar os questionamentos sobre a atuação do exército em Tucumán. Dessa maneira, os oficiais reformados procuram manter uma imagem de si coerente para si mesmos e emparentada com uma figura exemplar e eficiente do “oficial-combatente”:

“Os militares que torturaram, quantos foram? Não muitos, mas não o fizeram por perversão ou sadismo, fizeram-no pela pátria e porque era a única maneira de vencer um inimigo astuto que se escondia entre a população civil”.¹⁹⁸

Apesar das tensões que se manifestam entre o que os oficiais reformados podem ou não dizer sobre sua participação no *Operativo Independencia*, a “memória dos resultados” apresenta-se como uma narrativa que lhes permite expor a ação repressiva como uma ação acertada e, por isso, vitoriosa, além de justificar a tortura e o desaparecimento. A “memória dos resultados” refere-se diretamente à repressão ilegal, mas realiza-se separando-a de questões subjetivas e pessoais e apresentando a atuação do exército como uma operatória militar entre outras.

¹⁹⁷ Entrevista a um tenente coronel (R).

¹⁹⁸ *Idem*.

4. Fixação, identidade e relato autobiográfico

No início deste capítulo, perguntávamo-nos o que acontece quando os que testemunham são os mesmos que perpetraram os atos atrozes. Seguindo essa linha, interrogávamo-nos se seus relatos ajudam a confirmar os horrores testemunhados pelas vítimas ou negam-nos, se restituem o silêncio e favorecem a interpretação escusatória do passado autoritário. Em suma, se os perpetradores podem testemunhar sobre a experiência extrema da qual foram protagonistas.

A literatura sobre a crise do testemunho (Benjamin, 1970) costuma explicar o esgotamento do relato pelo esgotamento da experiência que lhe dá origem. As considerações de Walter Benjamin sobre o emudecimento dos soldados que voltaram da Primeira Guerra Mundial costumam ser estendidas aos crimes massivos do século XX. Desde essa perspectiva, em ambos acontecimentos, perdeu-se a possibilidade de reconhecer o vivido, porquanto as mediações técnicas modernas anularam a capacidade de dar sentido a experiências violentas extremas. Em tal sentido, o debilitamento da experiência vivida como evento compreensível contribui a produzir eufemismos e o caráter denegatório dos relatos dos sujeitos que protagonizaram esses acontecimentos.

Em síntese, a inibição das dimensões simbólicas não só desarticula os relatos sobre a violência, mas também é sua condição de possibilidade, de modo tal, que a violência que são capazes de cometer os perpetradores explica-se como o resultado de um mecanismo técnico-social que alimenta o desaparecimento das inibições morais contra o crime e o sofrimento alheio (Hilberg, 1967; Bauman, 1997; Kelman & Hamilton, 1990). Trata-se de um processo social pelo qual a instância substantiva e valorativa da vida social dilui-se e desaparece pelo poder dos sistemas formalizados e racionais, e, em seu lugar, desenvolve-se um tipo de ação que não se pergunta pelas conseqüências morais de seus atos. Segundo essa interpretação, uma vez que a modernidade destruiu a dimensão valorativa e simbólica da vida social, o relato está destinado a perecer.

Não obstante isso, por trás dessa perspectiva crítica, subjaz o suposto analítico de que narração, experiência e memória coincidem. Certamente, se hoje

assistimos a um desacordo entre elas é porque os mecanismos formais e técnicos modernos reificam a relação entre vivência e relato e anulam sua epifania. No entanto, os restos vitais deificados e objetivados que jazem como rastros inertes na história da humanidade podem ser resgatados e redimidos pela dimensão subjetiva da memória. Desde esse olhar, as autobiografias apresentam-se como uma adequação entre o sujeito que fala e o sujeito da experiência, como se existisse um sujeito unificado no tempo da narração que transmite de forma autêntica a experiência vivida (Sarlo, 2005: 34). E assim se costuma sustentar a idéia de que, nas narrações em “primeira pessoa”, o que se vive é o que se relata e o que se relata é o que se vive.

No entanto, os relatos dos oficiais reformados que participaram na repressão em Tucumán permitem apontar tensões entre a comunicabilidade e a incomunicabilidade da experiência de um caráter diferente. As diversas posições subjetivas que atravessam os relatos dos oficiais reformados e as diferentes memórias que eles mantêm sobre os fatos que protagonizaram no passado mostram que os oficiais são e não são, ao mesmo tempo, as pessoas que eles estão lembrando. Memória, experiência e narração não coincidem, mas, paradoxalmente, essa incongruência procura ser controlada desde a narrativa dos oficiais reformados.

Em primeiro lugar, os oficiais reformados procuram controlar as perturbações e incongruências de seus relatos, por meio de uma couraça protetora e do uso do segredo. Longe de desarmar suas narrativas e interrogar-se sobre elas, os oficiais reformados apóiam-se em seus relatos autobiográficos para fortalecer uma identidade narrativa.¹⁹⁹ Trata-se de um esquema narrativo que se apresenta coerente e inquestionado, que não aceita nem faltas nem inconsistências e que permite que os oficiais reconheçam-se na história que contam a si mesmos. Desse modo, a memória em “primeira pessoa” apóia-se no lado estável e constante da narração. Esse lado estável e forte elimina as

¹⁹⁹ A noção de identidade narrativa é de Paul Ricoeur (1995), que a teoriza através de dois pólos: primeiro, o pólo da estabilidade, que chama mesmidade, e, segundo, o pólo da promessa de si, que denomina ipseidade. A partir dessa teorização, Robin (1996: 38) afirma que, na atualidade,

dimensões reflexivas da narração e fixa-se em certos eixos biográficos e identitários, por trás dos quais o narrador torna-se prisioneiro (Robin, 1996: 63).

Em segundo lugar, os oficiais reformados tentam também intervir sobre o espaço de interlocução no qual se inserem seus relatos. O diálogo com o outro ou a exterioridade de uma escuta que pode fazer aparecer a familiaridade do relato e o chão tranquilizador do sentido comum resultam controlados na posta em cena da narrativa dos oficiais reformados. Longe de questionar o familiar, quando os oficiais reformados contam a sua história, colocam em funcionamento um conjunto de dispositivos de persuasão, identificação, discrição e ocultamento que lhes permite evitar a externalização e manter-se comodamente “em casa”. Desse modo, os relatos pessoais tendem a sustentar uma identidade, a fixar-se na tradição para fortalecer uma imagem de si inquestionada e permanente no tempo.

Por último, os oficiais reformados pretendem interpor-se nos efeitos morais e políticos de seus relatos. Em lugar de restituir a dimensão coletiva e o imperativo ético que o poder do testemunho pode tornar possíveis (Levi, 1990), os oficiais procuram melhorar sua posição e moral em um contexto de fortes questionamentos. Ali onde o poder de testemunhar sobre fatos dolorosos não reside tanto na restituição de uma verdade mas no laço social e no compromisso que é capaz de criar (Sarlo, 2005), os relatos em “primeira pessoa” dos oficiais que participaram na repressão em Tucumán estimulam e alimentam o espiral de violência. Os relatos dos oficiais reformados favorecem a reprodução de um círculo vicioso da violência, pois não só a justificam, mas também a consomem e revivem.

ambos pólos tendem a separar-se: por um lado, a fluidez de identidades e sua multiplicidade; e pelo outro, a fixação em identidades fortes.

Considerações Finais

O futuro da memória militar: efeitos e conseqüências

“‘Eu fiz isso’, diz a minha memória.
‘Eu não posso ter feito isso’, diz o meu
orgulho, e permanece inflexível. No
final, a memória cede.”

Friedrich Nietzsche

A temporalidade da memória não se reduz às interações entre passado e presente, mas projeta-se e prolonga-se também ao futuro. Localizar temporalmente a memória significa fazer referência ao espaço vivo que se produz na interseção entre as experiências passadas e as expectativas futuras. As expectativas são o futuro feito presente, apontam ao ainda-não, ao não-experimentado que vive no presente e dá forma ao passado. Daí que resulta difícil ordenar linearmente passado, presente e futuro, porquanto, nos trabalhos da memória, uns e outros momentos temporais supõem-se e impregnam-se (Koselleck, 1993: 341).

O futuro incorpora o passado no presente como obstáculo ou como possibilidade, como final ou como princípio, como fixação ou como transmissão, como seqüela ou como legado, como repetição ou como elaboração, como abuso ou como aprendizagem no devir dos trabalhos da memória. Os sentidos e significações, que se elaboram e ressignificam-se nesse transcorrer, configuram-se a partir do entrecruzamento de dinâmicas institucionais, identidades coletivas, práticas corporativas e anseios pessoais que se projetam para horizontes futuros. Assim, a memória produz efeitos e conseqüências que oscilam entre uma vontade de controle e previsão e uma tendência à mudança e à transformação. A memória

social vincula, pois, o passado com expectativas futuras, sob a forma de continuidades e rupturas (Jelin, 2002a: 121).

Ainda que no devir da memória as novas gerações dêem um sentido particular aos legados que recebem, a geração possuidora do passado procura transmiti-lo carregado com um sentido próprio (Yerushalmi, 1989: 17). Em outras palavras, procura-se transferir o vivido como um legado ou herança para que seja lembrado pela geração que o recebe. Isso posto, o que acontece a esse funcionamento social de longa duração da memória quando o que se transmite refere-se a fatos de violência que têm a geração emissora como principal responsável? Como se impregnam e superpõem-se passado, presente e futuro no devir da memória, quando ela tem que lidar com fatos cruéis e atroztes? Para transmitir, divulgar e legitimar suas memórias, o exército e seus homens têm que afrontar ou evadir questões provenientes do âmbito político, assim como da ética e da justiça.

Em primeiro lugar, no transcurso temporal da memória, a tendência à preservação do passado interage com a necessidade de mudança e transformação. As lembranças dos oficiais que participaram diretamente na repressão estão atravessadas por essas oscilações da memória. O futuro pode converter-se tanto em um horizonte aberto para uma elaboração reflexiva do atuado pelas Forças Armadas ou no terreno para a repetição compulsiva dos valores e práticas que possibilitaram sua criminalização (LaCapra, 1998). Caso as narrativas permaneçam inalteradas, o futuro pode perder sua distância e converter-se em extensão e terreno de fixação do passado. Ambas, elaboração e repetição, constituem forças coexistentes e inseparáveis e têm que lidar também com o perigo de que o trabalho de elaboração desperte um sentimento de traição e perda de fidelidade ao passado e acabe contribuindo com sua repetição compulsiva (Jelin, 2002a: 16).

Em segundo lugar, a memória pode-se constituir em uma fonte de acontecimentos exemplares dignos de serem transmitidos e imitados no futuro (Habermas, 1998: 44). O poder pedagógico da memória surge do mandato moral de lembrar. Porém, o que deveriam saber as gerações futuras para que a memória

mantivesse seu poder ilustrativo quando se trata de aprender de fatos cruéis e atrozidades? A memória militar que se evoca nos “atos de homenagem” apropria-se também do lema político de “lembrar para não repetir”. Nesse caso, cabe perguntar-se: quais são as lembranças dos oficiais reformados que se possam converter em memórias capazes de um ensinamento público e universalizável? Como já vimos anteriormente, a memória da “luta contra a subversão” reproduz uma idéia simples do passado, com bons e maus bem-identificados, que entorpece a possibilidade de refletir sobre a complexidade dos comportamentos humanos. Em tal sentido, como busca construir exemplaridade uma memória que privilegia vítimas justas de injustas e justifica sofrimentos merecidos? (Todorov, 2000)

Em terceiro lugar, na vontade ou na repulsa de lembrar um passado traumático, coloca-se em jogo o desejo de saldar ou cobrar as dívidas que dele se derivam. É, nesse sentido, que os oficiais reformados têm que lidar com as responsabilidades morais, jurídicas e políticas das quais são acusados.²⁰⁰ Efetivamente, ao evocar o passado, a geração que se envolveu diretamente em colocar em funcionamento a repressão tem que se ocupar de suas “seqüelas”. Para isso, os oficiais reformados elaboram uma narrativa sobre as responsabilidades que distribui e justifica o sofrimento e a violência e que, inclusive, permite-lhes atribuir culpas e identificar vítimas e agressores. Com a repartição de responsabilidades e com a apresentação de justificativas sobre a violência perpetrada, o exército e seus homens atualizam as normas e valores que pretendem transmitir para as novas gerações, para, desse modo, constituírem-se em uma comunidade moral capaz de gerir sua própria história para o futuro.

Por último, nos trabalhos da memória, as lembranças e os sentidos públicos sobre o passado podem constituir-se no terreno de uma cuidadosa vigilância. Por

²⁰⁰ Jaspers (1966, 1998) e Arendt (1945, 1964, 1965, 1968, 2002) distinguem esses três tipos de responsabilidades. A responsabilidade jurídica está baseada no “nexo de imputação penal”, que exige diferenciar, objetivamente, como, com cada ação direta ou com a mera cumplicidade, o sujeito infringiu a lei. Ela é exterior à pessoa, reclama exclusivamente pelo que fez e procura o castigo. A responsabilidade moral inclui sempre sentimentos de culpa e consciência pesada, apela ao remordimento, e o Eu é o único importante, porquanto se trata da possibilidade mesma da consciência ou dos deveres da confrontação consigo mesmo. E a responsabilidade política refere-

isso, as políticas de memória intervêm como uma instância extrajurídica que promove ações estratégicas orientadas ao futuro para controlar os efeitos da lembrança. Nesse sentido, fazendo um uso corporativo do sofrimento, a narrativa dos “mortos pela subversão” permite ao exército, por um lado, instalar a figura de uma dívida pública que se cristaliza como uma demanda de reparação (Ricoeur, 2003: 121), e, por outro lado, promover um discurso da reconciliação que procura instalar no espaço público a exigência de um “perdão mútuo” (Ricoeur, 1999: 69). Trata-se de um apagar recíproco e preventivo que, fazendo como se nada tivesse acontecido, busca evitar que se continuem evocando as desgraças e estimulando processos judiciais futuros.

A modo de conclusão, este último capítulo pretende apresentar uma série de considerações finais que atendam à dimensão de futuro que atravessa a memória militar. Em tal sentido, propõe-se não só a identificar os efeitos da memória da “luta contra a subversão” no plano da identidade militar, mas também a analisar as estratégias aplicadas pelo exército e seus homens para controlar e direcionar as conseqüências de suas memórias no plano histórico, ético e político. Em outras palavras, o objetivo é indagar, em todos os níveis da memória do exército trabalhados nos capítulos precedentes: oficial, coletivo, público e individual, para identificar os legados que se procura transmitir, os ensinamentos que se pretende universalizar, as clausuras que se tenta instalar, as seqüelas que se quer obliterar, as justificativas a que se aspira generalizar e as saídas políticas que se propõe implementar.

1. Um passado que não passa

As desconstruções e reconstruções de memória da “luta contra a subversão” têm implicâncias no plano da identidade militar e na transmissão de suas tradições. Então, o objetivo deste primeiro ponto é identificar não só quais tradições militares preservam-se na memória da “luta contra a subversão”, mas

se à primeira pessoa do plural e surge da obrigação de todo cidadão, enquanto membro de uma comunidade política, de evitar que o dano seja cometido.

também em quais tradições essa memória alimenta-se. Para responder a esses interrogantes, partimos do suposto de que, embora os passados violentos tenham efeitos sobre os tempos posteriores para além da vontade dos sujeitos, os oficiais que participaram no *Operativo Independencia* são sujeitos ativos nos processos de construção de suas memórias e de suas práticas comemorativas. Daí que, para fazer frente a uma conjuntura política e institucional de mudanças e questionamentos na qual lhe é exigido dar respostas pela violência repressiva, a geração de oficiais que foi contemporânea dos fatos elabora narrativas que oscilam entre a reconfiguração e a repetição dos sentidos que provêm do passado. Certamente, em suas memórias, produzem-se tanto continuidades quanto rupturas narrativas.

Por uma parte, e como já dissemos, a memória militar assiste a um processo de transmutação narrativa pelo qual o exército foi-se transformando, progressivamente, de vencedor na “guerra antissubversiva” a “vítima do terrorismo”. O discurso da autovitimização oculta certos fatos e ressalta outros, com o fim de produzir uma reconfiguração estratégica das diferenças reais entre perpetradores e vítimas. Nesse sentido, a figura dos “mortos pela subversão” vem a obscurecer o papel desempenhado pelos repressores e a apresentá-los no lugar das vítimas. No entanto, por outra parte, o relato que concebe a repressão como uma ação de guerra persiste como elemento hegemônico e aglutinante da memória da comunidade militar em seu conjunto. Com isso, mantém-se viva, hoje, a moral de combate que convocou o exército, como um chamado da pátria, a dar um passo à frente e salvá-la (Hershberg y Agüero, 2005: 20).

Ainda que esses deslocamentos e mutações procurem fortalecer a imagem do exército frente à crescente credibilidade do discurso dos desaparecidos e dos organismos de Direitos Humanos, mantêm uma linha de continuidade com as tradições e valores que propiciaram a violência e a criminalização das Forças Armadas. Apesar de suas diferenças, tanto a narrativa da autovitimização quanto o discurso da guerra afirmam acriticamente a violência perpetrada no passado e reproduzem cegamente os valores tradicionais da identidade militar. Em outras

palavras, não produzem uma reelaboração crítica dos sentidos e representações que provêm do passado.

Sem cair em uma interpretação taxidermista²⁰¹ sobre a relação entre passado e presente, as memórias e as práticas comemorativas dos oficiais reformados tendem a reproduzir um cenário bélico no qual se revivem velhas hostilidades e feridas. Trata-se de uma espécie de superposição do contexto de violência dos anos 70 com a conjuntura atual de produção de suas memórias. Com uma linguagem belicista, que estabelece uma continuidade entre passado e presente, a memória da “luta contra a subversão” e os “atos de homenagem” aos “mortos pela subversão” apresentam-se como o *locus* para uma atuação compulsiva do passado repressivo (LaCapra, 1998: 55). Vejamos essas questões detalhadamente.

Em seus trabalhos sobre representação e memória, LaCapra (1994, 1998) e Ricoeur (1999, 2003) propõem uma leitura de *Duelo y Melancolía* e *Recordar, Repetir y Reelaborar*, de Freud (1976), além de sua utilidade terapêutica para dar conta dos tipos de ligação que os sujeitos mantêm com seu passado quando se trata de acontecimentos traumáticos. Essa ligação pode manifestar-se de duas maneiras opostas: os sujeitos podem, por um lado, estar obcecados por esse passado, permanecer fixados e retornar a ele compulsivamente como uma espécie de atuação²⁰², ou, por outro lado, incorporar novos discursos, entrar em diálogo com outros sujeitos, reelaborar os legados que recebem e afrontar questionamentos do tipo ético-político²⁰³. Enquanto no primeiro caso os sujeitos resistem à perda do objeto de fixação, no segundo, orientam-se ao futuro apropriando-se criticamente do passado e inclusive aprendendo com suas conseqüências.

²⁰¹ O taxidermismo enfatiza a tendência à permanência e reprodução dos sentidos do passado (Aguilar Fernandez, 1996).

²⁰² Para Freud (1976), a atuação é uma forma de repressão que se produz frente a fatos traumáticos. Trata-se de uma compulsão à repetição que se coloca de manifesto como uma tendência a atuar.

²⁰³ Tanto Adorno (1959) como Habermas (1998) fazem uso das noções de Freud de trabalho elaborativo para definir critérios de autocompreensão e autocrítica coletiva, quando os partidos políticos, as instituições ou as nações têm que afrontar passados autoritários e atender a questões de responsabilidade política por fatos de violência.

Agora, como é o vínculo que a memória militar mantém com o passado recente? Primeiramente, a partir da narrativa da autovitimização, os oficiais reformados concentram-se na evocação dos seqüestros, ataques a quartéis e regimentos, assassinatos, júris populares e atentados cometidos pelas organizações armadas durante a primeira metade da década de 70, para restituir, no presente, o ódio de seus agressores. Trata-se de uma memória que se fixa na marca dolorosa para manter vivas as afrontas e as humilhações que, embora surjam como uma acusação aos “agressores terroristas” de ontem, transferem-se aos adversários de hoje, especialmente aos organismos de Direitos Humanos. Os ódios e ressentimentos passados dos quais os oficiais sentem-se vítimas repetem-se hoje, porém sob a forma de uma política vingativa de escárnio e desprestígio para com as Forças Armadas. Enfim, a vitimização de ontem reitera-se como uma nova vitimização psicológica e política.

Em segundo lugar, nos “atos de homenagem”, os oficiais reformados aferram-se a uma memória beligerante que apresenta tanto mais firmemente sua narrativa quanto mais nitidamente define os inimigos com os quais se enfrenta. A lógica da guerra, núcleo duro da memória militar, persiste e personifica-se, hoje, sob a forma de novos enfrentamentos, de modo tal, que o cenário da memória resulta interpretado como a manifestação de uma “guerra silenciosa” que se livra no plano da política, da justiça, da cultura e da educação. Trata-se de uma “guerra cultural” que busca a “sistemática tergiversação dos fatos” e a “agressão e o desprestígio das Forças Armadas”. A substituição da “guerra antissubversiva” pela chamada “guerra por outros meios” não só atualiza esquematicamente a oposição amigo-inimigo, mas também iguala os inimigos do passado com os adversários do presente.

Em suma, nas narrativas da memória militar, a reconstrução do passado e a descrição do presente são coincidentes. Ambos, passado e presente, resultam emparentados por uma trama em comum: a luta entre dois lados enfrentados. Desse modo, acaba-se submetendo o presente ao passado, e, assim, repetem-se compulsivamente as imagens, sentidos, linguagens e símbolos que fizeram possível a criminalização do exército. Na perspectiva dos oficiais reformados, o

presente e o futuro são sinônimos de crise, decadência e ameaças, pois podem introduzir reelaborações críticas na memória do acontecido. Por isso, suas memórias e comemorações tornam-se o terreno privilegiado para a reiteração ritualizada do passado, no qual qualquer distanciamento ou questionamento é potencialmente percebido como uma traição.

A repetição compulsiva do passado tem efeitos sobre o cenário da memória atual. Longe de estabelecer uma distância crítica com suas tradições, a memória militar tende a normalizar, naturalizar e eternizar o discurso da guerra. Se bem que nos atos de recordação seja possível ampliar o horizonte de experiências e expectativas, porquanto passado, presente e futuro interpelam-se como interlocutores de um diálogo aberto (Gadamer, 1997), nas memórias compulsivas e repetitivas, o presente fixa-se no passado e ata-se a subentendidos que não dão lugar a novos interrogantes nem estimulam reelaborações (LaCapra, 1998: 10). Em conseqüência, o passado, mais que um legado para as novas gerações, fruto de um trabalho elaborativo que se questiona pelos aspectos que tem que continuar e pelos quais não, se converte no *locus* de mecanismos repetitivos, que, revividos no presente, estimulam identificações automáticas.

Na memória da “luta contra a subversão”, colocam-se em jogo, também, questões relativas à identidade militar. Ao evocar o passado recente, o exército e seus homens voltam-se sobre sua própria história e tradições para definir o que é que se deve constituir legitimamente em herança (Habermas, 1998: 54). Como já dissemos no capítulo II, em uma conjuntura política de transformação institucional, os “atos de homenagem” aos “mortos pela subversão” apresentam-se como o cenário no qual não só se evocam acriticamente as representações e crenças que fomentaram a violência repressiva, mas também onde se revelam os conflitos em torno dos valores e costumes que devem conformar a identidade militar legítima.

A memória dos oficiais reformados aferra-se aos valores militares tradicionais, os quais se identificam com um “nós” excludente e imutável, à medida que reiteram seu compromisso e adesão como “combatentes” à empreitada repressiva. Em outras palavras, os “combatentes”, no terreno militar, confundem-se com os “combatentes” no terreno da memória. E, desse modo, os oficiais que

“combateram” no passado, assim como os que hoje o recordam, reconhecem-se e identificam-se como “soldados leais à pátria e ao exército”, e, inclusive, apresentam-se como fiadores da identidade militar. Essa espécie de sobreposição entre ontem e hoje reforça, por sua vez, a auto-imagem dos oficiais reformados como militares plenos e legítimos, “que não deixam cair suas bandeiras”. Certamente, a identidade militar aparece resguardada pelos oficiais reformados que reivindicam e evocam a “luta contra a subversão”. E, além disso, qualquer questionamento ou transformação dessa memória é percebido pelo oficiais reformados como uma demonstração da crise de valores e de costumes que está atravessando a instituição.

Em conclusão, a memória da “luta contra a subversão”, assim como os “atos de homenagem”, tendem mais a restabelecer e potencializar uma identidade corporativa militar do que a relativiza-la ou problematiza-la. Para dentro, funciona como uma memória edificante que reforça os sentimentos de pertencimento e autovalorização da comunidade militar e que estimula a transmissão e a recordação com uma forte carga afetiva às novas gerações de oficiais. E, para fora, aponta para manter a coesão social, defender as fronteiras simbólicas e salvaguardar o exército como uma comunidade moral diferenciada frente a uma sociedade que lhe exige mudanças, revisões e *sinceramientos*. Desse modo, a ritualização da memória da “luta contra a subversão”, nos “atos de homenagem”, funciona como um instrumento privilegiado para a reprodução do mundo simbólico ao qual pertence o oficial, para esgrimir legitimidade no marco de conflitos que se vêm produzindo no interior do exército e para fixar o presente ao passado de um modo que possa obturar qualquer tipo de reelaboração e autocrítica. Desprovida de distanciamento, inovação e elaboração, a memória perde a sua dimensão crítica, somente satisfaz o critério de fidelidade ao passado e confunde-se com a noção de tradição.

2. Uma memória intransferível

Como se mencionou no capítulo III, a memória militar tem a pretensão de se constituir em uma fonte de acontecimentos exemplares dignos de serem transmitidos e imitados no futuro. O interesse por converter o passado recente em um conjunto de fatos memoráveis deve-se ao fato de que o exército busca posicionar-se como um novo ator no cenário da memória. Ainda que essa obsessão pela lembrança possa resultar contraditória em relação à política de ocultamento e silenciamento sobre o destino dos desaparecidos, todos os setores da comunidade militar alinham-se detrás do mandato de “não esquecer”. Em efeito, o setor militar apropria-se do lema “*Nunca Más*”, que foi popularizado pelos organismos de Direitos Humanos, para propor tanto um resgate seletivo do passado recente quanto um uso exemplar e pedagógico de sua lembrança de frente ao amanhã:

“(…) a fim de tomar consciência do grave e sinistro que a guerrilha e o terrorismo significaram para o país, o qual viveu uma guerra que não devemos esquecer para que ‘nunca mais’ apreciemos a história ‘tortamente’ e saibamos conhecer e desmascarar os assassinos, cúmplices e simpatizantes que nos quiseram impor um dos mais imorais sistemas políticos conhecidos na história do homem”.²⁰⁴

A recuperação do passado impõe-se como um “dever de memória” em franca luta contra o esquecimento, mas também propõe uma memória seletiva que responda a usos e fins políticos e institucionais. Se bem que, tal como afirma Todorov (2000, 17), o culto pela memória não determine o uso que se fará dela, os critérios com os quais se estabelece a seleção de fatos e eventos do passado servem para orientar sua futura utilização. Certamente, os acontecimentos e personagens que a memória militar pretende immortalizar surgem de duas categorias de lembranças, bem-definidas e polarizadas: as lembranças gloriosas e as lembranças humilhantes. Em outras palavras, aquelas que merecem celebração e aquelas que somente são objeto de repúdio (Ricoeur, 2003: 112).

²⁰⁴ Márquez, N. (2004) *La otra parte de la verdad*, Buenos Aires, *Argentinos por la Memoria Completa*, p. 87.

Para as lembranças gloriosas, a memória militar emparenta a “luta contra a subversão” com as gestas pátrias e os oficiais “mortos pela subversão” com os heróis e mártires da nação. A partir dos critérios seletivos e dos dispositivos ideológicos da memória nacional, busca-se construir um relato ilustre que, ao ressaltar certos fatos desejáveis e ocultar certos aspectos indesejáveis, estimula a recordação, produzindo sentimentos de orgulho e apego e, inclusive, favorecendo admirações e celebrações ao futuro. Por um lado, o uso de rituais e símbolos patrióticos associa o exército com a nação e a guerra com o fim de incorporar a “luta contra a subversão” ao cânone das gestas pela independência. Desse modo, a “luta contra a subversão” posiciona-se como um símbolo de continuidade histórica nacional e situa as Forças Armadas como defensoras da nação frente às ameaças dos “inimigos terroristas”. Por outro lado, a utilização da figura dos heróis e mártires da pátria atualiza uma narrativa dos sacrifícios e sacrificados para estimular sentimentos de identificação com a memória militar. Em suma, a comunidade militar renarra os fatos do passado de um modo que enaltece a bravura e o valor dos oficiais “mortos pela subversão” com o propósito não só de fazê-los ingressar canonizados ao calendário de recordações da Nação, mas fazê-los coincidir com a categoria do “bom oficial”, do “oficial combatente”, que prestigia tanto a profissão militar quanto o exército.

Para as lembranças humilhantes, ao contrário, a comunidade militar propõe um relato fortemente dramático, que busca estabelecer uma cuidadosa distinção entre agressores e agredidos. Trata-se de uma memória que se concentra na evocação das ofensas perpetradas pelas organizações armadas e nos sofrimentos padecidos pelos oficiais do exército, mas que silencia e minimiza a violência cometida pelas Forças Armadas. A partir de uma retórica que se alimenta de um círculo vicioso de lamentações e acusações, essa memória teima em restituir, hoje, o ódio de seus agressores e o sofrimento dos oficiais. Como se afirmou no capítulo III, a memória dos “mortos pela subversão” restabelece permanentemente o ódio do agressor e os sofrimentos dos homens do exército para produzir identificação e solidariedade com sua causa.

Em ambos os casos, o poder pedagógico da memória militar surge do mandato moral de recordar sempiternamente as glórias e as feridas. Não só a cuidadosa seleção de fatos e sentidos do passado recente, mas também sua inscrição em formas ritualizadas de recordação assemelha-se à lógica do tudo ou nada, que observa LaCapra (2001: 145) entre as práticas memorialísticas contemporâneas. Trata-se de uma espécie de duplo encerro da memória, em virtude do qual, por um lado, qualquer mudança ou reelaboração confunde-se com o esquecimento ou a traição, e, por outro lado, a fixação no passado valoriza-se como uma forma de resistência moral e um recurso para dignificar a identidade coletiva. Esse encerro alimenta também uma falsa dicotomia entre duas modalidades de ação frente ao passado: o “calar tudo” para não cair em uma crítica destrutiva ou “virar a página” para seguir adiante.

Agora, onde reside o poder *aleccionador* e exemplificador da memória militar para que possa ser transmitida para as novas gerações? A exemplaridade do ato de recordar reside na conservação e na fidelidade ao que se recorda. No fato de reproduzir o caráter permanente e eterno do acontecido, reside o valor moral de recordar, ao mesmo tempo em que não o fazer significa uma imoralidade. Em tal sentido, a fidelidade ao passado e aos sentidos que dele se derivam expressa-se, por sua vez, através de um conjunto de práticas que o revivem e reutilizam no presente. Certamente, a recuperação das lembranças gloriosas serve para despertar sentimentos de apego e de orgulho; obliterar a dimensão crítica, o distanciamento e a diversidade de posicionamentos; fomentar as oposições amigo-inimigo e lealdade-traição e potencializar um “nós” excludente e fechado. Enquanto que o culto às lembranças humilhantes serve para atualizar a dor e o ódio original, prejudicar os filhos em função dos atos dos pais, estabelecer uma continuidade entre os protagonistas de ontem e os protagonistas de hoje e estender as conseqüências do trauma inicial a todos os acontecimentos da existência (Todorov, 2000: 31).

Se aceitamos a hipótese de Todorov (2000: 17) de que os critérios de seleção e conservação do passado determinam os usos que podem ser feitos dele, é possível afirmar que o culto às lembranças gloriosas ou humilhantes

fomenta uma sacralização do passado que estimula uma memória tanto mais abusiva quanto mais impede a aprendizagem. Porém, em que reside o caráter abusivo da memória militar? Pode, acaso, essa memória abusiva converter-se em um exemplo transferível para uma aprendizagem coletiva? É necessário responder a esses interrogantes à luz de algumas reflexões gerais sobre a memória como fonte de ilustrações e ensinamentos.²⁰⁵

O ato de lembrar, afirma Habermas (1998: 48-49), converte-se em *magistra vitae* quando se aceita que as atitudes, interpretações e representações que se recebem do passado já não servem para fazer frente às crises e problemas que elas mesmas geraram. A aprendizagem surge ali onde se aceita e reconhece que as tradições compartilhadas fracassaram, isto é, que já não são capazes de responder às contradições que causaram, mas, paradoxalmente, tampouco são capazes de eludi-las ou dissimulá-las. Em outras palavras, quando uma nação, um Estado, uma instituição ou uma cultura já não aceita dar continuidade automática aos efeitos e influências das tradições que recebe, suas memórias compartilhadas tornam-se dignas de ser evocadas, pois conseguiram ser enfrentadas crítica e reflexivamente. Habermas (1998) sustenta que, dado que não se aprende das conquistas e acertos, mas dos erros e desenganos, pois são eles o que se trata de evitar no futuro, o passado deixa de ser uma instância que convida a imitações e continuidades para converter-se na origem de revisões e exames. Quando isso acontece, surgem no presente novos sentidos e visões, mudanças de postura e interrogações que podem produzir uma renovação, fruto do milagre da aprendizagem.

Primeiro, o tom glorioso e celebratório da memória da “luta contra a subversão” estimula que o ato de lembrar se fixe no passado e sirva para definir e reforçar sentimentos de pertencimento, manter a coesão interna e defender as fronteiras simbólicas entre os oficiais que se envolveram na empreitada repressiva. Eles sustentam uma memória facciosa, que reproduz um “nós” tanto

²⁰⁵ Não se deve confundir as aprendizagens e ensinamentos da memória com a culpa pessoal ou com as responsabilidades jurídicas, pois se trata de questões que se propõem desde a primeira pessoa plural, que apelam aos membros de grupos ou aos cidadãos da nação, para que reflitam coletivamente em termos políticos e culturais sobre questões que dizem respeito à sua identidade.

mais excludente e fechado em si mesmo quanto mais se apóia no caráter corporativo de suas reivindicações e na exigência de reconhecimento social e institucional de suas tradições e valores. Desde essa perspectiva, a autocrítica que representou socialmente o “*Mensaje al País*” do general de exército Martín Balza, a retirada dos quadros de Videla e Bignone pelo chefe do exército Roberto Bendini, assim como as declarações públicas do ex-capitão de corveta Adolfo Scilingo, são percebidas como traições às tradições coletivas e claudicações a suas lutas e reivindicações. E ainda que os oficiais reformados reconheçam erros no fato de não haverem “confeccionado as listas de desaparecidos”, fazem-no pelos custos políticos que têm que pagar por isso, e por nada mais. Em suma, é uma memória que, embora se reclua e se afirme no âmbito privado e corporativo de seus posicionamentos, discursos, reclamações e valores, fica no plano do reproche e da acusação dirigida para fora, nunca para dentro, mas para os inimigos de ontem e de hoje.²⁰⁶

Segundo, a figura dos “mortos pela subversão” serve para questionar a violência cometida pelas organizações armadas, mas utiliza-se também para defender a violência perpetrada pelas Forças Armadas. A partir de uma idéia simples do passado, com bons e maus bem-identificados, que entorpece a possibilidade de refletir sobre a complexidade dos comportamentos humanos e que privilegia vítimas justas de injustas e sofrimentos merecidos de imerecidos, a memória dos “mortos pela subversão” procura instalar suas demandas e reivindicações entre a opinião pública. No entanto, apesar disso, trata-se de uma memória intransferível, pois não pode converter as seqüelas do passado em novo princípio de ação para o futuro nem transpor o “nós” fechado para estender suas reivindicações e reclamações ao outro, para outras experiências que possam considerar igualmente dramáticas.

3. Memória e justificativa

²⁰⁶ A partir das reflexões de Adorno (1959) sobre Auschwitz, Habermas (1995: 52) afirma que a aprendizagem só pode ter efeitos se a reflexão opera desde dentro sobre si mesmos, desde a

As lembranças implicam também uma reconstrução moral do passado, pois a memória propõe-se como um legado ao futuro. Ao tratar-se de uma comunidade que vive hipotecada por seu passado violento, vê-se obrigada a lidar com as seqüelas de um modo que suas memórias possam converter-se em um legado para as futuras gerações. Daí que à dimensão narrativa da memória entrelaça-se um conjunto de juízos morais e razões políticas que tem incidência no plano das justificativas sobre as responsabilidades jurídicas, políticas e morais acerca do desaparecimento de pessoas que dizem respeito tanto ao exército quanto aos oficiais.

Em outras palavras, enquanto a narrativa recupera, de um modo cronológico, os fatos do passado para dar-lhes uma ordem e um sentido, a argumentação procura persuadir e seduzir, construir opiniões e explicações que, articuladas com a primeira, propõem um conjunto de “opções de valor” sobre os fatos do passado²⁰⁷ (Sonderéguer, 2001: 119). Em efeito, a fábula castrense traz consigo uma moral da história com a qual o exército e seus homens não só reconstruem o passado, mas também o explicam e valorizam, e, inclusive, elaboram uma narrativa sobre a responsabilidade que justifica o sofrimento, delimita as culpas, funda identidade coletiva e, a sua vez, ajuda a conformar uma comunidade moral capaz de gerir sua própria história frente aos questionamentos da sociedade e para as novas gerações de oficiais.

Se, tal como afirmamos nos capítulos anteriores, a “guerra não convencional imposta pelo inimigo” é o eixo central do relato militar, as explicações morais e políticas sobre a violência articulam-se em torno dessa narrativa. Por isso, a memória castrense aborda desde o relato da guerra até as questões relativas à responsabilidade moral e política, tais como: se os atos cometidos deveriam ser assumidos pelas pessoas ou pelas circunstâncias; se os oficiais poderiam haver atuado de outro modo; se tinham conhecimento do que estavam fazendo ou do que estava sucedendo; se atuavam ou não movidos por

primeira pessoa do plural, isto é, como uma auto-reflexão e não desde fora, como uma acusação.

²⁰⁷ Se bem que na prática dificilmente possam separar-se ambas dimensões, pode suceder que uma ou outra resulte mais eficaz em seus propósitos. A dimensão narrativa pode recuperar o

normativas, convicções ou obedecendo (Habermas, 1999: 216). De tal modo que a repartição de culpa e inocência que os oficiais distinguem ao contemplar o passado reflete tanto as normas e valores que esses atualizam para legitimar-se no presente quanto os limites do significável e pensável por eles sobre seu próprio passado²⁰⁸.

Ainda que a narrativa da “guerra não convencional” surja originalmente como uma moral de combate, que se inspira na Doutrina da Segurança Nacional e na Doutrina da Guerra Contra-insurgente, pervive nos trabalhos da memória como um discurso que permite às Forças Armadas tomar distância das acusações: primeiro, do conceito de *Terrorismo de Estado* com o que os organismos de Direitos Humanos procuraram demonstrar o caráter clandestino e sistemático da política de desaparecimento, e, segundo, da noção de genocídio com a qual os organismos também pretenderam explicar que o alvo da repressão foi toda uma geração ou a população civil em geral, e não só os ativistas das organizações armadas, como sustenta o discurso castrense. A raiz do predomínio dessa matriz narrativa, as justificativas morais dos oficiais e da instituição apóiam-se em uma argumentação que divide os comportamentos e ações humanas em dois grandes universos: aqueles que respondem ao tempo da guerra e aqueles que são normais em tempos de paz.

Atrás dessa diferenciação radical entre a paz e a guerra, entre o mundo civil e o mundo militar, subjaz um argumento ético que naturaliza a violência e eterniza o fenômeno da guerra. Trata-se de um tipo de justificativa da violência muito generalizada na moralidade militar, que é possível associar à idéia de *Mal Absoluto*. Segundo ela, “a dor e o sofrimento existem no mundo devido a que a cara perversa da natureza humana é inevitável, existiu e existirá sempre” (Brossat, 2006: 20). Daí que os oficiais tendem a explicar os fatos de violência que perpetraram, como qualquer outra forma de violência, a partir do enigma insondável e incompreensível do *Mal Absoluto*. A tese do *Mal Absoluto* é parte do

passado e criar um discurso verossímil sobre ele, enquanto a dimensão argumentativa pode resolver ou eludir os conflitos morais e éticos no plano ideológico e político de suas explicações.

sentido comum surgido no pós-guerra, que tendeu a descrever o Holocausto como uma experiência fortemente dramática que limita com o insondável, o incompreensível, o indizível.²⁰⁹ Essa experiência do Mal seria, na narrativa dos oficiais, produto da condição perversa da alma humana, que iguala todas as criaturas humanas frente a Deus. O caráter demoníaco atribuído à violência e à guerra leva a ocultar suas dimensões morais, sociais e políticas, pois o conceito de *Mal Absoluto* é uma extensão do conceito de *Mal Radical* de Kant (1974) ao diabólico. De modo tal, que, desde essa concepção, a malignidade resulta ser um elemento constitutivo da natureza humana e o mal, enquanto tal, é o impulso das ações naturalmente corruptas da criatura humana.²¹⁰

As justificativas que se apóiam na concepção de *Mal Absoluto* apresentam-se, na narrativa militar, como uma pergunta de ordem moral que careceria de resposta e também como uma realidade inevitável, que não tem remédio e nunca o terá. Os oficiais interrogam-se: “como os homens podem infringir tanto sofrimento a outros homens?” (Brossat, 2006: 20). E, logo, respondem: “a violência, a dor e o sofrimento sempre existiram e sempre existirão, deve-se à alma pecaminosa da criatura humana”. Ainda que essa concepção do mal eluda o caráter social e político da violência -e a dimensão moral de ação humana em termos kantianos- funciona como fonte de justificativas frente aos questionamentos da sociedade e como provedora de opções de valores e juízos morais autocomplacentes e escusatórios. Ou seja, essa cara tão perversa como

²⁰⁸ A resistência ou a vontade crítica de confrontar as questões levantadas pelo dilema da responsabilidade, tanto no nível moral como no nível político, opera, a sua vez, sobre o conteúdo do que se recorda e do que se esquece.

²⁰⁹ O sentido comum de pós-guerra apoiou-se na figura do *Mal Absoluto*, com o que se tendeu a descrever o Holocausto como produto de indivíduos moralmente deficientes e irracionais, e, portanto, a defini-lo como um evento que limita com o inefável, o incompreensível e o indizível (Feirstein, 2000; LaCapra, 1994, 1998). Para tomar distância dessa tendência à demonização e sacralização do mal, Arendt (2000b) propõe a tese da *Banalidad del Mal*, com a qual procura refletir sobre os mecanismos sociais de produção de violência. Cabe esclarecer que, com esse conceito, Arendt toma também distância da noção de *Mal Radical* de Kant (1974) posto que, para a filósofa, o mal perpetrado nos campos de concentração já não é radical no sentido do latim *radix-radici*. O mal contemporâneo não tem profundidade, é superficial, por isso, diz Arendt (1963: 6), pode-se entender como um fungo. E tampouco se enquadra nas categorias com as quais o mal foi pensado pela teologia cristã e pela filosofia desde Sócrates até Kant (Arendt, 1978: 250).

²¹⁰ No entanto, como recorda Jaspers (1951), o Mal Radical de Kant não tinha nada de diabólico. Se assim fosse, não haveria moralidade, posto que essa pressupõe liberdade e escolha, e não uma predeterminação naturalmente perversa na alma humana.

inefável da natureza humana só é - como costumam afirmar os oficiais reformados nos “atos de homenagem”- conhecida pelos militares, que, diferente do resto dos seres humanos, experimentariam de perto esse caráter incompreensível e inevitável da alma humana nos “horrores e injustiças da guerra”. Daí que os oficiais reformados não só sustentam publicamente um argumento ético pelo qual eles entendem os horrores e as atrocidades que ninguém estaria em condições de entender, mas também se afirmam em um discurso escusatório, segundo o qual eles não teriam motivos para dar explicações sobre o que só eles, por sua condição de militares, podem compreender. Vejamos como esse argumento tão comum na narrativa dos oficiais é reproduzido pelos grupos civis simpatizantes:

“Sobretudo para os que somos civis, custa-nos entender e digerir a dramaticidade (...) mas a lógica da guerra e a luta pela sobrevivência (...) não podem ser medidas em outro contexto que não seja precisamente esse”.²¹¹

Do mesmo modo, a narrativa da guerra completa-se com a convicção de que os oficiais do exército responderam a um “chamado da pátria para defendê-la e salvá-la dos inimigos que a espreitavam”. Assim, interpretam seu compromisso com a repressão como um “ato de serviço” e a participação em fatos de violência como resultado da “abnegação e sacrifício” pessoal e corporativo pelo “Bem da Nação”.²¹² Daí que, na memória militar, a moral patriótica contribui para transformar e ressignificar o atuado pelo exército durante a repressão, principalmente a tortura e a desapareição de pessoas, em atos de Bem²¹³ (Zizek, 1997: 10). Com isso, a narrativa militar relativiza outros mandamentos éticos e inibições morais, tais como o mandato de “não matarás”, posto que matar, torturar

²¹¹ Márquez, N. (2004) *La otra parte de la verdad*, Buenos Aires, *Argentinos por la Memoria Completa*, p. 79.

²¹² Zizek (1970: 9) sustenta, sobre o nacional socialismo, que a referência ao “Bem da Pátria” não era meramente uma máscara. O filósofo afirma que, mesmo se a máscara houvesse caído, descompor-se-ia completamente a construção da máquina nacional socialista, já que desnuda, como mero aparato morto, a maquinaria nacional socialista não poderia voltar a funcionar.

²¹³ Na mesma linha, Zizek (1997: 10) afirma que os crimes nacionais socialistas não são a última consequência da Ética formalista moderna da “obrigação pela obrigação mesma”, que apaga toda referência a um conceito positivo e substancial de Bem, mas que são o exemplo mais radical do

e fazer desaparecer convertem-se em atos não só permitidos mas desejáveis, se estão servindo aos “mais altos valores da nação”. Em outras palavras, a ação dos repressores não se fundamenta no princípio de “faz tua obrigação e não te preocupes por isso, se isso é bom para a humanidade”, mas no princípio de “faz tudo bem por tua pátria, mesmo quando estejas obrigado a cometer crimes horríveis, pois o fato de que estejas em condições de perpetrá-los é a última prova de tua abnegação pelo Bem da Pátria” (Zizek, 1997: 9).

Com o peso das teodicéias, essas noções de Bem e de Mal que subjazem na memória militar ajudam a estabelecer a moral dos acontecimentos que se evocam em função das vicissitudes que enfrentam no presente. Por isso, e apesar das primeiras tentativas denegatórias e falsificadoras da realidade, a narrativa castrense viu-se obrigada a elaborar uma explicação para justificar o sofrimento de milhares de homens e mulheres e apresentar como admissíveis os fatos que para a sociedade civil resultaram inadmissíveis: a tortura e a desapareição.²¹⁴

Com respeito à tortura, a memória militar sustenta uma distinção valorativa entre duas classes a partir de um critério de ordem instrumental. Enquanto existe uma tortura inaceitável e repudiável, há outra necessária e tolerável. A primeira é sádica e mórbida, enquanto a segunda é aceitável, pois tem a qualidade de meio que conta com um fim para além de si mesma do que a legítima. Trata-se da busca de um resultado ou de uma idéia de Bem maior²¹⁵.

antiformalismo ético. Os crimes explicam-se, segundo Zizek, por uma *Ética del Bien Mayor* que legitima o cancelamento de cada referência ao conceito formal de obrigação ética.

²¹⁴ Tal como se mostra em entrevistas realizadas pelo *Centro de Estudios de Estado y Sociedad* (CEDES) na Capital Federal e Grande Buenos Aires, no ano de 1983, a desapareição vai ser percebida como uma violação à ordem cultural, sobretudo pelo fato de que ao não entregar os corpos, ao apagar a identidade, as Forças Armadas estenderam-se para além da morte, transgredindo todos os ritos da cultura. A repressão aparece, então, como um desvio de todos os códigos, tanto jurídicos como culturais (Landi & González Bombal, 1995: 164-166).

²¹⁵ A principal consequência da instrumentalização da violência é que as considerações éticas sobre ela viriam a agregar-se desde fora. Daí que o sofrimento humano que a tortura provoca pode ser concebido já não como o inadmissível e aberrante em si mesmo, mas como um mero meio para alcançar um fim ou um resultado. E, desse modo, a dissociação entre meios e fins não só faz tolerável a tortura para seus executores, mas também consegue ocultar a gravidade que essa tem para o âmbito dos valores.

“Os militares que torturaram quantos foram? Não muitos, mas não o fizeram por perversão ou sadismo, fizeram-no pela pátria”.²¹⁶

Essa distinção revaloriza a tortura. A tortura imoral é a que “os guerrilheiros usavam contra os oficiais capturados”, e a tortura moral é a que “utilizava as forças legais”. Suas diferenças estão dadas porque os terroristas submetiam à tortura os oficiais, “sem outra finalidade mais que o morbo”, pois, desde a perspectiva militar, “os integrantes das forças legais eram identificáveis por seu uniforme e por sua função pública”. Ao contrário, os oficiais exerciam tormentos sobre os detidos para “conseguir informação e impedir atentados posteriores”:

“Flagelá-lo implicava conseguir informação e identificação acerca de seus camaradas de armas e obstruir atentados posteriores. Não o flagelar importava respeitar o delinqüente e, por omissão, permitir a sobrevivência das organizações terroristas e os conseguintes atentados e assassinatos a inocentes atuais e posteriores”.²¹⁷

Nos primeiros anos da transição democrática, o discurso oficial do exército tendeu a desestimar a importância das violações aos Direitos Humanos, negando que pudessem haver ocorrido. Mas, na atualidade, a estratégia mudou. Busca-se relativizar o flagelo da dignidade humana que a tortura significa, comparando-a com outros fatos cometidos ao longo do século XX (Robben, 1995: 91). Daí que, nos relatos dos oficiais reformados, suas experiências resultam similares às dos oficiais franceses na Argélia, dos norte-americanos no Vietnã, dos russos com os chechenos, dos israelitas com os palestinos, e inclusive do governo dos Estados Unidos em sua “luta contra o terrorismo”, que teve que usar a tortura para evitar males maiores. Com todos esses casos, ficaria demonstrado, para os oficiais reformados, que nas guerras “as leis internacionais costumam resultar ornamentais” e que “qualquer oficial é capaz de torturar em situações extremas”.

²¹⁶ Entrevista a um tenente coronel (R).

²¹⁷ Márquez, N. (2004) *La otra parte de la verdad*, Op. Cit. p. 78.

A desapareção sistemática de pessoas perpetrada pelas Forças Armadas desde o aparato do Estado, conseqüentemente apagando a identidade e ocultando o corpo, é deliberadamente minimizada pela memória militar. Por uma parte, os desaparecidos são tratados como uma seqüela típica que, se bem não escapa à regra geral das guerras, resulta mais comum e freqüente no caso das “guerras não-convencionais”. Em outras palavras, tende-se a reduzir os questionamentos éticos relativos à desapareção sistemática de pessoas ao problema dos desaparecidos como um problema habitual dos “pós-guerra”, de modo tal, que o que constituiu um sistema planejado e clandestino de seqüestro e desapareção transforma-se em uma questão de números relativa à existência dos cadáveres NN, como saldo inevitável dos enfrentamentos com um inimigo não-identificado. E, por outra parte, a desapareção explica-se, desde uma interpretação marcadamente instrumental, como “um operativo”, um tipo de “procedimento” do tipo defensivo, característico das “guerras não-convencionais”.²¹⁸ A particularidade desses “procedimentos” reside nas características próprias do “acionar do inimigo”: quem “atua na clandestinidade, sem uniforme nem identificação, mimetizado com a população civil”.

Enquanto a primeira interpretação converte os desaparecidos em mortos inocentes, mas inevitáveis, a segunda torna-os mortos necessários, mas justificados. Certamente, no primeiro caso, os oficiais não se sentem obrigados a dar explicações, pois, apesar de que se trata de mortes lamentáveis, são inevitáveis. O caráter acidental dos atos de violência cometidos em uma situação de guerra oculta o fato de que esses foram produzidos pelas Forças Armadas e distribuídos sobre o corpo das vítimas, sobretudo o corpo social. No segundo caso, ao contrário, propicia-se uma justificativa que constrói sua legitimidade, deslocando a responsabilidade às vítimas e desestimando a envergadura das ações repressivas implementadas pelas Forças Armadas. Os oficiais escusam-

²¹⁸ As conseqüências de sentido que têm essas operações instrumentais reproduzem-se, por sua vez, no âmbito de sua justificativa. A interpretação instrumental não só inibe qualquer olhar reflexivo sobre si mesma que desoculte a tortura e a desapareção como o aberrante administrado metodicamente, mas também obstrui a possibilidade de experimentar o furto de significação que faz à práxis, pois solicita aos seres humanos como meros objetos (Heidegger, 1994) Daí que pensar instrumentalmente o horror é, à rigor, perpetuar suas condições de possibilidade.

se a si mesmos pelo fato de terem ficado presos em uma teia de aranha na qual não tiveram mais opção que a de “matar ou morrer com as armas do inimigo”. Vejamos esse argumento na pluma de um dos mais reconhecidos ideólogos da “luta contra a subversão”:

“Ao ter que lutar/combater contra grupos armados clandestinos, de caráter primordialmente urbano, cuja estratégia não se compadece com nenhum código ético, de ordinário as Forças Armadas regulares optaram por sacrificar as leis em aras do resultado, ou seja, da vitória. (...) O drama de qualquer guerra suja reside no fato de que os soldados ficam enredados em uma teia de aranha mortal: devem atuar como soldados frente aos soldados (guerrilheiros) que assumem a categoria militar quando operam como vitimários, mas escudam-se na sua condição de civis quando resultam vítimas”.²¹⁹

Por meio dessa trama de considerações morais, a memória militar procura resolver os problemas de consciência que possam surgir entre os oficiais.²²⁰ Embora o fato de ter franqueado um limite e de haver consumado um salto qualitativo na violência não seja ignorado nem pelos oficiais nem pela instituição, e inclusive esteja presente como pano de fundo das justificativas morais, isso não implica, necessariamente, o reconhecimento de ter atuado mal. Pelo contrário, a inclinação a minimizar, relativizar, equiparar, naturalizar, eternizar e instrumentalizar os fatos de violência cometidos pelo exército e seus homens vai acompanhada da resistência a reconhecer a natureza criminosa dos atos perpetrados. Na confrontação moral com um passado violento, a memória pode reconhecê-lo em seus aspectos mais dolorosos e assumi-lo como próprio ou pode, deliberadamente, esquecer-lo, ocultá-lo ou dissimulá-lo para evitar o mal-estar de afrontar e esclarecer suas conseqüências. E a memória militar fica também presa nessa contradição, que se expressa na diferença entre conhecer e reconhecer.

²¹⁹ Massot, V., em Márquez, N. (2004) *La otra parte de la verdad*, Op. Cit. p. 103.

²²⁰ Os problemas de consciência referem-se à responsabilidade moral, que, diferente da responsabilidade jurídica, não reconhece nem tribunal nem condenação alguma sobre a terra mais que o exame interno, os deveres da confrontação consigo mesmo (Arendt, 1993: 186).

Certamente, os oficiais e o exército aceitam a existência de atos aberrantes, mas não reconhecem o caráter criminoso dos mesmos.²²¹ Em outras palavras, a diferença entre conhecimento e reconhecimento dá conta da resistência dos oficiais não só a reflexionar sobre os acontecimentos dos quais participaram e a perguntar-se pelo significado de seus próprios atos, mas a procurar sua própria opinião e a questionar o modo acríptico no qual o passado recente é coletiva e institucionalmente recuperado.

4. Dívida e reconciliação

Em 1998, o *Círculo Militar de Buenos Aires* publica o livro de três volumes *In Memoriam*, dirigido pelo general de divisão (R) Ramón Díaz Bessone. Essa publicação marca um ponto de inflexão na memória militar sobre o passado recente, pois responde à demanda compartilhada por todos os quadros do exército de recordar os oficiais “mortos pela subversão”. Desde esses anos, a lembrança viva do passado torna-se política de memória da instituição castrense e das práticas comemorativas dos oficiais reformados, assim como a violência e a repressão são re-narradas como uma sucessão de martírios que aconteceram aos oficiais e suas famílias. E desse modo, no exército, institucionaliza-se um discurso da vitimização que tem conseqüências no plano das ações estratégicas orientadas a controlar os efeitos da lembrança em direção ao futuro. Em efeito, na política de memória castrense, a figura dos “mortos pela subversão” intervém para fundamentar estratégias e instâncias extrajurídicas que convertem o passado e o futuro no terreno de uma cuidadosa vigilância. Sobre essas questões ocupam-se as últimas páginas desta tese.

Nesse sentido, e fazendo um uso seletivo do sofrimento, a narrativa dos “mortos pela subversão” permite ao exército institucionalizar um discurso da

²²¹ A partir da figura de Ricardo III, Arendt (1971: 031740) afirma que o juízo moral está ameaçado na consciência de assassinos: “Alguém que sou eu mesmo me diz que cometi atos aberrantes, mas alguém que também sou eu me diz que não sou o assassino, que isso não pode ter sido feito

vitimização. A memória das vítimas e do sofrimento oblitera o passado e estende seu controle sobre o futuro à medida que se inscreve socialmente como uma dívida pública que instala uma demanda de reparação social (Ricoeur, 2003: 121). Em efeito, quando a memória converte-se em um arquivo de feridas, projeta-se como um lastre que se arrasta e abriga toda a sociedade. Daí que a política de memória castrense busca ativamente incrementar e divulgar a carga moral que representa a figura da dívida para com os “mortos pela subversão”, e, desse modo, transcender o marco fortemente corporativo dos quartéis e instalar sua demanda de reconhecimento social.

Agora, como leva adiante a memória militar essa política de lembrança? Como já dissemos no capítulo III, a comunidade militar, em seu conjunto, busca dar existência social à figura das “vítimas do terrorismo”, em reflexo e tensão com a categoria socialmente legitimada de “vítimas do Terrorismo de Estado”. Esse giro em direção à memória das vítimas responde, como tentaremos mostrar neste último ponto, dois propósitos emparentados: nacionalizar a figura dos “mortos pela subversão” para instalar uma demanda de reparação, por um lado, e para igualar todas as vítimas da assim chamada “guerra interna” para avançar na política pela “reconciliação nacional”, pelo outro.

A partir da memória das vítimas, a comunidade militar busca refundar seu discurso em um fato traumático que funcione como uma base suficiente para produzir um efeito ativo de unidade e adesão a partir do qual seja possível impulsar reclamações e disputar sentidos no espaço público. O recurso utilizado pela memória militar é, pois, a nacionalização de seus mortos. Para isso, busca-se que as perdas humanas e as feridas da “luta contra a subversão” alcancem a todos os argentinos, isto é, que provoquem sentimentos de solidariedade e identificação entre todo o “povo argentino”. Desse modo, a “luta contra a subversão” resulta interpretada como um amplo entramado de laços fraternos que incorpora a nação em sua totalidade, como vítima. A partir da difusão de lembranças dolorosas, o exército tenta projetar suas mortes a um espaço

por mim. Ainda que os dois convivam em mim, somente um se impõe. Trata-se do medíocre que para viver deve dissimular a natureza dos atos atrozés que cometeu.”

simbólico maior e comum, a um “nós” mais amplo e integrador. Para estimular esses apegos coletivos, apela-se à linguagem do parentesco e da filiação com a qual o discurso patriótico denota os vínculos que unem todos os conterrâneos com a sua pátria. Do mesmo modo que a imagem primária da família, a pátria representa o domínio do amor, dos vínculos afetivos desinteressados que unem pais com filhos, filhos com pais e irmãos entre si.

Para construir a base de sua legitimidade, irmanando todos os argentinos na dor “por aqueles que deram sua vida pela pátria”, resulta primordial recordar que não só as Forças Armadas, mas “todos os argentinos” foram objeto da violência terrorista. Nesse sentido, a cristalização da memória militar na figura da nação como vítima apóia-se na lembrança dos “homens das Forças Armadas e de Segurança”, que, junto com “empresários, estudantes, trabalhadores, dirigentes sindicais, crianças, donas de casa”, “fizeram seu aporte de sangue”. Tal como se sustenta nos órgãos de difusão da memória militar,

“(…) caíram trabalhadores, profissionais, sindicalistas, militares, empresários, integrantes de forças de segurança (*Gendarmería Nacional e Prefectura Naval*), *Policía Federal* e polícias de todas as províncias, sacerdotes, juizes, políticos, mulheres e crianças (...) relendo os nomes de todas as vítimas, advertimos que foi a sociedade toda agredida por essa demencial atitude.”²²²

Pois bem, a nacionalização das “vítimas da subversão” converte a memória militar na plataforma para a instalação de uma dívida pública. A particularidade da dívida é que introduz uma dialética pela qual a vítima, ao ser portadora de um dano, instaura socialmente o problema da obrigação moral como retribuição (Agamben, 1998: 20). Com a evocação dos fatos lutosos, o exercito procura fortalecer seu posicionamento público, pois apresenta-se socialmente como vítima, o que lhe dá direito de queixar-se, protestar e reclamar. Essa atitude, afirma Ricoeur (2003: 117), engendra um privilégio exorbitante, já que coloca o

²²² Díaz Bessone, Ramón (Dir) (1998), *In Memoriam*, Ediciones del Círculo Militar, Buenos Aires, p. 10.

resto da sociedade em posição de devedor de créditos e cria obrigações para com os danificados. Certamente, a dívida pública não só ajuda no lançamento de uma reclamação a respeito de qual o resto da sociedade fica obrigado, mas também possibilita a exigência de uma retribuição. Em síntese, a memória das feridas permite ao exército e a seus homens divulgar seus sentidos sobre o passado recente entre a opinião pública. Assim se solicita reconhecimento social e reparação política e simbólica. Assim se reclama liricamente no prólogo de *In Memoriam* de Díaz Bessone. De nossos caídos:

“Desde onde já ninguém nos pode escutar
e só Deus o pode fazer,
pedimos justiça,
não aquela que castiga as mãos
e as mentes assassinas, mas a
justiça histórica,
a justiça dos direitos humanos
que sempre nos é negada.
Aquele que *aleccione* às
novas gerações sobre
a verdadeira história.
Se essa justiça algum dia chega
servirá para dar-lhe sentido
a nossas mortes e
às de muitos
que caíram como nós”.²²³

Do mesmo modo, com as noções de “guerra interna”, “guerra fratricida” ou “luta entre argentinos”, a comunidade militar procura introduzir no cenário da memória uma lógica argumentativa que iguala todas as vítimas e compensa o sofrimento e a violência. Diferente do discurso triunfalista dos primeiros anos da democracia, a memória militar atual procura pôr a ênfase nas perdas humanas e

²²³ *Idem.*, p. 15.

unificar todos os danificados em torno de seu “denominador comum”, para, desse modo, dissimular e diluir as responsabilidades jurídicas, políticas e morais que cabem aos oficiais e à instituição pela repressão ilegal:

“Não somos as vítimas os únicos lastimados nesta guerra: a Nação toda o há sido, mas podemos afirmar que as vítimas somos os menos culpáveis destas guerras do terror e os que pior parte recebemos destas guerras, ao que queremos dizer tranqüila, mas decididamente: basta”.²²⁴

Quando a memória militar afirma que “a pátria toda foi lacerada” por uma “violência não-querida entre argentinos”, coloca-se no topo da lembrança, posiciona-se no lugar de delegada do corpo da nação e toma a palavra em nome de “todos os mortos”. Para falar em nome de todos, é preciso amalgamar e igualar todos os mortos, mas também todos os familiares, de um modo que as diferenças e hostilidades passadas resultem depostas e as lutas e reivindicações atuais sejam superadas em um nós abarcador no qual “todos os mortos são argentinos”:

“Após 25 anos de finalizada a guerra cruenta e selvagem da década de 70, resta-nos o triste saldo de mortos de forças legais e terroristas; de pacíficos e de violentos; de homens e de mulheres; de direitistas e de esquerdistas; de inocentes e de culpáveis; de bons e maus; de idosos e de crianças, de ricos e pobres. Eles tinham um denominador comum: eram todos argentinos. Eles são os mortos, nossos mortos”.²²⁵

A idéia que surge da citação anterior, de que “todos os mortos são de todos”, tem sua origem na frase pronunciada pelo almirante Emilio Massera, em sua alegação de defesa no julgamento das *Juntas*. Naquela ocasião, o almirante disse: “Na Argentina, uma vez terminada a guerra, todos os mortos pertencem-nos, pertencem-nos a todos” (González, 1998). Essa idéia, tão presente e repetida nos relatos e discursos cívico/militares, tem conseqüências no plano do simbólico,

²²⁴ Discurso de José María Sacheri, membro da *Asociación de Víctimas del Terrorismo en la Argentina*, no ato de 5 de outubro de 2006, na praça *San Martín*.

pois procura apagar não só a identidade e a biografia dos desaparecidos, mas também os sentidos e relatos que os organismos de Direitos Humanos e a sociedade civil reconstruíram sobre eles. Quando os cadáveres tornam-se mais uma vez anônimos, já não encerram perigo, pois resultam outra vez silenciados. Não são mais nem inimigos nem vítimas, “são todos argentinos”.

Diferente da figura da culpa coletiva, que dissimula as responsabilidades atribuindo cumplicidade universal (Arendt, 1968), a vitimização coletiva ativa sentimentos de solidariedade e de compaixão com o propósito de igualar sofrimentos, assim como comportamentos. Se bem ambas contribuam para fundamentar a desresponsabilização moral e jurídica dos oficiais e a desresponsabilização política da instituição, respondem tanto a políticas de memória como a conjunturas políticas diferentes.

Em um primeiro momento, no “*Mensaje al país*”, o general de exército Balza recorre ao recurso da “responsabilidade dos povos” para dissimular a culpa política do exército. Com isso, busca diluir a diferença de natureza entre a violência exercida pelos homens da instituição à que pertencia e as práticas e crenças golpistas e antidemocráticas de amplos setores da sociedade argentina. Mesmo que o reconhecimento e a crítica dos componentes autoritários ou conservadores presentes na cultura política Argentina sejam condição necessária para uma assunção das responsabilidades pela violência repressiva, o conceito de “responsabilidade dos povos” está longe de contribuir para essa tarefa (Landi, 1984: 51). Em lugar de introduzir o debate sobre a atuação de cada um dos atores sociais durante a repressão ilegal, a figura da culpa coletiva apaga as diferenças morais entre os graus de participação na empreitada criminosa e transforma não só os diferentes atores sociais em igualmente imorais e autoritários, mas também em cúmplices.

Em um segundo momento, ao contrário, a desresponsabilização do exército apóia-se no discurso da vitimização coletiva. Com a lembrança viva dos “mortos pela subversão”, que propiciam o general Díaz Bessone e o general de exército Brinzoni, procura-se, também, diluir o problema da responsabilidade criminal e

²²⁵ Márquez, N. (2004) *La otra parte de la verdad*, Op. Cit. p. 7.

política - já não se trata de igualar falsamente as culpas, mas de inverter a relação vítima-vitimário e apagar o atuado pelos oficiais e pela instituição. Em suma, a memória militar assiste a uma sorte de passagem pela qual a regra de “todos” é substituída pela regra de “ninguém”. Em outras palavras, a máxima da culpa coletiva que sustenta “onde todos são culpáveis, ninguém o é” (Arendt, 1964: 023268) é substituída por outra, igualmente escusatória, que afirma: “onde todos são vítimas, ninguém é culpável”.

Isso posto, quais são os efeitos que ambas máximas produzem no presente e lançam ao futuro? Enquanto a primeira apela a construir um tipo de remordimento coletivamente sentido, a segunda invoca sentimentos de compaixão e misericórdia. Mas ambas estimulam a identificação com os repressores, pois, parafraseando Arendt (1968), se uma estimula a culpa vicária, a outra alimenta a compaixão vicária. A culpa coletiva contribui para que os sentimentos de má consciência possam ser vicariamente experimentados por toda uma coletividade.²²⁶ Daí que, como afirma Arendt (1968: 023017), o lamento “todos somos culpáveis” resulta, na realidade, numa declaração de solidariedade com os malfeitores. Do mesmo modo, a vitimização coletiva reforça a solidariedade com o vitimário, pois estende a compaixão pelo dano e pelo sofrimento padecido por um grupo a toda a sociedade.

Essa igualação leva, em rigor, a reagir contra todos em lugar de atribuir as responsabilidades que cabem ao agressor. A vitimização indiferenciada funciona como um instrumento de desculpa e escusação massiva. Em efeito, não trata de inculpar e castigar a todos por igual, mas de desculpar e reparar de maneira unitária, para que nenhum indivíduo ou instituição apareça como responsável pelo que cometeu. Em consequência, o princípio de vitimização universal estimula e legitima a posta em prática de escusações massivas que, sob a forma de anistias e reconciliações, impõe-se por fora do Direito através da estrutura político-administrativa do Estado.

²²⁶ A culpa coletiva trata não só de atribuir responsabilidade a todo um grupo pelo dano objetivamente causado por um de seus membros, mas de provocar um sentimento de culpa factível de ser coletivamente experimentado.

Em termos conceituais, a idéia de reconciliação transita por um sem número de figuras religiosas, afirmações éticas, categorias jurídicas, conceitos políticos ou questões pessoais que remetem à Teologia, ao Direito, à psicologia social, à filosofia política ou à sociologia, em função da especificidade de cada conflito. Não obstante isso, caracteriza-se por um denominador comum: o apelo permanente a sentimentos de culpa, indignação, honra, dor, remordimento, ódio, revanche, mais que a uma estrita causalidade dos fatos e dos responsáveis. Daí que a retórica favorável à reconciliação adquire, em geral, um caráter não-formal e fortemente emotivo.

Embora o chamado à “reconciliação nacional” seja uma constante no discurso militar desde o *Documento Final* para evitar os julgamentos e as penas pelas violações aos Direitos Humanos, ele se enunciou desde diferentes posições e em resposta a diversas conjunturas. Em um primeiro momento, a idéia de reconciliação ativa-se a partir da necessidade de esquecimento das seqüelas de uma “guerra anti-subversiva”. O esquecimento tem aqui uma dimensão produtiva, posto que o futuro deriva da proibição de recordar as desgraças passadas para dar passo à pacificação nacional.²²⁷ Em um segundo momento, logo após a derrogação das leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*, o chamado à “reconciliação nacional” reativa-se, já não a partir do recurso do esquecimento, mas desde um “dever de memória” no qual todos os argentinos resultam irmanados na evocação das dores comuns.

Certamente, frente à reabertura dos julgamentos, para a comunidade militar resulta primordial reinstalar o discurso da “reconciliação nacional” no debate político como recurso para instrumentalizar novamente a impunidade sob a forma negociada e consensuada do perdão.²²⁸ Em outras palavras, a proposta de “reconciliação nacional” atua no cenário da memória como uma estratégia política

²²⁷ A idéia de reconciliação como pacificação nacional formou parte das justificativas da lei de auto-anistia, promulgada pela última *Junta Militar*, e dos indultos aos ex-comandantes e generais, decretados pelo presidente Carlos Menem.

²²⁸ Desde fundamentos teológicos, pode-se alcançar a reconciliação por meio do reconhecimento público das responsabilidades, a confissão dos horrores cometidos, a dor pelo dano causado, o sincero arrependimento para reparar o sofrimento das vítimas. Ainda que isso requeira também a ação da justiça e a transformação das estruturas sociais que promoveram a violência (Lira & Loveman, 1998: 25-26).

e extrajurídica que busca instalar o perdão e, desse modo, fechar o passado e controlar suas futuras manifestações (Ricoeur, 1999: 62).

A idéia de “reconciliação nacional” apóia-se num conjunto de figuras ideológicas que se repetem na memória militar como clichês. Aos clichês clássicos que surgem da retórica da guerra agregam-se os que se incorporam com as figuras da dívida e da vitimização. Ali onde o relato da guerra cobre todo o espaço narrativo, a memória militar não só se refere ao passado como um território de conflitos, mas também interpreta o presente que o evoca como sua continuação. Como recordar significa “reabrir velhas feridas”, a pacificação social só pode surgir do “fechamento das feridas” do passado, tal como o manifesta a presidente da *Comisión de Homenaje Permanente a los Muertos por la Subversión*:

“Hoje, há 31 anos, seguimos sentindo a mesma dor por tanto sangue inutilmente derramado (...) Consciente ou inconscientemente, foram ferramentas sangüentas de interesses que nada tiveram que ver com os da pátria. E, por isso, hoje, mais do que nunca, devemos rezar pela reconciliação, pela paz e pela união entre todos os argentinos. E se não conseguimos revertê-lo, seremos presas disso”.²²⁹

Mas, como se propõe a narrativa militar a evitar que as lutas e enfrentamentos do passado perpetuem-se no presente e que “a nação dessangre-se”? Para a comunidade militar, a cura só pode provir do esquecimento, do “compromisso mútuo” de não recordar as desgraças e de evitar a ação da justiça, pois representa uma ferramenta de vingança (Loroux, 1989). E, desse modo, a convivência futura só pode surgir do apagar preventivo do passado, de fazer como se nada houvesse acontecido e de não se interrogar pelas causas e pelas raízes dos conflitos que atravessam a vida política argentina. Em outras palavras, a “reconciliação nacional” supõe a retroação a um estado passivo no qual as vítimas renunciam a suas reivindicações e resignam-se a aceitar a violência da qual foram objeto. Mas, sobretudo, significa a restituição de

²²⁹ Discurso de Ana Lucioni, presidente da *Comisión de Homenaje Permanente a los Muertos por la Subversión*, no ato de 5 de outubro de 2006, na praça *San Martín*.

uma ideologia conservadora, segundo a qual qualquer forma de desacordo ou manifestação de conflito é incompatível com a paz social e, mais ainda, aquelas que se derivam da necessidade de identificar culpas e responsabilidades.

Desse modo, a chamada à “reconciliação nacional” apresenta-se como um discurso unitário e de consenso, que convida a depor interesses sectários em prol do bem comum. Essa idéia conciliadora e harmoniosa da reconciliação parte do suposto inquestionado de que a violência é o resultado do enfrentamento entre “dois lados”: as “forças legais” e os “terroristas”. Com esse clichê, que foi reproduzido nos primeiros anos da democracia pela “teoria dos dois demônios”²³⁰, sustenta-se que na Argentina houve dois males, que resultam igualáveis e equiparáveis. Por uma parte, a equiparação entre duas partes igualmente perversas introduz uma visão indiferenciada de violência que oculta a especificidade do Terrorismo de Estado. E, por outra parte, a dualização da violência não só desresponsabiliza os oficiais, ao reproduzir o argumento da culpa coletiva, mas propõe uma sorte de “arrependimento duplo” como caminho à reconciliação entre “ambos os lados” (Feld, 1998b: 83). O “arrependimento duplo” apresenta-se tanto mais firmemente como a única possibilidade de saída aos conflitos quanto mais a igualação das culpas nega, oculta e dissimula as condições que fizeram possível a criminalização do exército.

Agora, que novas justificativas surgem quando a proposta de “reconciliação nacional” fundamenta-se na memória das vítimas e na figura da dívida pública? Em primeiro lugar, a reconciliação já não se formula como um “arrependimento duplo”, mas como um “perdão mútuo”. A exigência de reparação e as obrigações de retribuição que a figura da dívida instala no cenário da memória buscam produzir uma inversão na dialética do perdão. Como afirma Ricoeur (1999: 63), a quem cometeu um dano só sobra a possibilidade de pedir perdão, enquanto é a vítima a única que conta com o poder de dar-lhe. Com a memória dos “mortos pela subversão”, a comunidade militar busca apropriar-se do perdão como um

²³⁰ A bidemonização explica a violência como uma simetria criminosa que nivela o terrorismo de estado com a ação de grupos particulares. A “teoria dos dois demônios” fundamentou o decreto 157 do governo de Alfonsín, que ordena a perseguição dos chefes dos *Montoneros* e do *ERP*

poder com o qual conta pelo direito que lhe outorga o fato de apresentar-se publicamente como danificada e, portanto, como credora de uma dívida ante a sociedade. Assim o afirmam os oradores do ato de 5 de outubro na praça *San Martín*:

“Todos os que aqui estamos somos vítimas, os que participaram na guerra dos anos 70 e os que não participaram. Porque toda a sociedade argentina foi vítima de um passado de violência que a afetou integralmente, sem exclusões. (...) Mas as vítimas são inocentes de qualquer erro ou horror que tenham cometido os diferentes governos desde a segunda metade do passado século XX até hoje, de jure ou de fato. Nós, as vítimas, os que fomos banhados com o sangue morno de nossos pais e choramos em silêncio cada gota de água nas lágrimas de sangue, damos o primeiro passo. Repito que oferecemos nossa mão aberta ainda àqueles que mataram e assassinaram nossos pais”.²³¹

Em segundo lugar, e como se depreende da citação anterior, a memória militar exerce não só o poder da exigência de reparação, mas também os direitos do perdão. A comunidade militar apresenta-se publicamente, oferecendo “a mão aberta” a seus agressores. E, desse modo, inverte cinicamente a relação vítima-vitimário, perdoadando “seus agressores” embora ninguém lhe peça. Tal como afirma Ricoeur (1999: 65), o perdão é, antes de mais nada, um dom.²³² Ainda que dar signifique entregar algo que se possui e que se desfruta sem pedir nada em troca, essa relação entranha seus próprios perigos quando se exerce facilmente. Em palavras de Ricoeur (1999), perdoar facilmente, dar o perdão quando ninguém o pede, significa não só não afrontar a possibilidade da negativa ou a repulsa, vale dizer, do drama de encontrar-se com o imperdoável, mas também reintroduzir a lógica da dívida. No fato de dar facilmente, cria-se um vínculo desigual, pois quem

como precedente do decreto 158 para o ajuizamento das Juntas Militares (Duhalde, 1999: 167-168).

²³¹ Discurso de José Maria Sacheri, membro da *Asociación de Víctimas del Terrorismo en la Argentina*, no ato de 5 de outubro de 2006, na praça *San Martín*.

²³² Não é casual que a palavra perdão encontre-se semanticamente próxima da palavra dom em muitas línguas: *pardon*, *perdono*, *Vergebung*, *forgiven*, etc. (Ricoeur, 1999: 65).

recebe fica obrigado a responder. Certamente, a autovitimização do exército reforça publicamente a reclamação de retribuição e a obrigação de reconhecimento, ao converter a sociedade argentina em beneficiária de uma reconciliação pela qual deve estar agradecida. Em um giro irônico do discurso, a “reconciliação nacional” formula-se como um perdão que apaga os fatos cometidos. E os oficiais apresentam-se, no cenário da memória, perdando as vítimas e, portanto, como credores do perdão. Em suma, o exército termina perdando os mesmos atos pelos quais seus homens não foram ainda condenados.

Bibliografía

- Acuña, C. y Smulovitz, C. (1995) "Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación institucional", en Landi, O. et all (1995) *Juicio, castigos y memorias. Derechos Humanos y Justicia en la política Argentina*. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires
- Adorno, Th. (1959) "Was bedeutet: Aufarbeitung der Vergangenheit.", en *Erziehung zur Mündigkeit*, Suhrkamp, Frankfurt am Main.
- Agamben, G. (1995) *Homo Sacer. El poder soberano y la nuda vida*. Pre-textos, Valencia.
- (1998a) "¿Qué es un Campo?" en *Artefacto*, N° 2, Marzo de 1998, Buenos Aires.
- (1998b) *Quel che resta di Auschwitz. L'archivio e il testimone. (Homo Sacer III)* Bollati Boringhieri, Torino.
- Aguilar Fernández, P. (1996) *Memoria y olvido de la Guerra Civil Española*, Alianza, Madrid
- Álvarez, S. (2004) *Leviatán y sus lobos. Violencia y poder en una comunidad de los Andes Colombianos*, Editorial Antropofagia, Buenos Aires.
- Anderson, B. (2006) *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, F.C.E., Buenos Aires.
- Ansart; P. (2002) "História e memória dos ressentimentos" en Bresciani, S. y Márcia, N. (orgs,) *Memória e (Res) sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Unicamp, Campinas.
- Arendt, H. (1945) "Organized Guilt and Universal Responsibility" en Arendt, H (1994) *Essays in Understanding 1930- 1954*. Harcourt Brace & Company, New York.
- (1963) Arendt a Grafton, 19 de septiembre de 1963, Hannah Arendt's Papers, The Manuscript División, Library of Congress, Washington D. C.

- (1964) *Personal Responsibility under Totalitarian Dictatorship*. (Versión Larga) Hannah Arendt's Papers. The Manuscript División, Library of Congress, Washington D. C.
- (1965) *Some Questions of Moral Philosophy*. Hannah Arendt's Papers. The Manuscript División, Library of Congress, Washington D. C.
- (1968) *Collective Responsibility: Discussion of a paper of Joel Feinberg*. Hannah Arendt's Papers. The Manuscript División, Library of Congress, Washington D. C.
- (1971) *Thinking and Moral Considerations*, Hannah Arendt's Papers, The Manuscript División, Library of Congress, Washington D. C.
- (1978) "Eichmann in Jerusalén: An Exchanges of Lettres between Gershon Scholem and Hannah Arendt", en *The Jew as Pariah*, Gross Press, New York.
- (1993) *A vida do espírito*. Relume-Dumará, Río de Janeiro.
- (2000a) *Origins do totalitarismo*. Companhia das Letras, São Paulo.
- (2000b) *Eichmann en Jerusalén. Un estudio sobre la Banalidad del Mal*. Lumen, Barcelona
- (2002) "Pensamento e considerações morais.", em *A dignidade da política*. Relume-Dumará, Rio de Janeiro.
- Arendt, H. & Jaspers, K., (1992) *Correspondence 1926-1969*. Harcourt Brace Jonavich Publishers, New York.
- Balibar, E. (1991) "La forma nación: historia e ideología", em Balibar E. y Wallerstein, L. (1991) *Raza, nación y clase*, Iepala, Madrid.
- Balza, M. (2001) *Dejo constancia: memoria de un general argentino*, Planeta, Buenos Aires.
- Bauman, Z. (1997) *Modernidad y Holocausto*. Sequitur, Madrid.
- Bauman, R. (1992) "El arte verbal como 'actuación'", en *Serie de Folklore*, 14, Departamento de Ciencias Antropológicas. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- (1989) "Identidad diferencial y base social del Folklore" Serie de Folklore. Universidad de Buenos Aires. Nº 7.

- Benjamin, W. (1970) "El narrador", en *Sobre el programa de la filosofía futura*, Siglo XXI, Buenos Aires.
- Benveniste, E. (1986) *Problemas de lingüística general*, Siglo XXI, México.
- Bethelheim, B. (1979) *Surviving and Other Essays*. Knopf, New York.
- Bobbio, N. (1988) *Las ideologías y el poder en crisis*", Ariel, Madrid.
- Borges, J.L. (1995) "Tema del traidor y del héroe", en *Ficciones*, Emecé Editores, Buenos Aires.
- Bourdieu, P. (1999) *¿Qué significa hablar?*, Akal, Madrid.
- Brossat, A. (2006) "Entre la resistencia y la gobernabilidad", en *Puentes*, Nº 19, diciembre de 2006, Año 6.
- Browning, Ch. (1992) *Ordinary Men: Reserve Battalion 101 and the Final Solution in Poland*. Harper Collins, New York.
- Calveiro, P. (1998) *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Colihue, Buenos Aires
- Caruth, C. (2000) "Modalidades do despertar traumático (Lacan, Freud e a ética da memoria)", en Nestrovski, A. y Seligman-Silva, M. (org) *Catástrofe e Representação*. Ed. Escuta, São Pablo.
- Clausewitz, K. von, (1984) *De la guerra*, Labor, Punto Omega, Madrid.
- Comblin, J. (1977) *A ideologia da segurança Nacional. O poder militar na América Latina*, Civilização brasileira, Rio de Janeiro.
- CONADEP (1984) *Nunca más. Informe de la Comisión Nacional sobre la desaparición de personas*. Eudeba. Buenos Aires.
- Crenzel, E. (1997) "Tucumán 1975: La primera fase del "Operativo Independencia", un análisis de las reflexiones de su conducción acerca del mismo", en Irma Antognazzi y Rosa Ferrer (comp.), *Argentina, raíces históricas del presente*, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, Rosario.
- Da Silva Catela, L. (2001) *No habrá flores en la tumba del pasado. La experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos*, Ediciones al Margen, La Plata.

- Das, V. (1995) *Critical Events. An anthropological perspective on Contemporary India*. Oxford University Press, New Delhi.
- Das, V. & Kleinman, A. (2001) "Introduction", en Das, V., Kleinman, A. et all *Violence and subjectivity*, University California press, Berkeley.
- Davidowicz, L. (1986) *The War against the Jews 1933-1945*. Bantam Books, New York.
- Deleuze, G. (1994) *Nietzsche y la filosofía*, Anagrama, Barcelona.
- Duhalde, E. (2000) *El Estado terrorista Argentino. Quince años después, una mirada crítica*. Eudeba, Buenos Aires.
- Durkheim, E. (1970) *Sociología e Filosofía*, Forence-Universitaria, Rio de Janeiro
- Durkheim, E. y Mauss, M. (1971) "De ciertas formas primitivas de clasificación", en Mauss, M. *Institución y Culto, Obras II*, Barcelona, Barral.
- Echeverría Molloy, G. (2001) *Una vida de héroe. Función y significado del mito*, Editorial Biblos, Buenos Aires.
- Elias, N. (1999) *Los Alemanes*. Instituto Mora, México.
- Feirstein, D. (2000) *Seis estudios sobre genocidio. Análisis de las relaciones sociales de otredad, exclusión y exterminio*. Eudeba, Buenos Aires.
- Feld, C. (1998a) "La instrumentalización del horror en la Argentina", en *Artefacto*, N° 2, Marzo de, Buenos Aires
- (1998b) *Cómo la televisión argentina relata hoy el período de la dictadura militar (1976-1983)*, Tesis de DEA inédita, Universidad de Paris VIII.
- (2001) "Memoria colectiva y espacio audiovisual: Historia de las imágenes del Juicio a las ex Juntas Militares (1985-1998)", en Groppo, B. y Flier, P. (comp.) (2001) *La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. Ediciones al Margen.
- Freud, Z. (1976) "Duelo y Melancolía", en *Obras Completas*, Tomo XIV, Amorrortu, Buenos Aires.
- (1976) "Recordar, Repetir y Reelaborar", en *Obras Completas*, Tomo XII, Amorrortu, Buenos Aires.

- Friedlander, S. (1992) *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts).
- (1993) *Memory, History and the Extermination of Jews of Europe*. Indiana University Press, Bloomington.
- (1997) *Nazi Germans and The Jews*. Harper Collins, New York.
- Gadamer, G. (1997) *Verdad y método*, Sígueme, Salamanca.
- Gagnebin, J. M. (2000) "Palavras para Hurbinek" en Nestrovski, A. y Seligman-Silva, M. (org) (2000) *Catástrofe e Representação*. Ed. Escuta, São Pablo.
- García. P. (1995) *El Drama de la Autonomía Militar. Argentina bajo las Juntas Militares*. Alianza Editorial, Madrid.
- Geertz, C. (1989) *La interpretación de las culturas*. México, Gedisa.
- Ginsburg, F. (1998) "Cuando los nativos son nuestros vecinos", en Boivin, M., Rosato, A. y Arriba, V. *Constructores de Otredad*, EUDEBA, Buenos Aires.
- Goffman, E. (2004) *Internados. Ensayos sobre la situación social de los enfermos mentales*, Amorrortu, Buenos Aires.
- Goldhagen, D. (1999) *Os carrascos vóluntarios de Hitler. O povo alemão e o Holocausto*. Companhia das Letras, Río de Janeiro.
- González, H. (1997) ¿A quiénes pertenecen estos muertos?, en *Anuario*. Departamento Social (EPSS) Facultad de Psicología Universidad Nacional de Rosario, 1997-1998.
- González Bombal, I. (1995) "Nunca Más". El juicio más allá de los estrados, en Landi, O. et all (1995) *Juicio, castigos y memorias. Derechos Humanos y Justicia en la política Argentina*. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires.
- Groppo, B. (2001) "Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur, en Groppo, B. y Flier, P. (comp.) (2001) *La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. Ediciones al Margen.

- Guber, R. (2001) *La etnografía. Método, campo y reflexividad*. Paidós, Buenos Aires
- (2004a) *El salvaje metropolitano*, Paidós, Buenos Aires.
- (2004b): *De chicos a veteranos. Memorias argentinas de la guerra de Malvinas*, IDES/Antropofagia, Buenos Aires.
- Habermas, J. (1998) "Un doble paso. ¿Qué significa hoy "hacer frente al pasado aclarándolo? en, Habermas, J. (1998) *Más allá del Estado Nacional*. F. C. E., México.
- (1999) "Goldhagen y el uso público de la historia", en Finchelstein, F. (1999) *Los Alemanes el Holocausto y la Culpa Colectiva. El Debate Goldhagen*. Eudeba, Buenos Aires.
- Halbwachs, M. (1994) *Les cadres sociaux de la mémoire*, Albin Michel, Paris.
- Heidegger, M. (1994) "La pregunta sobre la técnica", en "Artículos y conferencias". Ed. Odós, Barcelona.
- Hershberg, E. y Agüero, F. comps. (2003) *Memorias militares sobre la represión del Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*, Siglo XXI, Madrid.
- Herzfeld, M. (1992) *The social production of indifference. Exploring the symbolic of western bureaucracy*, Berg Publishers, Chicago.
- Hilberg, R. (1961) *The destruction of the European Jews*. Quadrangle Books, Chicago.
- Howell, S. (comp) *Ethnography of moralities*, Routledge, London Huysen, 2002.
- Huysen, A. (2002) *En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de la globalización*, F.C.E., México
- Jaspers, K. (1951) *Das radikal Böse bei Kant*. Munich, Piper.
- (1966) "The Criminal State and German Responsibility: Dialogue", en *Commentary*, Febrero de 1966.
- (1998) *El problema de la culpa. Sobre la responsabilidad política alemana*. Paidós, Barcelona.
- Jelin, E. (1995) "La política de la memoria: el movimiento de Derechos Humanos y la constitución de la democracia en la Argentina", en Landi, O. et al

- (1995) *Juicio, castigos y memorias. Derechos Humanos y Justicia en la política Argentina*. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires.
- (2002a) *Los trabajos de la memoria*, Siglo XIX, Madrid y Buenos Aires.
- comp. (2002b) *Las conmemoraciones. Las disputas en fechas "infelices"*, Siglo XXI, Madrid.
- Jelin, E. & Langland, V. (2003) *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*, Siglo XXI, Madrid.
- Jelin, E. & Kaufman, S. (2006) *Subjetividad y figuras de la memoria*, Siglo XXI, Madrid.
- Kant, I. (1974) *A religião dentro dos limites da simples razão*. Abril Cultural, São Paulo.
- Kelman, H. & Hamilton, V. (1990) *Crímenes de Obediencia. Los límites de la responsabilidad y la autoridad*. Planeta, Buenos Aires.
- Kogon, E. (1965) *Sociología de los campos de concentración*. Taurus, Madrid.
- Koselleck, R. (1993) *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*, Paidós, Barcelona.
- LaCapra, D. (1994) *Representing the Holocaust. History, Theory, Trauma*. Cornell University Press, Ithaca and London.
- (1998) *History and Memory after Auschwitz*. Cornell University Press, Ithaca.
- (1999) "Prefacio" en, Finchelstein, F. (1999) *Los Alemanes, el Holocausto y la Culpa Colectiva. El Debate Goldhagen*. Eudeba, Buenos Aires.
- (2001) *Writing History, Writing Trauma*, The John Hopkins University Press, Baltimore.
- Landi, O. (1984) "Las batallas políticas de la memoria y el olvido", en *El Porteño*. Abril de 1984.
- Landi, O et all (1995) *Juicio, castigos y memorias. Derechos Humanos y Justicia en la política Argentina*. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires.
- Landi, O. & González Bombal, I. (1995) "Los derechos en la política argentina", en Landi, O et all (1995) *Juicio, castigos y memorias. Derechos Humanos*

- y Justicia en la política Argentina*. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires.
- Lang, B. (1990) "The Concept of Intention and "Final Solution", en Bauer, et all (1990) *Remembering for the Future*. Oxford University Press, Oxford.
- Levi, P. (1990) *Os asfogados e os sobreviventes. Os delitos, as penas, os castigos, as impunidades*, Paz e Terra, São Paulo.
- (2003) *Si es esto un hombre*, Muchnik Editores, Barcelona.
- Lira, E. & Loveman, B. (1998) *La política de reconciliación. Discursos, Sacramentos y Pragmatismo*, Documento presentado en la Conferencia sobre Legacies of Authoritarianism: Cultural Production, Collective Trauma and Global Justice, Universidad Of Wisconsin, Madison, Wisconsin.
- Loroux, N. (1989) "De la amnistía y su contrario" en AAVV. (1989) *Usos del olvido*, Nueva Visión, Buenos Aires
- Lorenz, D. (2002) "¿De quién es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe del '76?", en Jelin, E. (comp.) (2002b) *Las conmemoraciones. Las disputas en fechas "in-felices"*, Siglo XXI, Madrid.
- Marchesi, A. (2005) "Vencedores vencidos: las respuestas militares frente a los informes "Nunca Mas" en el Cono Sur, en Hershberg, E, y Agüero, F., comps. (2003) *Memorias militares sobre la represión del Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*, Siglo XXI, Madrid.
- Mauss, M. (1981) "A expressão obrigatória dos sentimentos", en *Ensaio de Sociologia*, Editora Perspectiva, São Paulo.
- Mignone, E. (1999) *Iglesia y dictadura. El papel de la Iglesia a la luz de sus relaciones con el régimen militar*, Universidad de Quilmes, Quilmes.
- Nietzsche, F. (2000) *La genealogía de la moral*, Alianza, Madrid.
- Nino, C. (1997) *Juicio al mal absoluto. Los fundamentos y la historia del juicio a las juntas del Proceso*, Emece Editores, Buenos Aires.
- Nora, P. (1993) "Entre memoria e historia" prefacio del vol. I. *Les Lieux de Memoria* en, *Projeto Historia*, São Paulo, diciembre, 10.

- Payne, L. (1998) *Confessions of torturers. Preliminary reflections on cases from Argentina*, Paper presentado en Latin American Studies Association Meetings, Chicago, 24-26 de septiembre de 1998.
- (2006) “¿Libertad para los enemigos de la libertad?”, en *Puentes*, N° 19, diciembre de 2006, Año 6.
- Proust, M. (1954) *A la recherche du temps perdu – Le temps Retrouvé*. Gallimard. Paris
- Przeworski, A. (1995) “Presentación”, en Landi, O et all (1995) *Juicio, castigos y memorias. Derechos Humanos y Justicia en la política Argentina*.
- Pollak, M. (2006) *Memoria, olvido y silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite*, Ediciones al Margen, La Plata.
- Renan, E. (2000) “¿Qué es una nación?”, en Fernández Bravo, A. (2000) *La invención de la Nación*. Manantial. Buenos Aires.
- Ricoeur, P. (1995) “La construcción de la trama” y “Tiempo y narración”, en *Tiempo y narración I*, “Los juegos con el tiempo” en *Tiempo y narración II*, “El entrecruzamiento de la historia y de la ficción” y “La primera aporía de la temporalidad: la identidad narrativa” en *Tiempo y narración III*, Siglo XXI, México.
- (1997) *El simbolismo del Mal*, Ediciones Megápolis, Buenos Aires.
- (1999) *La lectura del tiempo pasado. Memoria y olvido*, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid-Arrecife.
- (2003) *La memoria, la historia y el olvido*, Trotta, Madrid.
- Robben, A. (1995) “The Politics of Truth and Emotion among Victims and Perpetrators of Violence”, en Robben, A. & Nordstrom, C. *Fieldwork under Fire. Contemporary Studies of Violence and Survival*, University California Press, Berkeley-London.
- Robin, R. (1996) *Identidad, memoria y relato. La imposible narración de sí mismo*, Oficina de Publicaciones del CBC, Universidad de Buenos Aires.
- Rousso, H. (1990) *Le syndrome de Vichy de 1944 à nos jours*, Gallimard, Paris.
- (2000) “El duelo es imposible y necesario”, entrevista por C. Feld, Revista Puentes, año 1, número 2, diciembre 2000.

- Sarlo, B. (2005) *Tiempo pasado: cultura de la memoria y primera persona*, Siglo XXI, Buenos Aires..
- Schmucler, H. (1995) "Formas del Olvido" en *Confines*. Bs. As. Año 1. N° 1.
- (1999) "El olvido del Mal. La construcción técnica de la desaparición en Argentina" en, *Artefacto*. N° 3, 1999, Buenos Aires.
- Semprún, J. (1997) *La escritura o la vida*, Tusquets, Barcelona.
- Simmel, G. (1939) *Sociología. Estudio sobre las formas de socialización*, Espasa-Calpe, Buenos Aires.
- Sonderéguer, M. (2001) "Promesas de la memoria: justicia y justicia instaurativa en la argentina de hoy, Groppo, B. y Flier, P. (comp.) (2001) *La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. Ediciones al Margen.
- Staub, E. (1989) *The Roots of Evil. The Origins of Genocide and other Group violence*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Todorov, T. (2000) *Los abusos de la memoria*, Paidós Asterisco, Buenos Aires.
- (1993) *Frente al Límite*. Siglo XIX, México.
- Valensi, L. (1998) "Autores de la memoria, guardianes del recuerdo, medios nemotécnicos. Cómo perdura el recuerdo de los grandes acontecimientos", en *Ayer*, N° 32.
- Vecchioli, V. (2001) "Políticas de la memoria y formas de clasificación social. ¿Quiénes somos las "Víctimas del Terrorismo de Estado" en la Argentina?, en Groppo, B. y Flier, P. (comp.) (2001) *La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. Ediciones al Margen. La Plata.
- Verbitsky, H. (1995) *El vuelo*. Planeta, Buenos Aires.
- Vezzetti, H. (2002) *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Siglo XXI, Buenos Aires.
- (2004) "Conflictos de la memoria en la Argentina" en *Lucha Armada en la Argentina*, Año 1, N°1, Buenos Aires.
- Weber, M. (1999) *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. F.C.E., México.

- Williams, R. (1980) *Marxismo y literatura*, Península, Barcelona.
- Yerushalmi, H. (1989) "Reflexiones sobre el olvido", en AAVV, *Usos del olvido*, Nueva Visión, Buenos Aires.
- Zizek, S. (1997) *Warum Hannah Arendt und Daniel Goldhagen unrecht haben?*
http://www.lettre.de/020archiv/010ausgaben/040ausg97/020_li38/zizek.htm

Fontes

Livros:

- Acuña, C. (2004) *Por amor al odio. La tragedia de la subversión en Argentina*, Tomo I y II, Ediciones del Pórtico, Buenos Aires.
- AUNAR, (2005) *Subversión. La historia olvidada*, AUNAR, Buenos Aires.
- Beaufre, A. (1973) *Estrategia de la acción*, Pleamar, Buenos Aires.
- Burzaco, R. (1994) *Infierno en el monte tucumano*. Círculo Militar, Buenos Aires
- Castro Castillo. M. (1979) *Fuerzas Armadas. Ética y represión*. Editorial Nuevo Orden, Buenos Aires.
- Centro de Estudios del Círculo Militar (2001) *Los 70'. Violencia en Argentina*. Círculo Militar, Buenos Aires.
- Círculo Militar Argentino, (1999) *La guerrilla en Tucumán. Una historia no escrita*, Círculo Militar, Buenos Aires.
- Díaz Bessone, R. (1978) *Guerra Revolucionaria en Argentina. (1958-1978)* Círculo Militar, Buenos Aires.
- (1996) *Testimonio de una década*. Círculo Militar, Buenos Aires;
 Círculo Militar (1998) *In Memoriam. Vol I,II,III*. Círculo Militar, Buenos Aires.
- (Dir) (1998), *In Memoriam*, Ediciones del Círculo Militar, Buenos Aires.
- Etchecolatz, M. (1986) *La otra campana del Nunca Más*, Edición del Autor, Buenos Aires.
- FAMUS, (1988) *Operación Independencia*, FAMUS, Buenos Aires.

Foro por la Verdad Histórica, *La Verdad sobre el robo de Memores*, Foro por la Verdad Histórica, Buenos Aires.

Márquez, N. (2004) *La otra parte de la verdad*, Buenos Aires, Argentinos por la Memoria Completa.

Simeoni, H. (1985) *¡Aniquilen al ERP! La “guerra sucia” en el monte tucumano*. Ediciones Cosmos, Buenos Aires.

Trinquier, R. (1981) *La guerra moderna*, Cuatro Espadas, Buenos Aires.

Documentos oficiais:

- *Presidencia de la Nación, Decreto N° 261*, 5 de fevereiro de 1975.
- *Presidencia de la Nación, Decreto N° 2772*, 6 de outubro de 1975.
- *Junta Militar, Documento Final*, 28 de abril de 1983.

Documentos, discursos e entrevistas castrenses:

- *Estado Mayor del Ejército, Mensaje al país*, 25 de abril de 1995
- *Carapintadas, Proclama de la Rebelión*, 17 de abril de 1987.
- General do exército José Caridi, discurso do *Día del Ejército*, 29 de maio de 1987.
- General do exército Ricardo Brinzoni, entrevista no jornal *Página 12*, 29 de maio de 2000.
- Tenente coronel Roberto Vega, Chefe do Grupo de Artilharia de Salta, *Discurso de Juramento por el Día de la Bandera*, 20 de junho de 2005.

Revistas Castrenses:

- Revista do *Círculo Militar*
- Revista da *Escuela Superior de Guerra*
- Manual de Inteligência, Revista do *Batallón de Inteligencia 601 del Ejército Argentino*.

Comunicações, discursos e conferências cívico/militares:

- Comunicação do *Grupo de Amigos por la Verdad Histórica*.
- Comunicação pelo 30º aniversário da morte do General de Brigada Arturo Horacio Carpani Costa.
- Discurso do presidente da Turma 80 do *Colegio Militar* em ocasião do 31º aniversário da morte do coronel Jorge Ibarzabal.
- Discurso de um tenente coronel (R) ao se cumprirem 30 anos do *Combate del Río Pueblo Viejo (Operativo Independencia)*
- Discurso de Ana Lucioni, Presidenta da *Comisión de Homenaje Permanente a los Muertos por la Subversión*, no ato de 5 de outubro de 2006.
- Discurso do general do exército (R) Emilio Nanni no ato de homenagem aos caídos no ataque ao *Cuartel de Azul* e na toma do *Cuartel de La Tablada*, no dia 23 de janeiro de 2007.
- Discurso de José Maria Sacheri, membro da *Asociación de Víctimas del Terrorismo en la Argentina*, no ato de 5 de outubro de 2006 na praça *San Martín*.
- Conferência do Dr. Florencio Varela na fundação *AUNAR*, 30 de setembro de 2003.
- Conferência *“El terrorismo también es un Crimen de Lesa Humanidad”* a cargo do Dr. Federico Young, 11 de abril de 2007.

Revistas cívico/militares:

B1 Vitamina para la Memoria

Meios eletrônicos:

- www.politicaydesarrollo.com.ar

- www.pornuestrosheroes.com (*Asociación de Familiares y Amigos de Muertos por la Subversión*)
- www.labotellaalmar.com.ar
- www.memoriacompleta.com.ar (*Argentinos por la Memoria Completa*)
- www.afyappa.blogspot.com (*Asociación de Familiares y Amigos de los Presos Políticos de Argentina*)
- www.uniondepromociones.org (*Unión de Promociones*)
- www.ladecadadel70.com.ar (*La década del 70, Guerra revolucionaria argentina*)
- www.aunar-informa.com.ar (*AUNAR*)
- www.seprin.com - (*SEPRIN*)
- www.notiar.com.ar (*NOTIAR*)
- www.apropoba.com.ar (*Asociación de Policías de Buenos Aires.*)
- www.fotolog.terra.com.ar/larrabure (*Fotolog de Argentino Larrabure*)
- www.verdadhistorica.blogspot.com/ (*Verdad Histórica*)
- www.members.fortunecity.com/prensaindependiente (*Prensa Independente*)
- www.plandelluvia.com

Jornais Nacionais:

- *La Prensa*
- *Perfil*
- *Clarín*
- *La Nación*
- *Página 12*

Revistas Nacionais:

- *Tres Puntos*

Programas de Televisão:

- *Hora Clave*
- *Hadad & Longobardi*
- *Telenoche Investiga*
- *Tiempo Nuevo*